

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E
CULTURA – PPGPsiCC

MAURO PIOLI REHBEIN

Feminilidade e Depressão Pós-Parto

Brasília
2014

MAURO PIOLI REHBEIN

Feminilidade e Depressão Pós-Parto

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Scheinkman Chatelard

Brasília
2014

Mauro Pioli Rehbein

Feminilidade e Depressão Pós-Parto

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Banca Examinadora:

Presidente: _____

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Scheinkman Chatelard

Universidade de Brasília – UnB

Membro: _____

Prof^ª. Dr^ª. Leda Mariza Fischer Bernardino

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Membro: _____

Prof^ª. Dr^ª. Marisa Decat de Moura

Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC

Membro: _____

Prof^ª. Dr^ª. Eliana Rigotto Lazzarini

Universidade de Brasília – UnB

Membro: _____

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Teresa Portela de Carvalho

Universidade de Brasília – UnB

Suplente: _____

Prof. Dr. Luiz Augusto Monnerat Celes

Universidade de Brasília – UnB

DEDICATÓRIA

A Marlene Rehbein Rodrigues, minha tia incansável incentivadora

A minha bisavó materna Carlota Pioli (in memoriam),
Charlotte Maria Anna Balmberger, conhecida como “Dona Cegonha”,
parteira em União da Vitória – PR

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a Daniela Scheinkman Chatelard, orientadora desse trabalho de Tese, agradeço à persistência, à confiança, ao acolhimento no grupo de orientandos, à disposição em ajudar com a literatura, com as observações sutis, bem como, por facilitar o acesso ao HUB e aos serviços de psicologia e grupo de gestantes. Muito obrigado!

Divido com você o resultado desse trabalho que deixa marcas escritas em mim. Muito obrigado!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, em especial e com carinho às Professoras Maria de Fátima Olivier Sudbrack, Maria Inês Gandolfo Conceição e Eliana Rigotto Lazzarini pela amizade que fizemos, pelo incentivo e sempre parceiras;

Às professoras da Banca Examinadora da qualificação, Prof^a. Dr^a. Leda Marisa Fischer Bernardino, Prof^a. Dr^a. Eliana Rigotto Lazzarini e Prof^a. Dr^a. Terezinha de Camargo Viana pelas valiosas contribuições que me ajudaram a tornar mais precisa a escrita desta tese. E oportunamente aos membros da Banca Examinadora Prof^a. Dr^a. Leda Marisa Fischer Bernardino, Profa. Dra. Marisa Decat de Moura, Prof^a. Dr^a. Eliana Rigotto Lazzarini, Profa. Dra. Márcia Teresa Portela de Carvalho e Prof. Dr. Luiz Augusto Monnerat Celes.

A minha amiga querida Flávia Maria de Paula Soares pelas ideias inspiradoras e indicações de textos e leituras iniciais para o projeto de pesquisa, e pela disposição em conversar e ajudar.

A todos os colegas do Programa de Pós-Graduação que convivi durante as disciplinas, em especial aos colegas do grupo de orientandos da linha de pesquisa *Psicanálise, Subjetivação e Cultura* pela colaboração.

Às amigas queridas de doutorado Paula Oliveira Sobral e Renata Leite Soares pelo companheirismo, amizades, trocas e apoio nos momentos mais difíceis e nos mais prazerosos.

A Sueli Aparecida Nos, pela paciência e perseverança com nosso amor. De coração, muito obrigado!

A minha família, especialmente ao meu sobrinho querido Lucas Pioli Rehbein Kürten Ihlenfeld por todo apoio e ajuda nas horas difíceis, a minha prima querida Malena Rehbein Rodrigues pelo incentivo e apoio nas correções das traduções. A minha tia querida Marlene Rehbein Rodrigues pelo apoio e acolhimento em sua casa. De coração, muito obrigado!

Aos meus colegas do Ministério da Saúde, em especial ao Coordenador Felipe Cavalcanti, pela sensibilidade e cooperação, a minha amiga Mônica Diniz Durães pelo incansável apoio e ao amigo Daniel Márcio Pinheiro Lima por dividir comigo as tarefas no Ministério.

A Ana Daniela Rezende Pereira Neves pelas revisões.

RESUMO

A tese foi desenvolvida a partir da investigação da feminilidade e os possíveis pontos de interseção com a depressão pós-parto. A abordagem é fundamentada na teoria e clínica psicanalíticas de Freud e Lacan e de especialistas na clínica com bebês e depressões pós-parto. No capítulo sobre as depressões pós-parto apresentamos as principais leituras e interpretações clínicas do desencadeamento da depressão materna e identificamos os elementos etiológicos na metapsicologia psicanalítica. As depressões demonstram-se relacionadas à história pré-edipiana, de vida de uma mulher e às falhas na transmissão da maternidade, com a castração, a falta e, por fim com o desejo e o gozo fálico. No capítulo sobre a feminilidade buscamos apresentar através das fórmulas da sexuação de Lacan, os postulados de que A mulher não existe, que ela é não-toda. Pois não existe o significante da feminilidade e por essa razão o seu gozo é duplo, portanto o gozo feminino seria suplementar. Segundo Lacan será via narcisismo e criando semblantes que a mascarada vai realizar uma feminilidade possível. A relação mãe-filha do período pré-edipiano revela o percurso para construção do narcisismo, das identidades, e do processo de separação com a devastação e o luto dessa relação mãe-filha. O terceiro capítulo trata justamente de investigar e identificar os possíveis pontos de interseção entre a feminilidade e a maternidade. A maternidade diz de uma mãe e a feminilidade, de uma mulher. Não há uma equivalência entre mulher e mãe porque os desejos são distintos, porém não excludentes. Na maternidade o bebê é o objeto de satisfação da mãe, ela tem o falo. A feminilidade onde estaria uma mulher trata-se do registro do desejo, ser o falo. Entretanto, há alternância entre feminilidade e maternidade, senão conjugação. É na abertura para o gozo Outro do feminino que a mãe poderá encontrar prazer na maternidade, no corpo a corpo com seu bebê, propiciando à mãe as criações e enlacs na maternidade. No último capítulo demonstramos com o declínio do significante paterno as facetas do estatuto do grande Outro e as repercussões no estatuto da feminilidade na contemporaneidade. O matriarcado favorece a intensificação da relação de ligação mãe-filha, prevalecendo a identificação narcísica, favorecendo o imperativo do gozo superegoico materno e ao rechaço da feminilidade. Exacerbando as dificuldades tanto para a maternidade quanto para a feminilidade. Por fim, não há uma causa unívoca para a depressão pós-parto. Entretanto, as falhas da transmissão da maternidade são correlatas às falhas que não permitem o desenvolvimento de uma feminilidade. A identificação ao modo de ser da mãe não é o suficiente para ser mãe. Mas o acesso ao gozo Outro para que a mãe chame o bebê para a vida.

Palavras-Chave: Depressão Pós-Parto, Baby Blues; Estatuto da Feminilidade; Estatuto do Outro; Feminilidade, Maternidade, Psicanálise; Relação Mãe-Filha; Transgeracionalidade psíquica.

ABSTRACT

This thesis is an outgrowth of a femininity investigation and its possible overlap with Post-partum depression. The approach herein adopted is founded on Freud, Lacan and others' baby and post-partum depression psychoanalytic theory and clinic. In the chapter on post-partum depression, the main reading, the clinical interpretations of what triggers maternal depression and the identification of etiological elements in psychoanalytic metapsychology are presented. Depressions happen to be related to a woman's preoedipal story and maternal transmission failings, such as castration, lack, desire and the phallic *jouissance*. In the chapter on femininity, underpinned by Lacan's formulas of sexuation, the postulates that 'The woman does not exist' and she is not-all are discussed. Since there does not exist a femininity signifier, and for this very reason, her *jouissance* is twofold and, therefore, female's *jouissance* is supplementary. According to Lacan, through narcissism and shifting faces, the masked woman attains a possible femininity. Preoedipal-period Mother-daughter relationships paves the way for the development of narcissism, identities, the separation-devastation process and mourning in their relationship. In Chapter three, the investigation and identification of the possible overlap between femininity and maternity is dealt with. Maternity has to do with a mother whereas femininity a woman. There is no equivalence between a woman and a mother for their desires are distinct, not exclusive though. In maternity, the baby is a mother's satisfaction object, she has no phallus. The femininity, where the would-be woman could lie contained, happens to be the desire registry, i.e., being the phallus. Nevertheless, there is a alternation between femininity and maternity, a conjunction perhaps. In the female aperture to the *jouissance* Other that the mother might delight in maternity, in a body-to-body fashion with her baby, thus allowing the mother to build ties to maternity. In the last chapter, with the paternal signifier decay, the big Other statute facets and its influences on the femininity statute are demonstrated in contemporaneity. Matriarchy enhances the intensity of mother-daughter ties, strengthening the narcissistic identification, boosting the mother's superego *jouissance* imperative and the repelling of femininity. Thus maternity and femininity difficulties are exacerbated. Consequently, there is no univocal cause to post-partum depression. Nonetheless, maternity transmission failings are correlated to femininity development-preventing failings. The identification to the mother's way of being is not enough to become a mother. But rather it is the access to the *jouissance* Other that allows a mother to draw a baby to life.

Keywords: Post-Partum Depression; Baby Blues; Femininity Statute; Other Statute; Femininity; Maternity; Psychoanalyses; Mother-daughter Relationships; Psychological Transgenerationality.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 AS DEPRESSÕES PÓS-PARTO	23
1.1 Elementos Etiológicos Acerca das Depressões Pós-Parto	23
1.2 Proposições para construção da hipótese e suas correlações	39
1.3 As Depressões do Pós-Parto	43
1.4 <i>Baby Blues</i>	51
1.5 Psicose Puerperal	60
1.6 Considerações e conclusões acerca das depressões pós-parto	61
CAPÍTULO 2 FEMINILIDADE: FILHA, MULHER E/OU MÃE	65
2.1 As relações pré-edípicas e o Édipo feminino	65
2.2 Elementos lógicos em Lacan para a abordagem do feminino e da feminilidade	88
2.3 Feminilidade	100
2.4 Relação mãe-filha: história de mulheres	109
2.5 Olhar materno	123
2.6 Luto da relação mãe-filha	127
2.7 Considerações e conclusões acerca da feminilidade	129
CAPÍTULO 3 FEMINILIDADE E MATERNIDADE	133
3.1 Feminilidade e Maternidade	133
3.2 Desejo de ter filho	141
3.3 Maternidade	144
3.4 Tornar-se mãe, a relação mãe-filho, proporcionar um sujeito	151
3.5 Os gozos	154
3.6 Transmissão psíquica geracional e a maternidade	158
3.7 Considerações e conclusões acerca da feminilidade e da maternidade	164
CAPÍTULO 4 FACETAS DO ESTATUTO DO GRANDE OUTRO NA	

CONTEMPORANEIDADE E SUAS REPERCUSSÕES NO CAMPO DA FEMINILIDADE	168
4.1 Diretrizes	168
4.2 O Complexo de Édipo e o declínio da imago paterna	169
4.3 Relevâncias do Pai Simbólico	174
4.4 Acerca do estatuto do grande Outro na modernidade	180
4.5 Repercussões no estatuto da feminilidade na contemporaneidade	188
4.6 Algumas consequências dos novos estatutos na contemporaneidade na maternidade	200
4.7 Considerações conclusivas acerca dos estatutos na contemporaneidade	204
CONSIDERAÇÕES, CONCLUSÕES E REFLEXÕES	211
REFERÊNCIAS	222

APRESENTAÇÃO

Empreender a produção de um trabalho no rigor acadêmico, com abordagem e método de investigação psicanalítico, que implica e resulta, necessariamente, em uma tese sobre o campo da feminilidade a partir do estudo dos casos de puérperas que sucumbiram à depressão pós-parto, torna-se um desafio, não só pela dificuldade intrínseca a este processo, mas por nos implicar ao falar da clínica psicanalítica. A tentação narcísica seria grande, mas há tempos isso não nos seduz. A essa altura da vida não nos resta senão considerar, humildemente, as dificuldades que as nossas limitações nos impõem e o percurso solitário da escrita. O desafio está proposto, no entanto, admitimo-nos solidário com Patrick De Neuter (2000) quando enceta seu texto *A sexualidade das mulheres à prova da sua maternidade*, afirmando que não é fácil para um homem falar da sexualidade da mulher, muito menos da experiência da maternidade.

Uma das grandes dificuldades para desenvolver esta investigação psicanalítica da depressão pós-parto é que há pouco material bibliográfico publicado sobre o assunto. Os textos e publicações que encontramos como referências são essencialmente da clínica de bebês, que tratam da relação mãe-bebê, suas dificuldades e estimulação precoce. Campo deveras desenvolvido, porém quando a depressão materna é mencionada ou está associada ao estado ou condição do bebê e seu desenvolvimento, pouco se falava a respeito ou logo se remetia o estado da mãe à sua história de vida da mulher, à sua feminilidade, à reatualização da filiação e edipiana, à transgeracionalidade, aos fantasmas inconscientes, enfim, mas nada muito desenvolvido, restrito a uma peculiaridade ou outra de cada caso ilustrado na literatura. Talvez se localize nisso a oportunidade de originalidade desta pesquisa. Ademais, a

nossa experiência clínica se restringe às mães deprimidas, mas não a relação delas com os bebês e suas mães na inter-relação e estimulação precoce.

Esse foi o motivo que levou a pesquisar e aprofundar o entendimento do que se passa com uma mãe que deprimiu ao dar a luz a um lindo bebê e a ampliar a nossa capacidade de escuta quanto às questões da feminilidade enquanto perspectiva de entendimento da depressão materna. Não há dúvidas de que as consequências da depressão materna sobre o bebê são devastadoras. Entretanto, a falta de percepção e de definição do diagnóstico de uma puérpera que desencadeou uma depressão pós-parto nos parece ainda hoje passar despercebidos.

A pesquisa seria originalmente de campo, mas, infelizmente, por questões de tempo e contratempo, não foi possível realizar as entrevistas com as puérperas. A pesquisa é de cunho teórico, no entanto, a literatura é exclusivamente clínica. Mesmo nesses termos, registramos que a nossa proposta de pesquisa foi muito bem acolhida pelo Hospital Universitário de Brasília – HUB e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília CEP/IH.

Os temas propostos para investigação são o da feminilidade e da maternidade. Não obstante os fins serem diferentes, os dois campos temáticos são fundamentais para a investigação e a compreensão das histórias de mulheres e as especificidades clínicas das mães que caíram em depressão pós-parto.

O objeto de pesquisa será investigar as possíveis interseções e/ou correlações que há entre feminilidade e depressão pós-parto. Portanto, nosso objetivo é identificar os pontos falhos na pré-história e história da feminilidade e maternidade de uma menina-filha-mulher que deu à luz a um bebê, e que a predispõe à depressão pós-parto, impedindo-a de exercer a maternidade pela “impotência e utopia” impostas pela

depressão, além da recusa à maternidade e ao bebê. O espaço privilegiado de investigação é a relação mãe-filha.

A considerar que essas duas posições distintas, mulher e mãe, caminham simultânea e paralelamente na vida de uma mulher, a nossa hipótese da pesquisa é que a não realização de uma feminilidade e de uma identificação materna favorece ao desencadeamento das depressões do pós-parto, em decorrência das dificuldades que uma filha enfrenta na relação de ligação com a mãe na fase pré-edipiana e de suas consequências com a castração e o Complexo de Édipo. Isso se constitui nos denominados estragos maternos, que impedem a realização de uma feminilidade e de uma maternidade possível.

Quanto à metodologia, para a pesquisa tornou-se mais simples por se tratar agora de uma tese teórica. A referência bibliográfica fundamenta-se primeiramente nos clássicos da psicanálise, como Freud e Lacan, e outros que os têm como referência e trataram de alguma forma dos temas propostos, e, sobretudo, de psicanalistas contemporâneos que trabalham as questões da feminilidade e da maternidade. A literatura e as produções psicanalíticas sobre a depressão pós-parto é muito específica e ainda restrita na sua maioria aos psicanalistas franceses que estão com esses dispositivos clínicos mais adiantados e estruturados nos serviços de saúde. No entanto, temos referências nacionais e argentinas que nos ajudam muito e concorrem, decerto, não enquanto oposição, com as escolas de psicanálise francesas.

Assinalamos que, por ter pouca literatura significativa a respeito dos temas abordados, utilizamos as referências bibliográficas, não para promovermos discussões acerca dos desenvolvimentos históricos das categorias conceituais e confrontá-las para esgotamento e exploração teóricas, mas, sim, para compor e tentarmos estruturar a compreensão dos fenômenos clínicos a partir do que os autores nos apresentaram

enquanto constructos teóricos a partir de suas práticas clínicas, em função dos temas e problemas propostos serem ainda pouco explorados ou desenvolvidos em pesquisas. Para tanto, nos inspiramos em Lacan (1953/1998) quando disse em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*:

Mas, não terão elas levado a um formalismo enganador, que desencoraja a iniciativa ao penalizar o risco, e que faz do reino da opinião dos doutos o princípio de uma prudência dócil onde a autenticidade da pesquisa se embota antes de se esgotar? (p. 240).

O Exame de Qualificação, as orientações e os cortes necessários para o “*make it simple*”, proporcionou as delimitações que foram pertinentes aos recortes propostos, bem como à clareza, ao direcionamento e ao desenvolvimento do problema proposto para produção da escrita da tese.

Enfim, esperamos que o trabalho de pesquisa dentro da temática do feminino, entrecortado pelos campos da feminilidade e da maternidade, sobrepostos à clínica de bebês e à depressão pós-parto nos proporcione decerto algum conhecimento específico com abrangência e aprofundamento necessários para a clínica e a transmissão na academia.

Para atender a esse objetivo, a tese ficou dividida em quatro capítulos e as conclusões. No primeiro capítulo, *As depressões pós-parto*, o objetivo é apresentar o que se passa com a puérpera na depressão, o seu contexto e a sua história em relação a sua feminilidade. Em *Elementos etiológicos acerca das depressões pós-parto*, buscamos fundamentar a depressão materna a partir de como são sugeridas ou indicadas as suas “causas” relacionadas da depressão com a feminilidade. Para tanto, resgatamos Helene Deutsch, que apresenta argumentos muito consistentes já para aquela época. Em seguida, avançamos em uma literatura atual, moderna, com os autores Atem, Bastien,

Boukobza, Bydlowski, Eliacheff e Heinich, Mathelin, Szejer, Zalberg, Dias e outros, com linguagem freud-Lacanianana, para entender a depressão como uma posição do sujeito, a sua queda de um lugar no fantasma que a filha tenta sustentar na relação mãe-filha. As depressões pós-parto nos mostra que a depressão não é única, mas varia de um caso para outro, além de mostrar que as condições desfavoráveis à mãe que acabou de ter um bebê também podem contribuir para a depressão e estão correlacionadas às histórias das mulheres e suas fragilidades, as dificuldades a partir da relação mãe-filha nas primeiras etapas da vida, desfavorecendo a constituição do narcisismo, das identidades, das pulsões e desejo, como o de ter filho e gozos, de acordo com os casos apresentados por diferentes psicanalistas. Em *Proposições para construção da hipótese e suas correlações* buscamos apresentar elementos que subsidiem a concepção da queda de um sujeito na depressão materna.

Os outros dois subcapítulos, *Baby Blues* e *Psicose Puerperal*, têm por objetivos estabelecer as diferenças entre esses estados e a depressão pós-parto. Sendo o Baby Blues o mais fácil de gerar confusão por ser, em aparência, parecidos. Porém, esses casos de Baby Blues e psicoses não constituem as depressões tomadas como clássicas para esta pesquisa.

O segundo capítulo, intitulado *Feminilidade: filha, mulher e/ou mãe*, objetiva apresentar o processo da feminilidade e sua pré-história, que pode levar à transformação da menina em mulher, enquanto a construção de uma identidade feminina, que, por sua vez, pode culminar na questão da maternidade. Para tanto, iniciaremos com a apresentação das relações pré-edípicas, a relação de ligação mãe-filha. Esta, se não houver uma separação, impede o desenvolvimento de uma feminilidade possível para uma filha-mulher. Do *Complexo de Édipo feminino*, fundamentado exclusivamente nos textos de Freud, para resgatar a equação falo=filho e o Édipo em Lacan, com seus

tempos lógicos para demonstrar os momentos da criança enquanto o falo para a mãe e a entrada do pai como o corte na díade mãe-filho e o significante Nome-do-Pai no discurso materno proporcionando o nascimento do sujeito desejante.

Em seguida, apresentaremos, por meio das fórmulas da sexuação formuladas por Lacan em seu Seminário, *Mais, ainda* (1972-1973/1985), os fundamentos lógicos para abordarmos o não-toda, a inexistência d'A mulher, o gozo feminino, a feminilidade e a fantasia do feminino que serão tratados ao longo dos demais capítulos. Isso nos ajudará a entender e a articular nos subcapítulos posteriores os desdobramentos da relação mãe-filha, que Aldo Naouri (2002) nomeia de histórias de mulheres.

Na sequência, desenvolveremos a relação mãe-filha e as questões pertinentes, tais como a dívida e a culpa, a dominação materna, a confusão de identidades entre elas, o olhar da mãe como cobertura para o corpo feminino da filha, a devastação necessária a ser vivida para favorecer a separação de corpos, identidades e gozos, e, por fim, o luto da relação para abertura para a realização de uma feminilidade. Esse percurso vai demonstrando algumas questões quanto à maternidade e à depressão pós-parto, que abordamos à medida que passamos por alguns pontos pertinentes à depressão pós-parto.

No terceiro capítulo, *Feminilidade e Maternidade*, adentramos nas questões mais específicas de distinção entre a feminilidade e a maternidade, e a distinção entre ser mãe, a identidade materna, e ser mulher, uma identidade a ser construída com o caminho aberto para uma feminilidade possível, e a inter-relação na qual destacamos os pontos de interseção entre os diferentes destinos em uma feminilidade e uma maternidade. São abordados temas específicos à maternidade, como o desejo de ter filho. Também são abordados o tornar-se mãe, a relação mãe-filho e a importância dessa função no nascimento de um sujeito. E, para finalizar o capítulo, os distintos gozos do feminino e suas interpretações no âmbito da maternidade.

Por fim, no quarto capítulo, destacaremos *As facetas do estatuto do Outro na contemporaneidade e as repercussões na constituição do estatuto da feminilidade*. São apresentados, conforme os recortes propostos da feminilidade e da maternidade, os aspectos que entendemos mais pertinentes, entretanto, negativos e que contribuem para o mal-estar na contemporaneidade. Para tanto, resgatamos a importância do Pai simbólico, do significante Nome-do-Pai, o seu declínio e as suas repercussões nos estatutos do Outro e da feminilidade. Evidenciamos as dificuldades decorrentes desses estatutos, como a dominação materna, a prevalência do supereu materno sobre uma filha e os obstáculos para a realização de uma feminilidade. Ademais, abordaremos como são problematizadas na modernidade as questões amorosas, ter filhos e a maternidade com as mães angustiadas.

Enfim, para as conclusões, articulamos os pontos de interseção entre os capítulos e apresentamos as afirmações que foram possíveis fazer ao longo da pesquisa, demonstrando que os estragos maternos, pelos excessos na presença ou na ausência, deixam os rastros de uma devastação que não foi atravessada, nas manifestações das depressões pós-parto. A alternância e as interseções entre feminilidade e maternidade nos fazem pensar nos diferentes gozos do feminino que a mãe em uma mulher pode usufruir de forma criativa na maternidade, caso não esteja impedida.

INTRODUÇÃO

A depressão pós-parto, conhecida no século XVII como *melancholia ex utero* (Boukobza, 2000), não é uma depressão clássica do tipo neurótica, nem psicótica e tampouco de uma estrutura depressiva, ou ainda, *borderline*. O que não exclui o seu acometimento com as comorbidades e casos que se localizem ou indiquem (n)essas estruturas e ou posições (?). Então, qual é a etiologia da depressão pós-parto? Qual a diferença entre outros momentos depressivos? A depressão pós-parto tem a especificidade de ocorrer com o nascimento do bebê. É com a presença deste que a mãe deprime, esse será o fator desencadeante do quadro da depressão materna no pós-parto.

É fato que, durante algum tempo, em função do estado psíquico das gestantes, os psiquiatras recomendavam o aborto. Esse procedimento foi visto com desconfiança pelos obstetras. As puérperas que manifestavam ameaças ao bebê, como abandono ou mesmo infanticídio, eram internadas por recomendação psiquiátrica no período pós-natal dramático. Entretanto, esses casos de patologia psíquica aguda são excepcionais. Embora a psiquiatria reflita há séculos sobre a patologia mental súbita, tende ao excesso de patologização, somente a psicanálise com suas pesquisas e conceitos permitiram avanços nas primeiras hipóteses explicativas e suas relativizações. Estas foram situadas no contexto do desenvolvimento psicoafetivo feminino. A gravidez é um fato sem precedentes, e as primíparas estão sujeitas a manifestarem movimentos psíquicos imprevisíveis (Bydlowski, 2002, p. 16).

Tanto para a psiquiatria quanto para a psicanálise, o período neonatal é um momento privilegiado para a investigação e estudos das representações inconscientes maternas que afloram. Portanto, o recém-nascido estará exposto às projeções das representações inconscientes da mãe. Esses conteúdos psíquicos inconscientes maternos

se não forem desmontados, trabalhados, ficam como ameaça iminente sobre o bebê que vai nascer. Por isso, a necessidade da intervenção precoce com o objetivo de prevenção para a criança (Bydlowski, 2002, p. 21).

Monique Bydlowski (2002, p. 15) assinala que o período gestacional do bebê tornou-se importante e oportuno para uma compreensão dos fatores inconscientes problemáticos para a futura mãe. A maternidade se tornou o espaço comum para a realização dos partos, é um lugar de iniciação e de ritual de passagem. Por isso a importância de uma equipe de psicanalistas no corpo clínico preparados para realizar as intervenções na maternidade.

A depressão materna poderá ser confundida com o *baby blues* ou a psicose puerperal, porque esses fenômenos também podem ocorrer após o parto, com a chegada do bebê, porém por diferentes causas, com outras implicações estruturais clínicas e manifestações sintomáticas. Mas não deixam de ser menos devastadoras para o recém-nascido. Encontramos também casos em que as mães fazem uma crise maníaca do pós-parto, de forma reativa à depressão. As crises maníacas são manifestas por hiperatividade da mãe.

Entretanto, a depressão pós-parto é tomada na literatura como sintoma de uma estrutura clínica dita neurótica. Cabe lembrar que o episódio depressivo na histeria está associado ao não de amor, com uma marca de ressentimento do Outro. É quando o Outro diz não para ela. Que não gosta dela, não a valoriza ou não aceita o tipo de sacrifício ofertado por ela para tentar se manter como objeto do seu desejo. Isso, de certa forma, é violento para a histérica, conforme Dias (2003b), desmonta o sentido de sua existência, ela não é reconhecida no seu empenho. Por conseguinte, vem a carga de culpabilização. O Outro é o culpado.

Ao percorrermos as obras de Sigmund Freud e Jacques Lacan, que tomamos como literatura clássica da psicanálise e referência, percebemos que não há nenhum trabalho especificamente direcionado às depressões do pós-parto. O termo depressão é da psiquiatria, mas à medida que é adotado pela psicanálise toma outras dimensões. Melanie Klein é quem vai cunhar o termo posição depressiva, *Depressive Entstellung*, como uma modalidade das relações de objeto. Por sua vez, René Spitz cunha o termo depressão anaclítica, *Anlehnungsdepression*, para a criança privada da mãe. Freud, no início, falava de afeto depressivo e, mais tarde, de melancolia patológica, com a perda do objeto.

Lacan (1938/1987), ainda no início de sua produção, já trazia a questão do complexo familiar, sobretudo, na família moderna e em suas mutações, destacando a família paternalista e o declínio social da imago paterna e sua carência, que constituiria uma crise psicológica, sendo o núcleo a grande neurose da contemporaneidade. A experiência dos processos de identificação que se dão no complexo edipiano revelou que o sujeito forma seu supereu e seu ideal do eu mais pelas intenções afetivas do pai e da mãe, que lhe são transmitidas na comunicação, via linguagem e desejo, do que pelo comportamento objetivo deles. No entanto, essa carência exaure o impulso pulsional, como prejudica a sublimação, propiciando que as “madrinhas sinistras” instalem-se no berço do neurótico, a impotência e a utopia, que equivale a dizer a depressão, segundo Chemama (2007).

Mais tarde, Lacan (1973/1993) designará a depressão – com alteração de humor, tristeza e sofrimento moral, decorrentes de algum desinvestimento – como uma falta moral. Na expressão de Dante e Spinoza, covardia moral em oposição à ética do dever de bem-dizer ou de orientar-se no inconsciente, na estrutura.

O elemento da depressão pós-parto, comum às demais depressões, mas que a caracteriza enquanto depressão, é justamente uma falta de condição, uma impotência, uma impossibilidade, que vai além da vontade da mãe, de exercer os cuidados maternos e acolher o bebê como seu filho, certamente, o que não a exime de sua responsabilidade.

Embora haja uma incidência maior de depressão pós-parto em mães jovens e em mulheres primíparas, há casos em que a mãe deprimiu com a chegada do segundo ou do terceiro filho, e, em certos casos, com o nascimento de uma menina. O sexo do bebê poderá ter alguma contribuição ou determinante para o desencadeamento da depressão dependendo da história dessa mãe.

A literatura que trata da depressão pós-parto encontra-se nas produções psicanalíticas de clínica com os bebês, que tratam da dificuldade do encontro mãe-bebê. Posto que, para que um *infans*, que quer dizer o *puer*, isto é, a criança que é nova e ainda não fala, torne-se um sujeito, precisa que a mãe, em seu papel de agente materno, o Outro real da primeira dependência, referencie-o a esse campo do Outro, lugar simbólico, ao estabelecer o laço, como demonstraram as vicissitudes desse encontro em um caso de depressão materna as psicanalistas Leda M. F. Bernardino, Marie C. Laznik e Gabriela X. de Araújo (2011).

Constatamos na literatura psicanalítica que a maternidade está ligada diretamente à história de vida da mulher e, por conseguinte às suas questões quanto à feminilidade. Lacan (1972-1973/1985,) afirma “que a mulher não será jamais tomada senão *quoad matrem*” (p. 49). Então, qual a implicação direta da depressão pós-parto com a feminilidade? São mães com uma história particular, são aquelas que não viveram a devastação materna e que permaneceram no arrebatamento. Trata-se de mulheres que conhecem paixões e ambivalência e que com muita dificuldade e ou sofrimento se autorizam a serem mães. São dominadas pela culpa e, com a chegada do

bebê, reatualizam os dramas mal-resolvidos do passado. “Dessa época, as filhas guardam o medo de sua própria agressividade” (Mathelin, 1999, p. 149). Dessas histórias fracassadas, inscrevem-se falas de mães proibindo a realização de algum desejo da menininha. Por isso, o nascimento torna-se uma ameaça para a mãe (?). A filha terá a sensação de ter um bebê perseguidor, porque transgrediu um terrível interdito. As falas da mãe (a futura avó) são mortíferas para ela, porque demonstram a falta de corte, que seria proporcionado com a entrada do terceiro, o lugar do homem: “Se um homem não vier se interpor, as mulheres que se amam demais se dilaceram ou afundam na loucura, fascinadas pela imagem da outra” (Mathelin, 1999, p. 133).

CAPÍTULO 1

AS DEPRESSÕES PÓS-PARTO

1.1 Elementos Etiológicos Acerca das Depressões Pós-Parto

Neste capítulo, o objetivo é apresentar subsídios da teoria e da clínica psicanalítica que ajudam a fundamentar e a contextualizar a pesquisa dos desencadeamentos das depressões pós-parto, bem como demonstrá-la a partir do processo da feminilidade. Para tanto, resgatamos o clássico *A Psicologia da Mulher*, no qual Helene Deutsch (1952/1960, p. 142), psicanalista contemporânea de Freud, assinala que o fator determinante do curso da gravidez é a identificação da puérpera com a mãe. A capacidade de uma mulher para a maternidade está relacionada com essa identificação. Todavia, o *eu* da mulher grávida deve encontrar um compromisso harmônico entre sua identificação inconsciente profunda com esse filho que está sendo gerado, relativo a um possível futuro, e a identificação com sua própria mãe, relativo ao seu passado. Agora, se uma dessas identificações é rechaçada, então surgem as dificuldades. No primeiro caso, a capacidade da mulher grávida para a maternidade demonstrar-se-á debilitada em função da recusa em aceitar sua identificação com sua própria mãe. No segundo, o feto resultará num parasita hostil

Deutsch (1952/1960) ilustra bem esse problema da identificação com o caso da Sra. Smith. Esta era a filha mais nova de um casal, que tinha um filho homem, o mais velho, e algumas meninas. A mãe queria ter mais um filho homem, porém nasceu mais uma menina, a Sra. Smith. A mãe jamais ocultou sua insatisfação, até chegou a proferir “teria sido melhor que não tivesses nascido” (pp. 142-143), fato marcante para a caçula.

Entretanto, a menina foi salva das reações agressivas da mãe por conta de duas compensações: o amor que despertou nela o desejo de ser o substituto daquele filho, mas com a sorte de o pai ter alimentado sua feminilidade, o que a salvou do complexo de masculinidade substituto; e o afeto maternal de sua irmã mais velha. Quando Sra. Smith casou-se e desejou ter um filho, vieram, num primeiro momento, as suas dificuldades infantis. Pois, quando era menina, reagiu à repulsa de sua mãe com ódio e desvalorização conscientes. A identificação que ela teria feito na puberdade com a irmã mais velha, aquela que substituiu sua mãe, também ficara abalada porque a irmã, tanto quanto ela, tinha conflitos cheios de ódio com a mãe. Essa irmã estava casada e tinha vários filhos, mas a Sra. Smith sentia que essa prole devia-se não ao fato de a irmã ser maternal, senão sexualmente submissa ao marido. Em síntese, não tinha com quem se identificar para ser uma mãe. Deu a luz, prematuramente, ao oitavo mês, a um bebê natimorto.

Mais tarde, novamente, engravidou e reviveu seus temores e dificuldades, agravados pelo sentimento de ameaça de perder o bebê, tal qual o anterior. Mas, oportunamente, a Sra. Smith restabeleceu um laço de amizade com uma antiga amiga que também estava grávida e do primeiro filho. Diferentemente dela, essa amiga encontrava-se alegre e tranquila, tinha uma relação harmoniosa com a mãe, que, por sua vez, era o oposto da mãe da Sra. Smith. Enquanto a mãe desta era alta, dominante e fria, a mãe da amiga era baixinha e transbordava doçura e ternura maternal. Portanto, a identificação que, num primeiro momento, teria sido com a amiga, dando-lhe esperanças de ter o bebê, fora, na verdade, depois de análises, reforçada com a mãe da amiga, que também a acolheu maternalmente.

No entanto, havia a diferença de um mês entre as gestações. A Sra. Smith sentia-se ameaçada com isso porque o filho da amiga nasceria antes e ela ficaria sozinha no

último mês de gestação, desamparada no momento do parto. Com isso seu temor aumentou. Mas em função do laço estabelecido entre as amigas, a amiga optou por não fazer cesárea e ter o bebê de forma natural. Aconteceu que as duas acabaram tendo os bebês no mesmo dia. Ficou evidente que o fator determinante de a Sra. Smith ter chegado a seu termo na gravidez deveu-se à força psicológica da identificação afetiva, mobilizados pela força da amiga que parece ter até atrasar o parto de seu filho em função da relação de amizade estabelecida entre as duas.

Segundo Helene Deutsch, quando a mulher está grávida, a sua existência se desenvolve em duas direções opostas. A primeira, a dilatação física e psíquica – a física, pelas transformações e adição orgânica que ocorrem; a psíquica, pela consciência de que está gerando um novo ser que está relacionado e é idêntico ao seu próprio ser, o que vislumbra um futuro com novas possibilidades afetivas. Em contrapartida, a segunda é de limitação, física e psiquicamente. Física porque o seu corpo agora está a serviço do bebê, que não é ela, e psiquicamente na condição de tão somente se dar.

Todavia, no fundo, a vida da mulher grávida vai se mover entre dois extremos. Vai depender de como isso se arranja internamente, pois essa dupla atitude poderá assumir proporções ilimitadas entre os polos da ampliação infinita – “*sou o mundo todo*”, o que vai dar lugar à vida, ao amor, ao orgulho maternal e ao sentimento de felicidade – e o da limitação infinita, “*não sou nada*”, que vai levá-la à depressão, à vergonha, ao ódio, à destruição e à morte (Deutsch, 1945/1960, pp. 153-154).

A aceitação realista do bebê como um objeto futuro e amado não pode vencer completamente a repulsa interna a renunciar a união satisfatória. A voz interna objeta: “O que estará mais tarde no mundo exterior não é o que é agora. O que há agora em mim, comigo, uma parte de mim mesma, se perderá. Existirá ali, mas será outro ser, não eu, algo que respirará com outros pulmões, pulsará com

outros pulsos, e adquirirá independência por suas próprias ações. Agora está ainda em mim, mas ao mesmo tempo não é eu mesma. É outro ser humano, que pronto será um mundo fora de mim. (Deutsch, 1945/1960, p. 154).

Ou seja, para a mulher grávida tornar viável a realização desse novo ser, o bebê, ela deverá libertá-lo desde as profundezas de si mesma. Isso, na verdade, libertará aos dois. Caso contrário, ao perdê-lo, podemos entender também ao pari-lo, ela se perde a si mesma. Para a mãe, a separação mãe-bebê é vivida como uma perda do próprio eu. Senão, o temor da morte substitui por outras condenações imaginárias de que ela vai perdê-lo, ou será abandonada por ele, dentre outros medos.

Na relação mãe-filho, e, sobretudo, na psicologia da maternidade, o que a psicanálise destaca como importante é a influência do inconsciente e de fatores culturais e ambientais, e ainda de conflitos não resolvidos do passado da mãe, que buscam se resolver, e a satisfação na maternidade. Encontrar ou não um caminho satisfatório vai depender da intensidade desses conflitos. No desenvolvimento normal da maternidade, essas forças conflituosas acabam sendo sublimadas. As tendências sexuais transformam-se em ternura maternal, a agressividade, em atividade protetora, o excesso narcisista de ser amada, em amor materno, as tendências masoquistas, em sacrifício na dedicação ao filho (Deutsch, 1945/1960, pp. 274-275), e assim por diante.

Mas caberá à mulher enquanto mãe as tarefas de conduzir o processo de identificação na relação mãe-filho, e a dolorida, senão trágica, separação da célula mãe-filho, que é o corte do cordão umbilical psíquico que os une. O problema refere-se aos dois. Contudo, eles são opostos: a criança vai buscar a separação, mas a mãe vai tentar conservá-lo (o cordão). Essa, ao menos, é a tendência.

Deutsch (1945/1960, p. 287) já apontava o laço de domínio que uma mãe exerce sobre a filha, por meio de muita dedicação, senão excessiva, porém com grande ternura,

inclusive infantilizando-a. Desse modo, impõe a dependência afetiva permanente, numa tentativa de manutenção do cordão umbilical psíquico, da coalescência, da célula mãe-filha. Assim, a proteção excessiva serviria para evitar a separação.

Deutsch (1945/1960, p. 301) afirma que uma mãe não deve tentar atingir outros objetivos com seu filho, senão aqueles inerentes a sua existência, pois corre o risco de fracassar nos seus propósitos e frustrar a sua experiência da maternidade. Demonstramos essa situação com o caso de uma mulher que decidira não ter filho por alguns anos, por influência de sua mãe, que julgava perigoso pelas condições financeiras e outros entraves. A filha decerto interpretou isso como uma proibição da mãe. Então, para se libertar da mãe, decidiu ter um filho. Sua gravidez transcorreu normalmente, mas depois do nascimento do bebê surgiram as dificuldades. Não conseguia amamentá-lo, não tinha afeto por ele, por conseguinte, desencadeou uma depressão pós-parto. Mesmo depois de superar a depressão, continuava hostil com o bebê. A reconciliação só ocorreu com o tratamento psicanalítico.

O caso Lina, ou Mrs. Valentin, ilustra o caso de mães solteiras. Casada, Sra. Valentin era mãe adotiva dos filhos de seu marido, mostrando-se muito dedicada. Quando engravidou de Mr. Valentin, ficou feliz, mas depois que ganhou uma menina, teve de suspender a amamentação em virtude da agitação depressiva, que foi se agravando, além de insônia. O que a perturbava com o nascimento da filha era o sentimento de ódio e aversão ao bebê recém-nascido. Ela não conseguia superar tais sentimentos. Estava preocupada porque achava que poderia fazer algo contra a criança, por isso foi submetida a tratamento.

Resgatando a sua história, para entendermos o que se passou, sabe-se que Lina era a filha mais velha de vários filhos. Soma-se a isso, o fato de sua mãe ter se tornado inválida por problemas cardíacos, e ela ter de assumir o lugar de mãe substituta para

seus irmãos. Era uma mãe carinhosa para com seus irmãos, mas conflitos com o pai repercutiram na sua relação com a mãe enferma. Então, ela decidiu sair de casa e tornar-se independente. Lina tinha um namorado, mas foi abandonada por ele quando engravidou. Por costumes e rigor sociocultural da época, para não ficar com o estigma de mãe solteira aos 18 anos de idade e ter um filho ilegítimo, acabou entregando-o para adoção. Mas essa atitude constituiu um arrependimento atroz, que se transformou em autopunição. O casamento com o viúvo Sr. Valentin foi a forma encontrada para ser uma boa mãe, numa tentativa de corrigir a sua situação na adolescência como mãe substituta de seus irmãos. Mas, além desta, surgiu uma nova culpa, inconsciente: o pensamento de que se sua mãe tivesse morrido ela poderia ter permanecido em casa e ter sido uma boa mãe substituta para seus irmãos, como fora para os filhos de Sr. Valentin. Aconteceu que com o nascimento do novo bebê ressurgiu toda a sua história e, sobretudo, o sentimento de culpa, inexorável, por ter abandonado o seu filho ilegítimo, o que a impedia de ser uma boa mãe à filha recém-nascida. Na depressão, ela se acusava de não ser uma boa mãe. Em geral, as mães não saem impunes por terem rompido o laço mãe-filho.

Em uma linguagem freudiana e Lacaniana, Zalcberg (2003) utiliza o filme francês *Le lait de la tendresse humanine*, de Dominique Cabrera (2001), *O leite da ternura humana*, para ilustrar um caso de depressão pós-parto. O filme demonstra o que se passa entre mãe e filha quanto ao objeto de satisfação para uma mulher enquanto mãe. A mãe já tinha dois filhos, meninos, e cai em depressão pela primeira vez ao dar a luz a uma menina. O fato é que ela tenta reviver a suposta felicidade que ela teria proporcionado à sua mãe quando nasceu, mas não o consegue, sucumbindo à depressão. Não consegue reeditar esse sentimento de felicidade porque isso não ocorreu com a mãe dela. Não sabemos se a mãe dela teve depressão, mas sabemos que não ficou satisfeita,

pois foi o que ficou marcado e que a depressão denunciou. Assim, ela não foi o objeto desejado pela mãe. Por isso, é reenviada a esse lugar de vazio. Eis o que Zalcberg nos apresenta como a causa da depressão pós-parto neste caso.

Isso está diretamente relacionado com a elaboração da feminilidade: como não foi o objeto (*a*) acolhido na fantasia dessa mãe, o olhar desta sobre a menina não apresentou elementos para ela constituir sua feminilidade. Quanto mais ausente esse olhar da mãe, que trouxesse substâncias à menina, mais ela vai demandar da mãe. Como esse olhar não trouxe os limites que a castração estabeleceria, a filha continuará demandando dessa mãe, desse Outro, uma identificação, que será impossível. A questão é que seu desejo ficará suspenso. Assim como a sua filha que acaba de nascer não encontra lugar no desejo dessa mãe.

Um dos aspectos que pode estar na origem da agressividade de uma mãe para com a filha é decerto em virtude de serem do mesmo sexo, o que vai confrontá-la de saída com sua falta, remetendo-a as suas questões existenciais como mulher, à falta de um significante feminino que responda suas questões. Então, não querer conceber uma filha pode estar associado à dificuldade de uma mulher com a falta.

Mas, no pólo oposto, o extremo também é problemático. Neste caso, a mãe quer muito uma menina para ser sua parceirinha. Quando a mãe mantém a filha como objeto (*a*) de sua satisfação, presa no seu olhar, onde se reflete a miragem do objeto *a* nesse espelho, suprimindo a castração, continuará presa ao desejo do Outro. Zalcberg assinala que a filha terá dificuldades em renunciar a ser esse objeto que satisfaz o olhar do Outro. Daí a subjetividade da filha organiza-se predominantemente em função desse objeto escópico, não dando espaço para a ancoragem fálica vinda do pai. Onde um bebê recém-nascido encontraria espaço nesse desejo Outro?

Para Zalcberg, o problema da depressão pós-parto está relacionado, na maioria dos casos, pelo fato de a criança ser considerada um objeto de gozo na fantasia materna. Isso fica evidente, por exemplo, nos casos em que a gravidez em si era o gozo, tanto que, após o nascimento do bebê, a mãe entra em depressão por ter perdido esse gozo, que na fantasia dela era proporcionado pela criança em seu corpo. A grávida considerava-se plena com sua barriga enorme. Ao parir e perder a barriga, defronta-se com o esvaziamento desse gozo.

Para algumas mães, a dificuldade será fazer o luto da perda da criança enquanto objeto de sua fantasia. Tanto essa dificuldade quanto o destino dessa criança estão determinados pela falta que a constitui como mulher. As dificuldades para uma menina abandonar essa identificação fálica, de ser o objeto de desejo da mãe, e com a perda desse lugar, proporcionado pela castração, e da impossibilidade dessa ilusão, será proporcional à dificuldade da mãe.

A partir de uma leitura de diferentes disciplinas, como a sociologia e a psicanálise, Eliacheff e Heinich (2004), que trabalham essencialmente a relação mãe-filha, a transmissão de papéis e a construção de identidades, entre as gerações de mulheres, destacam, sobretudo, a oscilação ou prevalência de uma das posições de mãe e ou mulher para a filha, a ambivalência da imagem da mãe para a menina. A depressão pós-parto foi ilustrada a partir da questão problemática do se tornar mãe na dimensão da relação mãe-filha, situando-se na transmissão da maternidade. Há diferença entre ter um filho e ser mãe. Ter um filho é o que podemos associar ao objeto a , para uma mulher. Agora, ser mãe está vinculado à relação com sua própria mãe e à capacidade desta relação endossar uma identidade à filha. A filha deixa o seu estado de ser filha e torna-se mãe. Algumas questões quanto à assunção dessa identidade entram em jogo. Uma mãe pode impedir a passagem da filha para o estado de mãe, assim como para o de

mulher. Pois a transmissão da maternidade pode não ocorrer. A referência materna e suas idealizações não se dão, faltam, ficam ausentes. Então, houve falha na transmissão da maternidade.

Essa falha é a impossibilidade ou ausência de lugar para um terceiro elemento. Podemos tomar esse terceiro como o pai. E também como o próprio filho, que viria enquanto terceiro nessa relação mãe-filha. Mas não há espaço para esse filho nessa relação mãe-filha. As autoras atribuem essa falha a um tipo específico de mãe, mais mãe que mulher. Ou seja, a mulher mais enfraquecida é tomada pela presença maciça da mãe sobre essa filha. O que podemos encontrar nesses casos é a filha se recusar à maternidade, por não se submeter a essa mãe abusiva, ou por não ter espaço mesmo para a maternidade. Entretanto, para a filha, a maternidade poderia ser a possibilidade de superação dessa relação mãe-filha, tornando-se mãe também. Seguindo essa lógica e dinâmica de relação mãe-filha, a maternidade poderá ficar travada para a filha em função da mãe e suas motivações e dominação. Esse impedimento, por parte da mãe, de a filha ter filho é violento, porque há submissão e destinação. Isso é efeito da história dessa mulher. Em contrapartida, uma mulher mais mulher que mãe abriria, decerto, mão dessa dominação sobre a filha.

A relação a três também é geracional e, para que a transmissão ocorra, é necessário que haja o espaço para o terceiro elemento. Ademais, a transmissão só ocorre se “a mãe puder se referir à própria mãe na sua relação com o filho” (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 253). Em síntese, a falha da transmissão da maternidade estará relacionada à mãe da puérpera, se ela é *mais mãe* ou *mais mulher*. Portanto, o nascimento de um filho, seja menino ou menina, na condição de uma mãe abusiva, poderá levar ao desencadeamento na filha de uma depressão pós-parto, porque não sustenta a mudança de posição, por mais que tenha sido uma tentativa de se libertar do

peso dessa mãe. Esse buraco na transmissão da maternidade pode levar também à esterilidade psíquica, à recusa de ter filhos, ou ainda, outros impedimentos. Eliacheff e Heinich assinalam que há um risco de que cada mulher não consiga ocupar a sua posição geracional enquanto mulher, mãe e avó, não conseguindo realizar o deslocamento das posições que as mulheres ocupam nas gerações. Ademais, asseveram que a falha de transmissão é o que coloca as crianças em perigo de não sobreviver ou até de não nascer.

É evidente que o caminho lógico para se tornar mãe seria, primeiramente, a filha se tornar mulher. Mas a dificuldade que a filha apresentará em recusar a abandonar a mãe, ou ainda, a sua incapacidade para, em razão do interdito materno não estar internalizado, conforme (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 197), serão preponderantes na sua história e é o que vai impedi-la a se dar a um homem.

Assinalamos que é a mãe quem organiza, na relação mãe-filha, decerto, a passagem da filha para se tornar uma mulher. O que entra em questão nesse momento, que podemos chamar de incesto platônico (entre mãe-filha), é o papel do pai para a filha. Este não encontrou espaço nessa díade. A falha incide sobre a incondicionalidade de “amor” dessa mãe. Segundo as autoras, a palavra de ordem de uma mãe mais mãe que mulher é “nunca sem minha filha!”, porque julga encontrar a razão de viver na simbiose com a filha-espelho. Esse abuso materno é anterior ao investimento edípiano da filha na direção do pai. Obviamente, isso tudo com o pai reduzido, senão excluído, ou ainda, como um obstáculo. Essa configuração vai de encontro com a fantasia do feminino: eliminar o terceiro para a manutenção da relação de ligação mãe-filha, a coalescência.

Para as autoras, as depressões pós-parto não têm uma causa única, mas as exigências exorbitantes feitas a essas mães, mais as renúncias e a dedicação exclusiva

ao bebê, a não expressão do ódio à criança, podem contribuir para que a depressão sirva para o afastamento, como uma autoexclusão das coisas que lhe interessam, sobretudo, do filho.

Para Boukobza (1998), em *Narcisismo da mãe narcisismo da criança*, que se fundamenta em Freud, Lacan e Winnicott, a depressão pós-parto é vista sob o viés exclusivamente do narcisismo, sob o aspecto negativo da hemorragia narcísica da mãe, que terá seus efeitos sobre o bebê.

A relação precoce da mãe-bebê é uma relação de corpo. Os pais, cuja presença é totalmente essencial para a criança, sentem-se, muitas vezes, ultrapassados, senão impotentes diante da patologia das suas mulheres (Boukobza, 1998, p. 65).

Para a mulher que se tornou mãe, é exigido que cuide da criança. Para tanto, a boa saúde é a capacidade para gostar de si mesmo o “suficientemente” para não se sentir suscetível e perturbada demais pela condição de se doar ao bebê na dedicação materna e ter de renunciar muito de seu próprio interesse em sua vida. O narcisismo dessa mãe deve lhe proporcionar firmeza suficientemente sólida para encontrar, sobretudo, prazer em se dedicar à criança. Esse “sacrifício” narcísico requerido da mãe, dos pais, é geralmente regulado pelo fato recíproco que a criança também enriquece o narcisismo deles. Pois ela foi fruto do desejo e amor deles; ou ainda, suprir as frustrações e limitações deles (Boukobza, 1998, p. 67). Como apontou Freud (1914/1974), o amor dos pais nada mais é do que o seu narcisismo renascendo na criança.

Entretanto, os casos que nos interessam são justamente aqueles em que o narcisismo da mãe é extremamente frágil. Trata-se de mulheres que provavelmente não conseguiram investir e assumir uma imagem reunificada de si mesmas. O parto acaba abalando ainda mais essas mulheres carentes, senão em alguns casos psicóticas, da sua identidade despedaçada. A simples presença do bebê, que está ali pronto para receber a

dedicação e os cuidados maternos, será visto como um elemento perturbador, pois parece lhe exigir um investimento libidinal do qual ela não consegue.

Boukobza destaca alguns pontos do narcisismo da mãe, que a deixam vulnerável e a ser maltratada (ou se maltratar) com a presença do bebê. O primeiro é se a saúde da mãe é de alguma forma afetada pelo nascimento da criança, como algum acidente no parto ou ainda alguns procedimentos que lhe causam sofrimento, hemorragias, deixando-a abalada e cansada. Relata o caso de “Fabienne” que estava extremamente magra e anêmica após o parto. Ela estava sem forças nem energia libidinal para investir nos cuidados do bebê.

Outra possibilidade na qual a imagem idealizada de si mesma, o eu ideal imaginário da mulher, não se sustenta é devido ao simples fato da existência do bebê e das suas exigências. O bebê não tem espaço na imagem de si idealizada, ela não pode descentralizar o seu narcisismo fálico em direção da criança. Justamente porque não consegue renunciar ao que representa a sua imagem narcísica. Então, quando essa imagem atual não está mais em congruência com a imagem projetada no eu ideal, a jovem mãe desaba e entra em depressão, ou faz um estado maníaco reacional.

O exemplo que Boukobza nos apresenta é de “Carole”, que tinha uma imagem de si idealizada no que se referia ao trabalho, pois era roteirista de um filme, enquanto estava grávida do segundo filho, e vislumbrava o glamour. Teve de renunciar a tudo que estava fazendo e acreditava, quando nasceu o bebê. Entretanto, não conseguiu renunciar o que representava a imagem narcísica viva de si mesma. Caiu em depressão.

Quando uma mãe é abandonada pelo parceiro, durante a gravidez ou no nascimento do bebê, ocorre que, ao tornar-se mãe, a sua identidade de mulher desejável para o homem escolhido foi excluída. A imagem narcísica erotizada que ela tem dela na relação com seu parceiro desaba, responsabilizando o filho por isso, senão rejeitando-o.

O caso que ilustra essa condição é o de “Martine”, que foi abandonada durante a gravidez pelo homem que ela amava apaixonadamente, mas não quis assumir a paternidade. Em profunda depressão, disse que tinha a impressão de não existir, seria como se o pai devia nomeá-la mãe. Não suportava o filho não ter os olhos do pai. Dizia que lhe faltava um pedaço e que não podia sentir mais nada pelo filho dela.

Para Boukobza (1998, p. 70), em síntese, esse três narcisismos demonstrados representam: o narcisismo básico, que representa a vitalidade, o desejo de viver, a continuidade de existir, na linguagem winnicottiana; o narcisismo primário, referente à imagem unificada de si mesmo criada no espelho; e o narcisismo secundário, referente à assunção do desejo sexual castrado da tendência incestuosa pelo Édipo. Mas, de qualquer forma, em todos os casos apresentados de inconsistência ou de desmoronamento narcísico da mãe, é a força libidinal, seja ela ativa ou passiva, da criança, que se torna intolerável para a mãe. A mãe não consegue ser ativa em todos os sentidos com o seu filho.

As mães deprimidas vivem a relação com a criança com muito esforço e sacrifício, pois se sentem sugadas, esvaziadas de suas energias, num simples amamentar, sentem-se exauridas de energia libidinal. Com isso não conseguem nem investir a libido em si mesmas. Como não se efetivou um investimento narcísico da imagem corporal para a mãe, o transbordamento libidinal que seria o esperado na relação dela com o bebê, torna-se uma hemorragia (Boukobza, 1998, p. 71).

Boukobza nos apresenta algumas dificuldades das mães deprimidas, como as mães dorminhocas, que buscam no sono, senão uma regressão, o momento que antecede a chegada do bebê. Essa defesa passiva é uma regressão mais arcaica, nos remetendo ao narcisismo primitivo da metapsicologia. Com a dificuldade ou a impossibilidade que essas mães têm de ocupar o lugar do Outro para o bebê, produzir respostas e constituir

continência para ele, elas se retraem numa posição passiva, como defesa, no limite às vezes da catatonia. Para Boukobza (1998, p. 73), essas mães dorminhocas não foram certamente investidas narcisicamente pelas suas próprias mães. Acontece que elas tentam se identificar ao bebê e são deslocadas do seu próprio lugar que seria o de mãe. O sono remete-as ao lugar do bebê: passivo e ser cuidado.

Outro aspecto mais dramático é a questão da fantasia ou a tentativa de suicídio coletivo (mãe e o bebê). Isso representa o desejo de fusão com a criança, demonstrando um narcisismo absoluto. Ocorre quando não se tem espaço para dois. Ela precisa fazer o um. Portanto, o sono, o desejo de morrer são tentativas desesperadas de reconstituir um eu aos pedaços (Boukobza, 1998, p. 73).

Para Danielle Bastien, em *O Prazer e as mães* (1997, p. 91), a depressão materna, ou estar deprimido, se instala e desestabiliza a puérpera durante vários meses. E nos remete à incerteza do equilíbrio da imagem materna. A imagem materna é dupla e em precário equilíbrio. Oscila entre a dedicação massiva e manifesta e a angústia de colocar em perigo a vida da criança. O equilíbrio parece estar sempre sendo renegociado, como se ficar de um lado da equação significasse igualmente se proteger contra seu contrário. Esse equilíbrio é abalado, podendo levar das tristezas mais fortes à depressão, ou, por vezes, de uma forma mais radical, modificando o lugar que a mãe ocupa no universo simbólico, levando às psicose perinatais. A puérpera deprimida perde esse equilíbrio.

Para Bastien (1997), no pós-parto, acontece uma dupla reviravolta dialética. De um lado, a criança que a mãe esperava, a criança da gravidez imaginária e simbólica e depois a criança que se torna real e separada do corpo da mãe. Ela perde esta parte de si mesma que lhe dava um prazer e gozo autoerótico. Por outro lado, a mãe real que ela foi, que ela esperava na realidade do seu corpo, agora se torna mãe simbólica na medida

em que produz a linguagem e que ela pode ser nomeada em sua ausência, e imaginária, no sentido que a criança vai construir certas representações, certas imagens de sua mãe.

Entretanto, quando as mães oscilam, a criança imaginária, aquela do tempo mítico da completude narcísica absoluta, é abandonada à solidão, ao desamparo, ao desconhecido da separação. Contudo, trata-se de uma articulação de completude e depressão e o que constitui a junção das duas, o eixo de rotação, poderia ser precisamente o espaço entre feminilidade e maternidade. Enfim, nessa estreita ligação entre completude e depressão, na imbricação constante do amor e do ódio, o lado negativo parece revelar um pouco mais os fundamentos das disposições e do equilíbrio.

Para Monique Bydlowski, em *As mães e os seus recém-nascidos* (2002, p. 15), o período de gestação do bebê, que podemos chamar também de espera do filho, não é repleto de calma e felicidade. Apesar de, geralmente, termos como representação desse momento da vida, vividos pela mãe ou pelos pais. Ao contrário, a gestante está com a sensibilidade à flor da pele, ela é extremamente reativa à qualquer evento, sejam eles externos ou domésticos. A mulher grávida, além de sujeita à exacerbação emocional reativa à gravidez, está vulnerável às recordações do passado, inclusive, suscetível aos sonhos e pesadelos que tem à noite. Qualquer ansiedade, sem motivos aparentes, irritabilidade e mesmo a insônia revelam minimamente uma psicopatologia reacional, entretanto isso será esquecido após o parto (Bydlowski, 2002, p. 19).

As gestantes fazem apelos e pedem ajuda silenciosamente. Elas estão buscando um referente. Pois são tomadas de lembranças antigas, senão assustadoras, fantasmas esquecidos ressurgem do inconsciente e demandam que sejam ditos, falados com um interlocutor. É necessário dar voz à gestante, ao seu narcisismo – nesse momento, em que ela é esquecida e o bebê torna-se o centro das atenções para os médicos, família e sociedade – para que ela possa reformular as suas questões e perturbações. Evocando

justamente o passado dela é muitas vezes preciso consertar a criança que ela foi um dia, para que ela possa restaurar a que ela está gestando. O período pós-natal demandará alguns meses para que o novo trio se harmonize. Nesse período, no qual vai se instalando e se desenvolvendo o modo relacional específico com o bebê, é o momento privilegiado para uma jovem mãe tornar-se vulnerável. A idealização exacerbada da maternidade para ela acaba ocultando as dificuldades psicológicas que podem surgir e acometê-la (Bydlowski, 2002, p. 22).

Para Bydlowski (2002, p. 24), fundada na psiquiatria inglesa, a depressão pós-parto é diferente pela sua duração, quando comparada ao *Blues*. A puérpera está sujeita, algumas vezes, a uma verdadeira patologia mental. E, nesse caso, os familiares devem reagir e não banalizá-la. Além de ser uma patologia decerto desconhecida para a psiquiatria, ela causa confusões ao senso comum, pois seria algo impensável, num momento idealizado de extrema felicidade, que seria dar a luz a um bebê e tornar-se mãe, a puérpera se deprimir. As próprias puérperas têm dificuldade de se perceberem na confusão psicológica a qual são submetidas e em aceitar que estão deprimidas. Acham que é o cansaço decorrente dos cuidados maternos. A depressão pós-parto é terrível, não há melhora espontânea, mas precisa ser tratada para não ter efeitos mais devastadores e dolorosos no primeiro ano de vida com a criança, podendo até bloquear o seu primeiro desenvolvimento. E isso é grave, pois uma mãe feliz com seu bebê é um cimento vital adquirido para sempre.

Bydlowski compartilha a ideia de que o nascimento faz reviver no pai e na mãe os momentos conflituosos da tenra infância, ou seja, as dificuldades que cada um viveu na sua própria ligação com sua mãe. As puérperas mais jovens estão mais suscetíveis às reatualizações. Ela terá dificuldades em se reconhecer e lidar com as mudanças corporais decorrentes dos hormônios no pós-parto. Ademais, precisará de todo

acolhimento familiar para amenizar o mal-estar. Se tiver problemas de ordem afetiva, o mal-estar tende a se prolongar.

As dificuldades que essas mães deprimidas vão enfrentar decorrem da não percepção da depressão tanto por ela quanto pela equipe de saúde da maternidade. Se ela não manifesta dificuldades extremas, visíveis, poderá passar despercebida pela equipe e somente posteriormente nas consultas com o pediatra é que aparecerão os sintomas no recém-nascido tais como: distúrbios digestivos, dificuldades para encontrar o sono, gritos e choros excessivos e sem explicações são os sinais precoces mais comuns. Além do desleixo da mãe consigo mesma, pois são os sintomas do bebê que vão traduzir o mal-estar materno. As boas palavras não são mais suficientes frente a essa patologia que se inicia e é preciso iniciar um tratamento relacional mãe-bebê.

1.2 Proposições para fundamentação da hipótese e suas correlações

Com Mauro Mendes Dias, teremos condições de realizar leituras psicanalíticas a respeito das depressões, bem como conceber o conceito de depressão na psicanálise, porque o termo depressão tem sua origem no campo da psiquiatria. Esta se refere aos transtornos afetivos ou do humor, caracterizados na sua essência por um distúrbio neuroquímico, de serotonina. Para a psicanálise, a depressão é como uma ‘posição do sujeito’, sua subjetividade está em jogo. Essa abordagem vai contribuir com uma possível leitura do estatuto (do episódio) da depressão pós-parto.

Para Dias (2003a), a depressão não é um tipo clínico, são episódios ou crises nesses diferentes tipos clínicos, nos quais incluímos as depressões pós-parto. Ao falar das depressões resgata de forma precisa a condição simbólica de um sujeito, do nascimento de um sujeito no desejo dos pais antes mesmo de ser parido, que

possibilitam ou não o acolhimento por eles de um novo ser que nasce e que para a sua sobrevivência vai depender desse acolhimento. Mas ao nascer um bebê, dependendo da condição de uma mãe, esta poderá manifestar clinicamente uma depressão pós-parto, ou ainda, psicose puerperal. Isso comprometeria a qualidade desse acolhimento, com consequências possivelmente devastadoras para o bebê. Evidentemente que outras pessoas poderiam cumprir as funções da mãe e da maternagem. No entanto, a ameaça mais devastadora para o bebê poderá passar despercebido na mãe com “depressão branca” (Green, 1988, p. 244). Para essa puérpera, o primeiro impacto é uma quebra do narcisismo. A imagem dessa mãe é abalada com a chegada desse bebê real, desse outro que aí chegou. As condições de sua existência mudam radicalmente e toda essa dinâmica, que é complexa, afeta o casal e seus arranjos sintomáticos. Dias localiza o problema do nascimento de um sujeito como determinado na cadeia geracional da mãe. As três gerações estão implicadas, a filha, que se torna mãe, a mãe dela e a avó. O problema vai depender de como foram essas relações entre mãe-filha de uma geração para a outra. Portanto, ao parir, essa mãe atualiza o Édipo na relação com sua própria mãe. Isso nos remete às dificuldades com a realização de uma feminilidade e de uma identificação materna em decorrência dos estragos maternos originados no período pré-edipiano na relação de ligação mãe-filha como demonstraremos no percurso através do campo da feminilidade.

Dias vai apresentar a depressão como uma posição do sujeito, uma posição depressiva. O termo posição é emprestado de Melanie Klein, pois trata-se da posição do sujeito em relação ao desejo do Outro. A ‘posição depressiva’ implica uma “dialética para o estabelecimento dos sintomas” (Dias, 2003a, p. 103). Porque a constituição do sintoma é intersubjetiva, implicando uma dialética entre o sujeito e o Outro, entre o

sujeito e o desejo da mãe. O sujeito, com seu fantasma, vai tentar se fazer objeto e sustentar esse lugar junto ao desejo desse Outro, dessa mãe.

Qual a possibilidade que o sujeito tem de conservar sua posição junto ao desejo da mãe, sem se haver com a instância paterna? A saída pela depressão. O sujeito simplesmente toma a presença do pai, ou seja, a presença do Falo, ou seja, a presença do mais além do desejo da mãe, que o desloca de uma posição de correspondência, e neste momento ele realiza uma demissão subjetiva: “Se não há possibilidade de fazer o que eu quero, então fico com o que tenho”, e não vai mais além (Dias, 2003a, p. 103).

O sujeito se demite subjetivamente do confronto que a instância paterna, terceira, impõe. Os sintomas da depressão expressam essa demissão do sujeito, a sua retirada de cena. *É a depressão que fala dele*. “A depressão é um nome contemporâneo para que o sujeito não se responsabilize pelo que é o seu desejo” (Dias, 2003b, p. 29).

Dias afirma que para Freud e Lacan a depressão está ligada à perda do objeto, como uma forma de reação. Entendendo-se perda do objeto como o lugar no qual o “sujeito se colocava na vida em função desse objeto” (Dias, 2003b, p. 33). Como esse objeto definia o seu lugar na sua própria vida. É a perda do lugar que o organizava em sua existência frente ao Outro. Isso nos remete à lógica do fantasma.

Para os episódios depressivos nas neuroses, o que está em jogo na economia da depressão, para a psicanálise, é a posição do sujeito no desejo do Outro, a estruturação do sujeito pelo fantasma. Conduta sintomática na tentativa de dar conta daquilo que é impossível de se fazer. Dias assinala que o episódio depressivo na histeria estaria associado ao não de amor. Que equivale a dizer associado ao corte ao sacrifício que a histérica faz para se manter como objeto do desejo do Outro. A chegada do bebê, enquanto terceiro, como estamos propondo, poderíamos pensar, produziria essa queda

da posição na fantasia. Esse ‘não’ ou o corte seria violento, anulando a montagem fantasmática de sua existência nessa relação mãe-filha. Quando há falta da falta não há lugar para o sujeito. Ele entra aí como objeto. O desejo do Outro é vivido ou sofrido com angústia. O fantasma é que dá ao sujeito uma posição diante do Outro. É uma forma pela qual o sujeito tenta recobrir a angústia. No entanto, quando o desejo do Outro vai a outra direção, ou seja, quando o sujeito perde o lugar diante do desejo da mãe, e isso é avassalador, o sujeito se angustia (Dias, 2003b, p. 66), porque o sujeito não quer se haver com a castração, dele e do Outro.

Ocorre que o sujeito perde um objeto, sofre uma queda, mas uma queda do lugar que o mantinha junto ao Outro. E, nessa queda, perde a sustentação na qual ele mantinha o jogo dialético (do desejo) com o Outro. Que ele tinha para a solução do desejo, colocando-se como objeto na tentativa de suprimir a castração. Então, ao perder o objeto, o sujeito cai desse lugar que o sustentava junto ao Outro (2003b, p. 104).

Dias (2003b) assinala que o sujeito deprime, não pela perda do objeto ao qual se devotava e se fazia, mas pela queda da posição, pela perda dessa posição que o sustentava na solução dialética do desejo, que o sustentava no fantasma. A depressão denuncia justamente que “o fantasma é a condição de abordagem do sujeito junto ao desejo” (p. 105). Mas não é qualquer perda de objeto, porque objeto se perde. Agora, essa posição diz de uma relação com o outro investido da função de um Outro, que corresponda ao jogo no qual o sujeito imagina se fazer o objeto no fantasma como resposta às suas questões. O sujeito sonha com uma identificação impossível, ser o objeto ‘a’ para esse Outro. É a perda do objeto que o constitui enquanto sujeito, que vai levar à perda da posição, dessa montagem fantasmática, que é o que deprime. Isso tudo demonstra, resgatando o Édipo, que o sujeito ficou na insistência do sonho impossível

de “fazer ‘um’ com o Outro” (p. 111). Em síntese, para Dias, só poderemos falar em posição depressiva tendo em conta que é uma posição no fantasma.

1.3 As Depressões do Pós-Parto

Neste ponto, trataremos de apresentar as especificidades teóricas e clínicas das depressões pós-parto trabalhadas pela psicanálise.

A depressão pós-parto pode ser identificada na mãe através do seu discurso, nas suas ações no cuidado materno, na relação mãe-bebê, e, sobretudo, na sua relação mãe-filho. Podemos identificá-la também no bebê, através dos efeitos devastadores que deixam rastros no desenvolvimento da criança. Os efeitos devastadores sobre o recém-nascido não vêm somente da depressão materna do pós-parto, podem vir também de crises agudas de angústia, ataques de pânico e do *baby blues* que ela venha a produzir. Atem (2003) afirma que os bebês são capazes de reagir a esses estados e condições de afeto. O bebê funciona como um anteparo à angústia materna, minimizando os efeitos devastadores para ambos. Existem escalas que indicam esses efeitos sobre o bebê, mas não entraremos nessa linha de abordagem. Mas o que nos interessa especificamente trabalhar é o que se passa primeiramente com essa mulher que se deprime ao ganhar o bebê.

A etiologia da depressão pós-parto está diretamente relacionada com a história de vida da mãe. Podemos dizer do seu processo de constituição subjetiva e de sua feminilidade. Boukobza (2002) nos chama atenção para a história da mãe quanto ao desamparo. Outrora, nas sociedades mais tradicionais, a puérpera era amparada e cuidada por rituais sociais. Hoje, ela enfrenta sozinha esse desamparo, que ela desconhece e que a sociedade não o reconhece. Não estariam aí localizados também os

determinantes existenciais que contextualizam o estatuto desse grande Outro na constituição subjetiva e da feminilidade na modernidade? Renúncia, narcisismo, feminilidade e desejo são palavras-chave que indicam as especificidades da depressão pós-parto.

A depressão pós-parto tem a sua especificidade na relação mãe-filho. Não dissemos relação mãe-bebê porque a questão vai além dos cuidados maternos, entrando no campo do desejo de filho na mulher, e no homem também. Segundo Boukobza (2002), o processo ocorre em dois níveis, o fantasmático e o das inter-relações precoces. O primeiro é aquele em que a mãe (ou os pais) aquando do nascimento do bebê situa-se (ou situam-se) em sua própria linhagem familiar, revivendo e se reposicionando em sua história com suas diferentes identificações. A mulher deixa de ser filha e passa a ser mãe. Por sua vez, sua mãe torna-se avó e assim ocorrem esses remanejamentos nas famílias. Portanto, esse filho terá um lugar na fantasia materna e no discurso familiar. O segundo, das inter-relações precoces, são os comportamentos observáveis na relação mãe-bebê com os cuidados maternos.

Para Winnicott (1996) a preocupação materna primária é a capacidade de a mãe suprir as necessidades do bebê, de devotar-se a ele. Trata-se de um equilíbrio narcísico da mulher, ou seja, de uma base narcísica suficiente para que ela consiga deslocar o seu narcisismo para o filho, através de identificação com ele, com seu desamparo. Assim, ela consegue chamá-lo para a vida, alimentando-o, cuidando-o, amando-o etc.

Para a puérpera deprimir, é preciso que ela tenha tido aquela sensação de perda, porque se sentiu uma vez preenchida, “completa”, e após o parto sente-se vazia e abandonada. O filho enquanto objeto *a* para a mãe, pode estar perdido, mas ele presentifica no fantasma materno o logro, da equação: filho é igual a pênis e o objeto perdido (Mathelin, 1999).

Embora a depressão pós-parto e o *baby blues* sejam muito parecidos a princípio, a depressão, como já foi demonstrada, além de persistir com as manifestações sintomáticas, como de tristeza constante, choro fácil, humor instável, apresenta aquelas especificidades na relação com o bebê, tendendo a se agravar (Atem, 2003). Cabe lembrar que no quadro de uma depressão clássica estão presentes no discurso e nas condutas do sujeito a morte, a vontade de dormir e de não desejar.

A mulher primípara durante a gestação e o parto, para se reconhecer como mãe, necessita identificar-se com a sua mãe, apoiando-se na imagem dela. Na ausência da mãe, poderá ser alguma mulher que possa cumprir essa função de referência de identificação, porque essa jovem mãe espera triunfar sobre sua mãe. Na depressão, não há a possibilidade desse triunfo, ao contrário, a depressão vai remetê-la ao fracasso e “a uma identificação materna cruelmente negativa” (Boukobza, 2000, p. 17). Entretanto, podemos apontar que nessa história há repetição. E o que se repete é o fracasso.

A depressão impede a mãe de ir marcando o seu bebê, o seu filho, com seus afetos. Em uma reação defensiva à depressão, a mãe, em uma tentativa de reparação, poderá ser excessivamente presente, ficar grudada com seu bebê. Esse excesso desencadeia medos. O papel da fobia será de proteção contra esse excesso de proteção (Mathelin, 1999).

A mãe deprimida não consegue regular a tonalidade e a intensidade da voz do seu bebê nas trocas lúcidas. Este pode reagir gritando ou chorando tentando mexer com sua apatia, mas não será nenhuma garantia de troca. A fantasia inconsciente da mãe é transmitida à criança pela maneira como ela oferece os seus cuidados maternos, como ela lida com a criança (Boukobza, 2002). A puérpera deprimida está impossibilitada de realizar os cuidados necessários ao filho, interrompendo, assim, canais de comunicação importantes na constituição psíquica precoce, na fundação do aparelho psíquico e das

pulsões que deveriam ser estabelecidos nas primeiras semanas e meses de vida da criança (Atem, 2003). Essas atitudes de cuidados maternos modelam as expressões das pulsões colocadas em jogo, podendo até invalidá-las ou pervertê-las. Bernardino, Laznik e Araújo (2011) apontam a possibilidade de essa falha na montagem pulsional decorrente da depressão pós-parto, em função da fragilidade no laço mãe-bebê, com a ausência de elementos erógenos que promovam o estabelecimento do circuito pulsional, ser extremamente grave para o processo de constituição subjetiva do bebê.

A mãe deve ser ativa com seu bebê, libidinalmente fálica com ele para conseguir exercer os cuidados maternos, desejando-o, marcando-o com palavras e suas ações, estabelecendo rotinas (Boukobza, 2000). Freud (1933 [1932]/1976) vai dizer que a mãe é ativa com seu filho e ela amamenta-o e se deixa amamentar por ele. Caso contrário, ela cai no desespero de não saber o que fazer, julgando-se incompetente, por conseguinte, culpada. As demandas passivas da criança endereçadas à mãe, expressas, sobretudo, no choro, ou até mesmo silenciosas, tornam-lhe persecutórias. Ela fica sensível a elas e pode ser tomada de raiva, e, até mesmo, de agressividade. Muitas não chegam a bater, mas pensam em, logo, desejam; algumas têm vontade de arremessar o bebê, recusá-lo; facilmente entram em desespero com o choro do recém-nascido.

Françoise Dolto (apud Boukobza, 2000) fala de mulheres tão passivas com seus filhos, que imaginam amar, que se angustiam por sua impotência perante a realidade, porque não sabem ser ativas, isto é, fálicas com suas mãos, seus corpos e seus gestos, que acabam batendo neles. Boukobza assinala que os maus tratos aos bebês são frequentes, são equivalentes à depressão, ou, ainda, uma luta para não sucumbir a esse estado. Veja que tanto um narcisismo frágil quanto um forte impedem a mãe de dedicar-se de modo adequado a esse outro que é o bebê. Consequentemente, ambos estão em perigo nas duas situações.

A imagem que a mulher tem de si após o parto não condiz mais com o que ela projetava como Ideal de Eu (Boukobza, 2000), e muito menos se sustenta como Eu Ideal. Porque o bebê que ela ganhou, que deu à luz, que veio supostamente para completá-la, remete-a diretamente ao que ela perdeu. E o que ela perdeu? Ela mesma. E isso a deprime. A presença do bebê, pela sua constância e pelo que implica e demanda de uma mãe, torna-se, além de inoportuna, perturbadora pelo mal-estar narcísico que proporciona. Consequentemente, vem à tona o ódio ao produto gerado. Isso pode bem ser ilustrado e escutado de algumas mães, que dizem ser tomadas de vontade de se livrarem do bebê, da vontade de matá-lo, de sumir com ele, e isso é claramente a expressão do ódio (pelo produto gerado!).

A mãe poderá ter seu narcisismo perturbado, abalado, na gestação e no parto, decorrente de complicações orgânicas que lhe infligiram algum sofrimento. Ou, ainda, outro motivo para o desencadeamento da depressão pode estar associado à relação com o parceiro, pai da criança, quando abandona a sua parceira grávida, porque esta engravidou, ou, por exemplo, por iniciar uma relação com outra mulher, ou mais, por não suportar a ideia de ser pai. De qualquer forma, o abandono ocorre em um momento no qual, justamente, ela precisaria muito desse apoio e dos mimos de seu companheiro. Nestas condições, com uma mãe extremamente fragilizada, ao nascer o bebê, “é a sua imagem narcísica erotizada na relação com o homem que ela elegeu que agora desmorona” (Boukobza, 2000, p. 17). Ou, ainda, como assinala Mathelin (1999), dependendo do enredo fantasmático, esse filho não poderia viver. O que ela repete de sua história com seu filho é a ferida narcísica da impossibilidade de ser amada, de ter sido objeto amado de um outro.

Nesse sentido, lembramos um caso clínico em que a paciente foi abandonada pelo marido quando estava grávida, ficou muito perturbada, rejeitou o bebê quando este

nasceu, tentou doar o bebê, não o queria porque ele era fruto daquela relação e representava naquele momento de sofrimento e depressão a imagem narcísica daquela mãe que desabou. Foi-lhe por um tempo insuportável a presença do filho. Essa condição de devastação sobre o bebê tem consequências, às vezes, irreversíveis. Neste caso, o filho organizou-se em uma estrutura com posição depressiva. Na vida adulta, sofre com graves crises de depressão e ideação suicida.

O que é insuportável para a puérpera acometida de depressão pós-parto é a presença do filho real (Boukobza, 2002), do *infans*, como disse Freud, com suas necessidades e dificuldades reais. Em oposição ao filho imaginário, sonhado, que não lhe causava problemas. O bebê real requer o trabalho da maternagem, dos cuidados maternos e a ela caberá atendê-lo, suprimindo suas necessidades, desejando-o, chamando-o para a vida, com suas pulsões ativas e fálicas. Mas é impossível para a mãe deprimida mostrar-se fálica. Isto lhe é insuportável. Uma criança que foi desejada pelos seus pais não necessariamente está livre dos problemas *post-partum*. A questão é por que esse filho foi desejado, ou seja, qual a função que ele cumpre nesse desejo e, sobretudo, para a mãe.

Uma mãe deprimida ocupa uma posição passiva. Inexpressiva com seu bebê – mesmo que ela chegue a cumprir minimamente com os cuidados básicos do bebê. Se ela o fizer, será com muito sofrimento e dificuldades. Essa mãe deprimida, enfraquecida, fragilizada, sente-se cerceada de sua liberdade e com o peso da obrigação de cuidar da criança. Isso a impede de sentir prazer na sua relação mãe-filho; ela não tem nenhuma vontade de cuidar do bebê, ademais, o desprazer suscita o ódio. Há casos em que a criança pode correr risco de morte.

Boukobza (2000) aponta que o motivo da depressão pós-parto seria por conta de uma renúncia muito forte exigida a uma mulher com um narcisismo simultaneamente

exacerbado e frágil. Este não se sustenta nem é sustentado pelo seu núcleo familiar. Parece banalidade o fato de as jovens mães relatarem as dificuldades e sofrimentos impostos com a chegada do bebê, em função das restrições de horários, da dedicação exclusiva diuturnamente exigida pelo bebê. Em realidade, elas estão dizendo sobre a anulação de suas vidas em prol da criança. Mas, em contrapartida, para as mães deprimidas, a renúncia torna-se um obstáculo. Não necessariamente as reclamações das dificuldades encontradas por aquelas mães na sua dedicação materna ao filho nos autorizam diagnosticar como depressão pós-parto. As dificuldades, em maior ou menor grau, muitas terão, as suas queixas não virão necessariamente de um lugar de impossibilidade de renúncia. A depressão implica uma *performance* da mãe em sua maternagem, praticamente nula ou extremamente precária na relação com seu filho, ou seja, os cuidados maternos até podem ser feitos, mas sem a implicação do desejo.

A puérpera deprimida manifesta dificuldades em renunciar à sua imagem narcísica, não consegue voltar o seu narcisismo fálico para o bebê. O bebê demanda da mãe que ela fique exclusivamente voltada a cuidar de seu filho. Para isso, faz-se necessário que ela renuncie, de certa forma, a outras atividades das quais ela está identificada, com suas crenças, das quais a constituem como sujeito, que a posicionam discursivamente em uma estrutura familiar, no trabalho e na sociedade. Tal renúncia implica um suposto sacrifício da imagem que tem de si mesma. Sacrifício este insuportável para ela porque não sustenta narcisicamente, em detrimento do papel de mãe. Em decorrência disso, a mulher não consegue investir no bebê. Este será como uma parte dela mesma que lhe será estranha (Freud, 1914/1974). A renúncia é a da sua liberdade, ela perdendo a liberdade se vê presa ao bebê. Por isso, a presença do bebê lhe torna persecutória.

Um dos efeitos da depressão materna, que Atem (2003) resgata de Lacan, diz respeito à perturbação na operação de alienação. “Operação psíquica pela qual o bebê é introduzido na relação com o outro e na dinâmica do desejo” (Atem, 2003, p. 33), nos primeiros meses de vida. Essa perturbação ocorre porque a mãe deprimida não permite a entrada do bebê nessa operação de alienação, pois ela encontra-se com sua competência inibida, e não há desejo na direção dele. A mãe deprimida não consegue se entregar e se doar ao bebê, justamente no momento em que ele mais necessita. O bebê corre o risco, identificado à depressão materna, de poder vir a deprimir. Mas se ele é capaz ainda de reagir, chamando a atenção do outro, significa que os efeitos da devastação da depressão materna não foram avassaladores.

Uma mãe está em situação vulnerável à depressão quando se encontra desamparada, não se sente apoiada pelos familiares e, sobretudo, com uma história que a tornou narcisicamente frágil. O fato de se tornar mãe e sentir que não pode mais ser mulher, deixa a mãe com raiva desse filho, independentemente, de sofrer ou não no parto. Outra situação crítica é se há ambivalência durante a gravidez. Por um lado, o nascimento sem problema de um bebê lindo e saudável renarcisa a mãe, tranquilizando-a e gratificando-a, mas, por outro lado, se o nascimento é precipitado, conturbado, gerando pânico, em situações de emergência e de perigo ao bebê, e os médicos não conseguem tranquilizá-la, “a realidade reencontra o fantasma e surge o trauma” (Mathelin, 1999, p. 17). Nessas condições, essa mãe pode se sentir e se julgar má e se consumir com suas autoacusações. Por conta disso, o filho pode se tornar, para ela, um perseguidor. Porque a simples presença do bebê a remeterá à ferida narcísica e isso sem sombra de dúvida lhe será agressivo. Portanto, a agressividade da mãe com o seu bebê será na medida em que ela se sinta agredida por ele (Mathelin, 1999). Não que ele a

agrida, mas ela se agride frente a sua impossibilidade de se mobilizar para atender às necessidades dele.

Na depressão materna, o que está em sofrimento é a impossibilidade de investimento libidinal no filho, porque a mãe não consegue colocá-lo em uma posição de ideal e, por conseguinte, não há simbólico que permita a sua falicização. O perigo desse espelho partido, como bem expressou Mathelin, é que o olhar da mãe pode se desviar do filho. Com isso, a criança corre o risco de ser reduzida ao puro real.

No final da gravidez, reatualiza-se a relação da gestante com sua mãe, ou seja, toda a problemática edipiana mal resolvida vem à tona, ou, bem superada, nos casos mais felizes. A preocupação é predominar a repetição, o que pode desencadear no pós-parto em depressão ou em episódios delirantes (Mathelin, 1999, p. 67). Uma mãe conseguirá expressar saberes sobre o seu bebê, conseguirá fazer investimento libidinal sobre seu filho, quando tudo se passa bem de mãe à filha ou na relação mãe-filha. As mães que têm maior dificuldade de superar esse trauma são aquelas que tiveram uma relação difícil, senão conturbadas, com suas mães.

1.4 *Baby Blues*

Após falarmos das depressões do pós-parto, faz-se necessário abordarmos o *baby blues*, embora tenham causas muito próximas, todavia, apresentam *nuance* diferentes. São parecidos em algumas manifestações sintomáticas, porém com temporalidade e intensidades de emoções intensas diferentes, induzindo a confusões.

O *Blues* decerto é mais comum, pois atinge a metade das puérperas e acaba desaparecendo em poucos dias ou semanas. A queixa das mães é de uma ansiedade

inexplicável, de irritabilidade, de cansaço e até mesmo de decepção com o bebê. Os familiares em geral reagem frente à tristeza da mãe banalizando-a.

O termo *Blues* remete às melodias nostálgicas cantadas pelos escravos negros da Louisiana da mãe África perdida. *Baby blues*, ou *blues* do bebê – *blues* significa melancolia em inglês – trata-se de uma depressão, em aparência inexplicável, suscitada pela presença do bebê. Há uma ideia precisa a respeito do *baby blues*: este fenômeno é um estado depressivo benigno, normalmente transitório, que acomete a maioria das mulheres que acabaram de parir.

Bydlowski (2002, p. 23) retoma a confusão que existe, para a maioria das mulheres, entre o *baby blues*, a melancolia da maternidade, e o de depressão, sendo este preocupante e outro reconfortante. Foram os psiquiatras anglo-saxões os pioneiros na reflexão científica, a partir da década de 1960, sobre esse período sensível.

Para Bydlowski (2002, p. 23), o *baby Blues* é a melancolia da maternidade, é um momento emocional incompreensível, em que presenciamos choro fácil, tristeza súbita, mas transitórios e manifestos justamente nos dias em que seriam de felicidade com a chegada do recém-nascido. Os obstetras chamam de síndrome do terceiro dia ou depressão transitória.

Segundo Bydlowski (2002, p. 23), a causa do *baby blues* é complexa. Dentre os fenômenos associados, estariam o resultado do fim do estresse da gravidez e do parto, com condições hormonais novas. Foi comparado ao movimento depressivo que surge no dia seguinte de um intenso esforço. Entretanto, o *baby blues* seria principalmente a tradução emocional revelada do psíquico, permitindo à mãe se manifestar nesse momento com seu recém-nascido. Nesse período pós-parto, o eu materno estaria parcialmente desorganizado. Portanto, inspirada em Winnicott (1969/1975), Bydlowski

sugere que seria também o resultado de estresse de uma preparação intensa da mãe para receber o bebê e captar os seus sinais – isso daria seu caráter universal.

Rosfelter (1992/1994) chama atenção quanto à intensidade da emoção e o impacto que tem na narrativa de uma puérpera sofrendo o *baby Blues*. Esse estado de *blues* é feito de tristeza e desânimo, pânico e temor de não ser uma boa mãe. O *Blues* decerto é mais comum, pois atinge a metade das puérperas e acaba desaparecendo em poucos dias ou semanas. A queixa das mães é de uma ansiedade inexplicável, de irritabilidade, de cansaço e até mesmo de decepção com o bebê. Os familiares em geral reagem frente à tristeza da mãe banalizando-a.

Para Boukobza (2000), o *baby blues* está demarcado e manifesto pela separação e pela perda do objeto interno para a puérpera. Szejer (1997) nomeia o *baby blues* como depressão precoce do pós-parto, mas chamará simplesmente de depressão, distinta da verdadeira depressão pós-parto, que abordamos anteriormente.

Para explanarmos sobre o *baby blues*, vamos nos fundamentar na obra da psicanalista francesa Myriam Szejer (1999). Para a autora, o *baby blues* está diretamente relacionado à chegada deste novo ser, o bebê, para o casal e para a família, produzindo efeitos perturbadores e sintomáticos.

É importante termos claro que o vínculo pré-natal é por meio do corpo materno. Isso cria memória e referência para ambos. A separação, com o advento do parto, faz uma ruptura nessa relação mãe-bebê e impõe uma nova forma de relacionamento, provocando desorganização psicológica nos pais e na criança. “Deixando aqueles expostos à culpa, à angústia, ao sentimento de incompetência e a frustrações” (SZEJER, 1999, p. 38).

Durante os nove meses de gestação, a mulher vive um período peculiar. Por um lado, as mudanças corporais e suas consequências, como as alterações nas dimensões

físicas. Por outro, vive um estado narcísico de completude, carrega o “falo” dentro de si. Após o parto, a expressão (de Coelho Neto) “*ser mãe é padecer num paraíso!*”, acontece parcialmente na sua literalidade, pois ela padece. O paraíso muda completamente com a chegada do bebê real. No espelho, ela já não é mais a mesma, uma das primeiras decepções da mulher é com o seu próprio corpo. Uma nova realidade se impõe com a chegada do bebê, os cuidados maternos são necessários e vão lhe exigir esforços e um novo ritmo de vida. Nos primeiros dias e semanas, a adaptação não será nada fácil. O grau de sofrimento vai dizer de sua experiência vivida na gestação e o que nesse período despertou na história dessa mulher. Portanto, cada mulher viverá e conseguirá lidar com essas decepções e com essa nova rotina, ou fará uma depressão, a seu modo.

O parto é um divisor de dois momentos muito diferentes. No primeiro, o bebê está dentro dela; no segundo, ele está fora, é altero. Szejer (1997) vai apontar um descentramento íntimo. Algumas mulheres poderão ter dificuldade em se separar do bebê e, conseqüentemente, em realizar o luto pelo fim da troca fusional da gestação ou também de sua imagem de completude. Assim, após o nascimento, cada mulher viverá a seu modo e em seu ritmo o reconhecimento desse outro que é o bebê real. Para a puérpera deprimida, esse reconhecimento, essa tomada de consciência do outro, poderá ser dolorosa em função de sua história.

Szejer considera todos os estados depressivos surgidos em torno do terceiro dia após o parto e que duram alguns dias ou semanas, como manifestações do *baby blues*. Este é um período de desequilíbrio temporário, em que a puérpera vive um estado de fragilidade psíquica e narcísica transitórios. Qualquer coisa é motivo para a mulher fazer um drama. Justamente à medida que o narcisismo não suporta as pequenas diferenças que se opõem aos ideais, ou, mais precisamente, ao ideal do eu.

O *baby blues* é um estado de fragilidade e de hiperatividade, caracterizado por um humor lábil, que leva a mulher a crises que durante o dia vão das lágrimas à normalidade. Estes sintomas não são constantes, são acompanhados do que se assemelha também à depressão pós-parto, como a falta de confiança e a culpa, ou seja, sentem-se inseguras e duvidam de sua capacidade de cuidar da criança. Uma primípara poderá ter a impressão de que não poderá assumir o seu papel de mãe, que nunca será uma boa mãe. Já uma mãe que tem filhos, que sabe que pode ser mãe, acha que com esse último ela não conseguirá (Szejer, 1997, p. 298). A sensibilidade da puérpera fica à flor da pele. Há que se considerar sempre o contexto de cada mulher. Já presenciamos, por exemplo, uma mulher aos gritos, com misto de desespero e irritação com o choro do bebê, em pé, ao lado do berço onde ele estava chorando. Tal era o descontrole emocional.

O *baby blues* é um momento de efeito de linguagem específico, de simbólico, no *a posteriori* do parto. Ele é parecido com a depressão pós-parto, é o aspecto lábil dos sintomas que chama atenção, tais como os choros, inseguranças, incapacidade, medos, ansiedade, angústia, fadiga, humor instável etc. Uma das diferenças entre as descompensações psíquicas graves, como a depressão pós-parto, que pode durar meses ou anos, é a temporalidade do *baby blues* e a dificuldade com os cuidados maternos, diferentemente da impossibilidade ou precariedade com os cuidados.

Geralmente, é em torno do terceiro dia do nascimento que a maioria das mulheres desaba, descentra. As alterações hormonais que se seguem ao parto produzem efeitos psíquicos, sim, mas não são suficientes para explicar o *baby blues*, haja vista a sua manifestação em mães de prematuros e de mulheres que adotaram filhos (Szejer, 1997).

O fato de essa depressão, tipo *baby blues*, surgir no terceiro dia pode estar relacionado à diferença que vai se acentuando entre o filho imaginado, ao longo dos nove meses de gestação, e o filho real (Szejer, 1997, p. 301). Mãe e bebê vão para casa, passam alguns dias, durante o qual mãe e filho se observam, e aquela cai em desespero, pois não sabe o que fazer com esse outro que agora está ali à sua frente. Oscila entre o mal-estar da angústia e a felicidade de ter um filho. Sente-se insegura, acha que não vai dar conta e que não nasceu para ser mãe. O momento do pós-parto com a presença do filho real se impõe. Nesses três dias, decorre o tempo necessário para a mãe aceitar que o filho é um outro indivíduo e com isso tomar consciência de sua alteridade. E que este vai lhe demandar os cuidados maternos, sua presença e suas palavras. Esse fenômeno não acontece somente com a mãe, mas se manifesta em todo o núcleo familiar. Os bebês também mudam a partir do terceiro dia em função de sua adaptação à vida aérea. Os recém-nascidos vão ficando expressivos, com choro mais forte, ganham peso, já modulam sua voz de diferentes formas, com o som da voz de adultos que estão presentes ou de outros bebês. Esse bebê vai tomando o seu lugar, quando dado pelos pais, e isso é o simbólico. Caso isso não ocorra, psicanaliticamente, podemos interpretar que pode haver um problema quanto ao lugar desse filho para os pais e para a família.

Há reciprocidade nas manifestações sintomáticas entre mãe e filho:

É um diálogo sempre diferente, porque cada nascimento é único, cada criança é singular e o *baby blues* que ocorre, igualmente, tem sua especificidade. Quanto mais marcado, menos traduz o que esse nascimento tem de original para a mulher (Szejer, 1997, p. 304).

Tudo dependerá das reatualizações que se manifestam naquele momento, o que a separação dessa criança desperta na puérpera, e o que a presença do bebê, desse outro,

altera na sua existência. Cada gravidez terá para os pais e para a família um sentido e um significado diferente.

Esse estado está relacionado com o reconhecimento mútuo entre mãe e filho. A presença do bebê tem de se inscrever física e socialmente. Szejer (1999) assinala que o “*a posteriori* do parto que se encarna num corpo de criança” (p. 19), via palavra, via simbólico, no qual os pais estão implicados. O *baby blues* pode ser uma reatualização dos lutos e separações não simbolizados na história da mãe. Estamos falando da perda de objeto, que remeta à história dos primórdios da vida daquela mãe que também foi um bebê e teve uma mãe.

As falas (Szejer, 1997, p. 287) de uma mãe dirigidas à sua filha gestante e, sobretudo, de como foi o seu parto e seus primeiros dias e meses de vida após o nascimento, tendem a se repetir na puérpera, tornando-se mãe, por um processo de identificação inconsciente com sua mãe. A repetição desse modelo vai dizer de sua força. É quase impossível não repetir esse modelo. A chegada do novo membro da família, o bebê, mexe com a ordem genealógica, deslocando cada um em uma posição, quem era filho torna-se pai, quem era pai, torna-se avó. Esses deslocamentos remetem à morte, pois as posições andam na escala de descendência. Algumas mães que se tornaram avós se ressentem inconscientemente, porque as remete à morte, e se manifestam tirânica ou agressivamente nos joguinhos e falas do dia a dia, com suas filhas. As avós querem confirmação de que foram boas mães vendo as filhas fazerem com igual competência com seus bebês. Assim, cada um vai vir e ser afetado a seu modo pelo “*baby blues*”. Isso vale para toda a família implicada. Por exemplo, um pai poderá se sentir ameaçado com o nascimento de um filho por achar que perdeu espaço junto a sua mulher.

A reatualização da filiação é intensamente reativada para a mãe, para o pai e para a criança, o sintoma é tripartite. “As mulheres, afetadas pelo *baby blues*, manifestam intensa disposição para exprimir uma palavra que parece destinada a sustentar o reconhecimento de seu filho enquanto sujeito” (Szejer, 1999, p. 13).

Szejer e Dolto também vão falar de “castração umbilical”, termo utilizado por Helene Deutsch, que sobrevém em torno dos três dias após o nascimento, momento também em que desce o leite. “A criança recebe assim sua herança simbólica e dela toma posse em seu nome” (Szejer, 1999, p. 38). Desprender-se da voz materna, que dá o tom das informações que ele as tornou suas, só será possível quando a mãe possibilitar ao filho o acesso à castração umbilical. Isso só acontecerá quando a mãe se liberar dos fantasmas de seu próprio nascimento que a prendem ainda à sua mãe. Podemos situar o *baby blues* no momento da castração umbilical, quando:

a mãe se deprime, a fim de autorizar seu bebê a se sentir “um” outro, reconhecendo-o como um sujeito separado, embora ainda bem dependente. Desde então, humanizada, a criança pode ouvir as vozes dos outros, aquelas que veiculam (Szejer, 1999, p. 73).

O tempo fundador da castração umbilical também é reconhecido na expressão do lactente quando é envolvido pela depressão materna do *baby blues*. As emoções da mãe geram reações em seu bebê.

Fica evidente que a puérpera com *baby blues*, embora tenha muita dificuldade e sofrimento em exercer os cuidados maternos e de interagir com o seu bebê, não deixa de fazê-los. Essa interação entre mãe-filho, obviamente, não é das melhores nem se espera que seja uma vez que está em sofrimento. Portanto, requer atenção e cuidados, porque vai depender do grau de acometimento dessa mãe, o quanto ela sucumbe aos seus devaneios. A criança está sujeita à devastação que o *baby blues* pode também

proporcionar. Embora o *baby blues* seja mais ameno do que a depressão pós-parto, além de ser passageiro e ter seus picos nas dramatizações históricas da mulher, isso não isenta a mãe e o bebê da atenção e dos cuidados que requerem. Na depressão do pós-parto, a inibição não permite a mãe investir no filho, e os sintomas desse quadro são contínuos e duradouros. Por isso, os efeitos devastadores são mais perigosos e comprometedores da estrutura psíquica e do futuro da criança.

A modernidade do *baby blues*, mesmo os cuidados especializados das equipes médicas nos hospitais com todos os dispositivos de saúde, não impedem o acometimento. Talvez, esteja na falta de alguns rituais em torno dos nascimentos que pudessem sustentar as puérperas, que servissem de continente para suportar esses transbordamentos que denunciam as palavras que faltaram. As novas constituições familiares, fragmentadas, deixam as mulheres vulneráveis aos efeitos da solidão (Szejer, 1999, p. 21).

O *baby blues* denuncia a falta de palavras, mas não são quaisquer palavras, são palavras que tenham efeito de simbolização. Ademais, os pais estão implicados também pela palavra, na ordem simbólica. Clinicamente, o que importa é que a puérpera deprimida faça transferência e consiga fazer uma identificação materna para sair da depressão e com isto dar ao filho um lugar que lhe cabe na linguagem.

Contudo, se o *baby blues* é particularmente severo e duradouro, ele é muitas vezes o precursor ou a continuidade de uma autêntica depressão pós-parto. Se chegar a caracterizar uma depressão pós-parto faz-se necessário e urgente pedir ajuda, haja vista essa ser considerada, contrariamente ao *baby blues*, um evento patológico.

1.5 Psicose Puerperal

Embora o surto psicótico da puérpera no pós-parto não seja objeto deste trabalho, não podemos deixar de mencionar alguns pontos clínicos para que possamos evitar confusões, porque os fenômenos em alguns aspectos temáticos são semelhantes, porém exacerbados. Isso não implica necessariamente que ela seja nociva e em consequências mais graves para o futuro do recém-nascido. Trata-se de mães psicóticas ou não, pois nem todo surto psicótico trata-se de uma psicose, que é diferente do que se passa no *baby blues* e na depressão pós-parto. Essas mães podem ter uma crise desencadeada ou acentuada quando do parto e ao se depararem com a condição da maternidade (Atem, 2003).

As psicoses puerperais (Durand, 1999) ocorrem frequentemente com mulheres jovens que apresentam histórico de rupturas ou distorções da relação mãe-filho na primeira infância, remetendo-nos na teoria psicanalítica à forclusão do significante nome-do-pai. E não por acaso, são mulheres com grande vulnerabilidade narcísica e carências identificatórias com a imagem materna. O que vai caracterizar essa crise é a sua prevalência que se mostra constante, independentemente do momento e da cultura. Para essas estruturas, as patologias do pós-parto, delírio e depressão, são episódios agudos. As psicoses do pós-parto sobrevivem em mulheres indenes, geralmente, primíparas, até os três meses que se seguem após o parto. O quadro clínico é de delírio agudo, persecutório em relação ao nascimento e ao bebê e de negação da maternidade, do casamento, da origem do filho, além do medo de que ele morra, de confusão de identidade entre mãe e seu bebê, no qual ela projeta, e não por acaso, conteúdos delirantes relacionados à sua própria mãe.

Devemos atentar-nos às flutuações tímicas com elementos depressivos, que podem se alternar com uma suposta confusão maníaca. Esse distúrbio afetivo pós-parto, dependendo da sua importância, com depressões recorrentes, poderá ser indicativo de um quadro de transtorno afetivo bipolar. Nesses casos, o risco de um surto por ocasião do parto é ainda maior. A depressão poderá ocorrer mesmo durante a gestação.

Segundo Durand (1999), devemos distinguir, para evitar confusão, as patologias agudas, precoces, de tipo melancólico, das psicoses do pós-parto do tipo delírio agudo e as formas mais moderadas, às vezes tardias, reconhecida nos sinais de sofrimento do bebê.

Nestes casos, seria interessante que a puérpera não perdesse a sua posição simbólica de mãe. Para isso, se ela reconhecer suas limitações frente às necessidades do filho, poderá participar da construção de um projeto, para cuidar do seu filho, que pode passar inclusive pela internação/hospitalização mãe-bebê.

1.6 Considerações e conclusões acerca das depressões pós-parto:

Podemos destacar e afirmar alguns aspectos das depressões pós-parto na perspectiva da feminilidade e do narcisismo. As depressões estão diretamente relacionadas à história pré-edípica, de vida e de construção de identidades, e falha na transmissão da maternidade. Embora as identidades sejam distintas, de mãe e de mulher, deveriam proporcionar um equilíbrio narcísico da mulher-mãe. Na depressão, a subjetividade do sujeito está em jogo. O sintoma tem sua implicação intersubjetiva: a dialética do sujeito em relação ao Outro, da puérpera em relação a sua mãe e em relação ao seu bebê.

As dificuldades da puérpera deprimida são em decorrência de uma identificação precária ou inexistente, ou, ainda, recusada, em relação à mãe. Por conta disso, a puérpera não consegue fazer uma identificação inconsciente com o seu bebê em gestação. Não consegue investir no bebê imaginário e quando o bebê real nasce ela não consegue ser libidinalmente fálica com ele. Ela não o coloca numa posição de ideal. O desamparo no momento do parto se exacerba agravando o seu estado. A mãe não consegue se identificar com o bebê e seu desamparo inicial.

Não há narcisismo que sustente a mãe nesse momento. Ao contrário, suas limitações a levam à depressão e a sentimentos hostis. Contrariamente a uma mãe que acolheria o seu bebê disposta a fazer tudo por ele, uma mãe deprimida se vê mais que limitada, mas tomada de impotência e inércia, além dos sentimentos de ódio, destruição e morte. Numa maternidade normal, a ambivalência e esses conflitos são sublimados. Para uma puérpera com um narcisismo frágil, os conflitos do passado com a mãe vêm à tona, seu Édipo é revivido diante dessa nova condição, que lhe impõe e exige os resultados da castração e do gozo fálico, bem como das renúncias narcísicas para acolhimento do bebê e do exercício dos cuidados maternos.

O desejo de ter um filho deve estar alinhado a sua existência e não ofertado a outros objetivos, pois isso pode ser extremamente frustrante e angustiante, além de provocar depressão, pois não tem sustentação narcísica, desejo e gozo próprios. A puérpera acaba sendo reenviada a um vazio e, sem sustentação, ela cai em depressão.

A história do nascimento da própria puérpera e de seu lugar na fantasia de sua mãe, se ela foi acolhida verdadeiramente, nos diz o que se repete também com ela no nascimento de seu filho. Ela foi desejada? Como sustentar o desejo de ter filho e as necessidades do bebê real que acaba de nascer? Ela se encontra ainda presa à relação de ligação mãe-filha com o seu desejo suspenso?

A falha na transmissão da identidade materna resulta da dificuldade na relação mãe-filha proporcionar essas identificações. Se a mãe lhe dá somente o lugar de filha, não abre espaço para a identificação da filha com a mãe propriamente dita, mesmo copiando a mãe em suas brincadeiras infantis com bonecas. Para isso, são necessárias a presença e a marca do terceiro. Se não foi proporcionado o espaço para entrada do pai, não haverá espaço para ancoragem fálica e espaço no desejo do Outro materno para esse recém-nascido.

A considerar a relação mãe-filha, um bebê, ao nascer, torna-se um terceiro entre elas. A mãe deprimida se demite do efeito que a função paterna impõe. O sujeito não se responsabiliza pelo seu desejo. O bebê não encontra acolhimento enquanto objeto do e no desejo da mãe, mas torna-se um terceiro que lhe impõe um corte e exigiria renúncias intrínsecas à dedicação materna. Ademais, quebra a montagem fantasmática da relação de ligação mãe-filha. A puérpera cai desse lugar. A depressão materna é o não ao “ser mãe”.

Para a mãe deprimida, a criança enquanto objeto de gozo não se sustenta na fantasia materna, ao parir e se sentir esvaziada de sua plenitude, perde o gozo. A sensação é de perda. Ao parir, não é somente o bebê que cai de seu corpo, mas a puérpera que cai de sua posição desse lugar de gozo, de sua fantasia de se fazer objeto de gozo do Outro. Ao nascer o bebê, a mulher não é mais uma filha, mas torna-se mãe como a própria mãe, que por sua vez tornou-se avó. Entretanto, não sustenta essa nova posição. Nesse deslocamento, ela cai da sua posição que se imaginava objeto amado e se deprime.

A depressão pós-parto tem sua perspectiva transgeracional justamente pela falha na transmissão da maternidade. Se a puérpera conseguir se referenciar na própria mãe conseguirá cuidar de seu filho. Caso contrário, se ela se encontra travada na relação

mãe-filha, a depressão vai denunciar por um lado a dominação e onipotência maternas, ou, por outro, a carência da presença da mãe. Mas tanto uma como outra condição manifestam seus estragos: a falha na transmissão da maternidade e da abertura para entrada do pai, proporcionados por uma mulher, que por sua vez é mãe, facilitando o processo de feminilidade para a filha.

Quanto à renúncia exigida a uma mulher com um narcisismo frágil, isso nos remete também à castração – a de deixar de ser o objeto da mãe, à sua imagem narcísica –, e as exigências reais impostas com o nascimento do bebê. As castrações que lhe são impostas geram quebras narcísicas, necessárias que a limitam na dedicação e realização dos cuidados maternos com o bebê.

Com o narcisismo abalado por algum sofrimento físico durante e por conta da gravidez, ou ainda, por abandono pelo parceiro, que seria o não de amor, a mãe deprime, ou, ainda, rejeita o bebê. O parto enquanto separação mãe-bebê é vivenciado por algumas como uma perda. Uma parte de si é perdida naquele momento. Esse objeto que lhe dava a sensação de plenitude a esvazia e torna-se outro.

A castração e a dificuldade com a falta e o desejo são fundamentais para percebermos a dificuldade de uma puérpera, que ao dar a luz a um bebê cai em depressão.

CAPÍTULO 2

FEMINILIDADE: FILHA, MULHER E/OU MÃE

“A mulher é mais recôndita que o caminho por onde,
na água, passa o peixe” (Masotta, 1986, p. 33)

2.1 As relações pré-edípicas e o Édipo feminino

Faz-se necessário trabalharmos o Complexo de Édipo a partir de Freud e Lacan para levantarmos subsídios a fim de abordar a feminilidade e a maternidade. Primeiramente, resgataremos em Freud a ênfase às relações pré-edípicas da menina com a mãe, especialmente o ponto em que Freud avançou no Édipo da menina.

Não faremos um resgate histórico do desenvolvimento da teoria do Complexo de Édipo, muito menos seus pormenores, pois já é bem conhecido. Trataremos como, a partir disso, Freud concebe a construção da feminilidade, que é nosso foco de trabalho.

Freud ficou muito tempo tomando o Édipo do menino como se fosse universal. Tanto assim que afirma em *Sexualidade Feminina* (1931/1974, p. 263) que o dito até então sobre o Complexo de Édipo se aplicaria somente aos meninos. Freud trabalhou o Édipo antes de trabalhar as relações pré-edípicas. Portanto, faremos uso de onde Freud chegou para assim apresentarmos fundamentos a fim de tratarmos das questões pertinentes à feminilidade e a da equação que leva à maternidade. Partiremos em Freud de alguns textos que fizeram época e nos apresentam elementos que ajudarão na organização teórica-clínica dessa proposição. Posteriormente, buscaremos as diferenças

complementares na perspectiva de Lacan quanto à organização do Complexo de Édipo e a feminilidade.

Freud, em *A organização genital infantil* (1923/1976, p. 180), vai dizer que para ambos os sexos apenas o órgão genital masculino é considerado, e isso equivale à primazia do “falo”. Para Freud, o menino percebe a diferença entre homens e mulheres, mas não associa à diferença sexual anatômica. Para ele todos os seres e coisas terão um órgão sexual semelhante ao dele. Entretanto, nas brincadeiras e ocasiões que proporcionam à descoberta, as crianças verão que não são todos que possuem pênis. As crianças rejeitam o fato da diferença sexual anatômica.

Com relação às meninas, elas dizem que o pênis ainda é pequeno, mas vai crescer, ou ainda, que ela teve, mas tiraram. A falta de pênis é tida como resultado de uma castração, mas castração enquanto punição. Entretanto, para a criança, a mãe retém o pênis por mais tempo. Somente quando a criança descobre que somente as mulheres podem ter bebês, a mãe perde o pênis, diríamos, mas não perde o falo. Concomitante a isso são construídas, sobretudo pela criança do sexo feminino, as teorias da troca do pênis por um bebê. O significado do complexo de castração também só deve ser considerado com sua origem na fase da primazia fálica, como veremos. Vale destacar que Freud apontou que após a organização genital infantil existe a masculinidade, mas não a feminilidade. Ou seja, a antítese é possuir um pênis ou ser castrado.

Quanto ao declínio do Complexo de Édipo (1924/1976) Freud assinalou que para a menina o Édipo é mais simples do que para o menino. Quando a menina compara o seu clitóris com um pênis ela vai se perceber em “prejuízo”, tanto que dirá “*zu Kurz gekommen*” (Freud, 1924/1987, p. 400), ‘saiu-se pequeno demais’. A leitura que ela faz é de ter sido injustiçada, o que daria fundamento para o sentimento de sua suposta

“inferioridade”. Se ela permanece nessa linha da esperança de que mais tarde obterá um pênis, ou que ele crescerá, permanecerá no chamado complexo de masculinidade.

A menina não entende a diferença sexual anatômica como uma característica de cada um dos sexos. Para ela, a descoberta da diferença lhe é extremamente desagradável, por isso será resistente a aceitá-la. Para a menina, a renúncia ao pênis, daquilo que não tem, não é tolerada, senão com a tentativa de alguma compensação. Ela vai deslocar, fazendo a equação simbólica, o possuir um pênis para ter um bebê. Só que este bebê no tempo edípico é receber um bebê do pai, como forma de presente de compensação. O Édipo da menina culminaria nisso, mas esse desejo é abandonado porque não se realiza. Contudo, permanecem investidos no inconsciente o possuir um pênis e o desejo de ter um filho. Freud dirá que isso ajudará ao sujeito feminino na construção de seu papel posteriormente. “*Die Anatomie ist das Schicksal*” (Freud, 1924/1987, p. 400). A anatomia é o destino, disse Freud (1924/1976, p. 222), na variação das palavras de Napoleão, sobre a subjetivação.

Considerando algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos, Freud (1925/1976) dirá que realmente as questões são muito diferentes entre meninos e meninas. Assim, para as meninas o Complexo de Édipo levanta uma questão quando comparado aos meninos. A saber, uma mãe é ativa com seus filhos em todos os sentidos (Freud, 1933[1932]/1976b, p. 142). Para ambos, a mãe é o objeto original. O menino reteria esse objeto e a menina o abandonaria a certa altura e tomaria o pai como objeto (?).

A partir dessa questão, Freud faz sua pesquisa e chega a algumas conclusões. O menino, quando se defronta e percebe o sexo da menina, parece não valorizar muito, dará respostas que ainda não lhe são significativas. Somente mais tarde, sob a ameaça de castração, é que essa diferença, conforme suas reações, terá importância para ele. É o

momento da ameaça de castração (Freud, 1925/1976, p. 313). Por outro lado, a menina, afirma Freud (1933[1932]/1976a, p. 110), agirá de forma diferente, pois não tem medo de ser castrada, porque não teme perder o que não tem, o temor será perder o amor. Então, ao perceber que não tem o pênis, ela reagirá, decide querer ter um.

Agora as consequências psíquicas da inveja do pênis, *Penisneid*, enquanto ferida narcísica para uma mulher, vai se tornar naquele sentimento de inferioridade já visto e até de inibição. Ou ainda, se ela conseguiu dar uma resposta dentro do campo da universalidade, somos “todos iguais”, compartilhará com os homens da mesma opinião a respeito do sexo feminino e tentará ser como os homens (Freud, 1925/1976, p. 315), resultando no complexo de masculinidade. Mesmo depois de abandonar a inveja do pênis, um traço deslocado lhe será característico: o ciúme.

A menina atribuirá à mãe a responsabilidade de tê-la gerado sem pênis. Freud assinala que a menina, quando percebe que não poderia competir com os meninos e ao abandonar essa ideia denotando o reconhecimento da diferença sexual, é afastada da masculinidade, o que a conduziria ao desenvolvimento da feminilidade (Freud, 1925/1976, p. 318).

No entanto, Freud tem ciência que até esse momento o Complexo de Édipo para a menina não cumpriu o seu papel. Mas fica claro que ela faz um deslocamento da sua libido, substitui o desejo de ter um pênis para o desejo de ter um filho. Essa nova posição resulta na equação pênis = criança (Freud, 1925/1991a, p. 27). Mas, para isso, o pai torna-se para ela o objeto de amor, capaz de lhe dar um filho. Em contrapartida, a mãe torna-se o objeto de seu ciúme (Freud, 1925/1976, p. 318). Agora, sim, poderíamos afirmar que a menina entrou no Complexo de Édipo. Assim, o Complexo de Édipo será uma formação secundária, pois a pré-história do Édipo, as relações pré-edípicas entre mãe e filha serão decisivas para isso.

Portanto, para entendermos o que se passa no Complexo de Édipo das mulheres, ou no campo da feminilidade das mulheres, devemos nos concentrar na fase pré-edípica da poderosa vinculação da menina com a mãe, pois essa relação é intensa, duradoura e favorece às fixações e disposições. Em razão dessa ligação intensa e dos cuidados da higiene que levam às excitações sexuais iniciais. Nessa fase, o pai é um rival incomodo. No período fálico, a menina acabará desejando ter um filho de sua mãe, assim como o medo de ser assassinada por ela como manifestação paranoide nesse período pré-edípico (FREUD, 1933[1932]/1976b, p. 148). Nesse momento Freud deixa de acreditar nas históricas que diziam que eram seduzidas pelo pai. Mas que o sedutor na história pré-edípica era a mãe que cumpria esses cuidados maternos.

Freud (1925/1976) vai afirmar e assinalar que: “Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração” (p. 318). Isso porque o complexo de castração para o menino limita a masculinidade. O Édipo é recalcado, senão destruído em função da ameaça de castração. Sua libido é sublimada e o objeto incorporado ao eu. O supereu será o seu herdeiro. Já para a menina favorece a feminilidade. Mas para ela não há o que destruir no Édipo, nem sofrerá a ameaça de castração porque não tem o que perder. Ela o abandonará lentamente ou lidará com ele via recalque ou se manifestará na vida mental das mulheres.

No Complexo de Édipo do menino, o seu primeiro objeto de amor foi e continuará sendo a mãe. O pai torna-se o seu rival, portanto, será odiado. Posteriormente, o agente paterno será internalizado, tornando-se o supereu (Freud, 1931/1974, p. 263), mediante ideal do eu, que lhe proporcionará uma identificação. Para a menina, será diferente, embora a mãe também tenha sido o seu primeiro objeto de amor. Freud (1931/1974, p. 260) chama atenção de que a força que tem a relação pré-

edipiana entre mãe e filha é mais importante do que para os meninos, e que muitas mulheres ficam presas a essa relação e não conseguem realizar um corte nessa ligação intensa e ir à direção de um homem. A partir do entendimento dessa fase, Freud consegue compreender alguns fenômenos. Assim como o fato de algumas mulheres escolherem maridos conforme o modelo do pai. Nessa relação, esses serão herdeiros dos relacionamentos que elas tinham com as mães, ou seja, para a sua manutenção (Freud, 1931/1974, p. 265). Por isso, vai apontar que talvez o segundo casamento pareça melhor.

Então, a menina se reconhece castrada ao notar a diferença sexual anatômica dos corpos. Isso será um dos principais motivos do afastamento dela em relação à mãe. Ademais, teremos o ciúme de outras relações e a proibição da masturbação. Esses motivos surgem como a castração para a menina e o se desligar da mãe (Freud, 1931/1974, p. 267). Freud apresenta outra censura, como poderia apresentar outras que são em decorrência desse juízo de prejuízo, por exemplo, por ter nascido “sem pênis”, a acusação de que a sua mãe não a teria amamentado o suficiente. Entretanto, Freud (1931/1974, p. 269) acha que todos os motivos elencados não seriam o suficiente para justificar a hostilidade final da filha para com a mãe.

Mas, dessa forma, o motivo mais forte para que a menina se afaste da mãe se constitui com a censura infligida à mãe por ela não lhe ter dado um pênis, mas tê-la feito como ela, uma mulher. Ou seja, é a inveja do pênis que vai fazer com que a menina abandone a sua mãe por tê-la feito assim, justo quem a amou e é igual a ela. Portanto, isso parece ser o caminho, pois ao abandonar a mãe ela colocará o pai no lugar (Freud, 1940[1938]/1975, p. 222), desse objeto amado.

Mas isso tudo não ocorre com sentimentos de paz e harmonia, a menina não aceita muito bem isso, senão rebela-se: abandonando a sua sexualidade, atividade fálica

e parte de sua masculinidade; ou se aferra e se afirma à sua masculinidade ameaçada, acredita que conseguirá algum dia um pênis; ou, que seria desejável, no qual ela tomará o pai como objeto, encontrando a saída feminina para o complexo de Édipo. Para Freud (1931/1974, p. 264), o Édipo para as mulheres se constitui num processo muito demorado. Ele não será destruído como foi para os meninos, mas será, para elas, como vimos, decorrente da castração.

Freud afirma que o afastamento da menina de sua mãe, portanto, constitui-se num passo muito importante para a via do desenvolvimento dela. Isso é mais que uma simples troca de objeto. Acentuam-se os impulsos sexuais passivos. Os impulsos ativos foram frustrados e decerto não investidos pela libido e pelo recalçamento da masculinidade, mas isso não ocorre sem danos sexuais. O que se destaca aqui é justamente a transferência para o objeto paterno com o auxílio dessas tendências passivas. Vai dizer Freud, mas que ela vá na direção dessa subversão. Assim, o caminho para o desenvolvimento da feminilidade estará acessível à menina, até o ponto em que não esteja restrito pelos restos da ligação pré-edipiana com a mãe (Freud, 1931/1974, p. 275; 1925/1991b, p. 533). Portanto, para Freud, a menina se afasta da mãe por influência do reconhecimento da castração, tanto em si quanto, sobretudo, na mãe. E isso, assinala Freud, (1925/1991b, p. 277), ocorre com manifestações de hostilidade. Portanto, a feminilidade seria em decorrência de a mulher aceitar a diferença sexual anatômica, a castração.

Em *Feminilidade*, Freud (1933[1932]/1976b) assevera que a Psicanálise não tenta descrever o que é uma mulher, mas como ela se forma, em função da disposição bissexual na criança e de se demonstrarem mais masculinas do que femininas em determinados aspectos. Nesse mesmo texto, Freud reforçará a questão da separação da relação mãe-filha e desta se voltar para o pai. Para ele, a menina que, em princípio, terá

o pai como seu objeto amoroso, passará para sua escolha objetual definitiva (Freud, 1933[1932]/1976b, p. 147). Entretanto, as coisas não são simples, pois encontraremos muitas mulheres dependentes ainda de um objeto paterno, ou de seu pai.

O afastamento da menina nunca é sem a manifestação de uma dose de agressividade e de ódio em relação à mãe. Isso em função dessa relação intensa vivida pela menina com sua mãe, na condição de amor à mãe fálica, à qual está identificada (Freud, 1933[1932]/1976b, p. 159). Esse amor intenso deixa a criança suscetível a qualquer frustração ou desapontamento que ele venha a proporcionar, por isso suscita a agressividade na criança na mesma proporção. Para Freud (1933[1932]/1976b, pp. 153-154), o fato de as meninas constatarem as diferenças sexuais anatômicas dos corpos e com isso se sentirem injustiçadas, sucumbindo à inveja do pênis, jamais será totalmente superado por uma mulher. Ela vai acreditar possuir algo semelhante por muito tempo. Em contrapartida, a sublimação desse desejo poderá levá-la às suas conquistas sociais.

Portanto, a menina, desligando-se da mãe e buscando o falo no pai, constituir-se-á na via pela qual poderá desenvolver a feminilidade. Caso contrário, poderá sucumbir ao complexo de masculinidade e à neurose. Então, a remoção da atividade fálica proporcionará a preparação do caminho da feminilidade para a menina (Freud, 1933[1932]/1976b, p. 157). Mas a condição feminina vai se estabelecer somente se o desejo de pênis for substituído pelo desejo de ter um bebê.

Pois bem, é partir da transferência do desejo de ter “pênis-bebê”, diz Freud, que a menina iniciará o seu Complexo de Édipo. A mãe, nesse momento, torna-se a sua rival, porque o filho que a menina quer ter é do pai, e a agressividade vem à tona. O complexo de castração prepara a menina para o Complexo de Édipo. O Édipo tardio e não totalmente superado é o que vai fazer Freud afirmar que com isso o supereu sofrerá um prejuízo (1933[1932]/1976b, p. 159), não atingindo a intensidade e a independência.

Por isso, Freud (1925/1976, p. 320) dirá que o supereu nas mulheres é inexorável, pessoal e dependente de suas emoções.

Entretanto, se o que predominou na menina foi o complexo de masculinidade, uma vez que ela não suportou a descoberta da castração feminina, vai se intensificar a sua atividade clitoridiana. Restará a ela se amparar em uma das duas possibilidades de identificação, ou com a mãe fálica ou com o pai. O movimento que ela fará na direção dessas identificações é contrário à passividade que abriria caminho esperado à feminilidade. Freud (1933[1932]/1976b, p. 162) tinha como premissa a falta de pênis como um condicionante na configuração da feminilidade.

Para Freud, o período denominado de pré-história da mulher, que equivale ao período pré-edipiano, e os restos perturbadores desse período inicial no qual a menina vai viver a masculinidade, afetarão decerto o desenvolvimento da feminilidade. O que por vezes poderá provocar não somente regressões e fixações das fases pré-edípianas, mas a oscilação entre a masculinidade e a feminilidade. Essa indefinição, manifestação da bissexualidade, Freud (1933[1932]/1976b) vai chamá-la de “o enigma da mulher” (p. 161).

Freud (1933[1932]/1976b, p. 162) vai afirmar ainda que as mulheres têm uma necessidade de serem mais amadas do que amarem. Isso porque atribui à feminilidade uma quantidade maior de narcisismo, afetando a escolha objetal da mulher. Por isso a “escolha” do parceiro para o casamento é considerada consequência do sintoma edípico.

Outro fato importante no processo da feminilidade, provocado por uma mudança quando do nascimento de um filho para uma mulher, que a partir de então se torna mãe: Freud (1933[1932]/1976b, p. 163) dirá que ela poderá reviver uma identificação com a sua própria mãe. E a compulsão à repetição poderá reproduzir o que foi o casamento dos

pais. Também não sossegará enquanto não transformar o seu marido em um filho (1933[1932]/1976b, p. 164). Ela transforma-se em A Mãe.

Freud (1933[1932]/1976b, p. 163) assinala ainda que dependendo do sexo do bebê a mãe reagirá em conformidade com a força que ficou para ela da falta de pênis. Freud destaca que a mãe obterá maior satisfação com o nascimento de um bebê masculino por transferir a ele toda sua ambição de satisfações que decorreriam do complexo de masculinidade e suas implicações.

Quanto às identificações da menina com sua mãe, Freud aponta dois aspectos. Primeiro, a identificação pré-edipiana de uma menina com sua mãe. Entra aqui as questões afetivas e o modelo de mulher. Segundo, a identificação a partir do Complexo de Édipo, no qual ela tentaria eliminar a mãe para ocupar o lugar dela junto ao pai. Mas isso não ocorre assim de forma tão clara, porque ambas vão persistir e não serão totalmente superadas ao longo da vida de uma mulher (1933[1932]/1976b, p. 164).

Freud nos deixa indicada a importância decisiva que o período pré-edipiano tem na vida de uma mulher. Sobretudo na futura formação de suas características enquanto mulher, mãe e parceira nas relações amorosas, ademais nas sublimações profissionais etc. Pois nesse período se dá a identificação que proporcionará a ela atributos que atraem os homens.

Enfim, outro aspecto, não menos importante, é a rigidez psíquica e a imutabilidade que as mulheres são tomadas e que preocupava a Freud enquanto clínico, pois não favorecia o desenvolvimento na direção da feminilidade. Freud sabia que o que ele apresentara sobre a feminilidade era insuficiente e parcial. Tanto que nomeou como “*dark continent*” (Freud, 1926/1976, p. 242) a vida sexual das mulheres adultas. Ademais, esse conteúdo apresentado não agradaria ao público, justamente por mexer em feridas narcísicas e suscitar críticas agressivas das feministas. Tanto assim que ele

recomendava: “Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e mais coerentes” (Freud, 1933[1932]/1976b, p. 165).

Em Lacan seguiremos de forma objetiva focalizando nos recortes propostos os tempos do Édipo e suas especificidades na menina e o encaminhamento para a feminilidade. Para Lacan, o Complexo de Édipo vai tomar uma dimensão lógica e topológica. Quando Lacan se refere ao período pré-edipiano, será mais para retomar na dimensão freudiana, porque para ele esse período equivale ao chamado estádio do espelho que começa a compor os tempos do Complexo de Édipo, que será a estrutura que organiza a relação entre a mãe e seu filho.

Sabemos que para a Psicanálise o inconsciente é a descoberta de um lugar, no qual se desenvolverá uma dinâmica em torno do que chamamos Complexo de Édipo. Este, por sua vez, é uma estrutura que ligará o sujeito por meio da rivalidade a uma ordem simbólica. Mas tudo parte da relação pré-edipiana, para somente depois adentrarmos no Complexo de Édipo, isso tudo é permeado e finalizado pelo processo essencial de castração, que é o signo do Édipo. Este regulará o desejo no menino e na menina, e, como já vimos, determinará no Édipo a entrada dela e a saída dele. Subordinando o sujeito a uma Lei, ao advento da verdade e do desejo (Safouan, 1970, p.11).

Portanto, vamos partir do que Lacan desenvolve como a dialética do falo que se articula, se elabora e se resolve no nível do Complexo de Édipo, mas que se retoma na relação simbólica nos estágios pré-edipianos (Lacan, 1956-1957/1995, p. 195-6). Então, o que temos de saída é uma mãe, um ser desejante, que, por ser insaciável, teve um filho

ou filhos. Essa é a etapa que antecede o Édipo, a da frustração primitiva. A mãe no início é simbólica, ela vai se realizar somente a partir das frustrações oriundas da relação entre a mãe e a criança (Lacan, 1956-1957/1995, p. 229). Nessa relação, a criança vai tentar satisfazer, porque supõe no outro o desejo, fazendo-se objeto do desejo da mãe. Todavia, é impossível satisfazê-la. Portanto, a relação de um filho com o falo se estabelece na medida em que o falo é o objeto de desejo da mãe (Lacan, 1957-1958/1999, p. 190). Nessa função imaginária, com a pretensa exigência da mãe fálica, o que será essencial é a noção da falta de objeto.

Mas o que importa é que a criança entre nesse jogo dessa relação intersubjetiva e comece a construção do seu narcisismo (Lacan, 1957-1958/1999, p. 198). Temos de considerar que, quando falamos do desejo da mãe, esse já está articulado na situação disposta no Édipo. Uma relação triangular que se pressupõe presente no inconsciente da mãe desde o nascimento do bebê. Este virá ocupar um lugar mediado por ela, a mãe. É a partir da insatisfação da mãe, obviamente porque ela é faltante, na relação mãe-filho, que a criança vai descobrindo que o falo está mais além da mãe. Então, o que está em jogo na fase pré-edípica é a criança assumir o falo como significante, fazendo dele instrumento da ordem simbólica das trocas, confrontando-se com a função simbólica do pai (Lacan, 1956-1957/1995, p. 204).

Posto isso, vamos aos três tempos do Édipo. Embora essas etapas tenham uma temporalidade, não são necessariamente cronológicas para Lacan. Resumem-se da seguinte forma: o primeiro tempo será aquele no qual a criança está em relação ao desejo do outro. No caso, o desejo da mãe, ou de quem cumpre essa função, que é captado em estado bruto, sem filtro. Temos de entender também que a mãe é o objeto primordial para a criança, é o Outro da primeira dependência, que pode estar presente ou ausente. Esse desejo é nesse momento desejo do outro, desejo de desejo. Forçando

um pouco é um desejo de reconhecimento. Ser ou não ser esse objeto que pode satisfazer o desejo da mãe. A criança vai perguntar à mãe através de suas demandas. Porque o sujeito se identifica com o objeto do desejo da mãe, nessa relação especular com ela. Esse objeto é o falo enquanto toda a dialética subjetiva. A criança só vai encontrar satisfação de suas necessidades ocupando esse lugar do objeto. Ser o falo para a mãe. Agora o falo do menino não será mais valioso do que o da menina (Lacan, 1956-1957/1995, p. 196). Portanto, nesse primeiro tempo, a criança vai acolher o desejo da mãe e está submetida a ele. A saber, o eu das identificações ideais, quando assume uma imagem, produto das relações intersubjetivas, é formado a partir da realidade de um outro e do desejo inconsciente desse outro.

No segundo tempo, o que teremos é o aparecimento do pai, como elemento que privará a mãe, na relação mãe-filho. Fazendo o corte na ligação entre a mãe e a criança. Seria a lei do pai que priva o sujeito de sua mãe. O pai faz isso ocupando o lugar de objeto que “preencheria” a mãe, que tem o falo, para o qual ela dependeria e vai direcionar o seu desejo. Até então a criança vivia essa relação naquele tempo como uma relação dual, mãe-filho, imaginária. A criança acredita que ela seria o objeto que preencheria o desejo da mãe. Mas o pai, enquanto metáfora paterna, vem mostrar que não. Como o desejo da mãe se dirige a ele, isso faz com que ele proíba essa relação. Portanto, o pai vai privar a mãe em relação à criança e vice-versa. A mensagem para a criança é “Não te deitarás com tua mãe”. A mensagem à mãe é “Não reintegrarás o teu produto” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 209). Mas para isso ocorrer é necessário que a mãe dê abertura para esse elemento simbólico por excelência, o significante, Nome-do-Pai, em seu desejo e no inconsciente. Nesse tempo, o sujeito se desvincula daquela identificação, mas se liga na lei.

Lacan (1957-1958/1999, p. 199) dirá que a chave da relação do Édipo está na ligação da remissão da mãe a uma lei de um Outro, para além da lei dela, com o objeto do seu desejo ser possuído também por esse Outro. A lei da mãe não é controlada, porque está sustentada e suscetível aos seus caprichos para o bem ou para o mal. Entretanto, o caráter decisivo está relacionado com a palavra do pai, ou seja, ter efeito junto à mãe. Desalojando a criança da relação ideal que ela tem com a mãe e que poderiam se “satisfazer”. Estamos falando do pai enquanto o significante Nome-do-Pai, como veremos mais adiante, tratando sobre sua importância e sobre a condição de sua carência na contemporaneidade.

O terceiro tempo é decisivo para o sujeito, para a saída do Édipo. É o momento em que a mãe vai aparecer como castrada. O pai já não aparece mais como aquele que privou a relação mãe-filho. Mas a mãe aparece como aquela que é faltante, sendo que nenhum falo desses vai preenchê-la, satisfazê-la plenamente, nem o pai. Entretanto, o pai aparecerá, não mais como o privador, mas como aquele que tem o falo, e não que o seja, mas que pode dar à mãe o que ela deseja, reinstaurando, assim, a instância do falo enquanto objeto do desejo da mãe. Nesse tempo, ocorrerá a privação ou a castração que incide sobre a mãe, para o sujeito na sua posição imaginária, de dependência. Assim se dá o declínio do Complexo de Édipo.

Assim, o sujeito admite que ela é faltante, desejante. Isso seria aceitar a castração materna. O pai cumpriu a sua função simbólica, poderá ser tomado pela criança como um ideal do eu. É a identificação com a instância paterna. Mas isso tudo tem implicações. Para que a criança entre verdadeiramente na linguagem é necessário que o Nome-do-Pai não tenha sido foracluído, que a criança aceite a diferença entre os sexos e a castração na mãe fálica. Ou melhor, renuncie a mãe fálica. E ainda, alcançar uma identidade sexual.

O Complexo de Édipo para a menina e para o menino não são simétricos. Como vimos, será mais fácil para o menino, em função de o pênis ter peso de significante. Em contrapartida, para a menina, o caminho será mais longo, pois se tratará de uma construção da identidade feminina, justamente por esse significante faltar, como veremos. Nessa saída normatizadora do Édipo, a criança reconhecerá não ter o falo. Para o menino, não ter aquilo que tem, e, para a menina, aquilo que não tem. Esse desfecho do Complexo de Édipo vai se dar com a identificação decorrida desse terceiro tempo. O menino se identifica com o pai, como aquele que possui o pênis. O significado que fica resulta da existência do significante e esse significado tem para o sujeito o papel de objeto universal.

Para o menino, o Édipo, além de permitir, a princípio, que ele se identifique com o seu próprio sexo, a partir da relação imaginária, idealizada com o pai, será a da sua relação com a função do pai, mas que ele tenha acesso a essa função, qual seja, ser pai (Lacan, 1956-1957/1995, p. 208). Então, para o menino, a assunção do tipo viril, da heterossexualidade masculina, pressupõe a castração de início, justamente porque ele tem o pênis. Entretanto, é necessário que ele o obtenha de outro, do pai, do jogo de quem perde ganha (Lacan, 1956-1957/1995, p. 214).

Mas, para a menina, é diferente. Em contrapartida, o sexo da menina não vai ficar para ela, como ficou o do menino, no centro da dialética (1957-1958/1999, p. 207). Lacan vai dizer que é impossível articular a castração sem incorrer na noção de privação. A privação é um furo no real. O fato de a mulher não ter pênis é porque ela é privada dele. A castração é tida pela apreensão no real da ausência de pênis na mulher (1956-1957/1995, p. 223).

Embora, para a menina, a dificuldade se localize justamente na entrada do Édipo, para ela será mais simples. Nisso, Lacan (1957-1958/1999, p. 202) segue Freud,

ao afirmar que a menina não precisará fazer essa identificação viril, como o fará o menino. E, no fim, a solução lhe será facilitada, porque o fato de o pai deter o pênis, portar o falo, será um facilitador para se fazer preferir à mãe. Então, quando o pai se torna o ideal do eu é que a menina reconhece que ela não tem o falo. Isso a leva à privação. E isso é bom para ela, pois a menina, a mulher, vai reconhecer o homem como o que tem o falo.

Portanto, a menina imaginariamente vai saber onde localizá-lo; e assim ela fará o deslocamento desse falo imaginário ao real, no pai, como dom daquele que poderá lhe dar um filho, o substituto do falo. Esse é o caminho para a menina se introduzir no Édipo e na heterossexualidade independentemente dos transtornos aí decorridos. Mas, para que ela possa fazer esse movimento, terá de ter renunciado ao falo, para que ela busque em outro. Por isso, é em relação ao falo que a menina entra no Édipo. Há que se entender que o pai é o objeto de amor para a menina à medida que é a falta do objeto para ela que a conduziu ao pai, tão somente, pois será ele quem será substituído por outro homem, o qual lhe dará o objeto de satisfação, o objeto da procriação (LACAN, 1956-1957/1995, pp. 206-207).

Essa redução à identificação do objeto de amor ao objeto de satisfação denuncia não somente uma fixação, mas uma parada no desenvolvimento da mulher. O que vai colocá-la numa dependência muito particular. Ademais, essa espera para obter o que deseja poderá favorecer a fixações narcísicas, tornando-a suscetível à intolerância a uma determinada frustração (Lacan, 1956-1957/1995, p. 208). Lacan (1956-1957/1995, p. 218) associa isso ao ideal conjugal monogâmico da mulher, em razão de ela querer o falo apenas para si. Vai afirmar que essa movimentação toda propiciará à mulher um traço muito específico que dará o seu estilo no desenvolvimento do supereu.

Lacan (1957-1958/1999), seguindo a Freud, afirmará que essa saída normatizadora do Édipo, embora o resultado para a menina seja bom, totalmente admissível e gerador de conformidade, não será atingida plenamente, “pois sempre lhe fica um pequeno amargo na boca, ao qual se dá o nome de *Penisneid*, prova de que isso não funciona de maneira realmente rigorosa” (p. 179). Portanto, a menina oscilará entre renunciar ao falo e a prevalência da relação narcísica. A falta de marcos simbólicos vai resultar numa imagem narcísica mal constituída. Por isso a prevalência e fixações narcísicas.

Lacan afirma que a inveja do pênis é um elemento fundamental da experiência psicanalítica, pois é coextensiva à descoberta da mãe fálica e aos dramas vividos no Édipo. A mãe decerto conserva o *Penisneid* em maior ou menor grau dependendo do sujeito. Por isso o termo *Penisneid* é referência constante na relação mãe-criança. Posto que é na relação com a mãe que a criança vai vivenciar o falo como o objeto do desejo dela (*ou centro do desejo dela*). Logo, o sujeito criança vai preenchê-la ou não como objeto de sua falta ou de desejo. A criança vai tentar se moldar e se fazer naquilo que ela é para o amor da mãe (Lacan, 1956-1957/1995, p. 232), ela vai se oferecer como o falo na tentativa de satisfazê-la, como vimos. Aí ela pode se identificar com a mãe, ou a esse falo, ou ainda como portando o falo (Lacan, 1956-1957/1995, pp. 229-230).

Para falarmos do Édipo, foi necessário que recorrêssemos à etapa pré-edipiana. Esse período é essencial para entendermos a necessidade do fenômeno da castração e como isso se apropria do objeto imaginário e do seu representante legítimo – o pênis – resultando na simbolização de uma dívida ou punição simbólicas, a partir de então inscritas na cadeia simbólica (Lacan, 1956-1957/1995, p. 224).

O complexo de castração se dará no plano imaginário, quanto ao que está em jogo com o falo. É a intervenção da função paterna que introduzirá a ordem simbólica e

seus efeitos legiferantes de lei intervindo no plano imaginário. As coisas serão tratadas no campo das palavras. Por isso convém que o pênis real não seja colocado em jogo, pois a castração recai sobre o falo imaginário (Lacan, 1956-1957/1995, p. 233). Ela é necessária para que ocorra a assunção do falo materno, mas enquanto um objeto simbólico. E com o fato de a mãe ser privada do objeto por aquele que tem, o pai, é que a criança conceberá que esse objeto simbólico lhe poderá ser dado um dia (Lacan, 1956-1957/1995, p. 213).

Esse momento, na infância do sujeito, Lacan nomina por ponto nodal, essencial para as neuroses, no qual o sujeito terá de se posicionar em relação ao papel exercido pelo pai em relação à mãe não ter o falo. Esse desfecho do Complexo de Édipo poderá ser favorável ou desfavorável, nas três dimensões exercidas pelo pai, na castração, na frustração e na privação (Lacan, 1957-1958/1999, p. 191). Claro que o pai não castra a mãe de uma coisa que ela não tem, a castração é na subjetividade do sujeito. Trata-se da privação e da sua simbolização. Entretanto, caberá ao sujeito infantil assumir ou não, aceitar ou recusar, que a mãe é privada do falo. O problema se localiza justamente quando a criança não ultrapassa esse ponto, não aceita, em decorrência do efeito da função do pai, possivelmente enfraquecida. Se isso ocorre, ela se manterá estruturalmente identificada com objeto fálico da mãe.

Em síntese, o menino se transformar em um homem e a menina se transformar em uma mulher dependerão do complexo de castração, que está entre ter ou não ter o pênis. Ser castrado é essencial na assunção de ter o falo (Lacan, 1957-1958/1999, p. 192-3). Entretanto, Lacan afirma que não basta que os sujeitos, sejam eles homem ou mulher, tenham alcançado a heterossexualidade, mas importa que os sujeitos tenham chegado a isso com referência à função do pai (Lacan, 1956-1957/1995, p. 206). Ademais, o que o pai real autoriza para aquele que entrou na dialética edipiana está

além da escolha do objeto legal de satisfação, mas ao que é visado no amor, o ser, enquanto objeto capturado naquilo que lhe falta (Lacan, 1956-1957/1995, p. 218).

O Édipo é uma relação simbolizada e quer dizer que o reconhecimento da posição sexual do sujeito está ligada ao aparelho simbólico, pré-formado, que instaura a lei da sexualidade. Destacamos que a sua sexualidade será realizada somente no plano simbólico. Não obstante (Lacan, 1955-1956/1988, p. 197), para a mulher, a realização de seu sexo não será no Complexo de Édipo. Entretanto, para ambos, o ponto central da realização edípica é o complexo de castração, em função do pai, pois o falo é um símbolo que não tem equivalente (Lacan, 1955-1956/1988, p. 201).

A questão para a menina é que ela não fará uma identificação com a mãe como fez o menino com o pai. Essa dissimetria determinará o Complexo de Édipo e vai se dar pela via da distinção do simbólico e do imaginário, passando pela castração. Como vimos em Freud, a anatomia dos dois sexos eram iguais para a menina. A leitura imaginária que ela faz é de uma ausência de pênis, porque falta material simbólico para ela se nomear. Essa falta gera falha no processo de sua identificação e realização de sua sexualidade (Lacan, 1955-1956/1988, p. 202). Ela não tem acesso à simbolização do seu sexo próprio como ocorre com o menino. Aí está a razão da dissimetria no nível simbólico, porque depende do significante.

Como a dissimetria é no significante e este falta para ela, o que haverá é a prevalência da forma imaginária do falo, ou seja, ela se prende ao imaginário. Assim, ela fará um desvio suplementar forçando uma identificação imaginária de base com o outro sexo, com o objeto paterno, tal qual o menino, dirá Lacan (1955-1956/1988, p. 201). Mas, para o menino, será uma luta com esse pai, já para a menina, que não tem o que perder, ocorrerá uma identificação narcísica com o pai. Essa identificação se dá em

função da prevalência da *Gestalt* fálica, sobre o sexo feminino que tem característica de ausência e de vazio no imaginário (Lacan, 1955-1956/1988, p. 202).

Enfim, é na medida em que a função do homem e a função da mulher são retiradas do imaginário e simbolizadas é que se torna possível a realização da posição sexual dita dentro da “normalidade”. Entretanto, Lacan não é otimista, pois aponta que o caminho para a mulher é mais complicado. Assinala que se tornar mulher é muito diferente de questionar-se o que é uma mulher?, uma coisa não leva a outra. “A metafísica de sua posição é o subterfúgio imposto à realização subjetiva na mulher. Sua posição é essencialmente problemática, e até um certo ponto inassimilável” (Lacan, 1955-1956/1988, p. 204). Todavia, assim como a questão da mulher será introduzida na histeria, pois aquilo que seria visto como uma desvantagem quanto à identidade de seu próprio sexo e à sexualização propiciará para a histeria se tornar uma suposta vantagem, um caminho mais favorável às histéricas, via identificação com o pai, reforçando o eu ideal.

Para efeitos de conclusão e síntese, destacaremos alguns pontos. O que nos importa do Complexo de Édipo é essencialmente a feminilidade e a questão da maternidade. Primeiramente, vimos em Freud que a menina faz um deslocamento da libido, substitui o desejo de ter um pênis para o desejo de ter um filho, resultando na equação falo = filho, proporcionando à futura mulher a maternidade, oriunda da inveja do pênis, *Penisneid*. Nessa perspectiva, a falta de pênis é um condicionante na configuração da feminilidade. Mas para isso ela precisará seguir na direção do pai, e, posteriormente, a um substituto, como objeto de amor, que poderá dar-lhe um filho.

Contudo, a diferença sexual que lhe é desagradável será tolerada com a compensação de um bebê. Decerto, isso ajudará ao sujeito feminino na construção de seu papel posterior, pois a maternidade lhe parece um traço mais seguro na busca de

uma possível identidade. Mas para ela fazer esse movimento na direção do pai terá de abrir mão da masculinidade e das atividades fálicas, condição necessária para preparar o caminho à feminilidade. A menina entra no Édipo via o complexo de castração.

Mas antes disso tudo a aventura mais importante da menina está na fase pré-edipiana, nas relações pré-edipianas com a mãe. Fase caracterizada por um vínculo poderoso com a mãe – sobretudo, para a menina – que favorece as fixações a essa fase. Pois, nessa fase, começa a identificação com a mãe, o seu primeiro grande amor ao qual a menina está excessivamente apegada, em função das constatações das diferenças anatômicas sexuais. A filha na identificação com a mãe vai querer ter um filho como ela, tomando-a como modelo, no qual se fortalece, para, posteriormente, ir em direção ao pai na tentativa de seduzi-lo e de resolver o conflito de seu drama. Mas não terá certeza dessa resolução, pois nunca conseguirá neutralizar essa função paterna de separação.

Cabe ressaltar que o que estará em jogo na relação mãe-filha é justamente a importância do papel desse terceiro, como vimos em Lacan. A relação mãe-filha não é uma relação a dois, mas a três. Pois é esse terceiro elemento que impõe o espaço entre elas, fazendo com que cada uma ocupe o seu lugar, estabelecendo o equilíbrio, proporcionando esse espaço além de uma e de outra. Ignorar ou negar esse terceiro é a causa do fracasso e das devastações (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 80). As duas ocuparem o mesmo lugar numa família é pura confusão e indiferenciação identitária entre elas, além, é claro, de incitar a rivalidade, o que não dará espaço à feminilidade. Há mulheres que ficam presas a essa ligação mãe-filha e não conseguem efetuar um corte nessa relação e seguir na direção de um homem ou de sua liberdade dessa ligação intensa. Por isso, estão sujeitas à oscilação entre a masculinidade e a feminilidade, sendo suscetíveis às atualizações edipianas.

Entretanto, esse desvio que leva ao pai a faz heterossexual. Até fazê-lo novo objeto de amor, mas para poder obter dele as condições para se manter ligada à mãe. Porque ela está ligada ao amor primário com a mãe. Por isso, Freud nos mostrou que a escolha de seu parceiro seria baseada nas características da mãe, para manutenção desse diálogo com ela. Agora, essa manobra toda deixará as suas heranças: a traição e a culpa em relação a sua mãe. Como pode ela fazer o que fez justamente com quem lhe deu a vida e é igual a ela, privada de pênis.

Na relação pré-edipiana, a conduta da mãe poderá ser ou excessivamente diligente ou negligente, sendo que o afeto esperado deveria ficar em uma distância intermediária desses extremos. “Se a história intervém é sempre depois dessa etapa, ou seja, intervindo e modelando a relação que a mãe mantém com a sua maternidade” (Naouri, 2002, p. 76). A mãe tem o poder da vida e da morte sobre um bebê. É nessa relação mãe-filho que se forja o destino, a partir dessa relação de trocas com a mãe, quando começa a se formar no período edipiano e se estabelecer posteriormente o que denominamos psicanálise de estrutura.

O problema do abuso materno que acarretará estragos ocorre significativamente na fase pré-edipiana e é anterior ao investimento da menina sobre o pai. Portanto, são os estragos maternos que impedem a menina de preferir o pai. Então, ao buscar o pai, surge o sentimento de culpa em relação à mãe, por trair a igualdade e a continuidade do legado de ser como a mãe. Ademais, soma-se a dívida que ela tem com a mãe por ter recebido a vida por meio dela. Isso é o que vai dificultar todo o trabalho num processo de feminilidade, além de denunciar a ligação de subordinação que ela tem com a mãe, como veremos mais adiante, quando tratarmos da feminilidade. Portanto, nem sempre a maternidade vai proporcionar à mulher que ela se coloque numa posição diferente da de filha que ocupava e ocupa em relação à mãe: claro que isso produzirá sofrimento.

Ao entrar no Édipo se reconhecendo castrada, via privação, a menina atribui carga violenta sobre a mãe, responsabilizando-a por tê-la gerado sem pênis. Portanto, o afastamento da menina em relação a sua mãe dar-se-á através do reconhecimento de que ela é castrada, tanto quanto a mãe, mas é a inveja do pênis que constituirá o principal motivo. O afastamento da menina dessa relação vivida intensamente com a mãe suscitará o ódio em função do amor que ela tem pela mãe e por estar identificada à mãe fálica. Mas essa subversão é importante para o desenvolvimento da feminilidade. Em contrapartida, se ela não se desliga da relação pré-edípica com a mãe, o caminho para a feminilidade não lhe estará acessível. O que poderá ocorrer é a devastação, a vivência desse ódio surdo na relação entre a mãe e a filha, denunciando a impossibilidade de amor intenso, porque o que está em jogo é a identidade e o narcisismo.

Com Freud, vimos que o Édipo tardio causa prejuízo ao supereu. Esse prejuízo será a dificuldade de formar um eu ou a ausência de um ideal do eu. A prevalência do supereu terá seus efeitos, tanto que dependendo do sexo do bebê a mãe reagirá conforme ficou para ela a falta de pênis. Estão aí a rigidez psíquica e a imutabilidade, dificultando o desenvolvimento da feminilidade e favorecendo as fixações narcísicas.

O Édipo não a levará à feminilidade, mas a favorecerá. A menina não destrói o Édipo como o menino. Ela pode abandoná-lo lentamente, bem como o Édipo se manifestar na vida adulta enquanto retorno do reprimido. A organização genital infantil leva à masculinidade e não à feminilidade. O abandono da masculinidade e o reconhecimento da diferença sexual encaminhariam para o desenvolvimento da feminilidade.

Com essas leituras e articulações, podemos perceber e afirmar que o Complexo de Édipo da menina está muito suscetível a repetir como ficou o Édipo da mãe. Eles se atualizam e são revividos em momentos muito especiais, sobretudo quando a filha

torna-se mãe, e a mãe dela avó, aquela poderá reviver uma identificação com essa. As dificuldades que tanto uma como a outra sofreram com o nascimento de um bebê poderão estar diretamente relacionadas com as suas histórias edípicas.

Enfim, um dos pontos-chave da feminilidade, apresentados na abordagem do Complexo de Édipo, é justamente o fato de a privação denunciar um furo no real. A falta do significante da feminilidade. Freud apontou que a falta de pênis para a menina seria um condicionante no processo da feminilidade. A menina vai se julgar privada de pênis e não um ser diferente, justamente porque esse furo no real não permite registro de significante que venha dizer dessa diferença. Falta significante, material simbólico, que venha nomeá-la. É a dissimetria no Édipo de meninos e meninas. Obviamente, a menina lidará com isso conforme lhe é transmitido pela mãe, ou seja, como ficou para essa mãe, ou para esses pais, a sua história e castração. Portanto, essa falta será vivida em sua busca de identidade e realização de sua feminilidade.

Vimos que o caminho para a maternidade é aberto e traçado a partir das relações pré-edípicas, do Complexo de Édipo e da castração. Veremos que as questões da filiação transgeracional do lugar de filha ou de mulher é sensível e interfere nas psicopatologias do puerpério, gerando a discordância entre o desejo de ser mãe e a incapacidade manifesta de exercer a função materna por uma depressão pós-parto.

2.2 Elementos lógicos em Lacan para a abordagem do feminino e da feminilidade

Para introduzirmos e fundamentarmos algumas questões sobre a feminilidade, o feminino, os seus gozos, a inexistência do significante da feminilidade, o não-toda, por um fenômeno de linguagem, a inexistência d'A mulher, o fantasma feminino, retomamos o Seminário de Lacan, Livro 20, *mais, ainda* (1972-1973/1985), na aula

Letra de uma carta de amor. Este seminário trata essencialmente do amor – do amor e do sentido – e da feminilidade – da verdade e do feminino, ao texto *O Aturdido* (LACAN, 1973/2003), e outros textos que nos auxiliem nessas leituras. Recorreremos às fórmulas quânticas da sexuação para tratarmos das posições lógicas de homem e de mulher e respectivos gozos, com o objetivo de articularmos especificamente o gozo feminino, a feminilidade e suas implicações no problema proposto.

Para Lacan (1972-1973/1985), a formalização matemática era o fim, o ideal para a psicanálise, ou seja, via matema, a psicanálise poderia ser transmitida integralmente. As fórmulas quânticas da sexuação elaboradas por Lacan são escrituras de como se ordena a sexuação para os seres falantes, a eleição do sexo. As quatro proposições lógicas apresentadas por Lacan permitem várias leituras. Entretanto, faremos as que nos são possíveis e pertinentes à fundamentação do feminino e da feminilidade. No quadro das fórmulas da sexuação, Lacan deixa claro que os seres que habitam a linguagem, vai dizer que são chamados impropriamente de humanidade, têm duas definições possíveis, isto é, todos os seres falantes estão inscritos ou do lado do homem, à esquerda, ou do lado da mulher, à direita, no quadro das fórmulas que veremos em seguida. “Tais são as únicas definições possíveis da parte dita homem ou bem mulher para o que quer que se encontre na posição de habitar a linguagem” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 107).

Para realizarmos o exercício da leitura das fórmulas quânticas, faz-se necessário apresentarmos os símbolos que as compõem. Objetivamente, a saber: o \forall é um quantificador universal, que representa todo (para todo); o x é um apontador de elementos, que representa os seres; o f_i, Φ , é qualquer propriedade atribuída a esses seres; x (função significante do Falo), símbolo utilizado pela lógica simbólica; o \exists é um símbolo quantificador de existência (existe); o traço sobre os símbolos é a sua negação. Portanto, teremos o $\bar{\forall}_i$ que é a negação do todo, representa o não-todo; o $\bar{\exists}_i$ que é a

negação da existência, ou seja, representa a não-existência. Essa negação dos quantificadores, no lado parte mulheres, é uma inovação de Lacan, mas por razões que veremos mais adiante, colocando o símbolo da negação sobre os símbolos de existência e do para-todo. Os símbolos da parte debaixo do quadro veremos mais adiante.

As proposições em lógica são compostas por conjuntos de palavras ou símbolos, transmitem pensamentos, formas de raciocinar, afirmam coisas, exprimem juízos a respeito dos entes. Lacan vai lembrar que é pela lógica que o discurso da psicanálise toca no real, ao reencontrá-lo como impossível. A psicanálise a eleva a sua potência extrema: ciência do real (Lacan, 1973/2003, p. 449).

$\exists x \bar{\Phi}x$	$\bar{\exists}x \bar{\Phi}x$
$\forall x \Phi x$	$\bar{\forall}x \Phi x$
\$	S(A)
	a
	A
	Φ

Quadro 1: Fórmulas da sexuação

Fonte: Lacan, 1972-1973/1985, p. 105.

Vamos à leitura das fórmulas. Observemos que todos os elementos das quatro proposições se relacionam com a função fálica, com a castração, negando-a ou não. Na parte inferior, as identificações sexuais, com os significantes que os suportam. Primeiro o lado do homem, ou dos sujeitos masculinos, como se organizam e se referenciam à castração. Lacan vai dizer com a fórmula $\forall x \Phi x$, que se lê *todo x é fi de x*, na leitura estendida, podemos ler *que todos os elementos desse conjunto estão sujeitos à função fálica*. Portanto, todos estão sujeitos à castração. Isto é, que *é pela função fálica que o homem como todo toma inscrição*. Esse *todos* constitui um universal. Deste modo, “é

ao preço da castração que o homem ascende à posição viril; a castração é, portanto, a lei que vale para todos os seres masculinos” (Teixeira, 1991, p. 31).

Entretanto, teremos a negação dessa função com a existência de uma exceção, com a negação da proposição Φx , ou seja, expressa na fórmula $\exists x \overline{\Phi x}$, que pode ser lida assim: *existe ao menos um não marcado pela castração*. Há *ao-menos-um* elemento lógico que diz não à função fálica; que faz exceção à regra, que não está submetido à lei. Com essa diferença, constitui-se, portanto, essa totalidade do conjunto dos homens, que por sua vez é o que constitui essa classe. Por conseguinte, esse elemento que faz a exceção seria a função do pai, o qual não está submetido à castração. Teixeira aponta que Lacan reconhece nesse pai não castrado o pai morto, o mito daquele pai assassinado na horda primitiva, em *Totem e Tabu* de Freud (1913 [1912-1913]/1974). Portanto, se há uma exceção, há diferença, há uma regra, que constitui o conjunto ou a totalidade, a classe dos homens, de acordo com a teoria dos conjuntos da matemática. Por isso podemos dizer: o homem ou os homens. Os homens constituem um universo, um conjunto delimitado pelo falo, que é uma posição lógica de funcionamento, um aparelho de gozo. Assim, “todos os homens são fálicos, todo homem tem relação com o gozo fálico enquanto todo: o homem é todo fálico” (Teixeira, 1991, p. 31). Logo, $\exists x \overline{\Phi x}$ para que $\forall x \Phi x$, ou seja, existe ao menos um elemento não marcado pela castração para que todo x seja função fálica.

A correlação lógica entre as duas fórmulas é que todo sujeito inscreve-se na função fálica para suprir a ausência de relação sexual. E que existe um x para o qual a função proposicional, Φx , não é satisfeita, e que por não funcionar é excluída. Um sujeito suposto em que a função fálica não comparece. “É apenas um modo de acesso sem esperança à relação sexual, a síncope da função que só se sustenta por ali ser

semblante” (Lacan, 1973/2003, p. 459). E que a razão, no que concerne ao discurso psicanalítico, é o sujeito, enquanto efeito de significação, como resposta do real.

Ainda, Lacan situa do lado do homem, embaixo das fórmulas, o sujeito barrado, \$, e o Falo, Φ , e vai dizer que é o *falo* que suporta o homem como significante e que se encarna no S1, o significante originário. Esse *falo* é o significante que não tem significado, porém aquele que se suporta no homem via gozo fálico (Lacan, 1972-1973/1985, pp. 107-109). O gozo fálico é aquele via simbólico, via linguagem, é o que estabelece limite ao gozo, e com isto organiza o gozo. O gozo é um limite (Lacan, 1972-1973/1985, p. 124). O gozo fálico tem o caráter de ser fora-do-corpo (Lacan, 1974/2002, p. 66). É ex-sistente. E a verdade aí é a lei que regra o gozo.

Enfim, vai dizer Lacan (1972-1973/1985):

Do lado x ; quer dizer, do que seria o homem se a relação sexual pudesse escrever-se de maneira sustentável, sustentável num discurso, o homem não é mais que um significante, porque, onde ele entra em jogo como significante, ele só entra *quoad castrationem*, quer dizer, enquanto tendo relação com o gozo fálico (pp. 49-50).

Vamos às leituras das fórmulas do lado dito da mulher. O sujeito, para se propor ser *não-toda*, nessa metade, e se dizer do lado das mulheres, depende dos dois modos proposicionais com os quantificadores negados: $\exists x \bar{\Phi}x$ e $\forall x \Phi x$. Como a função fálica é suspensa, então não há um limite, porque não há exceção. Assim, não constitui um todo, uma universalidade. Então, esse ser não-todo determina-se em um conjunto aberto, infinito. Como não tem limite, tudo poderá se dizer dela. Acrescenta Lacan, ainda que provenha do sem-razão (Lacan, 1973/2003, p. 466).

Partamos da primeira proposição, $\exists x \bar{\Phi}x$, que pode ser literalmente lida assim: *não existe x não-fi de x*, ou seja, não existe nenhuma exceção nesse conjunto. *Não há*

um elemento que escape à função fálica. Mas tomando as funções, também se pode ler, *não existe nenhum elemento falante não marcado pela castração.* O que temos aqui é a eliminação da exceção, porque não há um elemento que diga não à função fálica como ocorre do lado do homem. É o que leva Lacan dizer que as mulheres não têm classe, justamente, porque as mulheres não constituem uma classe num conjunto fechado. Porque não há registro do elemento diferenciador que faria a exceção para que pudesse constituir esse todo, que seria o conjunto das mulheres. Por isso, não podemos dizer “a mulher”, com o artigo definido, mas é possível falar uma mulher e não mais de uma, porque é impossível (Lacan, 1974/1993, p. 70). Podemos escrever \bar{A} mulher barrando o A, que vamos ver mais adiante.

Por outro lado, esta fórmula que está do lado feminino $\exists x \bar{\Phi}x$ pode ser uma leitura extremamente simbólica do real, a saber: não existe nenhum ser falante que não seja marcado pela morte e pelo sexo, porque todo ser falante é produzido por seres sexuados, é fruto de uma reprodução sexual, e marcado pela morte. Ou seja, somos mortais. E isso não é metáfora (Velloso Netto, 1995).

As leituras dessas fórmulas nos indicam posições lógicas, que, por sua vez, estabelecem formas de raciocinar e indicam modos de funcionamento. E mais, Lacan (1972-1973/1985, p. 75) afirma que a realidade é abordada com os aparelhos de gozo. Isso tudo se dá muito cedo na vida do sujeito e como vai ser posto a funcionar é o que vamos ver ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Logo, a leitura do enunciado $\exists x \bar{\Phi}x$ poderá levar o sujeito à loucura ou a uma produção simbolizada. Lacan (1973/2003, p. 465) assinala que, embora contraste com a realidade de devastação na mulher, a relação mãe-filha, por essa esperar mais substância daquela, o seu modo quântico, produz-se por uma função que a satisfaz, que a completa em seu argumento. Isso vai

depende de como a mãe, considerando sua história, se posicionou logicamente e conduziu a relação, no caso, mãe-filha.

A fórmula $\forall x \Phi x$, lida como: *não-todo x se inscreve em Φx* (Lacan, 1972-1973/1985, p. 139) é o resultado do que vai ser produzido a partir do axioma $\exists x \overline{\Phi x}$. A negação do quantificador com o elemento, $\overline{\forall x}$, é o não-toda, que se refere à mulher, espaço no qual o simbólico não funciona, porém não-toda é função fálica. Ou seja, cada elemento que se inscreve nesse conjunto (infinito), na condição de não-todo, relaciona-se com a função fálica. Mas esse gozo que se serve da função fálica é da ordem do infinito (Lacan, 1972-1973/1985, p. 140).

Agora, essa leitura de $\exists x \overline{\Phi x}$, que as mulheres farão, é que não existe nenhum ser não marcado pela castração, que equivale a dizer também que não existe nenhum x que seja exceção, para que $\overline{\forall x} \Phi x$, *não-toda seja função fálica*. O que encontramos nessas proposições do lado feminino, $\exists x \overline{\Phi x} / \overline{\forall x} \Phi x$ é a exclusão, a *Ausstoßung*, a forclusão da proposição $\exists x \overline{\Phi x}$, que produz a exceção, a exclusão do ao-menos-um (do ex-sistente) não marcado pela castração. Então, essa forma de pensar vai colocar em ato, não existe nenhum Φx não marcado (pela castração), para que não-toda se admita como Φx . Ao enunciar $\exists x \overline{\Phi x}$, ela elimina a diferença que o ao-menos-um poderia marcar. Vai dizer que é dessa forma, uma condicional, que ela não-toda é função fálica, que é castrada, que fará parte dos seres falantes, ou seja, somente ao se igualar ela vai se admitir ser castrada. E isso nos diz que a diferença anatômica que ela leva em conta é da ordem do imaginário. Lembremos que a realidade é abordada com o aparelho de gozo. Essas organizações lógicas vão se constituindo e funcionando no seu jeito de ser.

Lacan assevera, fundado na experiência da clínica, que não há exagero em situar a questão central do ser ou do ter o falo a função que supre a relação sexual e que por

essa função como Φx , inscrição possível, “os seres responderão segundo sua maneira de ali fazer um argumento” (Lacan, 1973/2003, pp. 457-458).

Portanto, o que fica fora do registro simbólico é o que não houve *Bejahung*, a afirmação, justamente da diferença. Isso nos remete a Freud no seu texto da denegação, *Die Verneinung, A Negativa* (1925/1976) e também isso se demonstra nas premissas ou proposições que não ocorrerá a *Bejahung* da diferença sexual anatômica para a fêmea. A anatomia, de certa forma, favorece ao homem, pois é provido do órgão dito fálico, vai dizer Lacan (1972-1973/1985, p. 15), o pênis tem força de significante, em contrapartida, o sexo da mulher não a favorece, não lhe diz nada. A forma de leitura que ela fará é de uma alucinação negativa. Porque não falta nada. Ela não foi mutilada nem privada ou muito menos traída, por sua mãe.

Não existe nenhum elemento que diga não à função fálica, para que só assim não-toda se admita fi de x . Se $\exists x \neg \Phi x$, então $\forall x \Phi x$. Esses argumentos não estão buscando a verdade. Primeiro que não há verdade nisso, portanto o valor lógico dessa proposição não é verdade. Se na primeira proposição ela elimina a exceção, são todos “iguais”, ela elimina a diferença. Esse argumento é uma reivindicação, portanto nos remete à lógica da privação quando da descoberta da diferença sexual anatômica dos corpos. Isso vai colocá-la na leitura dos seres como fálicos e castrados, a partir da premissa fálica que Freud nos apresentou.

Em a *Televisão* Lacan (1973, p. 70) afirma que as mulheres são loucas, mas por quê? Porque o universal do que elas desejam é loucura. Mas, em seguida, acrescenta, por não serem todas, não são loucas-de-todo. A questão é: como se dá a leitura dessa proposição? Podemos pensar na *lalangue* materna, seus efeitos, e no campo da enunciação.

Voltando ao quadro das fórmulas, ali onde se localiza as identificações sexuais, abaixo das proposições da parte mulher dos seres falantes, que Lacan também frisou que chamamos impropriamente *a mulher*, ou seja, dos seres que assumem o estatuto da mulher, pois esses seres que se enunciam pelo não-todo, não podem se escrever. As mulheres estão ali na parte debaixo do quadro, o A é o Outro, de *Autre*, ela é o A barrado (\bar{A}). Mas o sujeito que ali se inscrever terá a opção de se colocar ou não na Φ , função fálica.

Esse Outro (A) vai representar aquilo com que a mulher tem fundamentalmente relação, com o significante desse Outro, porque ele é Outro, porque a mulher é radicalmente o Outro, por isso ele é barrado, \bar{A} . Esses seres falantes na parte mulher se referem ao Outro, \bar{A} . Esse \bar{A} , *lugar onde vem se inscrever tudo que se pode articular de significante*, então não se pode dizer, logo não se pode dizer da mulher, vai dizer Lacan (1972-1973/1985, p. 108-9). Por isso, ela tem relação com o significante desse Outro, o $S(\bar{A})$. Esse significante Outro, significante de uma falta no Outro $S(\bar{A})$, lugar de vazio, que ele representa o menos-um, que é o significante que falta, que é o impronunciável. Para todos os significantes que estão no Outro, há um que faz exceção, esse não está ali, está excluído, não representa um sujeito para outro significante. No entanto, ele se faz presente como nome sintomático do sujeito (Chatelard, 2005).

Então, a mulher, enquanto tem relação ao \bar{A} , faz os dois movimentos, indicados pelas setas, isto é, duplica-se, um movimento em direção ao significante da falta de significante, $S(\bar{A})$, que está no lado dito mulher, e o outro movimento na direção do Φ , que está do lado dito homem. Agora, quando ela se dirige ao Φ , teríamos também duas possibilidades: ou ela referencia-se nele ou ela vai tentar ser o Falo. Esse duplo movimento ocorre justamente por ela não encontrar significante em $S(\bar{A})$. Então, vai buscá-lo em Φ , o Falo, mas como modo de ser onde há falta, na parte não-toda, daí

torna-se fálica. Mas o problema é que ela se dirige ao Φ com o ego, imaginarizando o real, ela imaginariza o Falo. Identificação originária. Aquela com o pai, tal qual o menino (Lacan, 1955-1956/1988, p. 201). Então, ela não tem o falo, ela é o Falo.

O que teremos aqui nesse movimento de \mathcal{A} para o Φ é a identificação narcísica. Lacan (1955-1956/1988), ao falar da histérica, Livro 3, Seminário *As Psicoses*, diz que o acesso da mulher ao complexo de Édipo, isto é, que a sua identificação imaginária vai se fazer passando pelo pai em razão da prevalência da *Gestalt* imaginária do falo, da identificação com o objeto paterno. Ela faz um desvio através da identificação com o pai. Um dos sexos, o sexo feminino, vai tomar a imagem do outro sexo, do lado do homem, onde está o falo, por base de sua identificação. Justamente porque em $S(\mathcal{A})$ não há material simbólico para realizar a identificação da sexualidade do sujeito. Lacan (1955-1956/1988) vai afirmar ainda nesse mesmo trecho que o “sexo feminino tem uma característica de ausência, de vazio, de buraco” (p. 202).

“Não é porque ela é não-toda na função fálica que ela deixe de estar nela de todo. Ela não está lá não de todo. Ela está lá à toda. Mas há algo a mais” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 100). Esse algo a mais é o gozo do corpo que é para além do Falo. E que desse gozo a mulher não sabe nada. Lacan vai qualificar esse gozo Outro de suplementar, do qual ela não diz uma palavra e que a faz não-toda. “Ele é o que dá à feminilidade o seu ar de mistério para os homens” (Teixeira, 1991, p. 32).

Como vimos, o gozo sustentado pela posição feminina é duplo, o gozo fálico e o gozo Outro. Este gozo é o que a faz ser não-toda, do qual ela não diz uma palavra. Ela não consegue nomear. \mathcal{A} mulher tem relação com o significante desse Outro $S(\mathcal{A})$, justamente porque, nesse lugar, o que se inscrever de articulação significante será radicalmente Outro. Lacan o designa como o gozo da mulher. Como esse gozo se infinitiza, é impossível dizer toda a verdade, por isso só podemos é semi dizê-la, tal qual

para ‘a’ mulher, impossível dizê-la, mesmo que ela se sirva da função Φx . Este gozo é o que *a faz ausente de si mesma* e ausente enquanto sujeito, e, acrescenta, por isso ela poderá encontrar como “rolha”, como objeto, *esse ‘a’ que será seu filho*. E, ainda, que a mulher só entra em função na relação sexual enquanto mãe, *quoad matrem* (Lacan, 1972-1973/1985, p. 49). O estatuto da mulher define-se por ela ser não-toda, situada na função fálica. Esse não-todo é uma existência indeterminada, porque resulta de uma negação. Isto tem desdobramentos, pois não há esse significante específico do feminino, daí as suas incertezas e essa indeterminação que não a sustenta na sua existência. Não há significante que diga de sua feminilidade, no qual ela se identifica e pronto.

À mulher é excluída da natureza das coisas, que é a natureza das palavras. Por isso, esse ser não-toda, embora esteja a toda na função fálica, terá um gozo suplementar, esse algo a mais que vai dizer Lacan. Mas é um gozo dessa parte que a constitui como não-toda, do qual ela não sabe nada. Não existe um universal da mulher, por isso há que se barrar o \bar{A} mulher. Como \bar{A} não se pode dizer, portanto, não se pode dizer nada da mulher também. Daí a afirmação de Lacan que \bar{A} mulher não existe.

Quanto aos símbolos ali posicionados, o “a” é o objeto; o A é o lugar do Outro. Mas esse A, marcado pelo significante, o S, será barrado, $S(\bar{A})$. Ou seja, esse lugar, vai dizer Lacan (1972-1973/1985), “não se aguenta, porque ali há uma falha, um furo, uma perda” (p. 41). E o objeto “a” vai funcionar em relação a essa perda: “Aí está algo de completamente essencial à função da linguagem” (LACAN, 1972-1973/1985, p. 41).

Quanto ao “a” se prestará a confusão com o $S(\bar{A})$ pelo viés da função do ser, dirá Lacan. E o mais importante, para o assunto que pesquisamos, é quando o *Lustprinzip*, o princípio do prazer, funda-se a partir dessa confusão que vai resultar na coalescência do *a* com o $S(\bar{A})$.

Posto isto, o que vai nos interessar diante dessa exposição e fundamentação é o gozo feminino. Lacan (1972-1973/1985, p. 118) vai designar o gozo da mulher como o $S(\mathcal{A})$, significante da falta de significante no campo do Outro. Vai dizer também que o gozo feminino não está ocupado com o homem, e assevera que esse gozo não se ocupa do homem de modo algum.

Para finalizar, outra faceta importante da lógica do feminino a ser destacada é a do supereu, enquanto gozo não limitado pelo falo. Lacan (1972-1973/1985, p. 11) disse que o supereu é o imperativo do gozo; o supereu é essa cisão não completada. Acontece que a mulher \mathcal{A} vai fazer o movimento na direção ao $S(\mathcal{A})$, mas também *eu* fará o movimento para o lado do homem, para o falo, mas não para tê-lo ou se referenciar nele, mas sim para ser o *falo* (Velloso Netto, 1995b). O eu vai tomá-lo imaginariamente, vai fazer uma identificação narcísica, identificação que “expõe o sujeito à figura obscena e feroz do supereu, hiância aberta no imaginário pela rejeição dos mandamentos da fala” (Lacan, 1960/1998, p. 362). Isso favorece à coalescência, que podemos traduzir pela relação de ligação mãe-filha. Há de se considerar, para o desenvolvimento das proposições, que na lógica da privação, com a descoberta da diferença sexual, a leitura é feita com o real mais o imaginário, ou seja, real dos corpos mais a leitura de que foi privada do pênis, se constituindo a teoria da privação. Isso favorece à coalescência.

Entretanto, o $S(\mathcal{A})$ seria um dito simbólico que faria a conjunção entre o Saber e a Verdade. Todavia, o inconsciente será a força de rejeição entre Saber e Verdade. O inconsciente é essa cisão não completada. Lacan (1972-1973/1985, p. 111) assinala que o fim do discurso analítico seria dissociar o “a” e o \mathcal{A} , reduzindo o “a” ao que é do imaginário e o \mathcal{A} ao que é do simbólico. E ainda ressalta que o imaginário se baseia no reflexo do semelhante. Então é pelo viés do ser que o “a” vai se prestar à confusão com

S(A), resultando na prevalência do imaginário sobre o simbólico, apontando que justamente aqui uma cisão resta a ser feita, senão um deslocamento.

Posto isso, a fantasia primária do feminino seria a coalescência e a secundária, impedir a entrada do terceiro, tentar eliminar o elemento diferencial, para manter a relação de ligação mãe-filha na tentativa de fazer Um com a filha. Isso ela faz dizendo: “não existe nenhum não marcado pela castração. Só que isso é verdade! Mas ela usa pela via da privação” (Velloso Netto, 1995a, pp. 11-12). Assim, ela se admite ser não-toda castrada.

Podemos afirmar que essas fantasias, enquanto núcleos patogênicos, ditas da lógica do feminino refletirão nas dificuldades que as filhas terão na separação da relação de ligação mãe-filha, bem como na sua condição de mulher e até mesmo de mãe.

2.3 Feminilidade

O percurso de investigação e abordagem do campo da feminilidade terá o foco no recorte proposto nesta pesquisa na perspectiva das dificuldades enfrentadas pela menina e pela mulher no processo de realização de sua feminilidade, bem como nas dificuldades com a maternidade que acarretarão, em alguns casos, no desencadeamento das depressões pós-parto. Para tanto, vamos trabalhar do campo da feminilidade à relação pré-edípica de ligação entre mãe e filha e algumas perspectivas e seus desdobramentos, como o olhar materno enquanto precursor no desenvolvimento para a feminilidade, a feminilidade enquanto a falta de um significante e a busca de uma identidade feminina, a devastação e a separação entre mãe e filha, o possível luto dessa relação de ligação, e por fim a feminilidade e a maternidade.

A epígrafe desta seção, atribuída a Masotta (1986), talvez seja a melhor expressão do enigma da mulher no campo da feminilidade. Lacan (1973/2003, p. 465) argumentou que Freud fez da mulher peixe na água, em função da castração ser nela o seu ponto de partida. Como veremos, o falo e a castração são condições para as feminilidades possíveis. No plural porque é inevitável e trata do sexo Outro (Miller, Testa & Ambel, 2010, p. 5).

Germán García (1997, p. 20) assinala que do enigma da feminilidade, em sua leitura freudiana, em relação à primazia fálica, o que vai existir é a inveja das mulheres e a angústia dos homens. O enigma de feminilidade é rejeitado tanto por homens quanto por mulheres. Feminilidade que não nomeia homens nem mulheres, não resta outra coisa senão a nominação da sexualidade enquanto a diferença sexual.

Podemos entender objetivamente a feminilidade, conforme nosso escopo de pesquisa, como um processo de busca de identidade que pode levar à transformação da menina em mulher. Mas esse tornar-se mulher é contingencial. Vai depender de sua história de vida, de subjetivação, sobretudo, do resultado da relação da filha com sua mãe. Por isso, reforçamos que se trata de história de mulheres. Resgatando o começo desse processo, para a menina, está na percepção da diferença sexual anatômica entre os sexos o perceber-se em suposta “desvantagem” por não ter pênis, advindo daí o sentimento de inveja, o *Penisneid*. Ela vai querer tê-lo como vimos no Complexo de Édipo. Essa reivindicação do pênis deverá ser superada na saída edípica possibilitando a abertura para substituições e trocas necessárias para a conquista de sua feminilidade (Tubino, 2007, p. 89). Caso contrário, as suas experiências tendem a deixar um rastro de sofrimento.

A saída favorável do Édipo, para a menina, como assinalou Freud, é afastar-se da mãe e tomar o pai como objeto de amor e de identificação, tendo o pai a função de

ideal. Entretanto, isso só ocorrerá se a menina renunciar à mãe (mãe fálica), abrindo, assim, espaço para vivenciar a diferença sexual como falta e, portanto, buscar no pai o que lhe falta, isto é, o falo. Mas isso suscita a rivalidade entre mãe e filha. Como a mãe é o objeto de desejo do pai e este é objeto de desejo da mãe, a filha não terá chances. Condição fundamental para que a menina busque o falo em outros homens nas suas futuras relações. Como vimos, “o amor pelo pai e a decepção reafirmam a direção para a construção da mulher” (Tubino, 2007, p. 93).

Portanto, para Freud, o desenvolvimento da feminilidade será possível para a menina se ela resolveu sua ligação pré-edípica com sua mãe e não deixou restos que a impeçam. Lacan aponta esse resto como o que foi deixado pela metáfora paterna para a menina na sua estrutura. Ela não consegue separar totalmente a mãe e a filha. Esse resto é o vazio, é a parte não simbolizável, a falta de substância, que nem o pai proporcionou, que terá repercussões enquanto falha no ideal do eu. Por isso, ela vai esperar obter mais substância da mãe, que em geral se constitui, na realidade, de devastação na relação com a mãe (Lacan, 1973/2003, p. 465), pela qual a filha se constitui como semblante. Portanto, a menina deverá elaborar os vínculos que a prendem à mãe, justamente porque ambas têm um pé bem firme no não-toda, no mais além do falo: “o campo da especificidade feminina” (Zalberg, 2003, p. 145).

A feminilidade para Zalberg (2003), que se referencia, sobretudo, em Freud e Lacan, é um processo que se constrói para uma mulher num movimento de inventividade e criação. Justamente porque não há o significante da feminilidade que a nomeie como mulher. É da ausência desse significante feminino que decorre toda a dificuldade de a mulher obter uma identificação feminina. Portanto, a mulher adota a mascarada para esconder a sua falta. Trata-se de privação, supostamente, da falta de um

falo, com a qual ela vai se fazer e escamotear a sua falta, construindo, assim, uma feminilidade possível.

Entrementes, a esfera do amor é o campo onde o psiquismo feminino tem maior expressão, pois cumpre uma função de interposição, favorecendo a identificação imaginária e simbólica para as mulheres. Tanto assim que Freud (1914/1974, p. 105) dirá que a necessidade delas é a de serem amadas e não amar. Isso pode ser demonstrado por Lacan (1958/1998):

por mais paradoxal que possa parecer essa formulação, dizemos que é para ser o falo, isto é, o significante do desejo do Outro, que a mulher vai rejeitar uma parcela essencial da feminilidade, nomeadamente todos os seus atributos na mascarada. É pelo que ela não é que ela pretende ser desejada, ao mesmo tempo que amada (p. 701).

O termo “mascarada” será emprestado por Lacan (1957-1958/1999, p. 264) da Sra. Joan Rivière, que cunhou na década de 1920 ao trabalhar a dificuldade de uma mulher para encontrar uma identidade e os possíveis caminhos de acesso à feminilidade. Lacan dirá abertamente: o que uma mulher faz de sua feminilidade é justamente uma máscara.

Portanto, a feminilidade sempre implica a mascarada. A mascarada até pode ocupar o lugar de objeto, ou melhor, se passar por ele, como um artifício, pois assim ela pode gozar mais além do gozo do Outro, o gozo do feminino, o gozo Outro. Ela funciona como um véu, com os atributos fálicos, porém, com a falta ali também mascarada, camuflada, no entanto, mais ou menos perceptível.

A máscara esconde justamente o vazio, onde não há o significante de uma identificação específica que seria se existisse o da feminilidade. Assinala Lacan (1974/2003): “somente a máscara *ex-sistiria* no lugar de vazio em que coloco A mulher”

(p. 563). É o artifício da máscara que vem mostrar uma outra face, que não a verdadeira do vazio, onde a mulher estaria acomodada. Caberá a cada uma na sua solidão inventar criativamente a sua feminilidade. Então, a mascarada é um recurso que a mulher lança mão para criar uma feminilidade possível. Como define Zalcberg (2003), “a mascarada como algo que esconde para melhor mostrar, demonstrando a divisão da mulher entre o que ela é e o que não é” (p. 184).

Nessa perspectiva, portanto, a mulher terá de passar pela fantasia do homem, ou como falo ou como objeto *a*, como condição para sua feminilidade. Isso fica condicionado por uma simples razão: o que define um homem e uma mulher é a relação um com o outro. E mais: essas definições devem ser consideradas na experiência falante completa. O instituto do casamento é uma expressão disso (Lacan, 1971/2009, p. 30). A identificação sexual não se sustenta na crença de que se é homem ou mulher, simplesmente pelo que se imagina, mas que há diferença, pois existem mulheres para o menino e homens para a menina, ou seja, que para os homens a menina é o falo, é o que os castra, e para as mulheres o menino também é o falo, o que as castra (Lacan, 1971/2009, p. 33).

Lacan (1952/1998, pp. 220-221) dirá que para ter acesso a esse reconhecimento de sua feminilidade, será necessário que a mulher realize essa assunção de seu próprio corpo. Caso contrário, ela permanece aberta à fragmentação funcional, aquela do estádio de espelho, que constituem as conversões sintomáticas. E, para realizar a condição desse acesso, ela precisará oferecer ou ter abertura em direção ao objeto, ao parceiro masculino. Ou seja, toda mulher precisa se aceitar como objeto do desejo do homem.

O signo da mulher são seus atributos femininos, mas esses não são invenção desse sujeito feminino, muito menos propriedade biológica da feminilidade. Entretanto, revelam, na análise, a posição do sujeito na estrutura do significante e da dialética

intersubjetiva em jogo, ou seja, do Complexo de Édipo da filha e também o da mãe. A feminização, a questão da mulher feminina, as particularidades de suas condutas e seus atributos dizem respeito às operações de sua constituição, a saber, o da Lei e o falo, a triangulação edípica e o fetiche e às estratégias de encobrimento ou disfarce, da castração (Masotta, 1988, p. 49).

Contudo, a transmissão da feminilidade é impossível, pois é a partir da qualidade da relação intersubjetiva da mãe-filha que será possível, sim, abrir o caminho para a filha no sentido de construção de sua feminilidade.

Então, obviamente, uma menina já nasce na condição de filha, mas não necessariamente essa menina-filha vai se tornar uma mulher e/ou uma mãe, bem como a maternidade também não ocorre necessariamente em razão da renúncia à feminilidade. Esse sujeito feminino vive em geral um dilema, ser mulher e/ou ser mãe. Duas posições distintas, porém concentradas em um ser e suas funções. Tanto uma quanto a outra são construídas num processo que as tornam mulher e/ou mãe, esta para as que buscaram a maternidade. A oscilação ou a tendência de um sujeito feminino ser mais mulher ou mãe às vezes poderá facilitar ou dificultar o caminho para uma filha. O fator que determinará será a qualidade da relação estabelecida entre a mãe e a filha. Pois, para a filha, o movimento, no início, é ser um clone da mãe para, posteriormente, querer se diferenciar a todo custo.

Entretanto, a força centrípeta puxa a filha para se aproximar da mãe, na tentativa de ser igual ou repetir, tal qual a sua mãe foi e fez em sua história. A tendência inclusive é repetir a história ou as condições de seu nascimento. Segundo Eliacheff e Heinich (2004, p. 161), essa tentativa de reproduzir o seu próprio clone faz com que elas reproduzam com força total a repetição de suas falhas, sejam elas objetivas ou subjetivas, mas sempre sofridas pela filha. Tanto que, se um dia tiver uma filha,

submetida à injunção da repetição, geralmente exigida pela mãe, ela será a mãe que ela não teve e gostaria de ter tido. Assinala-se que o sexo da criança é importante e revela um posicionamento de se fazer “justiça” dessa que se tornou mãe. Vai tentar corrigir a história de sua mãe (Naouri, 2002, p. 220).

Depois do que vimos em relação ao Édipo e, sobretudo, a fase pré-edipiana, sabemos que a relação mãe-filha é fundamental nesse processo de construção e busca de uma identidade. Vimos, com Freud, que o *Penisneid* é um condicionante da feminilidade. Vimos, com Lacan, que a castração via privação, para a menina, é um furo no real. Falta significante que a nomeie e proporcione uma identificação como as insígnias do pai foram suficientes para o menino. Para o menino, o Complexo de Édipo lhe proporcionou uma identificação. Em contrapartida, para a menina, não. Pois quando a menina se depara com o outro imaginário, a mãe, não encontra as insígnias nela, porque a mãe é igual a ela. Portanto, ficará frente a um espelho que reflete uma imagem não-toda. Restando-lhe um espelho inacabado, como disse Zalcberg (2003, p. 167).

Freud e Lacan nos mostram que a fase pré-edipiana da relação de ligação mãe-filha é fundamental para a investigação da feminilidade. Foi o que Lacan sublinhou enquanto estragos a fixação nessa ligação mãe-filha e suas consequências. Porque as dificuldades ou facilidades que uma menina vai encontrar estão nas origens da relação entre a mãe e a filha no seu período mais intenso dessa ligação, que é a fase pré-edipiana.

Entretanto, há de se considerar, primeiramente, com relação à qualidade e aos determinantes do processo de subjetivação, para a menina, se a mãe aceitou ou não a impossibilidade de transmissão da feminilidade à filha. Eis um problema. Ou seja, como essa mãe lida com a sua castração demonstrará como ela lida com essa impossibilidade. Se ela consegue dar o que não tem à filha, ela demonstra com isso que encontrou uma

forma de lidar com essa ausência de significante para o sexo feminino. Zalcberg (2003) dirá que essa questão feminina poderá ser vivenciada, enriquecedora e até resolutiva, na relação mãe-filha, se a mãe puder aceitar e viver a sua falta ou falha constitutiva do significante da feminilidade, de forma tranquila e com a criatividade que lhe é proporcionada.

Observamos que tanto a serenidade quanto a criatividade já seriam elementos facilitadores que comporiam um estilo de ser, que por sua vez facilitariam, *a priori*, a aceitação também pela filha da sua própria condição. Ou seja, quanto mais a mãe resistir em mostrar-se em falta, fazendo manutenção da mãe fálica, não demonstrando a sua criatividade em lidar com a falta, mais ela sustentará para a filha que esta poderia ainda esperar dela o significante da feminilidade. Essa mensagem que ela passa à filha, em forma de promessa, facilita o viés da crença em detrimento de toda a criatividade que ela e a filha poderiam desenvolver. Todavia, a manutenção dessa esperança pode se transformar em paixão (Zalcberg, 2003, p. 110), tornando a relação de ligação entre elas mais intensa. Portanto, o que essa “mãe, enquanto mulher, faz da sua liberdade em relação à castração – colocar-se de um lado ou de outro, das fórmulas da sexuação – é, então, fundamental para a forma pela qual a criança se constitui como sujeito” (Zalcberg, 2003, p. 127). E isso será determinante para definir em que lado das fórmulas quânticas da sexuação, apresentadas por Lacan, a criança se posicionará.

Esse mais além (ou aquém da palavra, segundo Freud), o não simbolizado, é o que Lacan (1973/2003, p. 465) afirma que uma filha, como mulher, espera mais substância de sua mãe do que de seu pai. Como vimos, a mulher não tem um significante específico para o seu sexo na lógica fálica do significante, como o tem o homem, que recebe do pai a identificação viril. Para ela, as insígnias não são elevadas ao nível de significante. Portanto, ela se inscreve em falta na ordem do significante;

falta do significante da feminilidade, falta de substância, o que ficou não simbolizado, porque está na parte inacessível ao simbólico. Por isso, sua estrutura tem maior proximidade com o real. É o que dá o caráter especial da relação mãe-filha: por serem mulheres, está no mais além das palavras.

Lembramos que Lacan (1972-1973/1985, p. 99) assinalou que não há mulher senão excluída da natureza das coisas, que é natureza das palavras. É o Continente negro a que Freud se referia à sexualidade feminina. É o que vai caracterizar o gozo feminino como um mistério. As mulheres, como vimos em Lacan (1972-1973/1985), não constituem uma universalidade como os homens, inscritos no lado fálico das fórmulas quânticas da sexuação. Uma mulher é não toda fálica e não toda castrada, isso a possibilita se posicionar de um lado ou de outro das fórmulas, o que pode proporcionar o exercício da criatividade, à vontade como o peixe na água. Esta qualidade é necessária para cada mulher constituir uma identificação feminina. Pois ficará a cargo de cada mulher criar seu modo de ser mulher.

Portanto, a dificuldade em aceitar a falta apresentada por um sujeito feminino, tanto a sua quanto a do Outro, de quem esse sujeito espera uma resposta, senão substância para o seu ser, é a origem de toda a dificuldade e todos os problemas de uma mulher com a realização da feminilidade. Logo, se uma mãe não realizou a sua feminilidade, não conseguiu construir uma identidade feminina, portanto não estará em harmonia com seu corpo feminino. Com certeza, a filha não ficará imune à transmissão da mãe de toda a sua perturbação e dificuldade. Ademais, a presença da filha também vai remetê-la à sua falta e aos seus conflitos correlatos à sua feminilidade. Para que uma mãe consiga abrir o caminho e oferecer algum recurso à sua filha, para que essa desenvolva criativamente a sua própria feminilidade, é necessário que ela tenha

encontrado o seu lugar como mulher. Mesmo que seja como a histórica mascarada que ela tenha criado como uma forma de identidade feminina.

Embora tenhamos visto que o amor é uma forma que abre o caminho para feminilidade, a relação mãe e filha é fundamental na constituição subjetiva da menina para a criação de sua identidade feminina. Ainda que a transmissão da feminilidade seja impossível, é como a mãe é e age, enquanto mãe e mulher, com a filha e seu parceiro, que favorecerá a abertura desse campo para a feminilidade. O fato da convivência da filha com a mãe numa relação de intimidade intensa prepara-a na sua subjetividade as bases para uma futura identificação feminina. Mas, para tanto, precisará se separar dessa ligação a ponto de distinguir-se da mãe, para que possa assumir ou criar a sua identidade própria de mulher (Zalberg, 2003, p. 119). Esse momento de distinção, que manifesta o desejo de tornar-se uma mulher, já se inicia na menina, mas torna-se mais forte e é mais crítico na adolescência.

Para estudar a feminilidade temos de buscar na sua “essência”, na relação mãe-filha, como se deu o enlaçamento da menina com a mãe, no qual está implicada com o seu corpo, o seu desejo e, sobretudo, seu gozo que se espera, *a priori*, que deverão ser específicos.

2.4 Relação mãe-filha: história de mulheres

Posto isto, aprofundaremos um pouco mais algumas questões da relação mãe-filha, pois não há como falar de feminilidade sem desenvolver algumas leituras acerca das mães em relação às filhas, destacando algumas vias sensíveis, senão críticas, porém determinantes no processo de subjetivação das meninas e na realização ou no

impedimento de uma feminilidade. Isso porque, como sabemos, em geral, são as mães que organizam a passagem da filha para tornar-se mulher.

Assinala-se o poder dos pais sobre os filhos, sobretudo, da mãe sobre uma filha, a qual responderá imediatamente ao modo e em função dos posicionamentos ou condutas da mãe. Embora a relação de uma mãe, em alguns pontos, seja comum entre filhas e filhos, a relação com a menina é diferente. Entretanto, para ambos, uma mãe ausente demais expõe o bebê à angústia, já presente demais, inibe ou entrava o desenvolvimento da criatividade e da autonomia da criança (Winnicott, 1975). A menina se constitui subjetivamente como e com a mãe, porque são do mesmo sexo, começa a vida numa relação entre iguais, senão entre cúmplices.

A mãe será para a filha o único modelo no início da sua vida. Será a partir da imagem que ela tem da mãe que poderá idealizar a sua própria imagem para o futuro. Começa então a se dar uma definição recíproca entre elas. São as palavras acolhedoras da mãe que são peculiares na sua relação com a filha que começam a recobri-la com o simbólico, envolvendo-a com palavras o seu corpo. Esse suporte simbólico dado pela mãe começa a criar uma primeira identidade feminina, e sobretudo abrindo um caminho, um projeto futuro de feminilidade, para a filha. As mães estabelecem uma relação mais confiante, relaxada e empreendedora com o corpo de suas filhas (Zalberg, 2003, p. 187). É uma experiência privilegiada para a menina. Isso explicaria porque as meninas adoecem menos que os meninos, pois são satisfeitas adequadamente e de forma mais rápida (Naouri, 2002, p. 83). As meninas seguirão a mãe como modelo, na postura e atitudes, se fortalecendo nela, digamos obtendo mais substância. Entretanto, quando chega o momento de seduzir o pai, a mãe torna-se rival.

O amor da mãe para com a filha promove a identificação imaginária e simbólica na menina. Porém, essa identificação não se sustenta porque falta, como vimos, o

significante que nomearia o corpo feminino. Por isso, esse corpo é fonte de preocupação para ela, pois há uma parte não-toda que não é simbolizável. O que não é simbolizado vai representar o real do corpo, sem a cobertura do imaginário (Zalcborg, 2003, p. 167).

A superioridade da mãe assim percebida pela filha contribuirá com o que ela vai se tornando ou vai se tornar. A rivalidade nesse sentido será saudável, ou melhor, necessária para a separação e o tornar-se mulher. O que não pode ocorrer é um bloqueio ou assassinato de subjetividade da filha em decorrência dessa superioridade materna (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 134). Entretanto, se a mãe constitui para si uma feminilidade e faz os jogos da mascarada com um parceiro, a mãe conseguirá mostrar a via pela qual a sua filha poderá se introduzir em jogos de dissimulação e mistérios, favorecendo, assim, a construção de sua própria definição como mulher (Zalcborg, 2003, p. 182).

Há que se considerar a relatividade quanto à relação mãe-filha no concernente à feminilidade. Nem tudo que uma mãe e/ou mulher se empenha e se dedica a uma filha tampouco transforma o que faz em déficits e/ou em seu sintoma de alguma incapacidade de transmissão. Entretanto, os modos de ser da mãe, enquanto modelo para a filha, estando mais na posição de mãe ou de mulher, terão uma oscilação, em maior ou menor grau. Assim, a filha estará condicionada, ao longo de suas idades da vida, à mãe e à forma de se mover entre os polos da maternidade e da feminilidade. Esse movimento identitário está sujeito a ser mais ou menos harmonioso ou acidentado, oportuno ou fora do tempo, às vezes excessiva ou insuficiente. Entretanto, a situação mais crítica é quando a filha ocupa o lugar de rival da mãe, provocada pela oscilação da mãe em posição de mulher, ou seu retorno à posição materna. Decerto isso é um problema para a filha nessa mobilidade identitária, mas por conta às vezes dos excessos ou insuficiências da mãe-mulher. Essa mobilidade identitária conforme ela é vivenciada e conduzida pelo

jeito de ser da mãe-mulher é que poderá proporcionar uma boa relação entre mãe e filha (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 89).

Todavia, na contemporaneidade, como abordado no capítulo sobre o estatuto da feminilidade, para as mães, mais mães que mulheres, a palavra de ordem é “nunca sem minha filha!”. Essas mães encontram sua razão de viver na relação simbiótica com uma filha, fazendo dela o seu espelho e vice-versa (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 10). Obviamente, isso só ocorre com a proporcional redução da função do pai, senão a sua eliminação por tornar-se um inimigo dessa ligação mãe-filha. Nesse tipo de relação, um terceiro elemento não é tolerado. Isso caracteriza uma fantasia do feminino: a eliminação do terceiro.

Entretanto, quando a mãe está impedida de manifestar o amor do qual sua filha necessita ou demanda, por algum motivo, seja temporário, até mesmo por uma depressão, a filha vai sentir isso como desamor. Mesmo assim, a filha vai tentar cuidar da mãe, fazê-la reagir (Green, 1988). Em função de uma identificação sexual, a filha está mais predisposta a ocupar o papel de mãe da mãe.

Resgatando um questionamento muito pertinente ao problema da feminilidade, Eliacheff e Heinich (2004) apresentam as seguintes questões: “Pode-se amar uma filha quando não se ama a si mesma como mulher e quando não se ama o homem com quem a criança foi concebida? Pode-se ser amada como mulher quando se pede desse amor que preencha um abismo insondável?” (p. 61).

Continuando e avançando um pouco mais, sabemos, claramente, haver uma série de benefícios obtidos por uma menina por meio das disposições maternas, mas ao mesmo tempo isso é um perigo, pois ela não sabe que a contrapartida é se tornar dependente de sua mãe, senão engolida por essa. E isso ocorre das formas mais disfarçadas e bem intencionadas possíveis, senão com todo amor, ou pelo menos, em

nome dele. Não há dúvida: a filha que depende de alguma forma da mãe terá toda a dificuldade em não se fazer objeto de prazer dessa mãe. Mas, evidentemente, a filha também obtém algum prazer nisso tudo. É o medo de se perder e de perder o amor da mãe que impede a filha de se separar dessa ligação.

As especificidades comuns às mulheres, mãe e filha, intensificam o elo da relação entre elas favorecendo à crença da filha de que a mãe poderá lhe transmitir o significante que lhe daria uma identidade feminina. Isso vai fazê-la buscar continuamente na mãe essa identidade. Caberá a filha descobrir, com a colaboração da própria mãe, é claro, que esta também não tem o significante específico da feminilidade, justamente porque ele não existe, como vimos, é um furo no real. Entrementes, mesmo “harmonizada” com a mãe diante dessa falta de significante, a filha vai buscar na mãe uma maneira de enfrentar essa falta. Assim, ela faz o movimento na direção da criação mesmo que ficcional de uma identificação feminina. É isso que a filha vai esperar da mãe, “uma crença na constituição de uma feminilidade possível” (Zalcborg, 2003, p. 191).

Quanto à dominação materna, Eliacheff e Heinich (2004, p. 46) explicitam muito bem essa faceta negativa do amor materno. Paradoxalmente, escraviza a filha numa identificação à devoção e à admiração sem limites à mãe. Esta, embevecida senão orgulhosa de si, furta-se de se ver com sua própria feminilidade e seu destino de mulher e, por sua vez, entrava o desenvolvimento da feminilidade da filha, condenando-a na condição de sua filha. A grande armadilha para a filha em atender as demandas da mãe é que essas são impossíveis e ela terá de correr atrás da perfeição o tempo todo, procurando ser a filha perfeita, a mãe perfeita, a profissional perfeita, a esposa perfeita etc. O resultado é puro sofrimento, porque essa demanda materna é insaciável, condenando a filha a um vínculo de amor perverso de projeção narcisista. O imperativo

superegoico é o equivalente “impossível decepcionar a mãe”. Trair o molde materno remete a filha à culpa e isso é uma forma de prisão.

A feminilidade é um caminho contrário à obediência atormentadora pela culpa por tentar ou pensar em sair da relação exclusivista mãe-filha (Naouri, 2002, p. 136). Logo, a culpa impede a filha de sair do poder de dominação da mãe. A dominação materna sobre as filhas nas últimas décadas tornou-se tão pesada que ficou difícil a libertação em nível suficiente para seguirem suas próprias vidas. Quando o terror vivido pela menina do abuso do amor materno se tornar natural para ela, quer dizer que a sua alienação ao desejo da mãe foi total.

A considerar a situação-problema e os recortes propostos quanto à feminilidade, podemos afirmar que o núcleo duro da especificidade da relação mãe-filha é justamente a indistinção identitária entre elas. Vimos que a relação mãe-filha constitui-se primeiramente numa relação de enlaçamento que implica a cumplicidade corporal e imaginária, pelo fato de serem do mesmo sexo e justamente por não haver um significante da feminilidade. Ela começa e tem sua força determinante na fase pré-edipiana. Em decorrência disso e de como ficou para a mãe a sua feminilidade, as imagens prestam-se à confusão de representações de uma para a outra da imagem de feminilidade.

Essa confusão entre elas não é sem consequências tanto na indistinção quanto no processo ou na luta para se distinguir. Esse fenômeno feminino específico da confusão entre uma mãe e uma filha, em geral, é uma relação parasitada transgeracionalmente da relação da mãe com sua própria mãe, a ponto de não se poder dizer onde começa uma e termina a outra. Não há dúvidas que isso é extremamente angustiante para uma filha. Ao mesmo tempo, isso reforça o sentimento para a mãe de eternidade de uma condição. A fantasia é de que as duas, a filha dela tão parecida com ela, jamais deveriam se separar.

Novamente, temos mais uma expressão da fantasia do feminino. A mãe sentirá orgulho de sua filha parecer com ela, mas não sabe a repulsa e o desconforto que a filha em geral sente por isso (Nauori, 2002, p. 157). Não obstante, um dia a filha ter querido ser parecida com ela.

Ademais, isso revela, nesse amor louco, fusional e desmedido pela mãe, o engolimento de seu filho ou filha como objeto, acarretando estragos. Entretanto, a essa absorção, a filha é mais vulnerável à dominação amorosa que o filho, porque o filho homem é outro, a tendência é a dominação sobre ele ser mais suave. Todavia, para a filha, que é semelhante à mãe, a projeção narcísica sobre a menina é maciça. Se ousar fazer alguma diferença, essa deverá estar no escopo daquilo que a mãe não conseguiu realizar e está recalcado. Ou seja, a diferença é permitida para atingir os ideais da mãe, quando não da reprodução de suas insatisfações. Temos uma confusão das identidades, senão um abuso identitário por parte, justamente, da mãe, que é responsável por ajudá-la a construir e abrir espaço para a feminilidade. O abuso narcisista é caracterizado por uma falta de amor real (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 18). A dominação materna não visa, em hipótese alguma, à separação entre elas. As mães dominantes não aceitam a separação entre ela e seus filhos. Evidentemente, a mãe que só se faz presente enquanto mãe de sua filha não favorece o surgimento de um modelo de mulher, justamente porque a condiciona como filha.

Mesmo as filhas que não receberam a atenção que gostariam ou julgavam que deveriam ter recebido, seja por causa de uma mãe dorminhoca, expressão de Boukobza (2008), ou mesmo deprimida, apresentam toda a dificuldade em manifestar qualquer julgamento de condenação ou reprovação à mãe. Tentaram justificar com melodramas as insuficiências ou sofrimentos da mãe. Não obstante terem sofrido na relação precária

com essa mãe, não guardam rancor. “Nenhum crime de lesa-maternidade!” (Naouri, 2002, p. 201) lhe será suportável.

Isso porque seria imperdoável trair a cumplicidade e a solidariedade sexual e de seus destinos. A culpa lá do período edipiano da traição ao primeiro amor viria à tona, porque qualquer condenação em juízo que tenha de sua mãe é condená-la a si própria também. A tendência da menina ou da moça é achar que não estava à altura para satisfazer ou agradar e atender as expectativas da mãe. A ideia de repreender a mãe ou até achar defeitos nela é inadmissível (Naouri, 2002, p. 202). Não há uma simetria nessa dialética da culpa, as queixas da mãe dizem dos tormentos da filha. Por outro viés, a culpa da filha responde à consciência tranquila da mãe (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 26).

Eis, então, um dos problemas. Tais filhas nessas condições não conseguem se rebelar contra a sua genitora, como fez o menino com seu pai, tampouco conseguem manifestar suas reivindicações e demandas. Segundo Naouri (2002, p. 202), ao contrário, estão prontas para combaterem juntas com suas mães a entrada do pai, ou de um terceiro que venha a colocar em risco a relação indestrutível que têm com suas mães. Isso também nos remete à questão da dívida que a filha imagina ter com a mãe. Só o fato de ter nascido já constitui uma dívida para com a mãe. E isso pode levar as filhas a uma escravidão consentida da dominação materna.

Eliacheff e Heinich (2004, p. 26) afirmam que, diante da dominação materna, temos a prevalência do supereu materno e do olhar interno, sempre presentes. Por isso, a filha não sabe se libertar da mãe e, por isso, a devastação! A dominação é um impeditivo para a menina tornar-se mulher. A tendência é continuar sendo a filhinha da mamãe. Cumprindo com o mandato transgeracional. Temos de lembrar que a mãe preexiste à filha, em função de seu poder construiu a estrutura da relação, portanto, é a

mãe que não consegue viver sem a filha e vai subjugar-la à sua dominação e às suas consequências. Essa dominação na verdade revela o desespero da mãe e o grau de sua angústia ao perceber que pode perder a filha, isto é, que, ao perder a filha, esse objeto de amor e de ódio, ela se perde também.

Lacan (1973/2003, p. 465) apontará que a relação mãe-filha, na sua maioria, é devastadora. A filha censurará insistentemente a mãe por não tê-la feito perfeita, por isso, a devastação é saudável, decerto porque é o que vai permitir a filha se desligar do corpo a corpo com a mãe. Para Mathelin (1999, p. 132), a filha vai esperar a reparação de sua privação ao demandar da mãe a transmissão da feminilidade. Ademais, espera a cumplicidade e o saber compartilhado acerca do mistério. Afirma Mathelin que a dificuldade está nesse real do corpo que predomina sobre o simbólico para elas:

Não haverá fala possível para a criança se não houver corpo separado do outro. É na renúncia a esse corpo a corpo fusional entre mãe-filha que vai se jogar o futuro do sujeito. A renúncia é difícil. É na ilusão do mesmo, dada por essa cumplicidade erótica, essa impossibilidade de se desgrudar, que a filha é captada (Mathelin, 1999, p. 143).

A mãe se utiliza da filha para se proteger das falhas de sua sexualidade e feminilidade. Na ânsia de se proteger, a filha viverá a devastação, que é o aparecimento do ódio e sua vivência na relação amorosa exclusiva com sua mãe. Entretanto, ela demandar da mãe o que esta não pode dar, gera violência. A devastação revela a impossibilidade dessa harmonia e as dificuldades sexuais. O ódio é um separador eficaz, mas produz desgaste e não harmoniza. Há, decerto, rivalidade na devastação, pois a filha na posição de se diferenciar da mãe ou superá-la vai ameaçar a mãe, em razão de suas dificuldades, que tentará manter a superioridade atrapalhando a filha no seu processo de distinção (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 98). Inclusive, dependendo de

como a menina saiu dessa novela edípica, poderá se achar proibida de ter um filho, que seria o equivalente do pênis, pois suscitaria a rivalidade com a mãe.

Em síntese, a devastação faz parte do processo para a realização de uma feminilidade para uma filha, contribuindo muito com o processo de separação dessa ligação com a mãe. É uma luta para se libertar da dominação materna. A relação mãe-filha será mais devastadora para a filha se ela ocupou esse lugar exclusivo no desejo da mãe. Zalcberg (2003) assiná-la que um dos aspectos da agressividade de uma mãe para com uma filha poderá ter a sua origem no fato de que é a filha quem vai confrontá-la mais intensamente com a sua falta, se comparada ao filho. Isso poderá acarretar a filha não querer ter uma menina.

Como vimos, a feminilidade não é transmitida, porém a mãe vai ocupar o lugar de um modelo para a filha. Entretanto, é importante que a filha perceba na mãe as falhas ou as fantasias para que possa se libertar da onipotência materna. Por isso, é importante e um grande avanço que a filha encontre esses defeitos na mãe para que ela possa assim desconstruir e se afastar dessa onipotência materna. Contudo, a filha, ao descobrir as falhas em geral, se sente culpada, não só por se julgar responsável pela falha (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 162), mas pela confusão identitária e pelo contrato de cumplicidade que tacitamente é estabelecido entre elas.

O temor de uma menina na primeira idade é de não conseguir um dia se separar de sua mãe à qual está violentamente ligada e tornar-se ela igual a ela, porque sabe que veio dela. Ela sabe o quanto ficou encantada pela mãe, por isso teme não conseguir se separar e ficar presa a ela. Por isso, perguntar quem ela é extremamente angustiante (Naouri, 2002, pp. 210-211), pois implicará fazer o movimento na busca de sua identidade feminina. E esse caminho é solitário como afirmou Lacan (1973/2003, p. 467), fazendo-a parceira de sua solidão.

Entretanto, essa imagem fascinante de mulher, como assinala Zalcberg (2003, p. 151), que a menina busca, pode se fundir e se confundir com a imagem da mãe. Pois essa é a primeira referência de imagem feminina para a menina. Essa imagem de mulher no espelho materno é extremamente sedutora e atraente para a menina, ademais parte de quem se ama e lhe é semelhante. Mas esse amor e ternura podem ser abusivos. Desse modo, nela poderiam estar os traços específicos à mulher, o que viabilizaria a construção de uma feminilidade para a menina. A menina não só busca na mãe imagens que digam o que é uma mulher, mas a partir do corpo dessa mãe procura também encontrar a imagem de uma mulher que sustenta o desejo de um homem. Como uma se referencia na outra, a imagem de feminilidade fomenta a confusão entre elas. Portanto, caberá à menina se separar dessa imagem para que possa tornar-se mulher, como a mulher que é a mãe, porém distinta dela, com seu corpo e sexualidade próprios.

A separação efetiva da sexualidade da filha da sexualidade de sua mãe é necessária para a destituição do poder de encanto dessa imagem de mulher que a mãe possa deter e exercer sobre a filha – imagem ameaçadora também e que pode se constituir em um fantasma entre elas, senão às vezes persecutória –, possibilitando a esta a abertura para a distinção de corpos, sexualidade e para a construção de sua própria feminilidade. Portanto, a tarefa que caberá à filha é afastar-se da imagem de mulher que, na mãe, ou a partir do corpo de mulher dessa mãe, está representada ou imaginada, ou ainda, que suscita, a fim de ela construir a sua própria imagem de mulher, sua feminilidade. Ela espera, como diz Lacan, mais substância de sua mãe, mas essa não vem, essa identidade não é transmitida, porque o tal significante da feminilidade não existe. Mas ela adquire consistência nessa relação com a mãe e, sobretudo, na separação. Daí faz da solidão o seu parceiro na sua criatividade em se recriar como mulher ao distinguir-se da mãe. Pois é na solidão que ela encontra o seu jeito de ser

exclusivo, único enquanto mulher. A mulher tem o seu gozo próprio, que é o gozo suplementar, e a solidão é a parceira deste gozo estrutural (Chamorro, 2011, p. 30).

Portanto, o desejo de se separar é uma luta. Para se distinguir da mãe, a filha apresentará mudanças na relação mãe-filha, ora rebelde, agressiva e distante, ora amorosa e próxima. Em geral, as mães são surdas quanto a ouvir os anseios de distinção da filha. A intensidade da devastação dirá da força do engolimento materno dessa filha nessa relação. Assim como o movimento da filha para se separar da mãe corresponde à aceitação da mãe quanto à assunção da filha enquanto mulher. É necessário também que a mãe se manifeste em relação à distinção, caso contrário, ela favorecerá à filha a permanecer na falta de distinção. Claro que a tendência seria aumentar a revolta na filha e agravar a separação entre elas. Mas enfim, é nessa separação de corpos e sexualidade, ou seja, diferenciação de identidades, que a filha se fortalece com alguma substância, se liberta e torna-se uma mulher (Zalberg, 2003, p. 193).

Salienta-se que essa separação é mediada por um terceiro elemento. É o diferenciador entre elas, com a lógica da alteridade. É paradoxal, pois a filha há de se diferenciar da mãe para se identificar, ao mesmo tempo livrar-se da dominação, e continuar sendo amada por ela. É a luta de uma filha pelo reconhecimento de uma identidade (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 18). Por isso a busca pelo falo e o amor do pai.

Parece contraditório, mas é com a ajuda da mãe que ela consegue fazer esse movimento. Mas ocorre que a confusão entre as imagens deixa-as inseguras, pois acham que se uma tem a imagem feminina a outra será privada dessa imagem. Ou seja, se uma é, a outra não poderia ser. Como se a exclusividade de cada uma destituísse o valor da imagem da outra. Como se fosse impossível as duas serem mulheres femininas ao mesmo tempo. Como se houvesse lugar apenas para uma mulher. Confundem a

individualidade com a exclusividade. Para Zalcberg (2003, p. 193), se a mãe acredita nesse lugar único e vive a relação com a filha dessa forma, ela vai sentir inveja e medo que a filha tome seu lugar. Mais um dos paradoxos, pois a mãe deveria ajudar a filha a conquistar o lugar de cada uma.

O que determina o limite na relação de uma mãe com sua filha, entre a dominação e uma relação satisfatória, é o espaço deixado entre elas e o modo como vão habitá-lo (Eliacheff & Heinich, 2004; Zalcberg, 2003). A questão é se essa mãe concederá espaço para a entrada do pai ou se o excluirá. O fato da exclusão caracterizaria uma relação incestuosa com a filha. Mas o que está em jogo não é a pulsão erótica, mas a satisfação de uma necessidade identitária ou narcisista. Esse espaço é o que deve ou deveria proporcionar que o sujeito infantil se torne verdadeiramente um outro, que realize sua autonomia pessoal. Temos de considerar que se há confusão identitária e dominação materna de um lado é porque de outro temos a exclusão paterna, do terceiro. Essas operações deveriam ser vividas como complementares. Pois a função do terceiro além de anteparo à loucura proporciona a manutenção da identidade de cada uma (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 192).

A forma de mediação entre a mãe e a filha, colocando entre elas a distância necessária para que se preservem da confusão e da desgraça, foi a função paterna, apresentada por Lacan, embora a função paterna não transmita o significante da feminilidade.

Assinala-se que não é uma questão de mães boas ou más, mas de mães problemáticas que condicionam o tipo de vínculo que elas criam com as filhas favorecendo ou não, mediado pelo terceiro, a criação do espaço entre elas. Certamente, também não se tratará de lamentar a pobreza da interposição paterna entre mãe e filha, mas a filha se sentir entregue ao poder materno, à sua onipotência.

Para Jerusalinsky (2011, p. 185), a circulação da menina pelo gozo fálico é o que vai preservá-la de uma devastação psíquica ao se defrontar com o furo simbólico do Outro. Agora, é com a entrada do significante paterno que poderá abrir lugar para uma busca criativa pela feminilidade. Seja na relação com seu parceiro, a quem supõe sustentar o falo, podendo gozar ocupando um lugar de passividade. Entretanto, quanto à passividade, na feminilidade consideramos que ela é ativa. E não se trata de um paradoxo, porque para uma mulher atingir determinados fins ditos passivos, tais como oferecer-se objeto do desejo do Outro, seja como for, mas se sentir desejável, esse se fazer pulsional sempre será ativo. Não obstante o fim de uma dessas pulsões ser passivo. É assim que a feminilidade se articula com a passividade e com isso obtém o gozo Outro.

Retomando a questão do casamento, como assinalaram Eliacheff e Heinich (2004, p. 57) e Naouri (2002, p. 233), o casamento é uma forma de poder proporcionar à filha-mulher uma identidade de esposa e de mãe, se tiver filho(s). A identidade via casamento, instituto de sua autonomia, significa deixar de ser a filha de sua mãe, tornando-se esposa, mulher para um homem e não mais definida pela mãe como filha. Tanto assim que encontramos mulheres mais mulheres do que mães. A relação com um homem pode ser vista por ela como uma forma de protegê-la do domínio de sua mãe. Isso a favorece a sair da angústia da confusão que se presta com a mãe e até mesmo fazer o luto da pretensão que alimentou um dia de ser ela.

Entretanto, a violência ou a tirania do excesso de amor ou ternura da mãe, o abuso do amor materno, prende a filha nessa relação, impedindo-a no seu desenvolvimento sexual para tornar-se uma mulher e, por conseguinte, o movimento na direção de um homem, e, até mesmo, no tornar-se mãe. Tanto assim que há filhas presas às mães, que vivem suas vidas em função delas, não conseguem casar, ou, se casam, não

conseguem se entregar verdadeiramente à relação homem-mulher. E, nesses casos, quando chega a casar, com seu parceiro, não se afastando da sexualidade nem renunciando a feminilidade, como observou Freud (1931/1974; 1933 [1932]/1976b), ela estará sujeita a uma:

possível indistinção na mulher entre dois gozos, o obtido na relação com o homem daquele que a liga à sua mãe. Assim, a mulher pode ficar dividida entre esses dois imperativos na sua vida erótica. É um caminho que toda filha deve percorrer enquanto mulher: ter acesso a prazeres sexuais diferentes dos que a prendiam à sua mãe (Zalberg, 2003, p. 146).

2.5 Olhar materno

Um dos aspectos importantes da relação mãe e filha é a questão do olhar. Mais especificamente do olhar da mãe sobre a menina, quando esta nasce, o desejo da mãe e o lugar que lhe é dado. Posteriormente, o que essa garotinha vê ou não vê refletido no olhar de sua mãe também é fundamental. É a divisão do sujeito na pulsão escópica. Lacan (1974/2003) vai demonstrar o enlace da pulsão escópica e a criação da imagem que poderá dar ou não consistência a uma mulher, no caso, a descompensação da personagem Lol V. Stein, do romance de Marguerite Duras, que ficara privada do amor de um homem, sobretudo do olhar desse amor que lhe proporcionava uma imagem de si (Chatelard, 2005; Zalberg, 2003).

Em função das especificidades da relação mãe-filha, mesmo sexo e, sobretudo, da ausência de um significante da feminilidade, a filha buscará no olhar do Outro materno, no reflexo do espelho desse olhar, uma imagem que seja específica à mulher e

que lhe sirva de modelo, ou no mínimo de inspiração. Essa imagem, se cumprindo essa função, vai deixá-la fascinada. A menina vai buscar ver a imagem de uma mulher nesse corpo da mãe, como vimos. Não há como essa escapar, pois a imagem da mãe é também uma imagem de mulher. Essa imagem guardaria o mistério da sexualidade feminina, porém essa imagem se confunde com a mãe e isso tem repercussões na relação mãe-filha e no futuro da menina.

A importância do olhar materno enquanto espelho para a filha é que essa imagem no espelho daquilo que ilude, que faz o sujeito se imaginar, e mesmo que seja via palavras ditas por outrem ou gestos que a digam ser, que a descrevam objetivamente, que a nomeiem, vai proporcionar suporte identificatório à menina, é uma das fontes para a filha constituir sua feminilidade (Zalcborg, 2003, p. 139; Eliacheff & Heinich, 2004, p. 124; Naouri, 2002, p. 216). O olhar materno é potente, porque ele vem dizer à menina da sua existência e seu lugar no desejo de sua mãe, e, por conseguinte, amar-se a si mesma. Esse olhar materno reflete e acolhe. O olhar ajudará tanto na construção de uma imagem quanto no seu acolhimento. Haverá uma troca de olhares entre elas. A filha encontrará no acolhimento do olhar da mãe tanto o suporte para sua construção quanto para seu conforto daquilo que precisa para se identificar. A mãe, por sua vez, vai se olhar na filha. Portanto, a qualidade do olhar de uma mãe sobre a sua filha dirá da facilidade ou dificuldade que essa filha terá em separar “seu corpo, desejo e gozo, dos de sua mãe” (Zalcborg, 2003, p. 138).

A questão do olhar nos remete também a um equilíbrio, porque os excessos e/ou a falta do olhar da mãe serão prejudiciais no estabelecimento do narcisismo da menina. O olhar poderá ajudar a menina a suportar a falta do significante feminino, compensando-a de alguma forma, e na construção do narcisismo de apoio, fazendo buscar compensações. Entretanto, considerando os excessos, o olhar compensador que

vai supervalorizá-la, por ter nascido menina, vai condená-la a ser fálica. Se a filha foi saturada na relação com sua mãe, não terá lugar para a falta, torna-se inacessível. Se for um olhar de construção, vai compensá-la na instauração de um narcisismo exacerbado. Nesse caso, poderá ultrapassar a mãe no problema de sua falta ao qual ela continua submissa.

Agora, quando o olhar falta e não cumpre nenhuma dessas compensações, a menina vai ficar presa a ele, buscando olhares que lhe digam “ser”, mas que não terão mais o efeito que deveria ter tido e será apenas repetição ilusória. Esse olhar não trará a segurança que poderia ter proporcionado quando ela o buscou um dia no olhar materno. Portanto, o olhar que faltou não cumpriu uma função de compensação, de investimento ou de valorização dessa menina e seu corpo. Não diz de sua beleza e das promessas investidas de seu futuro de mulher, a ponto de fazê-la sentir-se segura e diferenciar-se de sua mãe. Ao contrário, essa distância da mãe imposta pela ausência desse olhar, remete-a à inferioridade, pois não encontra o conforto que a afeição do olhar de uma mãe lhe proporcionaria, ou, ainda, ficará à mercê da confusão com sua mãe, inclusive correndo o “risco de ver interdito o acesso à consciência de sua própria autonomia” (Naouri, 2002, p. 219). Esses olhares não se encontram e não viabilizam o reconhecimento entre elas, mas, sobretudo, em relação à menina, não obstante a dominação materna estar presente e a filha buscar esse olhar insistentemente. Se ela não encontra o conforto que o olhar da mãe proporciona, não consegue amar-se no olhar da mãe.

Portanto, a menina procurará insistente ou continuamente encontrar a imagem de mulher no olhar materno, como ela poderá se definir como mulher nesse olhar que é seu espelho: seria o reconhecimento do seu corpo feminino no olhar de quem é igual a ela. Nesse processo de identificação inicial via sua imagem refletida no olhar do Outro,

poderá como vimos ter dois desfechos: o favorável de construção criativa de sua consistência ou o desfavorável de se manter na devastação, caso não tenha encontrado um lugar nesse olhar. Uma das estratégias das mulheres é buscar atrair o olhar do outro em sua direção, para que possa ter uma “confirmação” de que ela é, para reconhecimento e aceitação de seu ser.

O que a filha espera da mãe, então, é que esta tenha conseguido se conciliar com sua condição feminina, com a falta de um significante específico da identidade feminina, e com isso a acolha com seu olhar compensador e que a reconheça. Mas se a mãe apresentar problemas com sua feminilidade, possivelmente terá dificuldade em aceitar o corpo feminino de sua filha. Essa não aceitação poderá ser interpretada pela menina como não reconhecimento e abandono. Isso tem consequências porque essa filha poderá passar a vida buscando esse reconhecimento no olhar da mãe. Zalcberg (2003, p. 155) destaca a importância do olhar da mãe enquanto objeto que proporcione a construção de uma imagem para a menina, que depende, em razão da falta de um significante feminino, dessa cobertura imaginária para o seu corpo.

Em síntese, a menina vai buscar o reconhecimento do seu corpo feminino no olhar da mãe. Mas para isso é necessário que a mãe a acolha no olhar, porque o desejo dessa mãe pode não proporcionar esse lugar para a filha no seu olhar. Em função do vazio e da falta de substância, a mulher ficará mais propensa à “indefinição” no olhar do Outro. Esse é um dos motivos de queixa que as mulheres trazem de diversas formas em suas análises de que o seu corpo feminino não teria sido acolhido pela mãe. Evidentemente, isso precisa ser escutado e essa queixa não vem sem o implacável sentimento de culpa. Como vimos em Freud, o medo de não ser amada está diretamente ligado ao medo de seu corpo feminino, sem pênis, lá nos primórdios não ser amado, sobretudo, pela sua mãe. A questão da imagem de mulher, a fascinação e o mistério da

sexualidade feminina são elementos essenciais na relação mãe-filha para o possível processo de uma menina tornar-se mulher via construção de uma feminilidade. Como assinala Zalcborg (2003, p. 150), é através da mãe que a menina vai buscar o seu próprio gozo, que é a marca de sua sexualidade feminina, senão a promessa desse gozo desconhecido.

2.6 Luto da relação mãe-filha

Uma das vivências essenciais para a realização de uma feminilidade é fazer o luto dessa relação de ligação entre mãe e filha. Mas o luto deve ser feito por ambas, pelo menos espera-se, mas, sobretudo, pela filha. Observamos nas psicanálises em geral que uma mulher-filha à medida que inicia e investe nesse processo de distinção e separação de sua mãe, e começa a fazer o luto, a mãe resiste por um tempo, mas acaba cedendo a esse processo.

O luto trata-se de uma renúncia. Renunciar à forma que se estabeleceu o relacionamento delas até então, ou seja, dessa ligação intensa entre mãe e filha (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 281). E mais: o luto da mãe que teve de renunciar a filha ideal, quanto o luto da filha em relação à mãe, à mãe fálica. O trabalho do luto não quer dizer que seja uma manifestação de pacificação nas relações. Espera-se isso ao menos como seu resultado final, mas para que se dê o luto é provável que ocorram devastações entre mães e filhas, as resistências estão presentes e tendem a ser agressivas. As mudanças ao longo das idades da vida de uma mulher também impõem decerto um trabalho de luto para as duas. Assim como o deixar de ser menina-filha para ser esposa e tornar-se mãe, como a velhice chegando para a mãe lhe impõe limitações que não condizem mais com a onipotência outrora sustentada nos imaginários.

Curiosamente, algumas mães dominadoras, com a chegada da velhice, ao perceberem que as filhas são muito dependentes, naqueles casos em que os estragos causaram danos subjetivos, talvez mesmo irreparáveis, em que o mal-estar se estabelece no núcleo familiar, justamente porque a mãe não reconhece a filha em seu espelho idealizado, começam a fazer um movimento de separação, às vezes tardio, mas evidentemente devastador. Essas mães apresentam toda a dificuldade em reconhecer que os estragos talvez não permitam a essa filha certa autonomia. Esse espelho quebrado é insuportável. Agora, quando uma filha adulta em análise começa o movimento de se separar da mãe e posteriormente fazer o luto dessa relação, a facilidade ou dificuldade que ela vai apresentar vão dizer também das dificuldades ou facilidades que a mãe vai apresentar em suas reações com essa conquista de independência da filha. Como isso tudo acontecerá vai dizer da capacidade ou não de ambas renunciarem e fazer o luto. A disposição em fazer o luto é determinante para uma relação harmoniosa, sobretudo, depois da fase de separação das identidades.

Portanto, a mãe e a filha deverão fazer o luto do que uma representou e foi para a outra nas suas feminilidades ao longo de suas idades da vida. E, como afirmamos, o luto é a renúncia dessa relação de ligação. Mas, evidentemente, para esse luto ocorrer, é necessário que a mãe esteja disposta a abrir mão da relação de cumplicidade que se iniciou na relação pré-edipiana e que se manteve na infância e adolescência com sua filha. Atribuimos à mãe a iniciativa em razão da posição de dominação, mas cabe à filha também se ver com essa renúncia e perda. Ambas deverão estar prontas para prantear, como disse Zalcberg (2003, p. 193), esse luto para conquistarem um nível de individualidade esperado.

2.7 Considerações e conclusões acerca da feminilidade

Se os pais realmente conseguiram se encontrar a sós, é porque conduziram seus filhos a seguirem suas vidas. Portanto, uma filha que conseguiu substituir o amor incondicional da mãe pelo amor de um companheiro conseguirá ser esposa e mãe sem sentir-se culpada por achar que está traindo a mãe. Entretanto, se não há o corte nessa díade mãe-filha, que é proporcionado pelo terceiro elemento, pela metáfora paterna, a fantasia do gozo feminino poderá emperrar todo esse processo de separação e construção da feminilidade. A metáfora paterna proporciona a separação entre mãe e filha, mas não o faz efetivamente, deixa um resto na sua estrutura, que se localiza no não-toda, na parte não simbolizável. Vimos que o poder de dominação de uma mãe poderá impor à sua filha obstáculos penosos ao destino afetivo e de sua feminilidade e até mesmo de uma possível maternidade.

Não há o significante da feminilidade que nomearia um sujeito feminino como mulher, tampouco a feminilidade é possível de ser transmitida pela mãe à filha, porque esta não encontra as insígnias na mãe. O espelho é inacabado, a imagem refletida é não-toda, resta uma parte não simbolizada. Como vimos, trata-se de história de mulheres, história de subjetivação da filha na relação com sua mãe, pois decerto é a mãe que facilitará ou dificultará ou ainda impossibilitará para a filha esse “tornar-se” mulher. Há uma transgeracionalidade psíquica de repetição, que começa na fase pré-edípica culminando na saída edípica com a castração, permitindo via sublimações as substituições e as trocas necessárias à conquista de sua feminilidade e também da maternidade. Em geral, um sujeito feminino vive dividido entre ser mulher ou ser mãe. Todavia, a maternidade não ocorre necessariamente em razão da renúncia à

feminilidade. São posições distintas com gozos distintos, mas de forma alguma são excludentes.

Ficou evidente que a filha depende do investimento da mãe de sua imagem, isso é muito importante para a menina, pois é através do acolhimento de seu corpo, do espelho, do olhar da mãe, de suas palavras e gestos, bem como das atitudes, e do amor dirigidos a ela, ainda menina, que ela vai construir uma imagem de si. É através desta cobertura imaginária que poderá lidar com a falta de uma identificação feminina, por conta da falta do significante feminino, se amando e encontrando os caminhos para ir construindo a sua identidade continuamente ao longo de sua vida.

As dificuldades e os problemas encontrados para a constituição da feminilidade decorrentes da relação mãe-filha são da ordem de um espelho inacabado. Este poderá ser tomado desde uma parte do real do corpo que não é simbolizada. Se a mulher não pode se sustentar em sua base especular, é porque não pode assumir uma imagem de mulher. O entrave à feminilidade é decorrente dos estragos maternos que podem fixar a filha na relação de ligação com a mãe. Isso está condicionado a se essa mãe não aceitou a impossibilidade de transmissão da feminilidade, como ela lida com a castração, assim poderá alimentar na filha a crença de que poderá receber dela tal significante que faltara.

A abertura e o espaço essenciais para vivenciar a diferença sexual como falta ocorrerão se a menina renunciar à mãe fálica, mas esse espaço deveria ser proporcionado também pela mãe. A qualidade da relação intersubjetiva entre mãe e filha viabilizará para a filha a distinção entre elas e a construção de sua feminilidade ou de um clone da mãe, sobretudo, repetindo as falhas. Assim reside toda a dificuldade de uma mulher na realização de sua feminilidade. A grande luta da filha será a separação da relação de ligação com sua mãe. Contudo, embora a filha espere mais substância de

sua mãe, no entanto, para Lacan, a mulher mesmo depois de passar pelo Édipo, se endereçando ao pai, e, por conseguinte, ao homem, ela continua esperançosa e/ou desafiante a demandar/receber dele o significante da feminilidade.

Espera-se na vida adulta que mãe e filha tenham atravessado a devastação e chegado a uma relação harmoniosa, aceitando as perdas e, sobretudo, se libertando das crenças alimentadas de uma para a outra da possibilidade de transmissão da feminilidade. Ademais, que a sensibilidade de cada uma tenha facilitado esse processo de separação e a construção de suas identidades. Caso contrário, a devastação se arrasta cheia de ódio e conflitos surdos sem resolução.

Como observamos, o núcleo duro da especificidade da relação mãe-filha é a indistinção identitária entre elas, resultando na confusão das identidades e imagens de feminilidade. No fundo, o que temos é uma fantasia do feminino de que elas não deveriam se separar, não permitindo a entrada do terceiro. A considerar que a relação mãe e filha é uma relação a três. É o abuso narcisista alimentando um amor louco, fusional e engolidor, conseqüentemente, produzindo estragos. A dominação materna e seus imperativos superegoicos caracterizam uma forma de prisão, impedem a filha de sair dessa relação de ligação. A angústia por ser engolida e querer se separar a remete à culpa por trair o molde materno, a dívida que imagina ter por deixar de ser o objeto da mamãe. A feminilidade é subversiva.

Evidentemente, esse caminho para a construção de uma imagem e de uma identidade estão condicionados à mãe ter aceitado ou não a castração e sua feminilidade, bem como a impossibilidade de transmissão da feminilidade. Ambas deverão fazer o luto dessa relação de ligação e do que uma representou para a outra ao longo de suas vidas. O luto implica a renúncia em ser o falo, enquanto objeto para a mãe, e à mãe

fálica. O luto é resolutivo, mas nem sempre esse luto se efetiva, pois às vezes pode se arrastar num luto melancólico.

Lacan apontou que é através da mascarada, via narcisismo, criando semblantes, que a mascarada vai realizar uma feminilidade possível. Assim, a mascarada se faz desejável e amada. “É pelo que ela não é que ela pretende ser desejada, ao mesmo tempo que amada” (Lacan, 1958/1998, p. 701). A feminilidade poderá ser a solução encontrada para algumas mulheres quando ao descobrir no espelho que os véus podem se transformar em máscaras (Garcia, 1997, p. 84). A mulher faz de sua feminilidade uma máscara. Ser mulher é ser mulher na aparência, como assinala precisamente Zalcberg (2003), que a identidade feminina será estabelecida numa estrutura de ficção, encontrando nos encantos de seu corpo feminino, da feminilidade, soluções criativas para lidar com “sua condição indefinida de mulher” (p. 185). Lacan (1962/1998) chegará à conclusão de que nada poderá ser dito sobre a especificidade do gozo feminino.

Enfim, a feminilidade é esse movimento de tentar se definir como mulher, como um processo de busca de identidade que pode transformar a menina em mulher. A criatividade é o ingrediente essencial para a invenção de uma mulher. É a mulher construindo o seu jeito de ser, no seu estilo de se inventar, de se criar, de se nomear como mulher em seus sentidos, realizando um estilo próprio que a faz única, mas para isso é necessário a assunção de seu próprio corpo.

CAPÍTULO 3

FEMINILIDADE E MATERNIDADE

3.1 Feminilidade e Maternidade

Filha, menina, mulher, esposa, mãe e avó. Atenho-me a essa hierarquia para simplificar. Evidentemente, há mais posições, tais como as profissionais, mas as posições que se confundem mais com o *ser* mulher, são as de esposa e de mãe, talvez por serem mais substanciais para uma mulher e sua feminilidade. Entretanto, a que mais se mantém é a de mãe e, por conseguinte, condiciona a de filha. As alterações dessas posições são decorrentes dos acontecimentos da vida e das idades de uma mulher e as que são conquistadas não têm necessariamente uma ordem, mas, a princípio, são em decorrência de uma levar a outra. Ou ainda, se fixam em algumas posições em detrimento de outras relações. Mas isso se houver sofrimento para uma das partes, filhos e ou parceiros. Mas essas posições lhe proporcionam cada uma um saber, o que é ser esposa e o que é ser mãe, ou vice-versa, o que passar de uma para a outra, não importando a ordem das coisas. Mas, curiosamente, o que predomina ao longo da vida é de fato a posição de mãe, tanto para os filhos quanto para o parceiro que ela vai tentar transformá-lo em seu filho, como já nos apontou Freud.

Esse poder e conhecimento sobre a vida e o desenvolvimento da vida dos quais as mulheres que se tornam mães são inegáveis. No entanto, a responsabilidade que herdamos nessa transgeracionalidade psíquica pode se tornar em culpa insuportável provocada pelo acesso à maternidade. Mas isso lhe ocorreria caso o tornar-se mãe suscitasse dificuldades em habitar as posições de mulher e ou de mãe, passando de uma

para a outra e, novamente, vice-versa, com a disposição para ocupá-las, independentemente de prevalecer mais uma do que a outra (Naouri, 2002, p. 230).

A transmissão de informações de uma mãe para a sua filha, sobre a primeira menstruação, e como se dá essa situação e em que condições, favoráveis ou desfavoráveis à filha, coloca em jogo a própria transmissão da relação com a maternidade. Essa relação das mulheres com a maternidade parece ter uma equivalência óbvia entre “ter filhos” e “ser mãe”. Entretanto, a primeira remete à posse dos filhos, tê-los como se tem um objeto. A segunda remete à capacidade de a mãe “endossar uma identidade”. E aí é que mora um dos problemas, pois para uma mulher a sua identidade de mãe “se refere necessariamente à relação com sua própria mãe” (ELIACHEFF; HEINICH, 2004, p. 246).

Fato é que a mulher grávida reatualiza ou revive o seu Édipo, pois entra em jogo a estrutura de sua relação com o outro, com seus limites que a constituíram como sujeito e, sobretudo, a história com sua mãe, já que agora torna-se mãe também. Entra em cena essa referência materna que poderá ser problemática ou não. A puérpera poderá reviver a relação ambivalente que teve ou tem com sua própria mãe, e o que entra em jogo é a castração, que dependendo de como ficou vem como ameaça. Essa história de mulheres é revivida com a chegada do bebê e com os deslocamentos geracionais que reposicionam cada um na família.

Entre feminilidade e maternidade Tânia Rivera (2007, p. 173) considera que há alternância e conjugação. Para o sujeito, seja ele homem ou mulher, é faltante na sua constituição, falta simbólica que atinge a todos, e a ambos pode ser aberto um destino de feminilidade. No entanto, a maternidade é exclusiva da mulher. Segundo Serge André (1994), a maternidade, para além de uma reivindicação fálica, abre a perspectiva a outra posição subjetiva de reconhecimento da falta, que é a da criação, dar à luz a um

filho. Mas isso sem fazer desse filho a sua rolha, negando a falta. A maternidade pode estar articulada com a sublimação. Nesse sentido, isso implica a realização de uma feminilidade possível. Obviamente, a mãe é fálica com seu bebê, mas, em se tratando de uma mulher, mostrar-se-á faltante, permitindo a entrada do terceiro, cortando a díade mãe-filho. Esse filho não cumpriria a função de rolha, permitindo o nascimento do sujeito e do desejo para ele.

A equação freudiana pênis=falo=criança indica que o desejo feminino, pela inveja do pênis, conduzirá a mulher ao homem e/ou a ter um bebê. Se a conduz ao homem, à diferença sexual, conduz a mulher à feminilidade. Se a conduz a ter um bebê, conduz a mulher à maternidade. Se a conduz de um a outro, é porque havia espaço para as duas posições ou identidades. Como serão conduzidas ou como se darão os diferentes gozos vai dizer da possibilidade de criação da mulher. Para Rivera (2007, p. 183), “mulher e mãe se equivaleriam no desejo de pênis-filho”. Entretanto a diferença vem com a mulher, fazendo a ausência da mãe, abrindo espaço para a falta e o movimento do desejo.

Danielle Bastien (1997, p. 75), trabalhando a feminilidade e a maternidade, destaca alguns pontos essenciais quanto ao ser mãe, dentre eles o gozo fálico e a ilusão da completude. A maternidade idealizada ou esperada lhe dá a ilusão que um filho preencheria a sua falta e que a maternidade lhe daria uma identidade, um traço, ser mãe, porque é mulher. Isso é forte porque na gravidez temos o real do corpo biológico gestando o bebê. A força da ilusão, da imagem de si grávida, uma imagem fálica da mulher, demonstra a crença no sentimento da suposta completude, e também de uma identidade.

Lacan asseverou que a mulher não será jamais tomada, senão *quoad matrem*, quando ela entrará em função na relação sexual enquanto mãe.

Ela não fará objeção a esta primeira aproximação, pois é assim que ela mostrará ser uma suplência desse não-todo sobre o qual repousa o gozo da mulher. Para esse gozo que ela é, não-toda, quer dizer, que a faz em algum lugar ausente de si mesma, ausente enquanto sujeito, ela encontrará, como rolha, esse **a** que será seu filho (Lacan, 1972/1973, 1985, p. 49).

Seria o objeto perdido, *Das Ding* de Freud. Ou seja, o filho enquanto objeto “a” na ilusão de tapar a sua falta. É a descoberta da falta, do vazio, que jamais será preenchido. Contudo, a descoberta de que esse filho enquanto objeto não preenche a falta, pois nenhum objeto representa essa falta, vai causar insatisfação nessa mãe que poderá não responder muito bem a isso. Conforme a sua disposição, esse bebê poderá até se tornar um estorvo.

Na maioria dos casos, as mães percebem que o filho não a preenche totalmente como ela havia imaginado ou desejado. Isso é bom, pois esse bebê escapa de ser o objeto rolha que viria preenchê-la ficando sujeito à psicose. Entretanto, ao aceitar esse outro que é o bebê e sua imaturidade, e não poder se defender na origem e dependência absoluta, demonstrando sublimar essa condição toda, a mãe permite o surgimento desses dois sujeitos, ela e o bebê. Rivera (2007) apresenta essa concepção da maternidade e a sublimação, como transformação e ultrapassagem, através do afastamento da reivindicação fálica e aproximação de um destino de criação. Isso ocorre com aquela mãe que acolhe suficientemente bem o seu bebê e suas necessidades transformadas em demandas.

A maternidade pode realizar, para uma mulher, a equação freudiana, como vimos no Complexo de Édipo, de falo=bebê, como uma tendência para a resolução do gozo fálico para as mulheres. Mas, mais que isso, decerto, ela reatualiza a condição feminina da castração, inclusive a castração da própria mãe. Contudo, agora não mais na

condição de filha, mas na posição de mãe. Reatualiza também a condição do gozo fálico. Piera Aulagnier, no Seminário A Identificação de Lacan (1961-1962/2011, p. 283), vai dizer que, se a mãe não aceita a castração, a criança não terá como também aceitar a sua própria castração. É necessário que nessa relação dual, mãe-filho, ela tenha assumido a própria castração, que o terceiro elemento, o pai, esteja presente enquanto referência materna, fazendo um corte. A criança deixará de ser uma equivalência fálica, presa ainda na satisfação da erogeneidade corporal. Com o corte, constituir-se-á uma relação em que ela se reconheça como mãe e como mulher do pai.

Todavia, há de se considerar outras possibilidades de uma mulher, em sua vida social encontrar outras formas de realização fálica, que não necessariamente a maternidade. Haja vista as sublimações e suas realizações sociais. A questão é que a equação fálica não vai metaforizar plenamente o pênis, porque, na essência, não é falta de pênis. Desde quando falta pênis na mulher? Quando ela foi mutilada? Quando ela foi privada do pênis? Nunca. Por isso, o encontro dela com a falta, que é o de que se trata, quando essa falta surge entre os termos da equação fálica, faz-se necessário para cada mulher que na troca entre um e outro elemento reinvente a seu modo uma transformação. Justamente porque não há o traço que a representaria como A Mulher. Então, não há uma identificação com a mãe na qual ela se sustente (Jerusalinsky, 2011, p. 190).

Entretanto, a maternidade para uma mulher que a exerce de forma suficientemente desejante e amorosa com seu bebê, demonstra com isso um novo modo de ser no seu meio social, atingindo um resultado satisfatório com a sua angústia de castração. Em contrapartida, se considerarmos a mulher dita moderna, de nossos tempos, essa realização fálica via maternidade às vezes não é tão fácil de ser resolvida, em função da busca de realização em outras equivalências fálicas de suas conquistas

sociais via sublimações. Isso desperta nela alguns conflitos, senão o agravamento pela busca ou disputa fálica (Jerusalinsky, 2011, p. 157). Evidentemente, isso contribui com o desencadeamento do mal-estar na maternidade.

O fato de uma mulher se realizar de outras formas, por meio de sublimações profissionais etc., que não somente tendo um bebê, não impede a sua feminilidade, pois são formas de feminilidade, e não são excludentes. Embora algumas apresentem dificuldades na conciliação dos papéis, isso ocorre por conta das posições frente ao falo, ou dividindo o campo fálico ou ainda se situando fora dele, se referenciando a um parceiro. O trabalho hoje em dia é um concorrente fortíssimo.

Julieta Jerusalinsky (2011, pp. 192-193) chama atenção ao fato de que a maternidade pode se tornar uma ameaça ao gozo fálico, representado no trabalho, e ao “gozo erótico do feminino”, de perder suas formas que despertavam o desejo em um homem. Outra questão é que o bebê está entre esses espaços de representação que ela ocupa e vive.

A maternidade não é um resultado direto e natural de uma feminilidade. Freud condiciona a maternidade como uma das saídas possíveis à feminilidade, não faz dela a única. Tampouco corresponde ao que é ser mulher, porque um filho enquanto um significante não responde à falta de significante ser mulher, a falta do significante no Outro, o seu lado não-toda. A maternidade não equivale à feminilidade, não diz o que é ser mulher. As feminilidades vão depender das escolhas de realização de uma mulher independentemente da maternidade. Também não se reduz a uma divisão simplista de que a maternidade implica somente no gozo fálico e ser mulher em um gozo da feminilidade.

Para Zafiroopoulos (2009), Lacan teria modificado o registro freudiano do ter o pênis, para dele gozar, para o registro da satisfação, que seria o gozo da mãe, uma

satisfação que lhe seria intrínseca. E no registro do ser mulher, do lado do desejo, ser o falo. O registro do desejo é o oposto do registro da satisfação. Portanto, mulher e mãe estariam em registros distintos. Contudo, isso não implica a mulher não querer ser mãe. Uma mulher pode desejar ter um filho e se tornar mãe, isso não constitui contradição. O bebê será vivenciado por ela como objeto de satisfação. Mas isso não faz dela mais mulher, porque não diz do desejo de mulher. É bom que a mãe seja também uma mulher, pois assim será para a criança. A mulher, seu ser, está identificada ao significante fálico, que está ligado à sua feminilidade. O desejo da mulher é subversivo. Não ficaria submisso ao desejo da mãe.

Rivera (2007, p. 186) assinala que “a maternidade é uma função que não coincide com o sujeito”. A mulher poderá exercer essa função, mas não se confunde com ela, justamente porque a mulher é sempre outra. Por isso, vimos que a filha é quem vai buscar ver além da mãe o reflexo no espelho de uma mulher, ou ao menos vai tentar vislumbrá-la na busca de um significante da feminilidade. A gravidez duplica a mulher e que esse filho no seu ventre ocupará o lugar do nada. A gravidez não comporta somente um bem-estar narcísico de plenitude, mas, como apontou Lacan (1964/1985), também a angústia frente ao objeto. A realização dessa fantasia de completude da gravidez tem a sua face terrível também, pois são muitos sacrifícios e transformações. Ademais, Berhaïm (2007) destacou também a ambivalência da puérpera na maternidade, amor e ódio ao bebê. O bebê que ela pariu é percebido como um terceiro que está totalmente entregue às mãos dela, aos seus cuidados. Vida e morte estão presentes.

Rivera (2007, p. 186) lembra que se tornar mãe é uma mudança/revolução subjetiva que a mulher passa ao longo dos nove meses de gestação, sendo acentuada com o parto e no pós-parto, chegando a desencadear depressão pós-parto ou até mesmo

surto psicótico. O parto implica uma perda, da suposta plenitude que a gestante sentia. Esse trauma pode perdurar para as mães por um período razoável durante a maternagem. O parto retoma a castração, que é reforçada pela incidência no próprio corpo da parturiente. Seria, então, a oposição entre o corpo pleno, fálico, preenchido, e o corpo esvaziado com o nascimento do bebê. Ademais, tem-se a injunção da alteridade do bebê. Vivido como insuportável por algumas mães, sobretudo pelas mães deprimidas, que sucumbem ao abismo do desamparo. “Algo do sexual, enigmático e cheio de gozo, se encarna nessa experiência, de maneira prazerosa ou angustiante” (Freud, 1931/1974).

A maternidade lança para as mulheres a experiência da divisão de diferentes modos de gozo. A maternidade obviamente leva o sujeito feminino a ser mãe, mas não necessariamente a ser mulher. O que não quer dizer que não seja uma mulher, mas não A Mulher, a que existiria se houvesse o significante da feminilidade. Julieta Jerusalinsky (2011, p. 188) aponta precisamente que é a partir de Lacan que a condição feminina vai ser pensada na divisão do sujeito feminino nos seus diferentes modos de gozo. Com a castração, ela está presa à ordem fálica, mas não toda. Por isso, a feminilidade revela essa divisão frente à castração, e a parte não-toda revela justamente a falta radical de uma representação inconsciente de A Mulher, caso ela existisse. A questão da relação da mulher está mais além da maternidade.

A posição feminina nunca é atingida de forma efetiva, mas é marcada por um reconhecimento da castração, de assujeitamento ao Outro constitutivo, por escapar decerto dessa condição de irrepresentabilidade, por se encontrar faltante. É nesse espaço de tensão que é possibilitado ao sujeito, por meio do gozo Outro, a criação e a inventividade, como disse Lacan, tendo como seu parceiro a solidão. Rivera localiza a vivência feminina nesse momento efêmero, nesse gozo Outro.

A maternidade talvez desperte ou provoque na mulher algo que lhe é fundamental: a necessidade de se recriar, se reinventar, justamente porque não há para ela um lugar fixo. O lugar de mãe é outro para uma mulher. Assumir-se outra para possibilitar criar um filho. Seria o lugar de uma mulher que se tornou mãe também, mulher-mãe, sem deixar de ser mulher, porque a tendência é se transformar em A Mãe. Nesta linha de raciocínio a maternidade pode ser concebida como um destino da mulher, com o surgimento de um amor outro, marcado pela perda, que motiva a criação. Nessa linha, a maternidade “em um apelo ao Outro, pode abrir espaço para alteridade” (Rivera, 2007, p. 198).

3.2 Desejo de ter filho

O desejo de ter um filho, para a psicanálise, não é a mesma coisa que uma mulher dizer que deseja uma criança. No entanto, o desejar uma criança pode estar no desejo de uma mulher de ter filho, como pode não o ser. Ter um filho não quer dizer, necessariamente, que vai transformar uma mulher em mãe, como vimos. Ou seja, desejo não é sinônimo de querer (Stryckman, 2000). Mas o nascimento em si do bebê poderá trazer à tona enigmas do desejo de ter filho para essa mãe ou para esse pai.

Rosfelter (1992) apresenta situações comuns que ilustram essa questão do desejo de ter filho e a não garantia da qualidade de recepção e acolhimento do bebê em seu nascimento. Algumas mulheres ficam apavoradas quando se percebem grávidas. Culpam-se porque não queriam ter um filho. Mas nem por isso interrompem a gravidez e acabam aceitando os fatos. Assim, quando o bebê nasce, acolhem-no com aceitação e dedicação. Outras abandonam o bebê porque se julgam mães totalmente incapazes, confiando a responsabilidade a outros. Outras não suportam a diferença entre o bebê

sonhado e o bebê real. Que desejo era esse que não considera o próprio bebê que não é mais que ele mesmo? Todo bebê, quando nasce, vai aparecer em outro lugar que não aquele onde seus pais estavam ou não esperando. Há uma diferença entre os ideais e sonhos e desejos dos pais e o ser real que acaba de nascer.

O que implica o desejo de filho? Esse filho cumpre uma função no desejo desses pais, sobretudo, para essa mãe. Ele está implicado, de certa forma, em uma demanda, em um sentido, no narcisismo dos pais: ele vem a ser um objeto que porte um dia os ideais dos pais. Esse filho virá para preencher uma falta, um vazio. Curiosamente, uma das questões inconscientes importante da criança e que remete à sua origem, a seu propósito (de existir), e que vai se estender vida afora, e não por acaso tem seu reflexo direto nas demandas de amor: o que queres de mim? O que sou no seu desejo? Esse sujeito infantil se pergunta para que possa se apossar de sua existência.

O desejo de filho é um desejo construído, a partir de metáforas ou substituições de outros desejos inconscientes, recalçados, na origem. Stryckman (2000, p. 94) aponta que “o desejo de filho é uma das modalidades de encontro e de satisfação dos primeiros desejos incestuosos e mortíferos”.

O desejo de filho para a mulher remete-a ao real de seu corpo na maternidade. Esta será a prova de sua sexuação enquanto mulher, de sua feminilidade. “O desejo de filho faz entrever para a mulher essa feminilidade. Ele faz inscrever que a mulher é feminilidade” (Stryckman, 2000, p. 95). A mulher realiza e vive sua feminilidade inconscientemente graças aos desejos de maternidade. Por isso, entende-se que a recusa da maternidade é a recusa da feminilidade. Ela recusaria porque a maternidade remete ao real, ao real do seu corpo, questiona-a no seu corpo. Isso não ocorre com o homem, pois a paternidade remete-o a uma instância simbólica, não o questiona no seu corpo masculino.

O desejo de filho para a mulher tem várias facetas: desejo de maternidade, desejo de estar grávida, desejo de parir, desejo de colocar no mundo uma criança. Ou ainda, como apresenta Rosfelter (1993), o desejo de ter um filho pode ser desejar um filho “de” um determinado genitor, impulsionando a sua concepção, mas o bebê é mais do que isso. Lembremos-nos dos casos das mães que são abandonadas pelos companheiros quando ficam grávidas. Algumas deprimem com o nascimento do bebê.

Em geral, com o nascimento do filho real, surgem as comparações com o filho imaginado. A grande questão para a mulher é: *o que perde a mãe no momento do parto?* O filho imaginado, do qual ela fará o luto progressivamente. Ela perde também o seu estado de plenitude, perde o poder biológico de vida ou de morte sobre este filho, enquanto feto. Stryckman (2000, p. 106) destaca quatro possibilidades na particularidade de desejo de filho para a mulher, são elas: *o filho sonhado*, que é o filho do fantasma materno e paterno, o filho do desejo edipiano, incestuoso; *o filho louco*, que é o filho condenado a encarnar o objeto na estrutura desejante da mãe; *o filho morto*, que é objeto dos votos mortíferos da mãe; e a quarta figura de filho, *o filho sujeito*, o filho da realidade, inscrito em uma filiação, ordenada pela sua nomeação, fruto de dois desejos sexuais, de um homem e de uma mulher.

Todas as crianças/bebês, de alguma forma, foram desejados. Do contrário, não teriam sido concebidos, porque há inconsciente. Entretanto, um filho dito desejado na fala dos pais e, sobretudo, na fala da mãe, não é nenhuma garantia de um vínculo materno que não seja patogênico, haja vista a possibilidade de um filho desejado pela mãe não ter referência ao pai (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 36).

Para uma mulher, o desejo de ter um filho pode ser algo mais do que simplesmente isso. Pode significar o desejo de deixar de ser filha e tornar-se mãe, ultrapassar a própria mãe, emancipando-se dela, tornando-se igual a ela. Mas isso

denuncia o quanto essa filha está presa na relação mãe-filha, senão, o movimento de separação e busca de suas identidades.

3.3 Maternidade

Evidentemente, a experiência da maternidade, em geral, produz para a mulher um sentimento de realização, além de um reencontro com sua condição feminina. Um filho é o modo pelo qual as mães conseguem fazer a experiência de vida que mais lhe dá consistência, que é mais revestida do sentimento de certeza de uma identidade: ser mãe. Um filho é uma das maneiras pela qual as mulheres alcançam, com alegria e alívio, o sentimento de plenitude de seu ser feminino. Mas, curiosamente, em geral, as mães, ao longo de um processo de aprendizagem, voltado para os cuidados maternos do corpo da criança, terminam o curso sem ter a mínima noção do que está em jogo numa maternidade, em um projeto de vida de um sujeito, sua organização e estrutura, e confronto desse indivíduo com sua história (Naouri, 2002, p. 20).

Todavia, tornar-se mãe não é simplesmente uma fase da vida de uma mulher. É uma transformação profunda e por vezes perturbadora, permitindo-a compreender o que foi a sua vida até tornar-se mãe ou, ainda, a coerência do comportamento que sempre teve. Para o pediatra e psicanalista Aldo Naouri (2002, p. 155), a experiência da gravidez lhe dá sentido e unidade “à propensão que às vezes sentira até aquele momento sem compreender sua finalidade e que consistia em investir as necessidades de um terceiro para satisfazê-las da melhor maneira possível”.

Como sabemos, sabemos (?), não há amor materno natural. O amor materno é construído por tudo o que vem significar na continuidade persistente em uma relação mãe-bebê. Avançando um pouco nesta questão, Benhaïm (2007, p. 18) salienta que o

amor materno é ambivalente, amor-ódio. No entanto, o ódio simbólico é aquele que possibilita à mãe reelaborar a falta estrutural. Assim, o desejo reencontraria certa satisfação. A ambivalência oferece espaço para a função paterna. Pois com o ódio pacificado, sem ambivalências, a mãe devota-se aos cuidados do seu filho fazendo dele seu objeto real no fantasma. Esse é o lado “positivo” da ambivalência de uma mãe não submersa pela angústia.

O bebê, seja ele menino ou menina, vivencia a sua mãe como aquela que tem o poder de afastá-lo da morte ou aproximá-lo também com a interrupção de seu poder. Mas isso dura o tempo suficiente para que a mãe lhe assegure a sua sobrevivência. E num futuro muito próximo, nesse período denominado estágio do espelho, esse bebê vai se descobrir separado do corpo de sua mãe e assim se dará a assunção jubilatória de sua imagem, se assumindo como si mesmo, e a partir de então alcançar sua identidade própria (Lacan, 1949/1998).

Não há dúvidas que uma mulher em estado normal encontra prazer em ser mãe. O prazer que poderá se manifestar desde a gravidez será o do corpo a corpo com o bebê, nos cuidados maternos e amamentação, ameaçado pela sombra da mãe incestuosa, agora avó, e pelo ciúme do parceiro, e do prazer das palavras. No começo da gestação, a criança é somente uma ideia que passa a ser investida narcisicamente na construção da criança idealizada, semelhante ao estado amoroso, porém, na gravidez, o objeto não se produz distinto de si. A gestante é tomada por um sentimento de completude, de uma plenitude. Segundo Bastien (1997, p. 78), fazer renascer a criança que ela foi nessa criança que ela carrega no ventre é um desejo, senão um medo, muitas vezes até dito. Esse desejo durante a gravidez é do reencontro da oralidade primitiva, sendo ela mesma a criança alimentada.

As intensas relações que unem uma mãe a seu filho continuam por muito tempo depois do nascimento. Em razão também desse corpo a corpo inscrito na história de cada um dirá da intensidade dos sentimentos que perdurarão. Ademais aos prazeres físicos que mãe sente com a maternidade, há outra fonte de prazer que é o orgulho que a mulher sente por ter tido um filho, de ser capaz de ser mãe. Claro que isso não é vivido sem gabo e sem denotar os traços da imagem fálica.

Como vimos, a maternidade faz a mulher retomar e reatualizar o resultado de sua castração. Ao retomar essas saídas edípicas, a mãe retoma o gozo fálico com seu bebê, o que é fundamental. Uma mãe deprimida não consegue mobilizar-se falicamente com seu bebê. Jerusalinsky (2011, p. 228) destaca duas possibilidades quanto à equação pênis-falo-bebê. Uma, se a mãe coloca esse bebê enquanto seu objeto equivalente insuficiente do pênis, que é igual ao falo. Outra, é fazer do bebê sua conquista de seu falicismo. O importante é que o bebê não seja objeto de restituição fálica para a mãe, sem reivindicações complementares, como uma simples equivalência ao falo imaginário da mãe, mas, sim, seu filho, numa identificação simbólica promovida pelo significante nome-do-pai.

Claro que a maternidade em maior ou menor grau divide o sujeito feminino enquanto mulher e mãe. Em geral, o gozo fálico não restringe a mãe ao bebê, a mulher-mãe vai buscar o gozo Outro enquanto mulher com seu parceiro, que por sua vez sustenta o falo. Entretanto, esse gozo Outro também é retomado na maternidade. Se ela é uma mulher que teve acesso a esse gozo Outro ela consegue fazer uma identificação transivista com o gozo da passividade do bebê, supondo nele um sujeito desse gozo, e assim sustentando a montagem do gozo do Outro para o bebê. Embora exista toda a sedução da mãe, isso não faz dela uma perversa, porque ela não fixa o bebê como seu

objeto, como objeto do gozo do Outro (Jerusalinsky, 2011, p. 226), embora nos primórdios seja necessário que esse bebê ocupe o lugar de objeto de gozo do Outro.

O lugar simbólico dado ao Bebê é construído pelos pais, através do desejo e do inconsciente destes. Assim, se constrói o desejo no bebê, neste novo sujeito (Coriat, 1997). Assim, também, se organiza uma montagem pulsional, o fantasma inconsciente, na qual o sujeito vai se fazer objeto que preencheria a falta do Outro materno, para a realização de uma identificação impossível, eu ideal. Como isso fracassa porque não satisfaz o Outro, é recalçado, mas continua retornando com seus efeitos e sofrimentos. Portanto, o exercício da maternidade faz essa articulação do bebê ao simbólico. Cabe ao pai enquanto função a transmissão do falo e à mãe com seu gozo Outro via maternidade a transmissão, a criação, a transformação, em síntese, uma invenção (Jerusalinsky, 2011, p. 169).

O mito da mãe perfeita sustenta nunca ter falhas. Obviamente, isso é impossível. Embora elas insistam em ser perfeitas, todas têm falhas como todos os seres humanos. Contudo, as falhas na posição materna, segundo Eliacheff e Heinich (2004, p. 161) podem ser objetivas: “dever de presença, de proteção, de educação, de vigilância, de transmissão”; e subjetivas: que “incidem sobre a incondicionalidade do amor”, exigência dos filhos em relação aos pais que é “proporcional ao seu próprio amor e a sua dependência inicial”. Uma mãe que investe pouco a maternidade faz com que seus filhos vivam de modo dramático qualquer diferença que ela faça no tratamento entre eles. Para uma menina, essa experiência poderá lhe marcar com uma falta de autoestima e, claro, se sentirá responsável por essa pouca atenção que receberá da mãe.

Outro aspecto não menos curioso, mas relevante é considerar a maternidade enquanto um acerto de contas (Dolto, 1984; Garcia, 1997; Naouri, 2002). Para uma filha tornar-se mãe, pagar uma dívida de gratidão que a une à mãe, deverá saldar essa dívida

com um neto, com a transmissão da vida. A filha só não conseguirá se estiver fixada numa relação que a impeça e se a idealização da mãe faltou, são as “amatridas” (Perrier Apud Eliacheff & Heinich, 2004, p. 248). Para as autoras Eliacheff e Heinich, a posição de “amatrida” é uma das possíveis causas para uma mulher da recusa à maternidade, uma vez que a referência materna estaria ausente, caracterizando uma falha na transmissão. Mas também o contrário, o excesso de referência, que seriam as “hipermatridas”, que estão muito presentes em se tratando de recusa da maternidade. Entretanto, considerando essas relações abusivas de uma mãe com a filha, as autoras levantaram e reforçam uma questão muito pertinente para esta tese, “não existe um lugar para um terceiro, onde colocar uma criança nascida da união com um homem?” (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 248). Talvez ocupasse um lugar na fantasia da avó? A clínica nos mostra que há casos de gestante que revelam, em momentos de muita angústia, pois por alguma razão ou incidente o sentido daquele bebê em gestação se perdeu, em que os filhos são ofertados aos pais, sobretudo à mãe.

Então, a filha de uma mãe abusiva, se tiver sorte na tentativa de se livrar da dominação materna, terá duas possibilidades, renunciando a maternidade, não se identificando à mãe ou tendo um filho saldando a dívida e se livrando da dominação da mãe, que agora se voltará ao neto. Em geral, há uma cobrança cruel dos pais para que os filhos, a princípio casados, lhes deem netos. E se não forem casados que tratem de casar e providenciarem os netos. Confundem o dom da vida, a perpetuação, com a dívida de gratidão. As mulheres estão mais sujeitas e vulneráveis a essa pressão da família.

Enfim, para escapar da dominação materna e seu desejo, não repetindo a história, a mulher recusa se tornar mãe. Não lhe dá um neto e, portanto, não se torna igual a sua mãe. O problema é se ela continua na posição de filha para sua mãe. Mas se ela se tornou mulher terá que guardar uma distância segura em relação a sua mãe para

não cair na tentação de voltar a ser a filhinha da mamãe. O contrário também é violento, quando uma mãe impede a filha de ser mãe via dominação (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 253).

Manifestamente, a maternidade vai remeter uma filha aos traços de identificação com sua mãe, pois o desejo de ter filhos, particularmente na menina, é o desejo de ser ‘como mamãe com seu filho’, curiosamente nunca com um filho adulto (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 292). No entanto, como escutamos na clínica, sobretudo para aquelas que ainda estão num processo de separação, ou fixadas nisso, e de afirmação, tenderão a fazer diferente num processo de distinção. Não querem de forma alguma repetirem os ditos “erros”. Embora repudiem esses veementemente não quer dizer que inconscientemente não repitam outros traços nos modos de serem, inclusive os próprios “erros”. Contudo, um dos riscos de tornar-se mãe é tornar-se inconscientemente parecida, senão igual à própria mãe. Como vimos, muitas fazem de tudo para se distinguirem. É uma questão de conquista de individualidade e identidade, senão às vezes de repúdio.

Mathelin (1999) vai apontar o quanto a maternidade da filha está ligada à maternidade da mãe. Há repetição. Fica evidente que a forma como é vivida ou sofrida a experiência do pós-parto para uma mulher está diretamente relacionada à vivência de como foi a separação de sua mãe. Naouri (2003, p. 206) reforça essa perspectiva transgeracional assinalando que se um dia tiver uma filha, submetida à injunção da repetição, geralmente exigida pela mãe, ela será a mãe que ela não teve e gostaria de ter tido. Assinala-se que o sexo da criança é importante e revela um posicionamento de se fazer justiça dessa que se tornou mãe. Vai tentar corrigir a história de sua mãe.

O desejo de ter um filho repousa sobre a ilusão de ter o reencontro daquela parte de si mesma outrora perdida. Danielle Bastien (1997, p. 76) salienta que o desejo de ter

um filho, imaginariamente reconquistado com a gravidez e com a expectativa do nascimento do bebê é fragilmente domesticado na iminência da ruptura que antecede o parto. O parto é o momento em que se esbarra no real, no sentido Lacaniano de que não é simbolizável nem imaginado, se não foi vivido antes, mas sofrido, ou ainda, até mesmo com satisfação. Essa fragilidade está exposta na medida em que o bebê real, por vezes irreconhecível, se faz diferente do bebê idealizado, imaginado, nos braços da mãe. O bebê agitado pelas exigências, até então, para a mãe, incompreensíveis e estranhas em relação ao desejo que ela tinha. Logo, é na decepção que se encontra o espaço para essa criança não ser a “rolha”, o desejo de a mãe derivar e não psicotizar a criança. Ou, como disse Benhaïm (2007), é na ambivalência materna que não vai permitir os excessos e o engolimento desse bebê.

Outra questão que Bastien (1997) nos apresenta é a angústia da morte. Pois o parto, além de se constituir no principal acontecimento da maternidade, não deixa de oferecer certo risco. O sentimento de plenitude que marca a gestante remete-a a abertura que a maternidade proporciona e o parto em particular. A abertura que ele simboliza e remete a puérpera à dificuldade do encontro com essa mesma abertura, com a morte, com o vazio e a passagem. Nesse momento do parto, alguma coisa muda no psiquismo da puérpera no mesmo ritmo que provoca a ruptura no corpo. A gestante pode até se perguntar: qual dos dois vai morrer? Ao parir, a maioria das mulheres sente, em seguida, uma sensação de vazio. Bastien descreve como se fosse uma passagem ao ato no qual se constitui a queda da criança para fora do corpo da mãe. E destaca que não é difícil cair no exagero quando este momento obscuro é evocado, muitas vezes, acompanhado também de uma desorientação espacial e o tempo que acentua ainda mais a regressão (Bastien, 1997, p. 80).

Não é difícil associarmos esse momento justamente com o desencadeamento propriamente dito da depressão pós-parto. A mãe também cai em depressão, é uma queda também de um lugar ou posição na qual até então algumas coisas se sustentavam e após o nascimento do bebê não se sustentam mais.

3.4 Tornar-se mãe, a relação mãe-filho, proporcionar um sujeito

Primeiramente, tornar-se mãe é o momento, para a mulher, de reencontro e remanejamento dos seus ideais narcísicos e de suas identificações, em que suas pulsões ativas e passivas entram em concorrência inconsciente. Seria interessante e saudável que o círculo social, a família, a cultura na qual esta mãe está inserida e vive contenha-a confortavelmente em uma posição que lhe permita dedicar-se a seu filho (Boukobza, 2000; Rosfelter, 1992).

Para Boukobza (2002), a especificidade da relação precoce mãe-filho ocorre principalmente em dois níveis: o nível fantasmático, em que a mãe ou os pais, em função do nascimento do filho, reposicionam-se cada qual na sua linhagem, revivendo suas próprias histórias familiares e suas identificações. Isso proporcionará um lugar para o filho na fantasia materna e no discurso familiar. O outro nível é o das inter-relações precoces, dos cuidados maternos da mãe com o bebê. Para Winnicott (1996), é a capacidade de a mãe devotar-se ao seu filho, em função das suas necessidades. Cada mãe terá a sua forma própria de ser para o seu bebê. Para isso transcorrer normalmente, seria necessário um equilíbrio narcísico da mulher, que ela tivesse uma base suficiente para que pudesse deslocar o seu próprio narcisismo para o filho, podendo, assim, dedicar-se a ele. Será a rotina de dedicação da mãe com os cuidados do bebê e, principalmente, o desejar esse filho, que proporcionarão à criança os sentimentos de

coesão, continuidade e existência com alguma segurança. A mãe sentindo prazer no contato corporal com o filho despertará nele a libido. “É a aprovação, o encorajamento ou a desaprovação que ela coloca, em função da sua própria ética, na expressão das pulsões da criança, que permitem a esta última organizá-las e lhes fornecem uma contenção” (Boukobza, 2002, p. 20).

O lactente se assume, tem a experiência de existir, à medida que ele é assumido por esse outro que cuida dele. É o desejo dos pais, da mãe sobre o bebê, enquanto projeto desejante, que transmitirá à criança a ideia de que ela é, chamando-a para a vida. O quanto de vida manifesta ou tem um sujeito demonstra o quanto ele foi desejado. Para que a criança “seja”, ela deve ser desejada, estar inserida no discurso em seu entorno, no modo de falar com ela, de como é tocada, de responder a seu olhar. Essas trocas, por exemplo, podem acontecer no aleitamento, como um modo de endereçar-se a ela. Nesse endereçamento a outro, transfere-se afetos, demandas, pensamentos e desejos, mas para isso se supõe um sujeito. Essa é uma forma de dizer como a criança vai entrando na linguagem. Agora, se essa fala do outro, enquanto fala verdadeira não vem, ou seja, na falta desse endereçamento, o que pode surgir é o desabamento para o bebê (Mathelin, 1999, p. 44). Os bebês são muito sensíveis aos humores e afetos daqueles que cuidam deles, são sensíveis à voz da mãe, e isso se reflete em seus comportamentos.

A mulher precisa ser reconhecida como grávida e como futura mãe pelas pessoas que lhe são próximas. Tempo de elaboração para que a criança, ainda sendo gestada, se constitua nesse desejo da mãe e também no seu fantasma. Portanto, toda a cultura dos preparativos para a chegada do bebê dá imagem e corpo a esse bebê, e representação a seu filho (Mathelin, 1999, p. 66).

É com o parto que se dá a separação da mãe com seu filho. A tomada de consciência, pela mulher, dessa separação poderá ser imediata se ela estiver

psicologicamente preparada, assumindo bem a sua função de mãe que atenderá aos cuidados exigidos pelo bebê. Mas há casos em que a mãe poderá ter consequências sérias com o nascimento do bebê, dentre as quais estão o desencadeamento da depressão pós-parto ou do *baby blues*.

Com o nascimento do bebê, a mulher enfrenta um período de transição. Enquanto grávida, o bebê era investido, quando ele nasce, esse investimento é descentrado dela e vai com ele. Aí vem o desequilíbrio para essa mulher em relação a quem ela é ou era. Haja vista as diferenças físicas impostas pela gravidez que deixam as suas marcas no corpo. O corpo sofre transformações e já não será mais o mesmo e deverá atender novas funções, por exemplo, a amamentação. Szejer (1997) assinala que a mulher buscará se reencontrar, buscando o equilíbrio perdido, tentando retomar o seu corpo às formas nas quais ela se reconhecia. Porém, no início, a tendência é a frustração. Essa mãe primípara inscrever-se-á em um trabalho de luto que se inicia na gestação, renunciando o corpo de garota, de ser a filhinha para os seus pais. Deverá aceitar ser mãe, com as condições que isso implica. Portanto, ela não será mais a mesma. Passará a ter um corpo de mulher, de mãe, com características que mudam a sua imagem no espelho. Bom será que ela não se perturbe com as transformações de sua imagem e que se ocupe com os cuidados com o bebê e transfira para ele toda a sua vaidade, dando-lhe vida. As motivações serão diversas: amamentar bem, tentando fazer melhor que suas próprias mães, ou se identificando a ela sendo boa mãe como a mãe, agora, avó, foi.

O bebê é tomado na linguagem antes mesmo de nascer. A sua história de sujeito é feita de palavras. O recém-nascido também tem a fase de transição da vida pré-natal e seu advento simbólico. Tempo em que a criança está à espera de palavras que vão dar sentido a sua vida (Szejer, 1999, p. 20). As palavras fazem vínculo, desde que dirigidas

a ele e que lhe darão sentido. O bebê é um ser de linguagem, se não falarem com ele, ele estará sujeito a sucumbir à depressão, e, portanto, também sujeito à morte.

3.5 Os gozos

Outro aspecto importante quanto à maternidade são os gozos. O gozo em linhas gerais é uma repetição insistente que se instaura no estabelecimento de um circuito pulsional que não tem nenhuma utilidade. Entretanto, faz-se oportuno e fundamental distinguirmos objetivamente o gozo do Outro do gozo fálico. O gozo do Outro para o bebê é aquele no qual ele está entregue com seu corpo e oferecendo esse corpo a esse Outro materno, produzindo a erotização do corpo nas trocas entre mãe e bebê. É corpo dele a ser gozado pelo Outro passivamente. É o se dar sacrificialmente enquanto objeto que preencheria o Outro. É o que a mãe faz também ao amamentar. Gozo do Outro é aquele no qual o sujeito vai se oferecer como objeto para supostamente preenchê-lo e com isso ele gozaria. Nessa perspectiva, é puro sofrimento. O gozo fálico, que diz respeito à linguagem, ligado ao significante, que se articula fora do corpo, se estabelece pela metáfora paterna como defesa ao gozo do Outro, lhe impondo limites.

A saber, o conceito de gozo vai nos remeter ao sentido da falta, independentemente de encontrar satisfação ou insatisfação. Entretanto, a questão não é o sentimento de um vazio, ou de uma falta, e acreditar que algum objeto preencheria essa falta, mas de estar num estado de vazio, de sentir a falta como algo que jamais será preenchido. É um furo. A esse gozo o filho será a “rolha” para uma mãe, como disse Lacan, decerto para essa parte não-toda ausente de si mesma.

Acontece que a desilusão não mina tão facilmente a força da ilusão. Para Bastien (1997, p. 77), a questão do gozo fálico nos permitirá interrogar sobre a questão do

desejo, seu sentido, sua articulação no registro da falta. O lado desmedido do amor materno deixa sensível a explicação e a aceitação da renúncia à demanda.

Essa faceta do prazer das mães com a maternidade é pertinente para reconsideramos o sentido dado a essa outra face do gozo feminino. Posto isso, Bastien (1997) nos apresenta duas questões pertinentes:

Será que seria a maternidade e tudo o que ela significa como passagem e acerto de contas para toda mulher que se tornou mãe que articula ou orienta o desejo e o prazer feminino? Ou o fato de ser mãe, como qualquer outro sintoma, vem articular de outra maneira uma construção individual, uma relação à falta, à plenitude? Ou seja, teria nisso tudo realmente fato de estrutura? (p. 82).

Os acontecimentos que vimos das idades da mulher, os acontecimentos de ordem sexual, como a puberdade, as experiências sexuais ou eróticas, a maternidade, chegam até o gozo feminino como se viesse de outra. O gozo é a atualização fascinante da feminilidade de toda mulher, mas, sobretudo, da mãe. Ou seja, tudo acontece como o tornar-se mulher, o ser mulher, abrisse o acesso a um gozo do corpo enquanto feminino e ou materno (Bastien, 1997, p. 85).

Quanto a essa questão do gozo, Lacan (1971-1972/2012, p. 100) afirmou que não há universal articulável entre os lados dito homem e mulher no quadro da sexuação – lembrando, sexuação é a operação que inscreve a economia de gozo do lado da feminilidade ou da masculinidade que se estabelecem em relação ao significante falo –, as universais se opõem, justamente porque a mulher se situa e participa, mas como não-toda sujeita à função fálica. E mais: essa participação dela é querendo arrebatá-la do homem ou lhe impondo o serviço que seria dela, ou ainda, como diz Lacan, pior, devolvendo-a a ele. Mas isso não a universaliza porque que ela guarda em si o gozo feminino, um gozo diferente do gozo fálico, que não vai depender dele de modo algum.

Então, Lacan afirma, se a mulher não é toda, é porque o seu gozo é duplo. Sabemos que o homem tem somente um gozo, o gozo fálico, e a mulher, enquanto não-toda, dois gozos: o gozo fálico e o gozo mais além do falo, específico da mulher, que é o chamado gozo suplementar.

Posto que o gozo feminino é suplementar, assinalamos que o suplemento é o signo de algo que falta. É o remendo que colocamos onde indica que algo falta. O suplementar é o que vem cobrir a falta, mas sem velá-la, sem suprimi-la. É o que vai indicar a falta, mas não cobri-la (Chamorro, 2011, p. 27). O complementar seria o que completaria o todo.

A partir desse gozo, que é duplo, Julieta Jerusalinsky (2011) sustenta a tese de que a maternidade implica, além do gozo fálico, o gozo Outro. Este gozo tem efeitos decisivos na constituição do bebê, desse corpo biológico entrando na linguagem, sendo simbolizado, letreado. Assinala que a maternidade não implica somente o gozo fálico, mas também um gozo Outro que é próprio da feminilidade, justamente porque está além do gozo fálico (Jerusalinsky, 2011, p. 228), além de estar vinculado a ser objeto de desejo. Pois a mãe, na sua relação mãe-bebê, nos cuidados maternos, na maternagem como um todo, sustenta para o bebê a montagem do gozo do Outro, do Outro materno dos primórdios, ligando e organizando o gozo do bebê ao Outro. A maternidade implica uma divisão entre as posições de mulher e a de mãe. Entretanto, há uma passagem decisiva para o psiquismo de uma mulher – como foi para a menina no Édipo e a experiência da maternidade – e para seu bebê, que começa com a maternidade e reconduz a uma posição de mulher. Agora, as diferenças entre os papéis de mulher e de mãe e a impossibilidade de sua conjugação no seu modo de ser para a criança e/ou para seu parceiro, demonstra a divisão de uma mulher frente aos dois diferentes gozos, o

gozo fálico e o gozo Outro (Jerusalinsky, 2011, p. 194), que está ligado a ser o objeto do desejo.

A maternidade não proporciona uma identidade de mulher, mas, sim, de mãe. Contudo, como afirma Julieta Jerusalinsky (2011, p. 163), a maternidade abre uma nova condição simbólica para a mulher. Em contrapartida, a maternidade expõe a puérpera à angústia de castração e a evanescência do falo.

Zalberg (2003, p. 127) assinala que em função da lógica da privação e do *Penisneid*, resumida na expressão latina do *minus habens*, o ter menos, e da dificuldade de uma filha-mulher com a castração, que tentará elidi-la, não aceitando a maternidade. Esta será sentida como uma forma de castração que implicaria a perda de um gozo. Como reagiria uma puérpera frente ao bebê que pariu sem o suporte significativo para se sustentar nessa nova posição de mãe? Tampouco aceitaria a posição de objeto do desejo de um homem, porque também implicaria a perda de um gozo.

Mas a questão é como a mulher circula entre os diferentes gozos: o de ter o falo e do mascarar-se dele para despertar o desejo do Outro. Ou seja, é como uma mulher frente à castração vai lidar com os diferentes gozos, e ainda, encontrando prazer neles ou dificuldades em conciliá-los, sujeita a algum sofrimento. O gozo Outro é gozo do feminino, que seria próprio da feminilidade. Tanto o gozo do Outro como o gozo Outro se relacionam com o gozo do corpo, porque escapam ao significante, porém não se equivalem.

O gozo Outro está além do gozo fálico de modo suplementar, como disse Lacan (1972-1973/1985, p. 99), porque está situado fora da linguagem, é a parte não-toda, por isso, além do falo, escapa ao processo de significação e situa-se de modo suplementar ao gozo, justamente porque não há complementaridade entre os sexos. A feminilidade está justamente na exceção ao gozo fálico, uma mulher é não-toda no gozo fálico. Esse

gozo a divide. Entretanto, “na feminilidade nunca se produz plenamente uma separação do corpo primordial, permanecendo sempre o suplemento de um gozo Outro, para além do fálico, que faz comparecer um gozo do corpo fora da palavra” (Jerusalinsky, 2011, p. 181).

Julieta Jerusalinsky (2011, p. 164) nos chama atenção também para os atos de criação e de exceção na maternidade nos quais a mãe vai possibilitar invenções suplementares via um gozo Outro, com efeitos positivos na constituição do laço mãe-bebê, em vez de buscar a complementaridade na relação com o bebê. Essa via de gozo da mãe com a maternidade é com e além do gozo fálico. Que o acesso a esse gozo Outro a permita criar com seu bebê de forma suplementar.

3.6 Transmissão psíquica geracional e a maternidade

Sabemos que a transmissão psíquica geracional ocorre por processos psíquicos inconscientes constituintes de subjetividades via linguagem, simbólico e também nas dimensões do imaginário e do real, nos vínculos geracionais familiares. A transgeracionalidade psíquica ultrapassa os campos do intrasubjetivo e do intersubjetivo, aquele restrito ao indivíduo, tomando a dimensão e o espaço do transubjetivo.

A transmissão psíquica ocorre por mecanismos de identificação e por investimento libidinal de representações fantasmáticas que procedem uma forma de organização do psiquismo do sujeito. A transgeracionalidade psíquica comporta a violência da alienação do sujeito e dos seus efeitos enquanto patologia vincular intersubjetiva, por consequência dos traumas acumulados. Estes também herdados pela

transmissão referem-se à perda ou à limitação dos elementos que garantiriam os referenciais sociais e metapsíquicos.

Segundo Correa (2001) são três grupos de sintomas de sofrimento psíquico, que caracterizam a psicopatologia atual da transmissão psíquica. A saber, os defeitos ou falhas na estruturação dos sustentos ou apoios da vida pulsional. O sujeito desenvolveria formações psíquicas clivadas, não favorecendo os processos de constituição dos objetos internos estáveis, confiáveis. As psicopatologias na transmissão psíquica geracional estão vinculadas à formação das identificações e contratos intersubjetivos como garantia para o desenvolvimento da subjetividade. O terceiro grupo, as fundamentações das psicopatologias caracterizam-se pelos processos das representações. Assim, a construção de sentido, o processo de simbolização seria atingido e estaria relacionado aos traumatismos acumulativos e aos lutos patológicos.

Para Freud o indivíduo leva uma existência dupla, uma para atender as suas finalidades e a outra como um elo em uma corrente, que atende contra a sua vontade ou involuntariamente. “Ele é o veículo mortal de uma substância (possivelmente) imortal – como o herdeiro de uma propriedade inalienável, que é o único dono temporário de um patrimônio que lhe sobrevive” (Freud, 1914/1974, pp. 94-95). Freud destaca que a atitude desses para com os filhos é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo renascido, que remonta a infância. Compulsivamente, atribuem ao filho todas as supostas perfeições, esquecendo as deficiências dele. Com isso suspendem, em favor do narcisismo, em nome da criança, o funcionamento das aquisições culturais que foram obrigados a respeitar. A criança herdará os sonhos dourados e desejos irrealizados dos pais. Freud assinala que a formação no indivíduo de um ideal do eu, pelo qual a consciência tentará realizá-lo, surgiu da influência crítica de seus pais que a transmitiram pela voz. A instituição da consciência foi antes uma personificação da

crítica dos pais e depois da sociedade. As pulsões vão dizer das dívidas simbólicas inscritas no seu corpo que o sujeito carrega.

Segundo Lacan (1969/1998), o sintoma da criança é capaz de responder o que há de sintomático na estrutura familiar, e a partir da teoria dos discursos afirma que, quando tomamos a palavra, ocupamos um lugar, pais e filhos estão enlaçados em uma estrutura discursiva. O ser humano, enquanto bebê, precisa da palavra do outro para sobreviver e se humanizar. Isso só ocorre com os cuidados maternos ou por quem cumpre essa função. A criança só poderá apropriar-se dos significantes fundamentais, filiação, nomeação e sexuação, a partir do lugar que lhe é dado e reconhecido pelos pais na cadeia transgeracional (ARAÚJO, 2002). Através da escuta, pode-se perceber que lugar lhe foi reservado. Segundo Rosa (2000),

quando não é transmitido aquilo que deu origem na genealogia, isto é, a história, a criança vai repetir o gozo dos pais e não os ideais do eu, pois a função do pai é remeter a criança para um saber próprio. O resgate da linhagem é que vai poder fazer a criança se deparar com a diferença e não com a repetição (p. 2).

Os significantes transgeracionais dizem da transmissão simbólica, da linguagem inserindo marcas no sujeito do inconsciente, posicionando-o em um discurso a partir de um lugar em relação a um outro. As marcas poderão ser traumáticas ou não, inscrevendo-se no psiquismo, elas serão transmitidas de uma geração a outra, pois elas se repetem. Pois são inscrições que estão no campo do real. Sem significação gerando mal-estar onde algo não passou para o simbólico, não foi ou não pode ser verbalizado. Para Lacan (1938/1987), a família estabelece entre as gerações uma continuidade psíquica cuja causalidade é de ordem mental. Assim, o sintoma da criança está relacionado ao vínculo pai e mãe.

O papel privilegiado da mãe em relação à criança, pois esta atuará como representante do meio social externo – via mãe e família, que transmitirão os segredos, suas leis e exigências. A estrutura familiar preexiste o bebê, e este é inserido em uma estrutura de funcionamento que regula as relações de diferenças e complementaridade entre os seus componentes. O fracasso das transmissões da subjetivação estaria no déficit da autoridade paterna, gerando confusão de papéis e de valores e insustentabilidade dos laços. “Mais do que alguma coisa a dar e receber, há entre as gerações algo a ser transmitido: a função paterna e materna” (Goldfarb & Lopes, 2006, p. 9).

As falhas que persistiram nos conflitos infantis dos pais e que de alguma forma se repetem nos filhos. Tais conflitos podem estar acessíveis ou não, ou seja, inconscientes. As funções paterna e materna estão sujeitas ao funcionamento psíquico individual dos pais, portanto, o sofrimento e ou traumas, não simbolizados pela mãe, podem se manifestar quando da constituição familiar ou de descendentes, em forma de depressão pós-parto e psicoses, que levam à incapacidade da mãe de desempenhar os cuidados maternos.

Lacan (1953/1998) assinala que o inconsciente é parte do discurso concreto enquanto transindividual e que falta para o sujeito recuperar a continuidade de seu discurso consciente. E mais, o inconsciente é o capítulo que falta da história do sujeito, que está em branco, ou ainda, que é uma mentira, ou o capítulo censurado. “Mas o esquecido é lembrado nos atos, e a anulação opõe-se ao que se é dito alhures, assim como o dever de gratidão perpetua no símbolo a própria miragem em que o sujeito se descobre preso” (Lacan, 1953/1998, p. 263). A função da fala é evocar e o que nós procuramos nela é a resposta do outro e “o que me constitui como sujeito, é minha questão” (Lacan, 1953/1998, p. 301). O simbólico é a linguagem e esta é transmitida

por transferência dos pais para o bebê. O sujeito é feito e efeito de significantes, portanto, o que os cuidadores, os pais, ou os que cumprem estas funções, transmitirem-lhe ou transferirem marcará e constituirá o corpo pulsional, o sujeito do inconsciente.

A vertente psicanalítica Lacaniana privilegiou na transmissão psíquica geracional o simbólico, a cadeia significante, o inconsciente e, sobretudo, a relação mãe-bebê, ou, os pais, cuidadores, e o bebê, no espaço intersubjetivo. Entretanto, o não-dito, o não-simbolizado, também se constitui em lugar comum da transmissão geracional nas relações familiares, seja no espaço transsubjetivo, seja no intersubjetivo, e a sua repetição perpassa todas as correntes contribuindo com os diferentes constructos. O sujeito pode transmitir aquilo que recebeu de seus ascendentes, mas para fazer a diferença na transmissão, *deverá* conquistar uma nova posição discursiva.

O que se repete na transgeracionalidade psíquica são os impasses gerados nas relações com os pais e assim sucessivamente pelas gerações seguintes.

Curiosamente, existem casos em que se reproduz de forma idêntica a configuração familiar, desde o número de filhos até mesmo o sexo das crianças. Naouri (2002, p. 171) assinala que o peso da palavra materna por vezes é herdado na transmissão para as gerações seguintes. Seu peso vai dizer do alcance que ela terá sobre as gerações. Para percebermos isso e analisarmos os fatos, não podemos nos ater simplesmente aos fatos imediatos, precisamos ver ao longo das gerações.

As mulheres que foram alvo privilegiado da violência materna – seja pelo viés do excesso de amor ou do ódio –, deveriam tomar consciência disso para não continuarem a transmitir, por transferência e deslocamento, porque é uma tendência, em silêncio, a violência de forma similar aos seus descendentes, bloqueando o desenvolvimento deles (Naouri, 2002, p. 183).

O próprio lugar do pai vai depender de uma disposição materna. Essa disposição é transmitida à filha. Portanto, uma mulher para um parceiro não vem sozinha, ela traz as mulheres vinculadas a ela e as de sua ascendência.

A tendência de uma filha herdar a falha de uma mãe é extraordinária. Não resta dúvida de que, nos casos problemáticos, o que teremos é a transmissão do déficit identitário, narcísico, entre mãe e filha:

Uma mãe e uma filha, terrível mistura de sentimentos, de angústia e de destruição. Tudo é possível em nome do amor e da afeição. A falha da mãe, a filha a herdar. Os erros da mãe, a filha os pagará. A desgraça da mãe será a desgraça da filha. É como se nunca cortássemos o cordão umbilical. Será assim mesmo? A desgraça da filha é o triunfo da mãe? Mamãe... Minha dor é teu prazer secreto...? (Ingmar Bergman, 1978, apud Eliacheff & Heinich, 2004, p. 72).

Eliacheff e Heinich (2004, p. 254) destacam que uma mãe mais mulher do que mãe deixará um buraco de transmissão, que terá consequências às gerações seguintes. A filha de uma mãe assim terá dificuldades em ter um filho, pois não lhe foi transmitido o próprio desejo de transmissão. É isso que pode colocar em risco a sobrevivência ou as condições saudáveis e desejáveis para uma criança.

Uma das questões importantes da transgeracionalidade é a da mãe conseguir transmitir a uma filha a capacidade de cada uma ocupar o seu lugar. O problema é a impossibilidade de uma mulher que se tornou mãe não ocupar devidamente o seu lugar e não ceder à geração seguinte. Que chances terá a filha de ocupar o lugar de mulher e/ou de mãe, se não foi lhe dado o espaço? Geralmente, são mães além das falhas muito narcisistas e que não suportam uma pseudoconcorrência ou o que os deslocamentos na

linha geracional provocam e apontam como o envelhecimento e a morte (Eliacheff & Heinich, 2004, p. 254).

Um pai e uma mãe, ao terem um filho, deverão conquistar esses lugares, pois esses lugares não são dados de saída, terão de abrir mão decerto dos lugares que ocupam na família e da posição subjetiva de filhos, se deslocando na linha geracional. Uma puérpera que deprime com o nascimento do filho nos mostra claramente que não está conseguindo ocupar a posição de mãe do seu bebê.

Seja na relação mãe-filha, seja na gestação do bebê, seja na relação mãe-bebê, transmitir a vida é mais do que dar à luz a um bebê, é transmitir também os elementos que proporcionarão uma identidade. Não se tem controle disso porque cada um está implicado numa cadeia de indivíduos. Em síntese, só se transmite aquilo que recebeu, seja por algo bem demarcado ou por falta. Para fazer a diferença e transmitir algo diferente o sujeito terá de se empenhar no trabalho da conquista.

3.7 Considerações e conclusões acerca da feminilidade e da maternidade

Um filho também poderá cumprir um papel de sintoma para os pais, ocupando o quarto termo no nó borromeano de Lacan, amarrando os registros. O simbólico como cruzamento à linguagem, o imaginário como a identificação e a ilusão, e o real como a impossibilidade do preenchimento da falta e de que algum sentido dê conta e do próprio furo no simbólico, pois é indescritível. Permitindo aos pais o resgate desses três registros. A criança viria cumprir uma função para eles. Nesse sentido, a criança também poderá fazer o papel de objeto “a”, como causa do desejo da mãe (Bastien, 1997, p. 76), como rolha para o gozo.

A maternidade seria uma forma de realizar a equação freudiana de falo=bebê. Entretanto, um filho não é causa do desejo feminino, mas tenta preencher a falta fálica na mulher (Soler, 2005, p. 35). É uma ilusão que a maternidade, um filho, preencheria a falta desse sujeito feminino e que a maternidade lhe proporcionaria uma identidade de mulher.

Mas um dos aspectos importantes da maternidade é a questão dos gozos. Um deles é o gozo fálico e a sensação de completude em função do real do corpo na gravidez. O parto em si já é um real e o desencadeador que provoca na puérpera toda a ordem de sentimentos simbolizados por ela a partir de então (ou não), haja vista as dificuldades para uma puérpera que, após o parto, se sente esvaziada de sua plenitude e não encontra sustentação na identificação materna e não consegue mobilizar-se falicamente com o seu bebê. Seu narcisismo se esvaece denotando uma depressão pós-parto. Aliás, a presença dele lhe é insuportável, pois ela não tem prazer na relação corpo a corpo com o seu bebê. A ambivalência materna ou é sublimada ou é sofrida, seja com ódio ou sucumbindo à depressão.

A maternidade não é a feminilidade, mas concluímos que pode encontrar sustentação nela. Para isso, devemos procurá-la precisamente em seus gozos. Vimos que na maternidade o gozo fálico e o gozo Outro podem ser retomados. Este último, por uma identificação transativista, como apontou Jerusalinsky, sustenta para o bebê o gozo do Outro. Inclusive, com esse gozo Outro via maternidade a transmissão e a criação são sustentadas, se a mulher que se tornou mãe teve espaço para a realização de sua feminilidade.

É abertura para o gozo Outro, o suplementar, do feminino, que vai proporcionar à mãe que ela encontre prazer na maternidade no corpo a corpo com seu bebê. Como assinalou Jerusalinsky, esse gozo suplementar feminino propiciará à mãe as criações e

enlaces na maternidade via gozo Outro. Contrariamente, a buscar a complementariedade no bebê enquanto a parte que lhe falta no não-toda.

Mas uma mulher que ficou identificada ao falo, objeto de desejo da mãe, terá toda dificuldade em se reposicionar enquanto mãe com o nascimento de seu filho e mobilizar seus gozos com ele.

A identidade de mãe refere-se à própria mãe, diferentemente da identidade de mulher que é buscada também na mãe, mas não encontrada. Está nas mãos de uma mãe a transmissão da relação da filha com a futura maternidade. A maternidade da filha está ligada à maternidade da mãe. Como se deu a separação entre mãe e filha, ou como isso não se realizou, ficará manifesto no pós-parto da puérpera. Vai depender das condições subjetivas favoráveis ou desfavoráveis na relação da mãe com a filha no trato das questões pertinentes. Como ela é como mãe com a filha vai dizer se essa filha um dia vai querer ou não ser mãe. Mas não há dúvida que se a filha um dia se tornar mãe tentará ser melhor que a própria mãe, para superá-la, de qualquer forma, por sustentação narcísica e/ou para fazer suposta justiça.

A mulher tomada enquanto mãe será uma suplência desse não-todo onde se acomoda o gozo da mulher, como disse Lacan. Um filho vem como sentido para a ausência de si, para essa falta, mas não vai dizer o que é ser uma mulher, senão o que é ser mãe.

Outro aspecto importante concernente à maternidade é a reatualização da condição feminina da castração para a puérpera, inclusive para a mãe dela, e do gozo fálico. Uma mãe que se deprime com o nascimento de seu bebê denuncia que a castração não se efetivou. A angústia de castração a derruba de seu lugar que já era frágil. Na confusão, os papéis não se sustentam, sobretudo, o de mãe.

Nos chama atenção o fato de que a história de uma mãe se sobrepõe à da filha. As falhas maternas se repetem na história de maternidade da filha, senão seus desdobramentos que levam à recusa da maternidade. Essa condição da mãe, que repercute em falhas na transmissão da maternidade, diz de sua castração e feminilidade, respectivamente, da sua não aceitação e de sua não realização. Evidentemente, isso denota que a função paterna não cumpriu minimamente a sua função. Se não há espaço para um terceiro, como haveria de ter espaço para um bebê?

Enfim, o fato é que o bebê não vai preencher a mãe. Como vimos, mãe é um ser faltante, como todos, e o bebê não vai cumprir a promessa fálica. A maternidade tem suas restrições, senão seus sacrifícios, mas nem todas estão dispostas ou têm condições de enfrentá-los. Há mulheres que apresentam dificuldades extremas com as renúncias que a maternidade impõe, sobretudo nos primeiros meses. Temos os *Baby Blues* e as depressões pós-parto para demonstrar isso. A decepção da mãe com o seu bebê, por ele não cumprir a promessa fálica, confronta-a com a angústia de castração, isso é bom porque não faz dele o falo, o suposto objeto “a”, é o caráter evanescente do falo.

CAPÍTULO 4

FACETAS DO ESTATUTO DO GRANDE OUTRO NA CONTEMPORANEIDADE E SUAS REPERCUSSÕES NO CAMPO DA FEMINILIDADE

4.1 Diretrizes

O objetivo de apresentarmos algumas das facetas do estatuto do grande Outro na contemporaneidade é destacar as suas repercussões clínicas no campo da feminilidade e suas consequências específicas com destaque à maternidade.

Partiremos de algumas leituras psicanalíticas resgatando o Complexo de Édipo e as incidências sobre o processo de subjetivação e estruturação do sujeito na contemporaneidade. Neste contexto, consideraremos os efeitos sociopolíticos e econômicos sobre as conformações das organizações familiares e suas dinâmicas. Fatores coadjuvantes que, decerto, contribuem para demonstrar os problemas aqui identificados propostos.

Retomaremos o declínio da função paterna no Complexo de Édipo na modernidade, conforme prenunciou Lacan (1938/1987), e seus desdobramentos clínicos. Para tanto, veremos a importância da função do pai simbólico na constituição dos sujeitos, bem como o declínio dessa função e seus efeitos, enquanto estragos, na constituição dos sujeitos. Isso se constitui na premissa consonante na literatura psicanalítica e será fundamental para abordarmos o estatuto do grande Outro na modernidade e suas precariedades simbólicas e, posteriormente, o estatuto da feminilidade.

A partir dessas proposições do Outro na contemporaneidade, caracterizado pelo declínio do patriarcado e pela ascensão do matriarcado, sendo a presença da mãe marcante, apresentaremos algumas injunções superegoicas nas relações mãe-filha que favorecem ao gozo feminino, pertinentes na contribuição de um estatuto da feminilidade em nossos tempos.

Com esses estatutos propostos, do Outro e da feminilidade, destacaremos questões fundamentais da feminilidade e da maternidade, sob os efeitos desses estatutos, a saber, a prevalência do supereu, o lugar que é dado a um bebê pelos pais, sobretudo pela mãe, e a angústia materna ou possíveis agravos.

Por fim, esse resgate do declínio da função paterna simbólica e as consequências específicas no campo da feminilidade foram necessários para levantarmos alguns elementos essenciais, senão determinantes para o que se propõe como estatuto do Outro e da feminilidade e suas repercussões nas formações do inconsciente e no psiquismo dos sujeitos, tão relevantes para os dias de hoje.

4.2 O Complexo de Édipo e o declínio da imago paterna

Para nos situar, segundo Eliacheff e Heinich (2004, pp. 38-39), desde o século XIX, na Europa, começou o movimento de “despaternalização”, como parte da educação atribuída ao Estado. Como resultado disso, hoje, em nossa sociedade, os pais transferem para a escola a responsabilidade de educar e dar limites aos seus filhos. Claro que quando tais limites são dados por terceiros os mesmos pais não aceitam, como a perda do pátrio poder em razão dos maus-tratos; abolição de castigos físicos, como a “Lei da palmada”, que temos agora no Brasil; a substituição do pátrio poder pela autoridade parental, a tendência da guarda da criança é ficar com a mãe; autoridade

parental confiada à mãe em casos de filiação natural. Hoje o instituto da guarda compartilhada ganha força jurídica e objetiva estimular a participação do pai na criação e educação dos filhos tentando evitar assim a chamada alienação parental.

Então, em 1938, Lacan chamava de declínio da imago paterna, o que seria do registro do imaginário, pois não dispunha ainda de arcabouço teórico constituído a respeito dos registros do imaginário, do simbólico e do real. Somente mais tarde, com o desenvolvimento de suas teorias psicanalíticas, vai chamar de o declínio dos Nomes-do-Pai, que é do registro simbólico (Chemama, 2007).

Entrementes, destacaremos alguns elementos dos fundamentos e da dinâmica do Complexo de Édipo, úteis para o desenvolvimento e a articulação de alguns conceitos centrais em nossa abordagem, desenvolvidos ao longo do tempo, que se mantêm epistemologicamente coerentes na teoria psicanalítica, a saber, os das instâncias do supereu e do ideal do eu. Instâncias importantes, em decorrência do declínio da imago paterna, para abordarmos o estatuto do grande Outro e, por conseguinte, da feminilidade na modernidade.

Ao chamar a atenção para a perda da autoridade paterna, do pai humilhado, do declínio da imago paterna, Lacan (1938/1987) o abordou ainda em termos mais antropológicos e sociológicos do que psicanalíticos. Lacan, ao prestar serviços à psiquiatria militar inglesa no recrutamento de soldados, no final da Segunda Guerra Mundial, pôde constatar o declínio e a degradação do tipo viril em escala coletiva. Nesse sentido, percebeu “sujeitos mal despertados do calor das saias da mãe e da esposa” (Lacan, 1947/1989, p. 19). Contudo, o perigo ameaçador no futuro não seria do embrutecimento dos indivíduos, mas das forças tirânicas do supereu. Esse declínio é correlacionado por Lacan aos efeitos do progresso social dos indivíduos. Por razões, condiciona-os à concentração econômica e às consequências políticas desastrosas, que

contribuem com o cenário social e, por conseguinte, com as constituições dos núcleos familiares e suas relações na contemporaneidade.

Lacan atribui ao discurso capitalista uma das “causas” do declínio da imago do pai. Diante disso, prenunciava que o declínio social da imago paterna constituiria uma crise psicológica e, por consequência, produziria muitos efeitos dessa ordem na constituição do sujeito. Uma das preocupações e consequências importantes em decorrência disso seria também o declínio da dialética da família, no que tange ao casal, à vida conjugal.

Para a psicanálise, as constituições das estruturas neuróticas se demonstraram dependentes das condições familiares. A grande neurose contemporânea, assim nomeada por Lacan (1938), teria a sua principal determinação na carência da personalidade do pai. Essa imago paterna precária, carente, degradada, enfim, em declínio, seria responsável pelo empobrecimento e por prejudicar a pulsão do sujeito no período edipiano e a dialética das sublimações. Com isso, instalando no berço do neurótico as chamadas *Madrinhas sinistras*, a saber, a impotência e a utopia, aprisionando sua *ambição* (Lacan, 1938/1987, p. 61) e, por que não dizer, seu desejo. Por isso a correspondência dessa grande neurose com as depressões na atualidade. Para Lacan, a neurose contemporânea está diretamente ligada ao declínio da família paternalista.

O Complexo de Édipo como coordenada legalizante ocupa posição privilegiada porque é a base atual de nossas relações com a cultura na civilização ocidental (Lacan, 1957-1958/1999). A família humana, menor núcleo social, tem a sua realidade constituída nas e pelas relações sociais, e está condicionada a fatores culturais, que por sua vez são organizados dentro da cultura para tentarem dar conta das pulsões, e, por conseguinte, às circunstâncias psíquicas. Dessa forma, constituem-se os processos de

subjetivação e objetivação, por meio de um processo dialético, que produz novas formas de conflitos da família que antecede com o real (Lacan, 1938/1987, p. 20). Em palavras ainda não tão codificadas no jargão psicanalítico, o Complexo de Édipo define as relações psíquicas na família, dando-lhe forma e subordinando as diversas composições sociais familiares da modernidade.

Importa também lembrar que o Complexo de Édipo, seu drama, sua dinâmica, ou seu inferno, ocorre por meio de conflito triangular, marcando todos os níveis do psiquismo do sujeito, e que a maturação da sexualidade vai condicioná-lo, direcionando o sujeito para os objetos, formando suas tendências fundamentais. O Complexo de Édipo revela a dinâmica da sexualidade infantil.

Mas além desse conflito edipiano imaginário, que se demonstra em parte inoperante para a menina, e suficiente para o menino, o que vai importar aqui é a formação do supereu, a função simbólica paterna e a promoção da castração. Mas desses primórdios ressaltamos a importância da frustração, corroborada pelo processo de educação, das pulsões no jogo da dialética edipiana, dos desejos sexuais e fixações, que constituirá o seu nó (Lacan, 1938/1987, p. 42). As tensões que aí se produzem se resolvem por um duplo processo: pelo recalçamento da tensão sexual, deixando-a latente até a puberdade, que permanece no psiquismo como supereu; pela sublimação da imagem parental, estabelecendo um ideal representativo, a instância do ideal do eu.

Essas instâncias de estrutura psíquicas do sujeito, supereu e ideal do eu, manifestam-se nos sintomas das neuroses e nos fenômenos de personalidade. Portanto, é a partir da situação edipiana e suas vicissitudes causais ou determinantes danosas que a história do sujeito adquire significação e a importância de determinados traços na sua personalidade. Lacan vai nos dizer que os acidentes que afetam a situação edipiana e sua evolução vão se repetir nos efeitos do supereu, e se a afetam como incomuns em sua

constituição, se refletirão nas formas do ideal do eu. Será a partir da situação edípiana que as instâncias psíquicas supereu e ideal do eu se organizam no sujeito (Lacan, 1938/1987, p. 43).

Na família paternalista, a imago paterna, na condição de dominante, detentora da autoridade familiar, polariza as formas do ideal do eu, tanto para o menino quanto para a menina. Ademais, investida pela repressão proporciona a condensação da realidade e as sublimações. As formas de perpetuação desses efeitos que se reproduzem, inconsciente ou conscientemente para o sujeito, são designadas como supereu ou ideal do eu (Lacan, 1938/1987, p. 49). Mas isso é uma determinação social da família patriarcal. Ou seja, o Édipo é relativo a uma estrutura social. Lacan alerta que não devemos negligenciar o conflito funcional do Édipo na família conjugal porque ele produz uma dialética social que é reintegrada no progresso psicológico (Lacan, 1938/1987, pp. 54-56).

Em contrapartida, uma imago do pai diminuída, decaída, declinada, desvia a energia de sublimação de sua direção criadora, favorecendo a um ideal de integridade narcísico, ou seja, imaginário e não simbólico.

No processo de identificação no Édipo, a imago da mãe trai as identificações primordiais, as suas formas e ambivalência marcam o ideal do eu e o supereu, sobretudo na menina. Para a menina, a sublimação da imago materna em declínio tende a se transformar em sentimento de repulsa, e em decorrência disso teremos a exacerbação da preocupação com a imagem especular.

Em síntese, o declínio da função da imago paterna ocorre também em função do declínio da família ou da sociedade patriarcal. De fato, pai há, ele é o genitor, mas é necessário que o pai seja sancionado num significante pela mãe, pois é o nome do pai que cria a função do pai (Lacan, 2005, p. 47). Mas com a crescente mudança social para

a família matriarcal a posição simbólica do pai torna-se fragilizada, perdendo a eficácia simbólica.

Ressaltamos que Lacan (1957-1958/1999) não vai mais falar do declínio da imago paterna, mas faz o seu posicionamento teórico-clínico a partir do Seminário *As formações do Inconsciente*, e passa a falar do declínio dos Nomes-do-Pai. O que vai importar a Lacan não é necessariamente o pai na família, mas o pai no Complexo de Édipo, o pai na estrutura, o pai simbólico, que é uma metáfora, o significante que substitui outro significante (Lacan, 1957-1958/1999, p. 179).

A preocupação de Lacan com o declínio do pai não tem nada a ver com o declínio da imago masculina, senão no ponto no qual quem constituía o referente simbólico da função de lei não ser mais essa referência, e, ainda, para complicar um pouco mais as coisas, por não ter claramente um substituto. A consistência da palavra com força de lei é o que demandamos no Outro, que essa palavra tenha consequências e os nomes se tornem simbólicos de uma lei (Jerusalinsky, 2004, p. 11) constitui a entrada do sujeito no jogo da linguagem.

4.3 Relevâncias do Pai Simbólico

A passagem do poder patriarcal para uma função paterna é uma evolução. É justamente porque não tem um pai no poder que a função paterna nos estrutura (Kehl, 2004, p. 97). Entretanto, ressaltamos que a função paterna é uma intervenção simbólica e que independe da presença física do pai biológico no ambiente.

O pai é uma função central, se presentifica no Complexo de Édipo e não se restringe à internalização do objeto ideal de identificação, Ideal do Eu. É o que vai inscrever e construir o inconsciente (Velloso Netto, 1994, p. 3). A metáfora concerne à

função do pai simbólico nas relações inter-humanas, situada no inconsciente, “é no nível desse Outro que se situa a dialética do significante, por onde convém abordar a função indutora do Nome-do-Pai” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 184), mediador do desejo da criança para além do desejo do Outro materno.

Essa é a função essencial e o fundamento único da intervenção do pai no Complexo de Édipo: colocar o pai enquanto símbolo, significante, no lugar do significante do desejo da mãe. É justamente nessa função simbólica do pai que vamos encontrar as carências paternas (Lacan, 1957-1958/1999, p. 180). O significante Nome-do-Pai enquanto o suporte da função simbólica é uma necessidade da cadeia significante. Não depende da cultura, mas se materializa nela. Todos os impasses do Édipo podem ser resolvidos com a intervenção desse pai simbólico, enquanto um dispositivo lógico significante de pensar simbólico por excelência.

O pai que priva a mãe do objeto de seu desejo, o objeto fálico, desempenha a sua função essencial, ao menos para as neuroses, no Complexo de Édipo. O sujeito infantil se posiciona quanto ao efeito do papel desempenhado pelo pai, o qual vem dizer que a mãe não tem o falo, e seus desfechos, o da castração, ou da privação. A privação enquanto ponto de saída do Édipo ou de entrada para a menina ocorre “quando o pai se faz preferir à mãe como portador do falo” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 179), mas o sujeito vai assumir ou não, vai aceitar ou recusar, se a mãe é ou não castrada. Isso é o que Lacan definiu como ponto nodal do Édipo (Lacan, 1957-1958/1999, p. 191). A saber, aí temos o que está em jogo no declínio dos Nomes-do-Pai na contemporaneidade.

Outra forma de entendermos a substituição do desejo materno é quando o pai é aquele que, na abertura e espaço dado pela mulher, consegue separá-la da mãe dela. Se não entendermos a implicação dessa dimensão metafórica nas diferentes constituições

das subjetividades e manifesta nos ditos e atos dos sujeitos, não entendemos o que é o pai. Portanto, a percepção que a menina tem da importância do pai para a mãe, corresponderá ao lugar que ela dará ao(s) pai(s) de seu(s) filho(s). Em síntese, o lugar do pai depende de uma disposição materna (Naouri, 2002, p. 242), enquanto mulher.

Os casos extremos, infelizmente não incomuns, Lacan (1955-1956/1988) apontou e nomeou como a forclusão da metáfora do Nome-do-Pai. A mãe do psicótico, em razão de sua história e disposição, não consegue dar lugar ao pai. O espaço para a participação paterna por ela será negado e com isso esse filho será tomado por ela como objeto parcial que viria preencher uma falta fantasmática em seu corpo.

A dimensão do desejo será negada ao bebê. Logo teremos a interdição desse bebê de ser sujeito de algum desejo (Lacan, 1961-1962/2011, p. 104), caracterizando a estrutura psicótica. Por isso, para o psicótico, quando chega o pai, este ocupa uma posição terceira em relação a ele e à mãe, e será sempre aterrorizante. Essa abertura, lugar, concedido ao pai por uma mulher que se tornou mãe, estará diretamente relacionada à onipotência materna.

Assim sendo, assinala-se que é a castração na mãe fálica, que vai proporcionar à metáfora paterna a inscrição no nível simbólico do significante nome-do-pai. A transmissão e a função da castração são simbólicas (Lacan, 1975-1976/2007, p. 83)

É a castração que vai possibilitar o gozo fálico fora do corpo e dentro da linguagem, do lado da Lei (Velloso Netto, 1994, p. 2), lei da diferença e que autoriza o sujeito a desejar. A lei da proibição da mãe a ser transmitida é o de um lugar terceiro entre a relação da mãe com a criança, fazendo o corte nessa ligação mãe-filho e inscrevendo a diferença, lugar do Nome-do-Pai. Pois há diferença e é a lógica da exceção exigida, é o lugar do pai, o pai como *Nome* na *Palavra* da mãe (Julien, 1997, p. 47).

Conforme as situações ou acidentes, com relação à posição subjetiva, o apelo do Nome-do-Pai poderá encontrar no Outro como resposta *um puro e simples furo*, ou ainda que não corresponda, não pela ausência do pai real, porque isso é compatível com a presença do significante, mas pela carência do próprio significante Nome-do-Pai (Lacan, 1959/1998, p. 564).

Lacan (1957-1958/1999, p. 171), ao destacar a importância do pai, condiciona que o Édipo não existe se não existe o pai. Um Édipo se constitui normal, no sentido de normalizador e desnormalizador, neurotizante, mesmo que a criança esteja somente com a mãe. A carência paterna como vimos é no Complexo. Porque o pai que intervém, por sua presença e efeitos no inconsciente, interdita a mãe no Complexo de Édipo, proibindo-a do incesto (Lacan, 1957-1958/1999, p. 174). Ele também proíbe a mãe tanto para o menino quanto para a menina, numa determinada etapa, indicando que a mãe é objeto dele. Momento de rivalidade do menino ou da menina com o pai gerando certa agressividade. Então, quando a criança se volta para o pai, porque ocorreu esse deslocamento do falo, ele torna-se o ideal do eu, e se estabelece a identificação final, a saída do Édipo para o menino e a entrada para a menina, que é reconhecimento de que ela não tem o falo. Lacan aponta que a menina não tem de fazer essa identificação ao ideal do eu como o menino faz. Pode até se identificar a algumas insígnias, mas não se transforma em homem. A mulher sabe que o falo está do lado do pai e vai em direção a ele. Por isso a dimensão de *álibi* na verdadeira feminilidade. “Nas verdadeiras mulheres há sempre algo meio extraviado” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 202).

Então, o inconsciente, enquanto amnésia dos desejos infantis pela mãe recalçados, revela o Complexo de Édipo. O Édipo, enquanto função de assunção da genitalização e ligação com a função do ideal do eu, vai proporcionar ao sujeito a assunção de seu próprio sexo, que o homem assuma o tipo viril e a mulher o tipo

feminino, que se reconheça como mulher e que “se identifique com suas funções de mulher”, vai dizer Lacan (1957-1958/1999, p.171). Que se reconheçam nesses significantes. O significante Nome-do-Pai é o núcleo do Ideal do Eu, é o que coloca a imagem fálica como a possibilidade de um ideal.

Ao falarmos do pai simbólico, estamos falando do nascimento do sujeito, pois um sujeito só nasce verdadeiramente quando é representado por um significante para outro significante. O pai é esse significante essencial que funcionará no nível relacional, mãe-filho, com a função de separá-los. Em torno dele se organizará o jogo dos significantes e inclusive a questão da procriação. Se faltar esse significante Nome-do-Pai o sujeito ficará, como vimos, extensão do corpo da mãe, não nascerá como sujeito.

É a função do significante que condiciona a paternidade. A inscrição desse significante é o ato de nascimento simbólico. Portanto, o pai abre o caminho para o simbólico. Então, a metáfora paterna conduzirá ao Édipo (Lacan, 1953/1998; This, 1987), que está condicionada ao reconhecimento e à permissão da mãe. Para Lacan (1953/1998), essa função da identificação simbólica, desde o homem primitivo até o homem moderno,

determina uma recorrência alternada do caráter de cada um, introduz portanto, nos sujeitos submetidos a essas discordâncias da relação paterna, uma dissociação do Édipo em que convém ver a mola constante de seus efeitos patogênicos. De fato, mesmo representada por uma única pessoa, a função paterna concentra em si relações imaginárias e reais, sempre mais ou menos inadequadas à relação simbólica que a constitui essencialmente. É no nome do pai que se deve reconhecer o suporte da função simbólica que, desde o limiar dos tempos históricos, identifica sua pessoa com a imagem da lei (p. 279).

Freud ligou o surgimento do Pai enquanto Lei, em Totem e Tabu (1913[1912-13]/1974), com o assassinato do pai e a conseqüente dívida simbólica. Então, o pai simbólico é equivalente ao pai morto, que significa aquele ex-sistente, que não necessariamente precisa estar aí de corpo presente, somente um lugar, de onde o significante vem. Enfim, resgatamos a função do pai simbólico para que tenhamos decerto a dimensão de sua relevância e os possíveis efeitos nefastos da perda da sua potência na contemporaneidade. Para concluir e ilustrar a importância que isso tem, reproduzimos a vinheta de Safouan (1993, p. 9), a qual pergunta a Lacan sobre algo da clínica, “mas onde está o pai nisso tudo?” E Lacan responde: “é ele que mantém o equilíbrio entre vocês dois. Pois entre dois sujeitos só há a palavra ou a morte”.

O significante Nome-do-Pai é o que vai proporcionar a amarração para nós do imaginário, do simbólico e do real, que estão independentes, se constituindo no quarto nó, enquanto sintoma, fazendo o nó borromeano (Lacan, 1974/1975, p. 32). O Complexo de Édipo é um sintoma e na proporção em que o Nome-do-Pai é o *Pai do Nome*, que as coisas se sustentam, “o que não torna o sintoma menos necessário” (Lacan, 1975-1976/2007, p. 23). O estatuto da paternidade é simbólico e determinado pelo significante Nome-do-Pai. Lacan (1971-1972/2012, p. 200) até fica enfasiado com essa questão do pai, vai chamá-lo de “*é-pater*”, o pai assombroso, que não tem mais assombrado a família. Entretanto, terá de haver algo que possa assombrar e cumprir essa função. Mas como a situação nos parece irreversível, a questão agora é como fazer o luto dessa imagem paterna para as gerações seguintes e como cessar a sua reivindicação (?) (Julien, 1997, p. 32).

4.4 Acerca do estatuto do grande Outro na modernidade

Para Freud (1930/1991), em *Das Unbehagen in der Kultur*, o mal-estar na cultura é o supereu com o predomínio das relações narcisistas (Garcia, 1997, p. 76), isto é, ser o falo, custe o que custar. Para Freud, o processo civilizatório e o processo de desenvolvimento individual são distintos, porém análogos, pois a tendência à agressividade autodestrutiva no homem é uma disposição pulsional original e é o maior impedimento à civilização. Essa seria uma luta de gigantes que as nossas babás querem sossegar com cantigas de ninar sobre o céu [*“Und diesen Streit der Giganten wollen unsere Kinderfrauen beschwichtigen mit dem ‘Eiapopeia vom Himmel!’”* (Freud, 1930/1991, p. 481)]. Ademais, para Freud, a frustração cultural é o que domina as relações sociais entre os seres.

Lacan (1948/1998, p. 124), ao desenvolver as suas teses sobre a agressividade em psicanálise, assinala que a primazia da agressividade, que estamos sujeitos na ordem social atual, é determinante na neurose moderna e no mal-estar da civilização. Em decorrência da crise do Édipo, os problemas da identificação edípica narcísica, nas origens do processo do devir do sujeito, encontram-se na dificuldade ou na impossibilidade do sujeito em transcender a agressividade constitutiva no processo de subjetivação, em detrimento dos efeitos sublimadores.

As possibilidades de acidentes e suas consequências danosas na dialética do complexo edípico, as instituições e os discursos característicos de seu mundo determinam no homem moderno a estrutura do eu e o tom da agressividade correspondente ao modo da identificação narcísica. Essa identificação é tida como uma das coordenadas intencionais do eu, sobretudo quanto à categoria do espaço. Espaço de tensão subjetiva que é demarcado socialmente justamente por um conjunto de imagens

do eu que se desenvolve e que subjetivamente se reconhece pertencer a esse espaço objetivo da realidade.

A inércia inerente às formações do eu, onde podemos ver a definição mais abrangente da neurose: ver como a captação do sujeito pela situação dá a fórmula mais geral da loucura, tanto da que jaz entre os muros dos hospícios quanto da que ensurdece a terra com seu barulho e seu furor (Lacan, 1936/1998, p. 103).

Calligaris ([1995], p. 21) resgata da tese de Lacan sobre a paranoia (1932/1987) que se há um excesso de imaginário na paranoia é justamente porque há antes de tudo uma falha simbólica. Como não há uma ordem natural e não somos sujeitos de uma única ordem, os registros real, imaginário e simbólico são experimentados por nós como fontes de violência.

O que seria preocupante na modernidade é quando uma ordem aparece não mais como produtora de sujeitos que aí possam viver e se afirmar, mas como fonte de outras resistências, como inibição, repressão etc. A resposta a isso se verifica nos surtos coletivos paranoicos violentos. Os progressos sociais produzem modificação na ordem social, extremamente válidas. Entretanto, a ordem que deixou de ser é esquecida, destruída e proibida. O que nos resta é buscarmos imaginariamente sustentação de uma identidade ao que é do outro. E por isso é persecutório, porque acabamos esperando do outro nossa identidade. Sob essa perspectiva, Calligaris ([1995], p. 22) conclui que a paranoia seria sem dúvida nenhuma o nosso destino.

Nesse contexto moderno, o capitalismo e o *laissez-faire* dos capitalistas promovem a devastação social, todavia o que fica comprometido é a função apaziguadora do ideal do eu, que está condicionada à função paterna, de conexão das normatividades da libido com a da cultura. A subordinação do homem à cultura é efeito

de sublimação da libido genital a partir das crises vividas no Édipo. E essa intermediação cultural tem a sua repercussão no que diz respeito ao objeto sexual no Complexo de Édipo (Lacan, 1936/1998, p. 102). Como consequência dessa degradação, ou barbárie social, em se tratando das necessidades subjetivas do homem “liberado” da sociedade moderna, tem-se a “ausência crescente de todas as saturações do supereu e do ideal do eu” (Lacan, 1948/1998, p. 124), realizadas em organizações sociais tradicionais. Isso se demonstra com a abolição dos princípios universais do masculino e do feminino, e as incidências psicológicas do fenômeno moderno chamado de a “luta entre os sexos”. A sociedade se localiza no limite entre a anarquia democrática das paixões e a tirania narcísica, da busca pelo falo, conduzindo a promoção do eu, condenando o homem moderno, como indivíduo, ao isolamento e ao desamparo original, *Hilflosigkeit*.

Essa agressividade, reativa ao despedaçamento, e à divisão de seu ser são revelados na neurose de autopunição e suas inibições funcionais, e sobretudo nas suas consequências sociais mais manifestas como a do *fracasso e do crime*. O crime é a passagem ao ato, é a violência (Jerusalinsky, [1995], p. 9). Isso tudo implica em regressão e em recusa pelo sujeito no desenvolvimento de suas realizações, as chamadas grandes fases determinadas pela libido na vida humana, a saber, “o desmame, o complexo de Édipo, a puberdade, a maturidade e ou a maternidade” (Lacan, 1948/1998, p. 122).

Na perspectiva sociológica, Bauman (1999) aponta que uma das chaves do projeto moderno é o desejo de universalização, do qual decorre um horror à diferença e um intenso combate à ambivalência em todos os níveis (político, social e mental). Entretanto, a oposição, nascida do horror à ambiguidade, torna-se a principal fonte de ambivalência, com o horror da indeterminação no que podemos chamar, *a posteriori*, de

pós-modernidade. A sobrevivência no mundo da contingência e da diversidade só é possível se cada diferença reconhece outra diferença como condição necessária da sua própria preservação. A condição da constituição dos sujeitos contextualizada na e pela modernidade caracteriza as estruturas narcísicas do ideal-do-eu e do supereu dos sujeitos e seus modos de ser e estar e, sobretudo de adoecer, ou sofrer, na tentativa de dar conta do mal-estar superegoico.

A cultura do narcisismo equivale ao predomínio do sentimento de vazio e do desencorajamento às participações e ligações afetivas (Lazzarini, 2006, p.25). As repercussões sintomáticas que caracterizam a sociedade contemporânea são de proliferação de sujeitos submetidos ao imperativo de um ideal narcísico moderno de autonomia, que resta na frieza e no vazio. As tecnologias do mundo moderno favorecem ao individualismo e ao isolamento dos indivíduos, proporcionando gozos solitários, senão autísticos, pois os objetos tecnológicos estão mais acessíveis e prontos para a satisfação, em contrapartida ao amor, que é dar o que não se tem.

Tais efeitos sociais conotam a dificuldade dos sujeitos em realizar o intercâmbio fálico, por conseguinte, a dificuldade e a inaptidão para estabelecer laços afetivos duradouros, senão a queda desses sujeitos desse lugar de amor, característico das histerias, desencadeando depressões, revelando sujeitos apáticos e depressivos. Haja vista os casos em que, a clínica nos ilustra, há uso frequente de medicamentos, tais como os antidepressivos ou ansiolíticos, como pseudometáforas farmacológicas, na tentativa de cumprirem a função de amortecedores sociais, para evitarem a dor do sofrimento e de um possível trabalho de luto, por exemplo, do término de uma relação amorosa. Cabe lembrar que a possibilidade das relações vivíveis entre homens e mulheres, “de um sexo ao outro, e os frutos disso na contemporaneidade, necessita da intervenção desse medium que é a metáfora paterna” (Nome-do-Pai) (Lacan,

1964/1985, p. 260). As dificuldades nesse âmbito são consequências do declínio desse significante no estatuto do Outro contemporâneo.

O homem moderno carece dos significantes primordiais, tais como o significante-homem e o significante-mulher, pois esses registros do ser são da ordem do simbólico, da palavra, não são meros comportamentos ou modelos. A fragilidade desses significantes, por conseguinte das significâncias também, torna mais difícil ao ser humano se reconhecer nisso tudo. As estereotípias das figuras de homens como de mulheres hoje em dia denunciam essas carências.

Portanto, podemos afirmar, conforme Guimarães (2012, p. 20), que a atualidade se caracteriza como “os tempos do Outro que não existe”, diferenciada pela perda dos significantes “mestre”, da fragilidade ou ausência desses elementos simbólicos que proporcionem identificações que sirvam aos homens e às mulheres. Isso pode ser entendido também como o esvaziamento do lugar desse Outro em decorrência do declínio da eficácia simbólica da instância paterna (Ribeiro, 2010, p. 122).

Com o declínio dos Nomes-do-Pai os laços sociais são caracterizados pela incerteza das referências e por conta disso os sujeitos se situam num estado limite (Rassial, 2000, p. 27). A contemporaneidade se caracteriza pelo anonimato e pela mobilidade fazendo com que os sujeitos percam a orientação e a referência de traços culturais aos quais se identificariam para seguir a vida. Ademais, os sujeitos manifestam temores quanto ao que possa restringi-los em suas relações.

É o esvaziamento desse Outro que se estatui na modernidade. Portanto, é necessário que o menino ou a menina tenha vivido o Complexo de Édipo, enquanto uma estrutura simbólica com intersubjetividade e organização dialética. Essa experiência simbólica proporciona que se tenha tido acesso à realidade e que o sentimento dessa vivência lhe sirva de guia.

Um fato que ilustra essa carência (Calligaris, 2005, p. 75) e chama atenção é a feminilidade masculina, a idealização da imagem, nos dias de hoje manifesta na proliferação e na exposição de corpos masculinos “vestidos” de músculos, como dita a moda, tal qual no movimento de feminilidade, para oferecer-se como causa de desejo. Essa é uma forma da feminilidade no homem sustentando a idealização da imagem. As desmedidas e riscos aos quais as mulheres também se submetem para atender aos padrões de estética e beleza física que a moda impõe, por vezes pagando com a própria vida, também são fatos ilustrativos dessa ausência.

Lacan (1955-1956/1988) assevera que o Complexo de Édipo é absolutamente necessário para que “o ser humano possa aceder a uma estrutura humanizada do real” (p. 226). O homem moderno permanece no conformismo, não só medrosamente, mas angustiadamente, porque se o homem ousa fazer uma diferençazinha do que é dado na sociedade é o suficiente para se sentir louco (Lacan, 1955-1956/1988, p. 228). Como vimos, não há neurose sem Édipo.

Um dos traços mais seguros e constantes na modernidade que caracteriza o Outro de nossos tempos é o declínio da imagem social do pai. Na modernidade, as definições das funções do pai, embora se multipliquem e se polarizem entre a função social e a biológica, não respondem de forma satisfatória à questão “o que é ser pai?”, tampouco responde o que é o pai. Não obstante, são questões oportunas para a discussão a respeito do declínio da função paterna na atualidade (Licht, 2002). O declínio vai implicar desequilíbrio, e em decorrência disso temos a potencialização da presença materna sobre os filhos, influenciando e determinando o futuro deles. Esse fator pode ser bom ou ruim para eles. Então, a questão na essência passa a ser outra: “o que é ter tido um pai?” (Julien, 1997, p. 27).

Essa vivência faz toda a diferença. Ou seja, o que implica ter tido um pai é o corte na relação mãe-filho, intervindo no desejo materno, para que se dê com isso a transmissão da falta, de uma lei que inscreva a diferença. Isso permitirá “ao filho enfrentar os riscos do desejo” (Licht, 2002, pp. 162-163), sem herdar na transgeracionalidade psíquica determinados sintomas e arrastar correntes de fantasmas que eram de seus pais. Deutsch (1944/1952, p. 228) chamou atenção para o que o menino ou a menina esperam do pai, senão uma aliança contra a mãe em favor da realidade. Reafirmamos que se trata da transmissão da lei do desejo, e que essa função será concedida ou não pela mãe. O pai que ocupar esse lugar ocupará a seu modo, nas suas condições.

O declínio do patriarcado é atingido pela modernidade em todos os âmbitos, científico, religioso, leigo e democrático. Caracterizando-se pelo deslocamento do poder do pai para a mãe. Julien (1997, p. 19) precisa que o declínio estaria atribuído ao triplo poder, a saber: o médico, pelas vias da contracepção e inseminação; o jurídico, pela prevalência da guarda das crianças com as mães; e a educação, pela predominância de mulheres, que intervêm entre o homem e a mulher, favorecendo a esta em sua relação com a criança.

A contingência desse desequilíbrio nos remete à presença ou à ausência da lei. Ou o pai existe na palavra de uma mulher, que por sua vez tenha se tornado uma mãe, ou ele não existe. De uma mãe à outra mãe, ou de mãe para filha, por isso trata-se de história de mulheres.

A carência do efeito metafórico do Nome-do-Pai provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica. Como vimos uma das dimensões da paternidade é permitir que o sujeito entre no jogo da linguagem. Por isso a mudança da questão para “o que é ter tido um pai?” Mas, para tanto, entra em jogo a qualidade ou a

condição da conjugalidade, ou seja, se essa mãe, trata-se de uma mulher que deseja um homem, e se esse pai, como homem, encontre seu gozo junto de uma mulher (Julien, 1997, p. 50).

Lacan (1974-1975, p. 23) dirá que o pai só terá o direito ao respeito e ao amor se estiver “perversamente” [*père-versamente*] orientado, e que faça de uma mulher seu objeto *a*, causa de seu desejo, mãe de seus filhos. Assim, é a única garantia da função de pai, função de sintoma, uma exceção, que se torne um modelo da função, fazendo o tipo, por meio dos cuidados paternos. Lacan ainda complementa dizendo que pouco importa que ele tenha sintomas e que a normalidade não é uma virtude paterna.

O estatuto do grande Outro na contemporaneidade, se caracterizado pela precarização do simbólico e embalado pelo capitalismo, favorece a sociedade de consumo, dos gozos imediatos. É como se o sujeito tentasse realizar o seu fantasma sem mediação, ou seja, sem a mediação da metáfora paterna (Sobral, 2011, p. 12). A mais-valia equivale ao mais-de-gozar e suas consequências devastadoras (Lacan, 1969-1970/1992, pp. 100-101).

O que distingue o discurso do capitalismo é isto: a *Verwerfung*, a rejeição para fora de todos os campos do simbólico, com as consequências de que já falei – rejeição de quê? Da castração. Toda ordem, todo discurso aparentado com o capitalismo deixa de lado o que chamaremos, simplesmente, de coisas do amor, meus bons amigos (Lacan, 1972/2011, p. 88).

Na sociedade de consumo em que vivemos, com um sistema capitalista globalizado, o que temos é a eclosão de “novos sintomas” ou “novas patologias”, em decorrência das contingências das precariedades simbólicas, até mesmo de velhos sintomas, mas em dimensões epidêmicas. São as conformações que tomam mediante um aspecto essencial, renunciadas por Lacan (1938/1987), em decorrência do declínio

social da função paterna e suas consequências psicológicas nos indivíduos. A sociedade já não está mais orientada pela dialética do desejo, mas sim pelo imperativo superegoico da tirania do gozo (Sobral, 2011, p. 68).

Esse estatuto está marcado pela passagem da sociedade patriarcal para a matriarcal. Portanto, o grande Outro da modernidade está mais representado pelas mães, que vai dar o seu peso ao estatuto da feminilidade. Mas vale ressaltar que os novos formatos de constituição dos núcleos familiares com o predomínio feminino não se constituem somente pelas conquistas sociais de cidadania, mas parte significativa pelas dificuldades com o amor e nas relações entre homens e mulheres, e, sobretudo, pelo fato de as mulheres estarem dispensando os homens. Ademais, há que se considerar também o abandono por parte dos homens, ao não assumirem a relação e possíveis filhos, os divórcios e a viuvez, com a morte primeira, em geral, do homem, como também a perda de espaço do homem frente às mulheres. Dessa forma, grassam os lares ou núcleos familiares administrados ou chefiados por mulheres.

As consequências do declínio paterno apresentadas nos dão algumas nuances que postulamos como o estatuto do grande Outro na contemporaneidade. São consideráveis em relação ao campo da feminilidade e o recorte do problema proposto quanto à feminilidade e algumas dificuldades com a maternidade.

4.5 Repercussões no estatuto da feminilidade na contemporaneidade

Diante desses postulados do estatuto do Outro da contemporaneidade, podemos delinear um quadro mais fenomenológico da “nova” histórica na modernidade. A cultura contemporânea favorece ainda mais a confusão entre histeria e feminilidade. A

histeria seria a expressão habitual do que se imagina e se espera de uma mulher, bem como espera-se que essa histérica manifeste sua feminilidade (Melman, 2001, p. 14).

É evidente como a forma de um sintoma se adapta às condições, ambiência e contextos sociais da época. O sujeito fruto desse Outro de seu tempo e meio é construído também na articulação entre o laço e os significantes que compõem os discursos sociais no qual está imerso. Nos séculos passados, os lugares reservados socialmente às mulheres, e que se constituíam nos ideais de feminilidade, eram o do casamento, de uma esposa dedicada ao marido e às atividades domésticas, e o da maternidade, mãe dedicada à prole (Backes, 2008, p. 59). Entrementes, a maternidade ainda persiste, mas o casamento está em crise. Apesar também do declínio do amor cortês, o sonho secreto de viver um romance amoroso ainda resiste.

Dessa forma, a histérica se apresenta diferentemente das históricas de Freud, com atributos femininos mais exagerados, portanto, extremamente sedutora, mas recusando a conquista, tornando-se até inacessível aos homens. É uma dificuldade, senão uma impossibilidade da histérica, que se exacerba na atualidade, de ocupar o lugar de objeto na fantasia de um homem. Mas mantendo a essência da estrutura histérica que é o do desejo insatisfeito.

A mulher moderna que está conseguindo usufruir dos resultados das lutas pelos direitos sociais de igualdade e liberdade, de legitimação de sua cidadania, é mais independente, estuda mais, portanto, é mais qualificada, realizada profissional e financeiramente, não mede esforços em busca da satisfação imediata. Esse é mais um dos estereótipos da mulher contemporânea. Entretanto, essa liberdade toda também a leva à solidão e apesar de todas essas conquistas isso não supre a dependência “identificatória na ordem do ser” (Zalberg, 2007, p. 56), isso continua uma questão aberta para uma mulher.

Nessa conjuntura, podemos vislumbrar a máscara da feminilidade contemporânea que postula o seu estatuto. As mulheres e suas competências sublimatórias pretendem e apresentam-se na esfera do social como a figura imaginária de uma supermulher. A ela se impõem a busca de atributos e qualidades nada modestos, tais como o da mulher perfeita, e para isso a exigência tirânica superegoica do ter que ser uma mãe, uma esposa e uma profissional “perfeitas” etc. Em síntese, estão potencialmente falicizadas. Em contrapartida, os homens se encontram desvirilizados. Mas há um preço alto a pagar por ambos por essas condições. As mulheres, nessa forma de ser, em um posicionamento lógico, demonstram o movimento de se igualarem aos homens, senão de superá-los e desfalicizá-los. A defesa do individualismo, da autonomia e a realização profissional acabam contribuindo com o prescindir do outro.

Entretanto, essas mulheres são marcadas por infelicidades, muito pontuais, porque a suposta felicidade se localizaria num campo muito sensível e importante às mulheres, de seu gozo mais precioso, que lhe é singular e onde se localiza o furo no simbólico, que implica na dimensão do amor, o sonho de amor por seu homem. Tanto é assim que a queixa mais comum entre elas estaria nas relações fracassadas com os homens e, como elas mesmas dizem, sobretudo, da “falta” de homens (Guimarães, 2012, p. 13). Claro que não se trata de falta de homens, mas sim daquele pai idealizado, com o qual estão muito ocupadas a ponto de não estarem disponíveis aos homens. Por isso, nenhum homem está à altura.

A histérica de nossos tempos, com a capacidade de manter vários traços imaginários de identificação, em razão da estrutura neurótica ter a significação fálica como referência das identificações imaginárias, pretende fazer-se o falo para o desejo masculino (Guimarães, 2012, p. 22). Mas as mulheres querendo ser mais potentes que os homens, mais fálicas que eles, acabam não favorecendo ao efeito feminino de fetiche

que despertaria o desejo no homem. Isso gera tristeza nas mulheres, porque não favorece o amor.

Um fato que marca e ilustra uma dessas facetas da máscara da feminilidade contemporânea, está no discurso do “politicamente correto” (Guimarães, 2012, p. 41), que elas tentam impor nas relações com seus parceiros. Assim, impõem tanto a forma como deve ser como pai, quanto como deve ser como homem. Isso nada mais é do que a crença de que *O* homem existiria, basta retificá-lo um pouco no seu jeito de ser (Garcia, 1997, p. 28), é uma forma de castrá-lo, e com muito “amor”. Trata-se também da manutenção do pai idealizado imposto pelo supereu materno. São os paradoxos do universo feminino, isto é, das herdeiras das tiranias do supereu na modernidade.

As incidências clínicas do matriarcado que se tornam comuns hoje em dia se localizam na disposição e na dificuldade apresentada pela mãe para transmitir o falo aos filhos, sobretudo ao menino, justamente porque a sua feminilidade é posta em causa (Melman, 2001, p. 16). Isso a remete à sua castração, ou às suas feridas abertas em relação a não ter o falo. Quando a mãe usurpa o falo do menino, ele tende a ficar transtornado. Contudo, para a menina, as evidências são mais exacerbadas ainda, pois as filhas esperam sempre da mãe o reconhecimento de sua feminilidade. No contexto atual, as condições não facilitam à mãe abrir mão de sua condição de mãe-fálica, dificultando à menina o acesso à feminilidade. Esse contexto favorece, assim, os desastres, senão as devastações e os dramas de reivindicações obsedantes e recíprocas. A mãe espera da filha a confirmação de que ela é uma mãe perfeita e a filha espera da mãe o reconhecimento fálico (Zalcborg, 2003).

Com o predomínio do matriarcado, Melman (2001, p. 16) assevera que teremos uma produção considerável de certos sintomas, sobretudo sexuais, tanto para os meninos quanto para as meninas, em decorrência de a mãe representar e assumir a

instância fálica, conforme as configurações das máscaras que isso exige na contemporaneidade. Embora o enfoque esteja voltado às mulheres, não há como em um núcleo familiar os homens, filhos e o pai, que já é relegado a papel secundário, saírem indemnes das consequências devastadoras que essa lógica de funcionamento dominante possa produzir.

Como vimos, com os declínios do Nome-do-Pai, o estatuto do grande Outro hoje se encontra representado fortemente pelas mães, que tem como condição crítica a dimensão da falta (Sobral, 2011). Condição essa que postulamos como uma das características do estatuto da feminilidade na contemporaneidade. Ademais, a literatura psicanalítica assinala que as dificuldades que uma filha tem com a feminilidade estão mantidas desde esse lugar do Outro materno. Em nossos tempos, o excesso da sexualidade feminina deixa as filhas mais expostas ao gozo da mãe. A presença maciça da mãe reforça para a filha a crença de que ela vai receber de sua mãe a feminilidade. Dificultando, com isso, senão impedindo, a separação da ligação mãe-filha (Zalberg, 2007, p. 49).

Podemos afirmar que a mãe moderna, que sofreu as consequências dos declínios paternos e suas mediações, não transmite a falta e, por conseguinte, apresenta dificuldades em querer ver sua filha tornar-se uma mulher. Ela quer ser não só necessária à filha, mas deseja que a filha se torne dependente dela para tudo, o resto de suas vidas. Algumas até podem exclamar: “que horror!”, mas não dão um passo na direção de um possível corte nessa relação engolidora. Isso dificulta muito a separação da ligação mãe-filha. Isso é um fato clínico, é um fenômeno que tomou uma dimensão crítica, senão expressiva na contemporaneidade. Para constatá-lo, basta escutarmos as dificuldades que as mulheres em análise apresentam para fazer o luto da forma como essa relação mãe-filha foi concebida, da qual são cúmplices. Por isso, são tomadas de

sentimento de culpa devastador, não obstante as filhas temerem ser ou tornar-se igual a mãe.

Essas dificuldades apresentadas por algumas mães são correlatas ao Édipo, e mais precisamente à sua posição em relação à castração e à sua feminilidade, não bem resolvida. Portanto, quando se trata de uma filha mulher, as coisas ficam muito mais difíceis, senão complicadas, porque a presença de uma filha atualiza para a mãe as suas questões da feminilidade e a remete à sua própria história com sua mãe. O fenômeno é transgeracional e o que se repete é o fracasso. Curiosamente, não são os homens que oferecem ameaça ao mundo feminino:

mas as mulheres, que se devoram entre si; e já não é a confrontação com a sexualidade masculina que o relato simboliza, mas sim a iniciação nas sucessivas idades da vida de uma mulher encarnadas pela filha, pela mãe, pela avó. A aventura da menina não é tanto a descoberta da sexualidade, o risco de violação, mas a afirmação de sua identidade de mulher, com o risco da rivalidade, escandida pela aprendizagem progressiva das manhas femininas (Eliacheff & Heinich, 2004, p. XVI).

Então, com a prevalência das famílias matriarcais, vimos que a mãe acaba ficando no “lugar do Outro do gozo”. Lacan (1969-1970/1992, p. 105) chamará atenção para a importância do papel da mãe, principalmente, no tangente ao desejo da mãe, afirmando que nenhum sujeito está livre disso. Assinala, então, que o desejo da mãe não é algo que se suporta de forma indiferente, sem consequências, porque esse desejo acarreta sempre estragos. Utilizando a metáfora da bocarra do crocodilo, como se expressa em relação à mãe e a seu filho, Lacan dirá que a bocarra está em geral sempre aberta e disposta a engolir o sujeito, em razão do desejo e gozo da mãe. Mas isso poderá ser evitado somente por que tem potência para enfrentá-la, ou seja, pelo falo, pelo pai,

no nível da metáfora paterna. Mas como vimos é justamente nesse nível que a estrutura fica comprometida.

O estrago materno terá os seus efeitos mais danosos, sobretudo, nas relações nas quais a mãe tem a filha como seu objeto de gozo (Sobral, 2011, p. 21). A mãe que faz de seu filho ou de sua filha seu objeto de gozo, lugar que é dado a um filho, demonstra na mesma proporção a sua dificuldade com a sua própria feminilidade.

Portanto, as dificuldades de uma filha com a feminilidade são em decorrência e encontram sustentação desde o lugar do Outro materno. Essa condição de objeto da mãe, objeto fálico, não favorece o espaço e as condições necessárias para a transmissão da falta à filha. Esta estará condenada e sufocada na condição de filha. Dessa forma, não encontrará espaço para tornar-se uma mulher, pois terá o desejo comprometido e corroborado também pelo Outro social.

Freud (1930[1929]/1974) nominará de supereu cultural, que vai empurrá-la de encontro às satisfações narcísicas, infantis, que a modernidade oferta em demasia. Eis um dos obstáculos da filha com a sua feminilidade, acentuados nos tempos modernos, situados na dificuldade de a mãe favorecer a dialética da falta e do desejo. Na clínica, encontramos essas questões manifestas nas anorexias, bulimias, depressões pós-parto, depressões e estados maníacos que grassam no universo feminino na atualidade.

O estrago materno condiciona o sujeito a uma posição subjetiva na qual o desejo fica prejudicado, senão impedido, aprisionando o sujeito no desejo do Outro da infância. Essa mãe, em função de suas dificuldades em permitir a entrada e o reconhecimento efetivo do terceiro, do pai simbólico, que faria o corte na relação mãe-filha, acaba obstando, senão impedindo a transmissão da falta que daria lugar ao desejo. E nesses casos acaba favorecendo a fixação da filha numa posição de gozo, mas de um eu ideal. Podemos dizer com isso que as mulheres estão mais separadas da falta, do desejo e de

um gozo que lhes concerne como mulheres. Elas estão mais competitivas em relação aos homens e mobilizadas pelo imperativo superegoico de um gozo insaciável (Sobral, 2011, p. 22).

A função paterna precária, com pouca operatividade, proporciona poucos recursos simbólicos para o sujeito ao aparelhar o gozo. O sujeito acaba não tendo elementos simbólicos significantes na sua estrutura que lhe possibilite indagar sobre o desejo do Outro. Decerto, na atualidade, as neuroses mal formadas ou mal estruturadas são consequências desse declínio da função paterna. Em consequência disso, encontramos os sujeitos mulheres mais carentes ou desprovidas da alienação significativa, portanto, por isso acabam ocupando mais facilmente, mas não sem sofrimento, uma posição de objeto de desejo da mãe, de objeto da demanda da mãe, sujeitas e submissas às imposições e injunções dessa mãe (Guimarães, 2012, p. 66), submissão incondicional ao supereu materno.

Em contrapartida, algumas mulheres podem se apresentar com defesas obsessivas, denotando uma máscara de feminilidade com aparência de um eu forte, definido e decidido, amarrando sua posição de gozo, de objeto *a* da fantasia da mãe com esse *eu* enquanto posição subjetiva central (Guimarães, 2012, p. 68). Fato que ilustra bem isso na contemporaneidade é a mulher tentar sustentar seu ser nisso que se imagina fálica, onde não cabe a dúvida, com o controle e a organização das coisas denotando a defesa dessa máscara da feminilidade.

Outro aspecto importante em decorrência do declínio paterno apontado por Guimarães (2012, p. 33) de forma precisa é o declínio do amor pelo pai, na esfera do amor. Isso se dá em razão das dificuldades da transferência do Édipo, das relações pré-édipicas da menina com a mãe para com o pai, ao qual a menina esperaria o saber dele de como ser amada e ser mulher, apaziguando a devastação materna. Esse amor paterno

perde a qualidade e é colocado em cheque. Em decorrência disso encontraremos nas mulheres, em suas neuroses, a imago de um pai ainda mais “erotizado” do que um pai de amor, que enlaçou o gozo ao amor, ampliando com isso a vertente devastadora articulada ao gozo feminino.

No Édipo das meninas, é o amor ao pai que vai proporcionar a elas as fantasias inconscientes de sedução do pai, sendo esse como agente. A busca de uma mulher por um parceiro amoroso e sexual é resultado da sua relação nos primórdios com o pai. Que o olhar do companheiro seja desejante e não incestuoso, que não a remeta à culpa por ser mulher (Calligaris, 2005, p. 19). “É o amor do pai que proporcionará a envoltura do gozo feminino. Quando este amor do pai é questionado ou perde sua consistência, a devastação pode produzir-se como o efeito essencial da mortificação superegoica no gozo feminino” (Guimarães, 2012, p. 33).

Outra característica marcante da máscara da feminilidade contemporânea está articulada ao que Guimarães (2012, p. 26) denominará de paradoxo do supereu e suas duas vertentes. Isso ainda dentro do campo do amor. Por um lado, é o imperativo superegoico de gozo no qual as mulheres se firmam no “não se apaixone”, que é o não se apaixonar por um homem, enquanto defesa ao gozo feminino, que equivaleria a um posicionamento fálico no dito ou em ato “eu posso prescindir de você porque sou fálica”. Por outro lado, isso é uma tentativa de rechaçar justamente o que lhe é precioso: o “se apaixone!”, que seria viver uma grande paixão, o seu sonho de um grande amor, de uma mulher frente a um encontro com um homem. Seria justamente o se entregar a esse gozo feminino, que a invade e a sensibiliza, e que por isso lhe é caro. Justamente porque aí se situa a ausência de si mesma, de sujeito, na sua parte não-toda. As mulheres fazem do amor uma causa. Como atualmente o amor está em crise, ela acaba ficando sem causa (Zalcborg, 2007, p. 151). Essa defesa superegoica tentará com

sucesso, ou não, refutar a possibilidade de ser amada por um homem, de se fazer causa de seu desejo.

Lembremos que Lacan apontou que elas não se sentem bem na posição de objeto (“a”) para o homem. Esse gozo superegoico do “não” à paixão vem justamente corroborar e fazer manutenção de um eu ideal de A Mulher, da mulher fálica. Entregar-se a um amor seria justamente reconhecer-se faltante.

Esse ideal de mulher fálica denuncia o quão as mulheres estão vulneráveis à paixão, ao “se apaixone”, e o quão se defendem dela, posto que o sonho de um grande amor não deixa de estar presente nas mulheres. Entretanto, se o homem já é uma devastação para a mulher, nessa condição de vulnerabilidade, as mulheres estão mais expostas aos efeitos sintomáticos e ao sofrimento nas relações malsucedidas e nos desencontros. Não são raros os apelos ao uso de medicamentos para anestesiar o sofrimento, além de não querer e não suportar se ver com a falta que os desencontros amorosos a remetem.

Lacan (1972-1973/1985, p. 118) apontou que o gozo feminino não se ocupa do homem de modo algum. Essa mulher está submersa na vertente do gozo feminino que é a solidão como sua parceira. Portanto, a patologia devastadora que tem invadido as mulheres não é necessariamente a da paixão amorosa, que não é menos devastadora, mas a do supereu (Guimarães, 2012, p. 27), que se traduz no medo avassalador da perda do amor, de não serem amadas, como disse Freud (1931/1974). Esse temor é oriundo da dificuldade que a menina apresenta em deixar de ser o objeto fálico para a mãe, porque está identificada a ele (Zalcborg, 2007, p. 46). A perda do amor a remete à perda de si mesma. Pois através do amor de um homem, com o que ele lhe diz, ela poderá se reconhecer ser esse Outro.

Enfim, a mulher apaixonada que morria de amores por seu homem está sendo excluída ou sendo mais recalcada das facetas da mascarada na atualidade. O imperativo de ordem é o não se apaixonar. Ou seja, para quê ela, fálica, vai necessitar de um homem? O fato é que, se ela sucumbe a uma paixão, a máscara cai por terra e os conflitos vêm à tona com as exigências superegoicas de juras e declarações de amor exclusivo e eterno. E, se o amor não é correspondido, as autorrecriações e as culpas são violentas, senão insuportáveis. Aquele pai mais erotizado que amado não lhe transmite a segurança da crença de ser a única e exclusiva através do amor dele.

Ambivalência da mãe, ambivalência da filha, respectivamente, a primeira impede ou estimula a filha a tornar-se mulher para um homem, a segunda trata-se de uma escolha de objeto, ficar entre a condição de ser mulher para seu parceiro ou na manutenção da condição de filha para a mãe. De qualquer forma, se a mãe é presente em demasia ou ausente, essas relações difíceis produzirão filhas mal equipadas para caminharem na direção de uma feminilidade. A tendência é buscarem um homem com as características da mãe para continuarem dialogando com ela ou estabelecerem relações impossíveis com os homens, julgando-se eternas fracassadas.

Como corolário, tendo em vista essas perspectivas dos estatutos do Grande Outro e da feminilidade, observamos na clínica, em razão da dominação materna sobre as filhas, que se tornou tão pesada nos últimos tempos, a dificuldade e o sofrimento infligido pela culpa atroz que algumas analisadas filhas apresentam em se libertar dessa ligação com a mãe, minimamente o suficiente para seguirem as suas buscas solitárias no processo de feminilidade, na busca de ser uma mulher, e, em alguns casos, até de conseguirem sustentar um relacionamento amoroso com um homem sem as devastações. A considerar ainda as evidências clínicas e fatos sociais, assinalamos a

dificuldade e/ou o desinteresse pelo casamento, os divórcios e a precariedade dos laços afetivos entre os casais, embora ainda teimarem em se constituírem.

Valemo-nos da crítica que Naouri (2002, p. 263) faz aos casais que não se compõem e aos que se decompõem e às famílias desmanteladas na contemporaneidade. Atualmente, não há a tentativa de se recompor de maneira diferente, sustentando com isso o que ele denominou de “o culto ao pós-pós-moderno da individualidade”, satirizando essa tendência e lamentando ao mesmo tempo as decomposições, enfraquecendo as montagens que as culturas lutaram e mataram para estabelecer ao longo da vida, para tentar dar conta da diferença e da sua irrepresentabilidade. Isso também tem relação íntima com todo o esforço e trabalho, senão a dificuldade de uma mulher, para a realização de uma feminilidade.

Em decorrência desse estatuto do Outro na modernidade, o que encontraremos é essa tendência ao rechaço à feminilidade (Sobral, 2011, p. 21), não há castração, justamente porque há uma prevalência de uma posição fálica, senão masculina, das mulheres, chamadas psicanaliticamente de a mascarada.

As mulheres, na tentativa de rechaçar a feminilidade (Freud, 1937/1975, p. 285), de aceder a uma posição feminina, enquanto objeto causa do desejo de um homem, segundo Freud e Lacan, agregados a isso o casamento e a maternidade, acabam sucumbindo em seus sintomas, nessa tentativa de se fazerem fálicas de todas as formas “possíveis”, do lado do todo, em referências às formulas da sexuação. Backes (2008, p. 64) sugere que essa posição de extrema exigência e sacrifício seria a exacerbação moderna do *Penisneid*, da inveja do pênis. E Chamorro (2011, p. 116) conclui que a metáfora da falta de pênis é o gozo feminino.

4.6 Algumas consequências dos novos estatutos na contemporaneidade na maternidade

Uma questão importante que se apresenta na contemporaneidade e é central no campo da feminilidade é a maternidade. A maternidade pressupõe a elaboração de uma ferida, resultada da especificidade dessa relação mãe-filha, cheia de cumplicidade e sujeita à dominação da mãe. O tornar-se mãe é uma questão de transmissão. Um dos traços efetivos ou que fica como resto da feminilidade, enquanto sintoma da mulher, é a maternidade.

Contudo, para atingir esse objetivo, elas já prescindem da relação amorosa efetiva com um homem e até mesmo de um instituto mais tradicional e conservador como o casamento, para engravidar e para se sentir mulher e mãe. Esse caminho mais curto favorece ao gozo feminino em detrimento de uma feminilidade, senão uma forma preguiçosa, ou pior, uma tendência crescente, de como as mulheres podem cada vez mais evitar os homens (Zalcberg, 2007, p. 21), mas que responde enquanto efeito e quanto à manutenção do estatuto desse Outro na contemporaneidade.

Hoje se pode comprar um bebê em laboratório, o verbo é pesado, mas com o advento da fertilização *in vitro*, da reprodução assistida, dos bancos de sêmen e de doadores desconhecidos, isso se tornou realidade. Ou há até mesmo voluntários inconscientes, via método natural, nas apostas dos encontros amorosos contingenciais. As dificuldades da mulher em lidar com esse estilo e ritmo dos encontros mais sexuais do que amorosos, vividos na modernidade, é porque no fundo a mulher busca o amor, encontros causais, que se referem à causa de seu desejo, e não encontros sexuais casuais ou oportunos. Mas isso não quer dizer que ela não vivencie, todavia com algum

sofrimento e o conseqüente isolamento. Acabam sucumbindo ao excesso de gozo feminino, que lhe concernem (Zalberg, 2007, p. 152).

Sáímos de um tempo em que o homem declarava publicamente ser pai de um filho e isso era aceito, para um tempo em que a paternidade depende do desejo de uma mulher e talvez do seu laço conjugal. Uma das vicissitudes da paternidade nos dias de hoje, a participação de um pai, é que ele pode ser reduzido ao real do espermatozoide (Giongo, 2005, p. 62). Isso demonstra que as mulheres estão tendo o poder de decidirem sozinhas sobre a procriação, designando um pai ou excluindo-o. A instituição da paternidade nos dias de hoje está no poder das mães. A cultura tem contribuído para isso, colocando os homens numa posição de descartáveis.

Mas um movimento simbólico muito expressivo nos dias de hoje manifestando essa demanda simbólica de reconhecimento é que são os filhos que exigem o exame de DNA para reconhecimento de paternidade por não suportarem ficar com o buraco de uma função simbólica em sua história. O exame é exigido porque vem de outra instância, jurídica, que determina por meio da autoridade, que faltou, um nome, uma origem, um pai, um endereço a se referenciar. Os homens estão impedidos de exercerem a paternidade porque o lugar que estão ocupando se restringe ao de genitores. São barrados por elas e em muitos casos até mesmo enquanto amantes. Por isso afirmamos que uma gestante é gestante do pai também.

Contudo, um dos problemas da maternidade que se estatui na feminilidade, conforme vimos nos processos de subjetivação modernos, que Guimarães (2012) postula nesse contexto do declínio da função paterna e da ascensão das mulheres, obviamente, são os filhos que sofrem os efeitos nefastos de gozo das estruturas subjetivas dos pais. Sabemos que o sintoma da criança é correlato ao sintoma na estrutura familiar, podendo representar a verdade dos pais. Um filho acaba tendo o lugar

de objeto condensador de gozo da família e da sociedade. Portanto, a tendência da nova estrutura familiar atualmente, independentemente da composição, com suas funções simbólicas e imaginárias, é localizar na sua estrutura que se sustenta e se organiza em torno do bebê como objeto *a*, como objeto de gozo. Por isso, ressaltamos a importância da vivência e da história do Édipo para uma criança. Lacan (1969/2003, p. 369) diz que, na preponderância da fantasia da mãe, que tem como sintoma um filho, reduz muito a articulação, porque vai prevalecer o sintoma decorrente da subjetividade dessa mãe. Isso ocorre quando o Nome-do-Pai não cumpre de forma eficaz a sua função de mediação. Nessa condição, a criança não vai se perguntar sobre o desejo da mãe que estaria como um enigma, deixando assim a criança exposta às capturas fantasmáticas. Os pais recebem sua própria mensagem de forma invertida.

A mãe da contemporaneidade é uma mãe angustiada. Esse bebê que é feito objeto *a* na família, produz mães e pais angustiados por condensarem esse gozo (Guimarães, 2012, p. 62). Os pais na condição de mães coadjuvantes, pais femininos, acabam cumprindo funções que *a priori* seriam desejáveis que fossem realizadas pelas mães, por elas estabelecerem vínculos primários na relação mãe-filho muito importantes no início da vida. Entretanto, como elas não sustentam ou apresentam muita dificuldade nesse vínculo mãe-bebê, acabam transferindo, dividindo, ou ainda, exigindo que eles cumpram a maternagem. Ocorre que a mãe angustiada é justamente aquela que tem dificuldades com o desejo, isto é, ou ela não deseja, ou não deseja bem em função de suas dificuldades com a sua feminilidade e a maternidade, e por conta disso acaba atendendo, sim, uma demanda. Isso é fato, tanto que encontramos casos de mães deprimidas alegando discursivamente que não desejavam ter um filho naquele momento, que não o haviam programado, ou ainda, que a oferta do seu bebê já não tinha mais sentido etc. Nesses casos, o risco é a desvinculação da relação mãe-bebê.

Ocorre que certos pais, sobretudo, a mãe, no contexto do estatuto da modernidade, vivenciam com muito sofrimento nos níveis fantasmáticos o nascimento do bebê, em razão de suas próprias dificuldades desencadeadas quando da revivescência de suas histórias edípicas falhas, e com suas identificações precárias, além dos remanejamentos na linhagem familiar, dificultando a esse bebê um lugar na fantasia materna, senão no discurso familiar.

Como vimos, em decorrência das contingências das subjetivações claudicantes e frágeis, resultantes de uma história edípica problemática e da história de vida, há repercussões por vezes sofríveis quando a mulher se torna mãe.

Freud diz que somente com a maternidade a mulher passa do narcisismo, do passivo ser amada, ao amor de seu objeto, a um filho, enquanto falo (Freud, 1931/1974). Mas, com narcisismo frágil, senão falicizado e superpotente, e as condições sociais difíceis da modernidade, quando do nascimento de um filho, a mãe durante a gestação e, sobretudo, no pós-parto, encontra-se tanto quanto o bebê na condição de desamparo. A impotência e a incapacidade de investir o próprio narcisismo no filho, e, por conseguinte, uma renúncia aos cuidados maternos do qual ela é tomada (Boukobza, 2002), revela uma depressão pós-parto, ou, ainda, um *Baby Blues*, expondo o bebê às devastações mais danosas num período tão importante da vida.

Agora, a considerar os entraves decorrentes dos estatutos do Outro e da feminilidade, podemos lançar alguns questionamentos, tais como, no que se transforma o desejo dessa mulher por um homem e o desejo de ter filho? Numa depressão pós-parto? A função se restringiu à procriação? (Licht, 2002). Nesses casos, um filho vem para tentar suprir uma carência materna que nunca chegou à castração. Ainda que encontremos saídas, os bebês não estão isentos das devastações provocadas na maioria dos casos.

Enfim, não menos interessante e menos pertinente é destacar que a gestante torna-se também gestante do pai dessa criança, mas a gestação do pai é de uma relação com o inconsciente e depende de sua história edípica de mulher e de sua disposição materna (Naouri, 2002, p. 245). Essa história é de uma relação a três. Claro que, se uma filha que se tornou mãe está aprisionada à sua mãe, não haverá espaço para o lugar do pai, ou do terceiro. Portanto, ser mãe é ajudar o filho a ter acesso ao pai, tanto no sentido simbólico da função quanto na relação do homem com seu filho. Agora, se o homem e a mulher estão vivendo a luta dos sexos, a disputa pelo poder, atuando a sua não aceitação da castração simbólica, restará ao filho sofrer os danos desse conflito que entrava o Édipo. Se o filho permanece na posição de falo da mãe, não tem como ele pagar a dívida simbólica necessária para ter acesso à ordem simbólica da cultura (This, 1987, p. 205).

Entretanto, nos dias de hoje, no caso das famílias recompostas, a concessão da função paterna, função simbólica de referência, ao outro novo parceiro, amado por ela, que não o genitor, seria de grande benefício para uma criança.

4.7 Considerações conclusivas acerca dos estatutos na contemporaneidade

Neste capítulo, abordamos pai e mãe enquanto funções. O pai enquanto uma função simbólica, efeito de estrutura, sobretudo no desejo da mãe, e a mãe enquanto uma função, primeiramente, simbólica e real, quanto ao amor para a criança. A qualidade dessa relação vai depender do nível de castração simbólica na mãe. É a castração que possibilitará a metáfora paterna e a instalação do Nome-do-Pai, no nível simbólico, possibilitando a sublimação da realidade. Não se trata das pessoas fulano e

beltrana de tais, genitores. Estamos nos referindo aos pais imaginários, embora os pais genitores possam os representar. Não obstante, são ocupados ou não dessas funções.

Mas também é pertinente registrar que o reconhecimento e o valor da importância do papel da mãe é indiscutível e verdadeiro e se constitui no Outro real da primeira dependência. Pois, nos primórdios, a mãe é o sujeito da demanda, na dialética que se estabelecerá entre demanda e desejo, na relação mãe-bebê, na qual teremos as questões relacionadas ao dom e ao amor que estão diretamente ligados aos processos da alimentação e cuidados maternos. A identificação primária do sujeito ocorre nesse tempo estrutural no início da vida, da constituição das demandas na experiência de satisfação (Freud, 1950 [1895]/1977, p. 421) através da e em relação à mãe, ou com quem ocupar essa função e posição, nessa relação estreita da maternidade. É a relação mais direta das relações, lugar privilegiado de organização e funcionamento na qual está aberta a vertente perversa do desejo, na qual a carência materna faz do bebê seu objeto, quando não chegou à castração. Nessa relação real-imaginária, desprotegida, senão carente do simbólico, o amor estará a princípio “garantido” pela via da satisfação das necessidades do bebê. Conforme vimos, essa relação mãe-filho é “a que vai ser sustentada em uma inércia que se oporá fundamentalmente ao que ex-siste, que seja Outro, mesmo em forma de um alimento mais sólido” (Velloso Netto, 1993, p. 2).

Entretanto, e chamamos atenção para este ponto, quando se trata de rever os efeitos abusivos do que se chama de “amor” materno, a resistência suscitada, senão a intolerância, é tão feroz e obscena quanto ao que se revela no estatuto do Outro na contemporaneidade. Ou seja, o quão o sujeito ainda abriga e defende a *lalangue* materna – a língua dita materna, campo de afetos que constroi o sujeito –, que não é mais do que a manutenção da mãe fálica. *Noli tangere matrem* [‘Não quer tocar a mãe’], vai dizer Lacan (1963/1998, p. 802). Em síntese, a castração é na mãe fálica. Salientamos que a

perspectiva que estamos trabalhando do estatuto da feminilidade se fundamenta em situações críticas e não em casos bem-sucedidos. Assinalamos que a clínica individual responde à clínica social (Chemama, 2007, p. 174), pois o sintoma individual do sujeito é uma proteção a uma patologia social, do discurso que organiza o laço social.

Lacan apontou o declínio da função paterna, do pai simbólico, denotando a dificuldade de sua capacidade de intervenção simbólica, função de mediação que proporcione a constituição do desejo do sujeito infantil para além do desejo materno, com isso regularizando o gozo, que estaria solto, justamente pela ausência dessa autoridade paterna legiferante. Esse declínio da função paterna prejudica essencialmente, na estruturação dos sujeitos, a pulsão, a dialética da sublimação e o desejo. Ademais, a preponderância da instância do supereu e do ideal do eu. Formando, dessa forma, a chamada grande neurose contemporânea, que tem suas diferentes manifestações, porém são decorrentes desse declínio.

Eliacheff e Heinich (2004, p. 193) assinalam que a falta do terceiro elemento, o pai, a função simbólica, o corte na relação mãe-filho(a) é evidente nos meninos e inexprimíveis nas meninas, que a fazem redefinir o incesto para os dias de hoje como todo tipo de relação na família que faz dois e não três, onde deveria estar o terceiro. O declínio do pai promove a geração de filhos grudados às mães, por conseguinte, adultos imaturos. Os homens que sofrem os efeitos desse declínio, enquanto pai, estão mais para representarem mães coadjuvantes do que fazer uma diferença.

A importância que um pai tem para uma mãe é o que ela transmite à sua filha. Embora a função simbólica do pai não seja resolutive para o Édipo da menina e sua feminilidade – pois a “filha espera mais substância de sua mãe do que de seu pai, ele vindo em segundo” (Lacan, 1973/2003, p. 465), pois além de ser sua mãe é também mulher como ela –, encaminha para a possibilidade de não se fixar na relação de ligação

mãe-filha pré-edipiana, abrindo espaço entre elas e favorecendo ao direcionamento da filha ao pai, para posteriormente se dirigir a um homem, abrindo espaço para o campo do amor. Vimos que a função do pai está condicionada a uma história de mulheres, mas a três, com o terceiro elemento. Entretanto, Naouri (2002) assinala que deveria ser uma questão de homens também. Mas essa função só é concedida pela mãe da criança, assim como também o poder de anulá-la conforme sua disposição. O que nos faz pensar no grau de abertura ou fechamento no desejo materno para entrada do pai. É o nascimento do sujeito que está em jogo, senão prejudicado.

Um dos aspectos mais proeminentes e que marca a modernidade é o capitalismo e seus efeitos sociais. Por isso, considerou-se o contexto cultural da atualidade e o discurso capitalista, sobretudo, no que afeta a dialética da família conjugal e suas repercussões no Complexo de Édipo como base das relações com a cultura.

É nesse contexto que o grande Outro contemporâneo é marcado pelo declínio da função paterna simbólica e caracterizado pelo esvaziamento de seu lugar Outro. Isto é, na carência, senão na perda dos significantes primordiais, tais como os de homem e mulher. A anatomia subjetivada no campo do Outro e pelo desejo do Outro marca essa destinação (Chamorro, 2011, p. 113) e o surgimento de novas modalidades subjetivas. As consequências desse Outro sobre a vivência do Complexo de Édipo e as possíveis repercussões desastrosas, favorecendo as identificações narcísicas, que, por serem frágeis, estão muito suscetíveis a manifestações agressivas e à rivalidade. No mundo atual, as dimensões do desejo e do simbólico estão prejudicadas.

O estatuto da feminilidade na atualidade é correlato ao do grande Outro, pois a passagem do patriarcado ao matriarcado implica a presença maciça das mães sobre os filhos. Expondo mais especialmente uma filha ao que vimos como estrago materno, favorecendo a identificação ao objeto fálico do desejo da mãe. Nesses casos, a tendência

é a exacerbação do gozo feminino. As conquistas sociais via sublimações não suprem a suas dificuldades com a identificação enquanto “ser” mulher, isto é, na constituição de uma identidade no desenvolvimento de sua feminilidade. As manifestações sintomáticas contemporâneas denotam que as mulheres não estão encontrando limites adequados para o gozo mais além do falo pelo qual podem ser tomadas (Zalcborg, 2007, pp. 146-147).

As conquistas do mundo moderno e os ideais imperativos que empurram a mulher para o ser e o ter atributos fálicos afastam-na de sua verdadeira subjetividade. Está mais difícil para ela ser mulher. Esses ideais não a favorecem em sua feminilidade, ao contrário, fomenta a crença na mascarada e no jogo fálico. Essa crença resta no vazio porque a sua verdade subjetiva não se esgota no falo (Sobral, 2011, p. 19).

Enfim, todas essas dificuldades apresentadas nas conformações dos estatutos do Outro e da feminilidade na contemporaneidade apontam na direção da dependência da filha em relação a sua mãe, em função do aumento de poder do matriarcado, favorecendo a manutenção dessa ligação mãe-filha, o que implica na não abertura de espaço para o terceiro, para a entrada do pai, dificultando, com isso, a separação dessa ligação.

O supereu é justamente a prevalência dessa identificação narcísica e não faz corte nessa relação. Ele aparece justamente no lugar onde a lei falhou. Teremos, então, a prevalência do imaginário sobre o simbólico. Lacan (1953-1954/1986, p. 123) apontou que esse supereu não é uma função imaginária, mas uma função que não está regulada, não conhece seu limite, é imperativo de gozo, é sádico. O gozo feminino é esse supereu insaciável. Esse gozo sem limites. Acontece que, com a preponderância do supereu materno, nesse gozo não houve, ou melhor, não haverá espaço para a lei da metáfora paterna, não entra a diferença. Nesse gozo feminino, no qual a filha fica presa ou refém

desse fantasma, é claro que não se ocupa do homem de modo algum, como disse Lacan. Em síntese, em função do imperativo superegoico do gozo feminino, teremos o rechaço à feminilidade.

O pai, se tiver espaço, apresenta-se como um polo de antecipação de um ideal. O que seria o supereu paterno. A identificação primária do sujeito ao Nome-do-Pai é simbólica. Portanto, a organização do fantasma está para o desejo materno assim como a lógica do significante nos remete ao pai. Lembremos que a realidade é abordada com os aparelhos do gozo! Um aparelho lógico de funcionamento.

A considerar o efeito do declínio do amor do pai, somado ao imperativo superegoico do “não” à paixão e à crise do amor nos dias de hoje, as coisas ficam mais complicadas para as mulheres, porque fazem do amor uma causa. Como esse amor está em falta, a mulher acaba ficando sem causa (Zalcborg, 2007, p. 151). Por isso, o sonho de viver o grande amor de sua vida com um homem parece se arrastar nostalgicamente com traços depressivos, embalado pela cultura de insatisfação.

Outro ponto essencial a ser considerado em relação a isso tudo é a dificuldade, sobretudo para a menina, em renunciar a ser esse objeto fálico para a mãe, em função do medo que a consome de perder o amor da mãe. Isso dificulta ou a impossibilita fazer o luto dessa relação mãe-filha, que por vezes pode se arrastar melancolicamente, ou fazer *blues*, senão manifestar agressividade reativa. Por isso Lacan (1964/1985, p. 260) disse que o amor se coloca nesse mais além onde o sujeito renuncia a seu objeto, da fantasia, que foi constituído pela *lalangue*.

Para os pais, o momento do nascimento de um bebê atualiza as suas histórias edípicas. Com o estatuto da feminilidade na contemporaneidade, podemos nos perguntar, uma vez que a castração refere-se à renúncia, como uma puérpera, que está sujeita a essas destinações, conseguirá disposição para dar conta do tornar-se mãe?

Ademais, podemos perguntar acerca dos deslocamentos e renúncias que isso tudo implica e que ela terá de fazer, em maior ou menor grau, em sua vida, e acerca da capacidade para se empenhar na dedicação aos cuidados maternos e à maternagem que um bebê real necessita. A resposta seria: as mulheres enfrentam essa situação com muita angústia, senão fazendo *baby blues* ou, em casos mais graves, desencadeando uma depressão pós-parto.

CONSIDERAÇÕES, CONCLUSÕES E REFLEXÕES:

A proposição da pesquisa foi estudar a possível interseção entre feminilidade e depressão pós-parto. A questão seria identificar quais aspectos do campo da feminilidade estariam inter-relacionados de alguma forma com o desencadeamento da depressão pós-parto. Evidentemente, nos deparamos com a dicotomia do *ser* mulher entre feminilidade e maternidade.

A maternidade diz de uma mãe e a feminilidade, de uma mulher. A feminilidade está na parte não-toda, já a maternidade está no todo, por isso é universal. Está no campo fálico. Não há uma equivalência entre mulher e mãe porque os desejos são distintos, no entanto, não são excludentes. Embora Lacan tenha dito que a mulher seria tomada enquanto mãe, ele não fez uma equivalência entre uma mulher e uma mãe, mas dividiu esse ser feminino em dois gozos, o gozo fálico e gozo feminino, mais além do falo, o gozo Outro. Tampouco a mulher equivaleria à mãe em razão de Freud ter apontado como saída para o Édipo a equação fálica e a *Penisneid*.

Uma mulher, que não é regida pelo falo, tem seu desejo a princípio na direção de um homem, ou seja, a diferença sexual está em jogo. Já a mãe estaria se sentindo completa com seu bebê, seu falo. Mas isso não a faz uma mulher. Uma mulher, enquanto mãe, será uma suplência desse não-todo, onde se acomoda o gozo da mulher, como disse Lacan. O filho vem como sentido para a ausência de si, para essa falta.

Em Lacan, vimos, a partir das fórmulas da sexuação, que A mulher não existe, simplesmente, porque não há um significante que dê conta do ser mulher e sua irrepresentabilidade. Por isso, grassam as figuras de feminilidade. A diferença sexual anatômica dos corpos, no entanto, por um fenômeno de pensamento e linguagem, será

tomada tanto por eles quanto por elas como: os fálicos e os castrados, por um fenômeno que consiste na potência da linguagem, de afirmar o que não existe e negar o que existe. Então, para um ser do sexo feminino, não se nasce mulher, torna-se uma. A maternidade também não é processo natural, torna-se mãe. A feminilidade vai de um enigma em Freud ao não-toda de Lacan, a parte não simbolizável. Para Freud, a feminilidade seria atingida com a maternidade. Para Lacan, seria via a mascarada no seu jeito de ser como mulher.

A história de subjetivação e estruturação de um sujeito mulher é a mesma que facilita ou dificulta os distintos caminhos. Contudo, *pari passu* tanto para ser mulher quanto para ser mãe – guardadas as diferenças. Enfim, não se é uma mulher porque simplesmente se tornou mãe. São dialéticas e posições distintas, de sujeito-objeto. Foi em busca desses pontos de interseção que conseguimos identificar, aprofundar e reforçar as interpretações correntes. Ressaltamos que a literatura específica sobre o tema feminilidade é vasta. Em contrapartida, a especificidade do tema e a depressão pós-parto propostos são pouco investigados.

A importância do poder das mães e da necessidade que elas têm de exercê-lo com seus filhos é inquestionável. Isso indica como a mãe sempre será o ponto central de todo o dispositivo relacional em função desse corpo a corpo do começo da vida. É a relação mais direta: sujeito e objeto.

O bebê vai conferir o poder, naturalmente, à mãe, porque é ela quem o satisfaz, ou a quem cumpre essa função. Desse poder imenso, talvez, na vida adulta, nunca consiga se livrar. É com a lógica da estrutura que tropeçamos. Estrutura de uma mãe que instala a estrutura de uma *lalangue* numa criança, pois é ela quem detém o poder sobre a vida e a morte dessa criança – assim vivido pelo *infans*.

Nesta pesquisa, buscamos demonstrar, na perspectiva da feminilidade, possível repercussão do processo de realização de uma feminilidade com suas incidências problemáticas, que resultam em estragos, em relação aos casos de depressão pós-parto.

A proposta do recorte delimitou-se sobre o caminho e seus percalços percorridos por uma menina para tornar-se mulher e/ou mãe e na sua busca para a realização de uma feminilidade possível. Para tanto, privilegiamos, ao longo da investigação teórico-clínica, a relação mãe-filha como fator-problema preponderante para a feminilidade, como também para a identificação materna, e no estabelecimento dos pontos de fragilidades que predispoem a puérpera à depressão pós-parto.

A relação mãe-filha é uma terrível mistura de sentimentos, de angústias e de destruição quando a devastação não é superada ou atravessada. As dificuldades ou facilidades encontradas nesse processo, que se inicia na fase pré-edipiana, na relação de ligação mãe e filha, permeando as etapas da vida de uma filha ou de uma mulher, vão dizer de uma maternidade dita normal ou do desencadeamento das depressões pós-parto, bem como de uma feminilidade.

Assim como a mãe pode proporcionar à filha um caminho mais substancial, aproveitando o adjetivo, para a realização de uma feminilidade possível, é a mãe também que pode proporcionar à filha via identificação e narcisismo uma identidade materna, além, é claro, de abrir espaço para que ela busque o falo em um homem. A figura da mãe, embora na sua dupla condição, de mãe e de mulher, o que gera confusão também, não deixa de ser essencial para o processo de feminilização e de constituição de uma identidade de mãe para uma filha.

Embora os fins sejam distintos para uma mulher e para uma mãe, os meios são simultâneos e entrecruzados, senão sobrepostos na história de vida de uma menina que se torna mulher e/ou mãe, buscando a feminilidade e/ou a maternidade. Uma coisa é

buscar por um significante feminino que não existe e assim criar identidades de mulher nas quais possa se nomear e se reconhecer. Outra é, via maternidade, desejar ter um filho e exercer a sua identidade de mãe que sustente em atos e afetos nos cuidados maternos com seu bebê. Embora muitas vezes essas duas identidades sejam tomadas equivocadamente tanto por elas quanto por eles como equivalentes.

Destacamos, ao apresentar os elementos etiológicos das depressões pós-parto, os autores psicanalistas que nos serviram de referência e que apontaram as possíveis “causas” e ou leituras sobre os fatores desencadeadores das depressões maternas. Com a descrição de alguns casos, evidenciou-se a importância das pré-histórias e histórias de mulheres e sua feminilidade, bem como as linhas de ruptura. Portanto, há de se considerar que no final da gravidez a gestante reatualiza a relação com sua mãe e o Complexo de Édipo. Nesse momento, os traços de identificação se mostram fortalecidos ou se mostram precários, conforme os processos de subjetivação e a forma como se constituíram os narcisismos e as identificações femininas.

Lacan nos apontou que o Édipo é relativo a uma estrutura social, portanto, desenvolvemos a investigação delimitada pelo viés da feminilidade e maternidade do estatuto do grande Outro para apresentarmos algumas facetas do estatuto da feminilidade na contemporaneidade. Entretanto, temos, em nossos tempos, no estatuto do Outro, o declínio do significante Nome-do-Pai e a ascensão da dominação materna. O que não exime de forma alguma os homens dos efeitos devastadores disso. Há, então, um esvaziamento do lugar do Outro.

O declínio da função paterna altera as pulsões, o desejo, o gozo fálico, e a sublimação na direção criadora, favorecendo um ideal narcísico imaginário, em detrimento do simbólico. A relação simbiótica com a mãe não abre espaço para o pai,

mas para fantasia do feminino: não permitir a entrada do pai e favorecer a coalescência entre elas.

No estatuto da feminilidade, teremos a prevalência do supereu materno, sobretudo, em relação a uma filha, favorecendo ao fantasma feminino que impede a entrada do terceiro na díade mãe-filha, e somando a isso a condição crítica da dimensão da falta. São mães que não favorecem à filha tornar-se uma mulher. Como uma filha que se torna mãe-genitora vai lidar com um bebê, produzindo demandas em cima das necessidades e das faltas?

Se parte do lado mulher é não-todo e a outra parte no todo está comprometida com o gozo do Outro, ficará difícil para o significante do pai organizar para esse sujeito feminino a questão da procriação, isto é, se o Nome-do-Pai não se constitui efetivamente no nó borromeo enquanto o quarto nó, o sintoma. Como um bebê, um filho, se constituirá um sintoma, enquanto objeto “a” para uma mulher?

A função paterna precária proporciona poucos recursos simbólicos para o sujeito ao aparelhar o gozo. Sabemos que é a castração que possibilitará a instalação do significante Nome-do-Pai e o gozo fálico fora do corpo e dentro da linguagem, do lado da lei da diferença que permite o sujeito desejar. Então, como uma puérpera sustentará o desejo pelo seu filho se essa castração está comprometida? Se o desejo dela ainda está preso ao desejo do Outro?

Então, a castração é um ponto central, enquanto nó, na dinâmica dos sintomas tanto para a feminilidade quanto para a maternidade. É a castração que permitirá à mulher ter espaço em sua vida para um homem e viver uma relação temperada de um sexo ao outro. Assim como é o que permitirá à mulher, que se tornou mãe, acolher seu bebê e exercer a maternidade.

O sujeito acaba não tendo elementos simbólicos significantes na sua estrutura que lhe possibilite indagar sobre o desejo do Outro. Encontramos os sujeitos mulheres mais carentes ou desprovidas da alienação significativa, por isso estão mais sujeitas a ocuparem uma posição de objeto do desejo da mãe, no sentido da coalescência na relação mãe-filha. Submissão incondicional ao supereu materno. Se na “alienação”, na relação da filha com sua mãe, não houve substância suficiente, não há como ela se sustentar na crença de que um filho lhe daria sentido e proporcionaria uma identidade de mãe.

Ao dar a luz ao bebê, a história da própria puérpera e a condição de seu nascimento e da sua relação com a mãe revelam-se na atualização de seu Édipo. Nesse momento, exacerbam-se as evidências da sobreposição da história da mãe sobre a da filha. A transgeracionalidade psíquica revela-se nas repetições, sobretudo das falhas e das castrações. O parto retoma a castração. Se a castração não se efetivou, denunciará as dificuldades com a falta, o desejo, a feminilidade, manifestos na depressão.

Após o parto, o peso do esvaziamento da sensação fálica de preenchimento e plenitude, e do corpo real mesmo, das renúncias imediatas e das castrações implicadas, e, sobretudo, do bebê com suas necessidades reais, não preenche minimamente nenhum ideal. Não há narcisismo nessa mãe – que cai em depressão – capaz de acolher e se deslocar para esse bebê num momento tão real, remetendo-os, mãe e bebê, ao furo, ao desamparo original. Afirmamos que no fantasma materno, esse bebê presentificará ou denunciará o logro. Ou pior, denunciará se houve a tentativa de realizar o fantasma sem a mediação da metáfora paterna. Há na mãe deprimida uma carência da fantasia com o bebê/filho. Esse objeto não a preenche!! Mas, como não há ambivalência nem sublimação, a puérpera cai do fantasma ou cai da posição ou lugar de onde se sustentava

enquanto objeto fálico amado do desejo da mãe, impulsionada pelo deslocamento geracional.

Que posição é essa da qual a puérpera cai em depressão por não se sustentar com a chegada do bebê? Não é de mãe, tampouco de mulher, senão de uma filha. Porque não a temos nem como mãe mobilizada pelo sintoma tomando o bebê como seu objeto e gozo fálicos, nem como mulher fazendo agir seus gozos. O bebê não encontra lugar no inconsciente da mãe, ficará suspenso, senão delegado ao lugar de não-desejo, sem gozos, no vazio, ou ainda remetido à hostilidade e aos efeitos devastadores da depressão materna.

Compete à mãe a transmissão da *lalangue*, língua que vai marcar na origem, no corpo a corpo com seu bebê, assim como seus efeitos de inconsciente sobre seus filhos. Entretanto, a figura da mãe para um filho divide-se em mãe e mulher. A saber, há mulheres que são mais mulheres que mães e mulheres que são mais mães que mulheres. Caracterizando dois extremos nocivos, denominados estragos por Lacan, têm repercussões e maior expressão na dificuldade de realização ou rechaço da feminilidade. Em um extremo, temos a presença maciça da mãe na vida da filha, intensificando a relação de ligação mãe-filha. Trata-se de uma mãe muito presente e dominadora, com seu supereu, engolindo sujeitos e suas subjetividades, favorecendo aos estragos ditos maternos. Em outro extremo, temos a precariedade da presença materna na relação mãe-filha, e seus desdobramentos se constituindo em falhas narcísicas e identificatórias. Trata-se de uma mulher mais ausente enquanto mãe, deixando os filhos à mercê, no silêncio e na dificuldade de constituição de identificações, senão de confusões identitárias, especificamente, no caso das meninas. Essa mãe não está em sintonia com sua filha e vice-versa.

Ficou evidente para nós que desses estragos o mais danoso é quando a mãe tem a filha como seu objeto de gozo, e não estamos nos referirmos à clínica da psicose, mas da identificação da filha ao suposto objeto do desejo da mãe, se fazer fálica. A considerar essa condição, como uma filha conseguiria se sustentar fora desse lugar e ocupar o lugar de mãe, colocando seu bebê nessa posição de objeto de seu gozo? Condenada e sufocada na condição de filha, terá dificuldades em fazer o deslocamento na hierarquia geracional e tornar-se mãe e ou mulher, e deixar de ser a filha da mamãe.

As dificuldades que uma filha tem com a feminilidade e com a maternidade estão mantidas desde esse lugar do Outro materno. As filhas estão mais expostas ao gozo da mãe. Isso reforça para a filha a crença de que a mãe poderia transmitir o significante da feminilidade. Isso dificulta ou impede a vivência da devastação necessária para a separação da filha da relação de ligação com a mãe. Embora seja o mesmo ser, há uma distinção entre ser mãe e ser mulher. Há certa tensão nesse entre elas. Esse espaço de tensão entre uma e outra que o gozo Outro permite a criação.

Uma das evidências percebidas no caminho e no campo percorridos nesta pesquisa, quanto à feminilidade e sua correlação problemática, no caso das depressões pós-parto, é a enfatizada por Lacan quanto ao desejo da mãe, que entendemos e afirmamos como o desejo de uma mulher na mãe. Este corresponderá aos gozos, permitindo o exercício da maternidade com seu bebê, que ocupará o lugar de filho e não de falo, para o que seria a sua suposta complementaridade, do que lhe falta na não-toda. A mãe que se deprimiu no pós-parto não encontra em si a mulher desejante que sustente o acolhimento de seu bebê real. O filho imaginado não teve sustentação simbólica efetiva. O desejo de um filho não equivale ao desejo de estar grávida e muito menos ao desejo de ter filhos.

Os caminhos que levam a puérpera à depressão são específicos de cada uma. A sua história de menina-filha-mulher na relação com a mãe aponta as linhas de ruptura e queda. Cada qual com suas especificidades, castrações, fragilidades narcísicas, dificuldades com os gozos, com as falhas na transmissão da maternidade, com as dificuldades com a feminilidade e a maternidade, e, sobretudo, com as renúncias que a maternidade implica. Isso tudo nos revela o quanto uma mulher teria ficado comprometida na relação de ligação mãe-filha abusiva e de dominação, ou ainda de ausência das referências maternas.

Podemos afirmar que a interseção proposta por nós, entre a feminilidade e a depressão pós-parto, indica que, na história de vida de uma filha, que se tornou mulher e/ou mãe, não houve, na relação mãe-filha, nas condições em que se estabeleceu, a construção narcísica e os traços identitários suficientes para sustentar, minimamente ou efetivamente, decerto com as substâncias possíveis, advindas da mãe, ou percebidas e captadas na mãe pela filha, uma identificação materna favorável à puérpera e ao bebê. Afirmamos que a puérpera deprimida apresenta falhas nesse processo de identificação com a mãe ao modo de ser mãe.

A maternidade diz de uma identidade, ser mãe, mas essa identidade por si só, nos casos de depressão materna, não se sustenta, ou não se apresenta, falta, necessita do gozo desse corpo feminino, tanto para ser mulher quanto para ser mãe. Não há dúvida de que a criatividade para a invenção da mulher, ou seja, como ela se cria e se inventa no seu jeito de ser, realizando uma feminilidade, pode contribuir para ela se inventar criativamente também como mãe com seu bebê.

As conclusões demonstradas pela pesquisa teórica da clínica psicanalítica é que, embora a feminilidade seja uma busca por uma identidade feminina – efeito de um furo no real, é o irrepresentável –, deverá ser construída via um processo que denominamos

feminilidades. A identidade de A Mulher é impossível, mas via máscara é possível uma mulher se sustentar em alguma ou em algumas identidades quando consegue realizar as facetas de uma feminilidade.

Podemos afirmar que as depressões pós-parto, ao menos as desencadeadas por fatores inconscientes, consideradas nesta tese, relativas à subjetividade, à história de feminilidade e à identificação materna, que implicam os narcisismos, o declínio do significante Nome-do-Pai, a preponderância do supereu materno, as fantasias, o desejo e os gozos, estão passíveis de serem abordadas clinicamente pela psicanálise a partir da metapsicologia apresentada e dos elementos clínicos correspondentes.

Entretanto, não afirmamos, nesta tese, que a causa responsável por promover o desencadeamento ou a queda de uma puérpera em depressão pós-parto seria unívoca e determinada nesta investigação. A causa em si da depressão pós-parto não é fácil determinar, mas está condicionada à história de vida e da gestação de cada puérpera. Ela estará sujeita aos pontos mais sensíveis e frágeis de sua constituição. Por isso não podemos afirmar que haveria uma causa única, mas podemos sim, afirmar que o momento é único, com a chegada do bebê e esse momento pode ser de injunção insuportável para uma puérpera. Pois o bebê vem como um terceiro impondo um corte, renúncias e deslocamentos de lugares e posições de gozo. A sua presença é real. Se não houver simbólico e imaginário que deem sustentação, a mãe cai em depressão.

Também não afirmamos que o estatuto da feminilidade na contemporaneidade, não obstante se demonstrar sinistro em determinados aspectos, não está demonstrado em dados epidemiológicos que digam, em maior ou menor grau, da incidência da depressão pós-parto, embora não duvidemos dessa possibilidade. Tampouco afirmamos que os diferentes estragos maternos resultem necessária e especificamente em depressões pós-parto.

Entendemos que as dificuldades apresentadas pela puérpera, em sua história de subjetivação com a sua mãe, podem prejudicar a transmissão da maternidade permeada pelo desenvolvimento também prejudicado de sua feminilidade. A feminilidade não implica maternidade. Mas a maternidade está condicionada à transmissão, que implica uma relação mãe-filha, uma identificação enquanto o modo de ser mãe. Mas essa identificação de mãe não basta, não é o suficiente para ser mãe. Pode ser, sim, genitora, mas ser mãe exigirá dela algo a mais, que entra no gozo Outro. Esse Outro amor, de uma mãe a seu bebê, vai chamá-lo para a vida.

Enfim, há alternância e conjugação entre feminilidade e maternidade. A maternidade mais além da reivindicação fálica poderá abrir espaço e oportunidade para uma mulher se recriar, e, enquanto mãe, criar o seu filho.

REFERÊNCIAS

- André, S. (1994). *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Zahar.
- Araújo, M. L. (2010). O discurso dos pais na clínica psicanalítica com crianças: significantes transgeracionais em questão. In *Proceedings of the 3. Colóquio do LEPSI IP/FE-USP*, 2001, San Pablo, São Paulo, São Paulo (SPSPSP, Brazil) [online]. 2002 [cited 24 December 2010]. Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032001000300025&lng=en&nrm=iso>.
- Atem, L. M. (2003). *Aspectos psicopatológicos da clínica com bebês: a função da pulsão ativa na constituição psíquica precoce em casos de depressão materna*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, VI, 3, pp. 30-42, set., 2003.
- Backes, C. (2008). A clínica da “nova” histeria. In: backes, C.; costa, A.; Cumioto, C.; Pinho, G. S.; [et al.] (Orgs.). *A clínica psicanalítica na contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, pp. 59-67.
- Bastien, D. (1997). *Le plaisir et les mères: féminité et maternité*. Paris: Imago Auzas Editeurs.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Benhaïm, M. (2007). *Amor e ódio: a ambivalência da mãe*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Bernardino, L. M. F.; Laznik, M. C.; Araújo, G. X. (2011). As vicissitudes do encontro mãe/bebê: um caso de depressão. Revista: *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte-MG, n. 35, pp. 49–56, Julho/2011.
- Boukobza, C.; Coen, A. (1998). *Narcissisme de La mère, Narcissisme de l'enfant*. Saint-Denis, Édité par l'Association Santé Mentale et Culture.

- Boukobza, C. (2000). Como um náufrago sobre um rochedo: a depressão materna do pós-parto. Curitiba: *Rev. Psicanálise e Clínica de Bebês*, ano IV, nº 4, dez., 2000.
- Boukobza, C. (2002). O desamparo parental perante a chegada do bebê. In Bernardino, L. M. F.; Mascarenhas, C.; Rohenkohl, F. (Orgs.). *O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Boukobza, C. (2008). As mães dorminhocas. In: Gediél, J. A. P.; Mercer, V. R. (Orgs.) *Violência, paixão & discursos: o avesso dos silêncios*. Porto Alegre: CMC.
- Bydlowski, M. (2002). *Des mères et leurs nouveau-nés. Recherches et interventions autor de la naissance*. Issy-les-Moulineaux: ESF Éditeur.
- Calligaris, C. (1995). Violência e o homem moderno. In: *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), Porto Alegre, ano VI, n. 12, pp. 17-22. (Psicanálise em tempos de violência).
- Calligaris, E. R. (2005). *Prostituição: o eterno feminino*. São Paulo: Escuta.
- Chamorro, J. (2011). *Las mujeres*. Buenos Aires: Granma Ediciones.
- ChatelarD, D. S. (2005). *O conceito de objeto na psicanálise: do fenômeno à escrita*. Brasília: Ed. UnB.
- Chemama, R. (2007). *Depressão, a grande neurose contemporânea*. Porto alegre: Ed. CMC.
- Coriat, E. (1997). *Psicanálise e Clínica de Bebês*. Porto Alegre: Arte e Ofícios Ed.
- Correa, O. B. R. (2001). Ecloração dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In: Correa, O. (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, pp. 61-71.
- De Neuter, P. (2000). A sexualidade das mulheres á prova da sua maternidade. Curitiba: *Rev. Psicanálise e Clínica de Bebês*, ano IV, nº 4, dez., 2000, pp. 109-124.

- Deutsch, H. (1944/1952). *La Psicología de la mujer*. Buenos Aires: Ed. Losada S.A., Parte I.
- Deutsch, H. (1952/1960). *La Psicología de la mujer*. Buenos Aires: Ed. Losada S.A., Parte II.
- Dias, M. M. (2003a). *Caderno do Seminário: Neuroses e Depressão*. Lições I a IV. Campinas: Instituto de Psiquiatria de Campinas.
- Dias, M. M. (2003b). *Caderno do Seminário: Neuroses e Depressão*. Lições VI a XIII. Campinas: Instituto de Psiquiatria de Campinas.
- Dolto, F. (1984). *Sexualidade Feminina*. São Paulo: Martins fontes Ed. Ltda.
- Durand, B. (1999). A hospitalização conjunta mãe/filho. In Guedeney, A.; Lebovici, S. (Orgs.): *Intervenções psicoterápicas pais/bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Eliacheff, C. & Heinich, N. (2004). *Mães-filhas: uma relação a três*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1974). Totem e Tabu. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIII, pp. 17-191). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913 [1912-13]).
- Freud, S. (1974). Sobre o narcisismo: uma introdução. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (1914/1974). (Vol. XIV, pp. 85-119). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914).
- Freud, S. (1974). Os Instintos e suas vicissitudes. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIV, pp. 129-162). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1915).

- Freud, S. (1974). O mal-estar na civilização. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXI, pp. 81-171). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1930 [1929]).
- Freud, S. (1974). Sexualidade feminina *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXI, pp. 257-279). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1931).
- Freud, S. (1975). Análise Terminável e Interminável. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXIII, pp. 240-87). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1937).
- Freud, S. (1975). Esboço de Psicanálise. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXIII, pp. 165-237). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1940[1938]).
- Freud, S. (1976). A Organização genital Infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIX, pp. 177-184). Rio de Janeiro: Imago. (1923/1976). (Originalmente publicado em 1923).
- Freud, S. (1976). A dissolução do Complexo de Édipo. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIX, pp. 215-24). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1924).
- Freud, S. (1976). A Negativa. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIX, pp. 293-300). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925).
- Freud, S. (1976). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIX, pp. 303-20). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925).
- Freud, S. (1976). A questão da análise leiga. Conversações com uma Pessoa Impessoal. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XX, pp. 205-93). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1926).

Freud, S. (1976a). Conferência XXXII. Ansiedade e vida instintual. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXII, pp. 103-38). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1933 [1932]).

Freud, S. (1976b). Conferência XXXIII. Feminilidade. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXII, pp. 139-165). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1933 [1932]).

Freud, S. (1977). Projeto para uma psicologia científica. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. I, pp. 381-517). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1950 [1895]).

Freud, S. (1991). Die Frage der Laienanalyse. *Unterdrungen mit einem Unparteiischen. Sigmund Freud Gesammelte Werke. Werke aus den Jahren 1925-1931*. (Bd. XIV, pp. 207-96). Frankfurt am Main: S. Ficher Verlag. (Originalmente publicado em 1926).

Freud, S. (1987). Der Untergang des Ödipuskomplexes. *Sigmund Freud Gesammelte Werke*. (Bd. XIII, pp. 393-402). Frankfurt am Main: S. Ficher Verlag. (Originalmente publicado em 1924).

Freud, S. (1991a). Einige Psychische Folgen des Anatomischen Geschlechtsunterschieds. *Sigmund Freud Gesammelte Werke. Werke aus den Jahren 1925-1931*. (Bd. XIV, pp. 17-30). Frankfurt am Main: S. Ficher Verlag. (Originalmente publicado em 1925).

Freud, S. (1991b). Über die Weibliche Sexualität. *Sigmund Freud Gesammelte Werke. Werke aus den Jahren 1925-1931*. (Bd. XIV, pp. 515-537). Frankfurt am Main: S. Ficher Verlag. (Originalmente publicado em 1925).

Freud, S. (1991). Das Unbehagen in der Kultur. *Sigmund Freud Gesammelte Werke. Werke aus den Jahren 1925-1931*. (Bd. XIV, pp. 419-506). Frankfurt am Main: S. Ficher Verlag. (Originalmente publicado em 1930).

Garcia, G. L. (1997). *Política do Sintoma*. São Paulo: Hacker Editora.

- Giongo, A. L. (2005). Ex-pai? A masculinidade. In: *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), Porto Alegre, ano VI, n. 28, pp. 61-70, abr. 2005.
- Goldfarb, D. C., LOPES, R. G. DA COSTA (2006). Avosidade: a família e a transmissão psíquica entre gerações. In: *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Freitas, Py, Cançado, Doll, Gorzoni (Orgs.) 2da Edição. Ed. Guanabara-Cogan p. 1347.
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.
- Guimarães, L. (2012). *El estatuto de la feminidad en nuestros días*. In: Logos 7. Buenos Aires: Grama Ediciones, pp. 7-92.
- Jerusalinsky, A. [1995]. Somos todos violentos? In: *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), Porto Alegre, ano VI, n. 12, pp. 7-9, [1995]. (Psicanálise em tempos de violência).
- Jerusalinsky, A. (2004). Perfurações. A diferença sexual. In: *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), Porto Alegre, n. 27, pp. 9-17.
- Jerusalinsky, J. (2011). *A criação da criança: brincar, gozo e fala entre mãe e o bebê*. Salvador, BA: Áglama.
- Julien, P. (1997). *A feminilidade velada: aliança conjugal e modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Kehl, M. R. (2004). A Impostura do Macho. In: *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), Porto Alegre, n. 27, pp. 90-102.
- Lacan, J. (1964/1985). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lacan, J. (1972-1973/1985). *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Lacan, J. (1953-1954/1986). *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Lacan, J. (1987). *Da psicose paranoíca em suas relações com a personalidade, seguido de primeiros escritos sobre a paranóia*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.

Lacan, J. (1938/1987). *Os Complexos Familiares na Formação do Indivíduo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Lacan, J. (1955-1956/1988). *O Seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Lacan, J. (1947/1989). *A psiquiatria inglesa e a guerra*. In: LACAN, J. *A Querela dos diagnósticos*. Rio de Janeiro: Ed. J.Z.E. Ltda.

Lacan, J. (1969-1970/1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Lacan, J. (1974/1993). *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lacan, J. (1956-1957/1995). *O Seminário, livro 4: as relações de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Lacan, J. (1957-1958/1999). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Lacan, J. (1936/1998). *O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- Lacan, J. (1948/1998). A agressividade em psicanálise. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda.
- Lacan, J. (1949/1998). O estádio do espelho como formador da função do eu, tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1952/1998). Intervenção sobre a transferência. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1953/1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1958/1998). A significação do falo. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1959/1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1960/1998). Variantes do tratamento-padrão. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1962/1998). Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1963/1998). Kant com Sade. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1974/2002). *A Terceira*. Cadernos Lacan, Volume 2. Porto Alegre: Publicação não comercial. Associação Psicanalítica de Porto Alegre.
- Lacan, J. (1969/2003). Nota sobre a criança. In: Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- Lacan, J. (1973/2003). O Aturdido. In: Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1974/2003). O despertar da primavera. In: Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Prefácio).
- Lacan, J. (2005). O simbólico, o imaginário e o real. In: Lacan, J. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1975-1976/2007). *O Seminário, livro 23: o Sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Lacan, J. (1971/2009). *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1961-1962/2011). A Identificação. In: *SEMINÁRIO 1961-1962*. Seminário Inédito. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, Publicação para circulação interna.
- Lacan, J. (1971-1972/2012). *O Seminário, livro 19: ...ou pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Lacan, J. (1974/1975). O seminário, *livro: R.S.I*, 1974/1975, inédito.
- Lazzarini, E. R. (2006). *Emergência do narcisismo na cultura e na clínica psicanalítica contemporânea: novos rumos, reiteradas questões*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília/DF.
- Licht, R. W. (2002). Uma pergunta pelo pai. In: *Psicanalisar hoje*, Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba, Curitiba, ano VI, n. 6, pp. 159-164, dez./2002.
- Masotta, O. (1986). *A dualidade psíquica: modelo pulsional*. Campinas, SP: Papyrus.
- Masotta, O. (1988). *Introdução à leitura de Lacan*. Campinas, SP: Papyrus,.

- Mathelin, C. (1999). *O sorriso da Gioconda: clínica psicanalítica com bebês prematuros*. Rio de Janeiro: Ed. Companhia de Freud.
- Melman, C. (2001). O matriarcado. In: *Textura – Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 1, n. 1, pp. 13-16, 2001.
- Miller, J.; Testa, A.; Ambel, J. (2010). a diversas voces. In: *Colofon. Boletín de La Federación Internacional de Bilbliotecas de La Orientación Lacaniana*. España.
- Naouri, A. (2002). *As Filhas e suas Mães*. São Paulo: Martins Fontes,.
- Rassial, J-J. (2000). *O sujeito em estado limite*. São Paulo: Companhia de Freud.
- Ribeiro, E. M. (2010). Boderline: nas bordas de quê? Estruturas Clínicas. In: *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA)*, Porto Alegre, n. 38, pp. 115-125, jan./jun. 2010.
- Rivera, T. (2007). Um amor outro: ensaio psicanalítico sobre a feminilidade, criação e maternidade. In: STEVENS, C (Org.) *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- ROSA, M. D. (2000). *Histórias que não se contam: O não dito e a psicanálise com crianças e adolescentes*. Taubaté: Cabral Editor Universitária.
- Rosfelter, P. (1994). *El nacimiento de una madre*. Bebe Blues. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC.
- Safouan, M. (1970). *Estruturalismo e Psicanálise*. São Paulo: Cultrix,.
- Safouan, M. (1993). *A palavra ou a morte: como é possível uma sociedade humana?* São Paulo: Campinas, Papyrus.

- Sobral, G. (2011). *Madres, anorexia y feminidade – Dificuldades estruturales y propias de la época em relación a los avatares del devenir mujer*. Buenos Aires: Ediciones del Seminario.
- Soler, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Stryckman, N. (2000). O desejo de filho no homem e na mulher. In: *Rev. Psicanálise Clínica de bebês*. IV (4), pp. 91-108, dez., 2000.
- Szejer, M; Stewart, R. (1997). *Nove meses na vida da mulher. Uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Szejer, M. (1999). *A Escuta Psicanalítica de Bebês em Maternidade*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo.
- Teixeira, M. R. (1991). *A feminilidade na Psicanálise e outros ensaios*. Salvador: Ágalma.
- This, B. (1987). *O pai: ato de nascimento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Tubino, V. (2007). Como a menina se transforma em mulher. In: *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, Curitiba, n. 14, 2007, pp. 87-95.
- Velloso Netto, H. C. (1993). *Feminino II*. Colégio Freudiano de Curitiba, 25 nov. 1993. p. 2. (Circulação interna).
- Velloso Netto, H. C. (1994). *Seminário do Velloso*, 15-10-1994. Circulação interna. Colégio Freudiano de Curitiba.
- Velloso Netto, H. C. (1995a). *Seminário do Velloso*, 09-09-1995. Circulação interna. Colégio Freudiano de Curitiba.
- Velloso Netto, H. C. (1995b). *Seminário do Velloso*, 16-09-1995. Circulação interna. Colégio Freudiano de Curitiba.

Winnicott, D. W. (1975). *De la Pédiatrie à la Psychanalyse*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.

Winnicott, D. W. (1996). *Os bebês e suas mães*. Martins Fontes.

Zafiropoulos, M. (2009). A teoria freudiana da feminilidade: de Freud a Lacan. In: *Reverso, Revista de Psicanálise*, Belo Horizonte: ano 31, n. 58, pp. 15-24, set. 2009.

Zalcborg, M. (2003). *A relação mãe-filha*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier.

Zalcborg, M. (2007). *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.